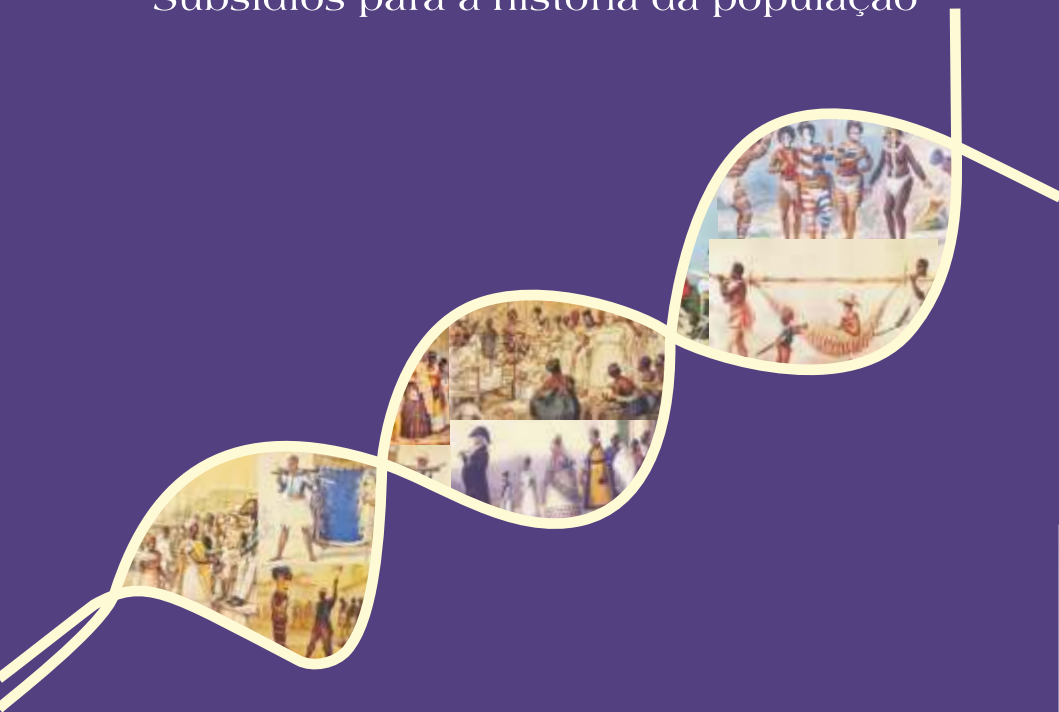


MOBILIDADE SOCIAL E FORMAÇÃO DE HIERARQUIAS

Subsídios para a história da população



Ana Silvia Volpi Scott
Cacilda da Silva Machado
Eliane Cristina Deckmann Fleck
Gabriel Santos Berute
Organizadores

Coleção
ESTUDOS HISTÓRICOS
LATINO-AMERICANOS
e-book

3

OKOS
EDITORA

 EDITORA UNISINOS

Mobilidade social e formação de hierarquias

Subsídios para a história da população

Criada em 2012, a Coleção EHILA lançou, até o momento, mais de uma dezena de volumes impressos. Pensando principalmente na publicação de coletâneas, inauguramos em 2014 a série E-book da Coleção Estudos Históricos Latino-Americanos (EHILA), que chega neste momento ao volume 3.

Ana Silvia Volpi Scott
Cacilda Machado
Eliane Cristina Deckmann Fleck
Gabriel Santos Berute
Organizadores

Mobilidade social e formação de hierarquias

Subsídios para a história da população

E-book
Vol. 3



2014

© 2014 – Editora Oikos Ltda.
Rua Paraná, 240 – B. Scharlau – Cx. P. 1081
93121-970 São Leopoldo/RS
Tel.: (51) 3568.2848 / Fax: 3568.7965
contato@oikoseditora.com.br
www.oikoseditora.com.br

Coleção *Estudos Históricos Latino-Americanos – EHILA – E-book*

Direção:

Ana Sílvia Volpi Scott (Coordenadora do PPGH-Unisinos)
Luiz Fernando Medeiros Rodrigues (Linha de Pesquisa Sociedades Indígenas,
Cultura e Memória)
Marluza Marques Harres (Linha de Pesquisa Poder, Ideias e Instituições)
Paulo Roberto Staudt Moreira (Linha de Pesquisa Migrações, Territórios e Grupos
Étnicos)

Conselho Editorial:

Eduardo Paiva (UFMG)
Guilherme Amaral Luz (UFU, Uberlândia, MG)
Horacio Gutiérrez (USP)
Jeffrey Lesser (Emory University, EUA)
Karl Heinz Arenz (UFPA, Belém, PA)
Luis Alberto Romero (UBA, Buenos Aires, Argentina)
Márcia Sueli Amantino (UNIVERSO, Niterói, RJ)
Marieta Moraes Ferreira (FGV, Rio de Janeiro, RJ)
Marta Bonaudo (UNR)
Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)
Roland Spliesgart (Ludwig-Maximilians-Universität München)

Editoração: Oikos

Revisão: Luís M. Sander

Capa: Juliana Nascimento

Imagem da capa: Débora Quevedo Borges

Arte-final: Jair de Oliveira Carlos

M687 Mobilidade social e formação de hierarquias: subsídios para a história da população / Organizadores Ana Sílvia Volpi Scott et al. – São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014.
v. 3 (384 p.); il.; color.; 14 x 21cm. – (Coleção Estudos Históricos Latino-Americanos – EHILA)
1 recurso online – (e-book)
ISBN 978-85-7843-424-3
1. Mobilidade social. 2. História demográfica – Brasil. 3. Hierarquia social. 4. Migração social. 5. Livro eletrônico. I. Scott, Ana Sílvia Volpi. II. Machado, Cacilda. III. Fleck, Eliane Cristina Deckmann. IV. Berute, Gabriel Santos.

CDU 316.444

Catálogo na publicação: Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

À Professora Núncia Santoro de Constantino, que,
ao dedicar-se à reconstituição das trajetórias
de muitos imigrantes italianos radicados no
Rio Grande do Sul, lançou novas perspectivas
sobre os temas abordados no “Colóquio
Mobilidade social e formação de hierarquias”,
nossa homenagem.

Sumário

Apresentação	11
Parte 1: Mobilidade social e formação de hierarquias: uma abordagem a partir das elites	17
Hombres de múltiples experiencias. Genealogía de las elites rioplatenses en el siglo XIX.....	18
<i>Andrea Reguera</i>	
Mudanças e permanências no sistema atlântico luso centrado no Rio de Janeiro: escravidão, Antigo Regime e a economia atlântica na América lusa, 1670-1800	39
<i>João Fragoso</i>	
Mobilidade social e formação de hierarquias na América Portuguesa e no Prata: um debate a partir dos trabalhos de João Fragoso e Andrea Reguera	87
<i>Luís Augusto E. Farinatti</i>	
Parte 2: Mobilidade social e formação de hierarquias em populações de origem africana ou indígena	103
Mobilidades, hierarquias e as condições sociojurídicas dos índios na América portuguesa, séculos XVI-XVIII	104
<i>Marcia Amantino</i>	
Piedade, sobas e homens de cores honestas nas <i>Notícias do Presídio de Massangano, 1797</i>	129
<i>Ariane Carvalho</i> <i>Roberto Guedes Ferreira</i>	

População sob a ótica da administração portuguesa:
Capitania de Moçambique na segunda metade do
século XVIII 172

Ana Paula Wagner

Parte 3: Mobilidade social e formação de hierarquias
em populações imigrantes 205

Mobilidade social e formação de hierarquias em
sociedades receptoras de imigrantes: notas a
respeito da construção de um modelo sobre
o caso paulista, 1880-1950 206

Oswaldo Truzzi

Redes sociais e etnicidade, hierarquias e
mobilidade social: italianos de Porto Alegre 223

Núncia Santoro de Constantino

Mobilidade social e formação de hierarquias: diálogos
possíveis com os estudos sobre imigração alemã 241

Marcos A. Witt

Mobilidade social e formação de hierarquias em
populações imigrantes: um debate a partir dos
trabalhos de Oswaldo Truzzi, Núncia Santoro de
Constantino e Marcos A. Witt 257

Vania Herédia

Parte 4: Acervos e fontes para o estudo da
mobilidade social e formação de hierarquias 263

As fontes para o estudo da família no passado 264

Carlos A. P. Bacellar

Filho “pardo” de mãe “preta”: cor e mobilidade social
no Rio de Janeiro do século XVIII 284

Renato P. Venâncio

Mobilidade social no Grão-Pará e Maranhão: na trajetória de vida e no uso serial das habilitações do Santo Ofício	307
<i>Antonio Otaviano Vieira Junior</i>	
<i>Marília Imbiriba dos Santos</i>	
Mercês e conflitos coloniais nos <i>memoriales e papéis</i> <i>de serviço</i> – breve estudo sobre fontes e acervos (Portugal e Espanha)	337
<i>Luciano Figueiredo</i>	
Acervos e fontes para o estudo da mobilidade social e formação de hierarquias: um debate a partir dos trabalhos de Carlos Bacellar, Renato Venâncio e Antonio Otaviano Vieira Junior & Marília I. dos Santos	357
<i>Douglas Cole Libby</i>	
Sobre os autores e as autoras	373

Apresentação

Este livro é um dos resultados do “Colóquio Internacional Mobilidade social e formação de hierarquias: subsídios para a história da população”, realizado em outubro de 2013 na UNISINOS (São Leopoldo/RS) e que reuniu professores e pesquisadores de diferentes instituições acadêmicas do Brasil, da Argentina e de Portugal. O Colóquio contou com o aporte financeiro das seguintes instituições: CAPES, FAPERGS e CNPq, Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS, Programa da Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Na parte acadêmica, o evento recebeu os apoios do Grupo de Trabalho População e História da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP) e dos Grupos de Pesquisa CNPq *Demografia & História* e *Antigo Regime nos Trópicos: Centro de Estudos sobre a Dinâmica Imperial no Mundo Português, sécs. XVI-XIX* (ART).

O evento reflete em grande medida o atual contexto de desenvolvimento da História Demográfica no Brasil, que, nos últimos anos, vem crescendo e estimulando a formação de grupos de pesquisa empenhados em renovar esse campo de estudo, por meio de novas abordagens, revisitando, muitas vezes, fontes tradicionais, como registros paroquiais e civis, testamentos, censos, etc. Daí a necessidade de uma reflexão sistemática acerca dos resultados que se vêm produzindo, por meio da intensificação das trocas de ideias e experiências, bem como da realização de trabalhos conjuntos entre pesquisadores com interesses comuns.

Outra motivação para a realização do Colóquio relaciona-se ao diálogo que a história demográfica vem mantendo com

as demais áreas da história, o que não se constitui em uma novidade. Na verdade, a história demográfica já nasceu estabelecendo interfaces com os demais campos historiográficos e também com outras disciplinas, como a demografia, a antropologia, a sociologia, a economia, e assim por diante. Porém, nesse momento de renovação metodológica, a revitalização do diálogo é mais do que necessária, sobretudo porque a reflexão sobre o processo de especialização da ciência – iniciado no século XIX e radicalizado no século XX, com a hiperespecialização – talvez seja uma das principais pautas acadêmicas do nosso tempo. Hoje sabemos muito mais, mas temos muita dificuldade de reunir organicamente todo esse conhecimento. Evidentemente, não se quer o retorno da ciência pré-especialização. Trata-se de buscar soluções sem abrir mão das conquistas já amplamente estabelecidas. O mesmo pode ser dito em relação aos métodos e técnicas aplicados à história demográfica, que cada vez mais tem buscado conciliar as análises quantitativas com as abordagens microanalíticas e aquelas que se voltam para a reconstituição de trajetórias.

A terceira e última motivação diz respeito ao tema do colóquio: mobilidade e hierarquia social. Tema particularmente caro aos países americanos, constituídos num longo processo histórico de reunião de povos de diferentes origens e palco de inúmeras formas de exploração do trabalho, da vida e do corpo de milhões de homens e mulheres que, ainda assim, sobreviveram, deixaram descendência e, “aos trancos e barrancos”, agarrando-se onde fosse possível, conseguiram ascender – quase nada, um pouco mais, ou até lá em cima – na nossa estranha pirâmide social.

Todas essas motivações – troca de experiências e ideias, realização de trabalhos conjuntos, diálogo da história demográfica com as demais áreas, bem como a relevância dos temas da mobilidade e da hierarquia sociais na história das Américas

– na verdade estão interligadas e ocupam atualmente o centro dos debates de nosso campo historiográfico.

É exemplo disso o artigo de Jan Kok *Principles and prospects of the Life Course Paradigm*, publicado nos *Annales de Démographie Historique* em 2007 (n. 1, p. 203-230). Considerando o crescente interesse dos historiadores demógrafos em mudar o foco de seus estudos para a análise longitudinal de microdados e para a interação entre vidas individuais e processos sociais, o autor explicita os principais desafios dessa empreitada, sugerindo caminhos para o futuro imediato.

Jan Kok nos lembra quão irrealista é esperar que os estudiosos combinem em si mesmos todas as habilidades necessárias para a boa realização dos novos paradigmas da história demográfica, uma vez que eles exigem conhecimentos aprofundados em inúmeras áreas. O ideal seria a constituição de equipes de investigação interdisciplinares, uma combinação de competências nem sempre encontrada em qualquer faculdade, departamento ou até na mesma universidade. A solução viria pela constituição de equipes interuniversitárias, por vezes mesmo internacionais, combinando contatos virtuais com os do tipo tradicional, face a face.

Outro aspecto de relevo diz respeito à construção de conjuntos de dados em número suficiente para a realização de inferências de alta significância e abrangência, já que tais conjuntos, em geral, tendem a se concentrar em cidades ou regiões, e suas reconstruções são frequentemente limitadas a um subconjunto de indivíduos selecionados. Uma maneira de contornar essa limitação seria o compartilhamento de dados entre pesquisadores; a outra, investir em conjuntos de dados de uso público: os chamados “laboratórios sem paredes” ou “colaboratórios”. Todos sabemos das dificuldades a serem superadas ao longo do processo de consolidação desse tipo de iniciativa, em especial, a questão da divisão equilibrada de custos e bene-

fícios entre os muitos participantes – e esse é um outro foco da discussão proposta pelo autor.

Um terceiro aspecto levado em consideração por Kok diz respeito à formação de uma nova geração de pesquisadores em história demográfica. A motivação teria que vir, inicialmente, dos temas de pesquisa, pois alguns atraem e mantêm, com mais facilidade, o interesse dos estudantes, a despeito das exigências em termos de tempo e de técnica, que tradicionalmente contribuem para as deserções.

O “Colóquio Internacional Mobilidade social e formação de hierarquias: subsídios para a história da população”, bem como a presente publicação, são expressão dos esforços da nova história demográfica para superar seus atuais desafios. Eles traduzem os resultados (alguns ainda parciais) da criação e manutenção de grupos de pesquisas multi e interdisciplinares. Mais especificamente, o leitor encontrará aqui trabalhos produzidos por pesquisadores que coordenam ou participam de grupos de pesquisa sediados em Belém, em Belo Horizonte, no Rio de Janeiro, em São Leopoldo, em Lisboa (Portugal) e em Córdoba (Argentina), compostos por profissionais e estudantes de várias instituições e campos de interesse. Na maior parte desses grupos, há a preocupação em aglutinar e difundir informações a partir de uma grande base de dados.

Por fim, esses grupos de pesquisa e esses bancos de dados compartilhados estão, em geral, orientados em torno de grandes temas aglutinadores, um dos quais deu origem ao colóquio.

O livro está organizado em torno dos temas que originaram as mesas redondas, de modo a permitir a discussão da “mobilidade social e formação de hierarquias” das elites, das populações de origem africana e indígena, e do movimento histórico mais recente (séculos XIX e XX) de imigração europeia.

A quarta e última parte traz um conjunto de textos voltados para a análise dos acervos e fontes.

No que diz respeito às elites ibero-americanas, dentre os aspectos que vieram à tona ao longo dos debates destacam-se o quanto a atenção às mudanças demográficas tem sido capaz de enriquecer nosso conhecimento sobre a ascensão de novos grupos ao topo da hierarquia social, sobre os destinos das antigas elites, assim como o impacto dessas mudanças nas diferentes áreas da América portuguesa e espanhola. As pesquisas vêm demonstrando, igualmente, o papel vital do estudo das relações familiares e pessoais para a reconstituição das redes de circulação e acumulação de recursos.

Na *parte II*, o destaque é a abordagem do tema mobilidade e hierarquia a partir da análise da histórica construção de categorias sociais no âmbito do império português, que passava por uma complexa articulação de atributos como cor, condição jurídica, origem, religião, condição econômica, inserção política. Em especial, os textos dão contribuição inovadora ao centrar suas análises em duas regiões africanas e nas (quase sempre esquecidas) populações indígenas da América portuguesa.

Na *parte III*, voltada para a análise da população imigrante de origem europeia, o leitor poderá observar que a atenção às relações familiares e pessoais também é fundamental para a compreensão do processo de inserção e de mobilidade social dos imigrantes europeus, agora articulados com a etnicidade, o montante e o ritmo dos movimentos populacionais, assim como os arranjos institucionais do Estado e do mercado no contexto imigratório.

Na *parte IV*, o leitor encontra informações importantes acerca do estado e do conteúdo dos acervos no Brasil e no exterior que guardam documentos fundamentais para a história da

América portuguesa. Algumas fontes são problematizadas – habilitações do Santo Ofício, solicitações de mercês e registros paroquiais – e seu manuseio põe em evidência a íntima ligação entre migração e mobilidade social, a importância da mestiçagem para a análise de nossa hierarquia social, a fecundidade do encontro da história demográfica com a micro-história, assim como a necessidade de desenvolvimento de estudos comparativos mais amplos.

Por fim, cabe um agradecimento aos autores dos textos que integram esse volume. Esperamos que os trabalhos aqui reunidos contribuam para novas pesquisas e debates em torno dos temas aqui desenvolvidos. Boa leitura!

Os organizadores

Parte 1

Mobilidade social e formação de hierarquias: uma abordagem a partir das elites

Hombres de múltiples experiencias Genealogía de las elites rioplatenses en el siglo XIX

Andrea Reguera

Abordar el análisis de la movilidad social y la formación de jerarquías, a partir de las elites, es una problemática que presenta no pocas aristas para el debate histórico.

Para hablar de movilidad y formación de jerarquías, incuestionablemente, tenemos que hablar del carácter dominante de las estructuras sociales y, dentro de ellas, de homogeneidad y desigualdad. El objetivo de la historia social ha sido definir a los grupos sociales y clasificarlos jerárquicamente dentro de una estructura. Pero hoy, más que clasificar, se busca conocer y comprender las dinámicas de esas estructuras. Estructuras que están en constante transformación. Por ello, encontramos que un necesario, aunque nunca suficiente, número de páginas ha sido consagrado al estudio de la dinámica del cambio social. Ahora bien, ¿desde dónde y cómo abordar su estudio? ¿Desde afuera o desde adentro; desde una mirada macro o una mirada micro; desde arriba o desde abajo? Más allá de considerar todas estas posturas, preferimos hacerlo desde las especificidades de los actores y desde el diálogo entre los distintos campos de la historia y las disciplinas sociales.

Una especificidad puede ser el estudio de la configuración, constitución, comportamiento y funcionamiento de las elites, lo cual nos lleva a un problema de método y de resultados que dependerá de la diversidad y calidad de documentos que

tengamos y podamos reunir. En general, se ha apelado a la prosopografía, las biografías seriadas y colectivas, que, más allá de sus límites, sigue siendo un método válido para el estudio de las elites. Para ello, los diccionarios histórico-biográficos, las genealogías familiares, los testamentos y sucesiones, la correspondencia privada, las memorias, los diarios personales, las biografías y autobiografías son de gran utilidad para recomponer la gran red de vínculos e interrelaciones en las que se han movido los actores sociales de esa elite.

Partiendo de la clásica definición de Vilfredo Pareto (1987) y Gaetano Mosca (2004),¹ quienes definen a la elite como aquel grupo de personas que ejerce directamente el poder político o que está en condiciones de influir en su ejercicio; al tiempo que reconocen que la “elite gobernante” o “clase política” está compuesta de grupos sociales diferentes. Mosca es quien examina de forma más minuciosa la composición interna de la propia elite. Y afirma que ésta experimenta continuos cambios en su composición, ya sea por reclutamiento individual de nuevos miembros o por sustitución de una elite por otra.

Aquí cabría una primera digresión; en esa recomposición, también habría que analizar si se trata realmente de la incorporación de nuevos miembros o de nuevos grupos sociales que expresan la emergencia de fuerzas sociales que representan nuevos intereses o del cambio de intereses de muchos de los miembros existentes; además de la conducción (conductor/es) de la elite, que actuaría de conector entre los distintos grupos sociales, emergiendo como cabeza visible de una cierta estructura. ¿Cómo se mueve la elite dentro de una determinada estructura? Tomando como tal, la elite política que emerge inmediatamente después de los movimientos emancipadores

¹ Véase, también, KOLABINSKA (1912).

en el Río de la Plata hasta consolidar el estado nacional argentino a fines del siglo XIX.

Tarea ambiciosa que no tengo resuelta y que nos llevaría a replantear la periodización de los ciclos que marcan el rumbo de la estructura.

*

El modo de razonar el siglo XIX no tiene nada que ver con la situación colonial que implicó el Antiguo Régimen. En el siglo de formación de los estados nacionales independientes en Latinoamérica, las autonomías regionales terminaron cediendo a la centralización de la región nacionalizante, en nuestro caso la pampa bonaerense. Ahora bien, ¿quiénes formaron parte del grupo dominante que llevó adelante dicho proceso? ¿Quiénes se constituyeron en grupo de poder para promover el cambio y/o sostener la continuidad de la tradición política? Y aquí, a lo largo de un siglo XIX convulsionado por las guerras civiles, el involucramiento en guerras externas y las disputas pendulares de tendencias políticas unitarias y federales, autonomistas y centralistas, liberales y conservadoras, la tradición de un poder centralizado tendió a imponerse a través de un personalismo cada vez más marcado. Este personalismo político se entiende como el ejercicio personal del poder, bien como expresión de la pura voluntad de dominio únicamente sujeta a su propio arbitrio, correlativo a la debilidad institucional y/o al escaso arraigo de la norma; bien inscrito dentro de la normativa vigente, amparado tras el “estado de excepción” previsto en los textos constitucionales para situaciones extraordinarias (Soriano, 1993).

Se había creado una estructura en la cual la elite experimentaba continuas recomposiciones a la luz de una serie de transformaciones coyunturales, que no hizo más que acentuar los rasgos característicos de una persistencia estructural.

¿Cuál es el origen de los miembros de la elite? ¿Es posible que pueda aplicarse el modelo clásico de la movilidad social europea? Como bien lo ha demostrado Gilles Postel-Vinay (1992) para el caso de Francia. Esto es, ¿padre campesino, hijo propietario y nieto profesional? (BODIGUEL, 1993). En nuestro caso, ¿cómo sería? ¿padre funcionario colonial/militar/comerciante; hijo militar/político/propietario; nieto propietario/profesional/político? Si bien esta es una hipótesis, aún no comprobada, de todos modos, es válido el planteo. El cambio y apertura del sistema político, con el advenimiento de formas democráticas y leyes electorales, en particular la Ley Sáenz Peña de 1912, que establecía el voto universal secreto y obligatorio, se abrió el camino para el ascenso y el recambio social.

Ambas formas de movilidad social nos refieren a una realidad estructural completamente diferente. Mientras el primer modelo nos traduce la movilidad estructural más que la movilidad que resulta de los cambios de posición entre categorías sociales, el segundo modelo nos remite a esto último, en donde se daría una jerarquía eslabonada.

* *

Este esquema aplicado al Río de la Plata produce, de manera vertiginosa, cambios importantes en la situación de las personas: en primer lugar, los cargos políticos ocupados antes por los españoles pasan ahora a ser ejercidos por los criollos, hijos de estos o de ricos comerciantes; en segundo lugar, con el proceso de expansión de la frontera, muchos comerciantes diversificaron sus inversiones y comenzaron a comprar tierras; en tercer lugar, los hijos de estos antiguos funcionarios y/o ricos comerciantes/propietarios iniciarán lo que Tulio Halperin Donghi, muy acertadamente, ha llamado “la carrera de la revolución”, dueños de importantes fortunas, provenientes del comercio y de la explotación y tenencia de la tierra, volcarán

sus intereses en la política a través de las armas; muchos otros hicieron el camino contrario, iniciados en las milicias se convertirán en prestigiosos militares y políticos, y muchos de ellos en importantes propietarios; los hay también intelectuales, de origen más modesto, quienes, habiendo podido completar sus estudios superiores en la Universidad de Córdoba o de Chuquisaca o en Universidades españolas, generaron un suficiente debate de ideas que volcarán en escritos polémicos, columnas de opinión y en certeros discursos pronunciados en los salones literarios o clubes sociales. La siguiente generación de intelectuales podrá acceder al poder a través de las artimañas políticas que ya habían experimentado los primeros políticos que ejercieron el poder en el campo de la acción armada más que en el campo de las ideas.

Hombres de experiencias múltiples que adoptaron el personalismo político como forma de ejercer el poder, insertos en una elite que sólo había rotado la prioridad de sus fuentes de ingresos (del comercio, de las armas, de las profesiones liberales a la tierra en gran escala). El líder o jefe político se convierte así en un distribuidor de renta, más por imperio de la necesidad de un orden que por una convicción ideológica. La base del poder se ha ampliado y territorializado a través de la expansión de la frontera y la disponibilidad del acceso a nuevas tierras y su incorporación al proceso productivo.

* * *

Si hacemos un breve repaso de nuestro proceso político, veremos que declarada la independencia de las Provincias Unidas del Río de la Plata en el Congreso de Tucumán en 1816, y habiendo experimentado formas colegiadas de gobierno (la Primera Junta de Gobierno, la Junta Grande, el Primer y Segundo Triunvirato), que terminaron en un rotundo fracaso, y la formación de un ejército para acabar con las últimas

resistencias españolas, el Directorio marca la primera forma personalizada y concentrada del poder político, que se verá violentamente interrumpido por el estallido de la Anarquía del año 20 y el enfrentamiento de facciones políticas al mando de caudillos unitarios y federales.

Ese estado de desorden y dispersión de las fuerzas culminó en 1828 con el fusilamiento del gobernador federal, Cnel. Manuel Dorrego, a manos de su enemigo el General unitario Juan Lavalle, lo que ocasionó la llegada de Juan Manuel de Rosas al poder, bajo el calificativo de “El Restaurador de las Leyes”, quien asume su primera gobernación (1829-1832) con facultades extraordinarias y la segunda (1835-1852) con la suma del poder público.

El régimen unanimista y concentrado de Juan Manuel de Rosas, radicalizado, a partir de la década del '40, hacia la violencia y el terror, llevó a que se le cambiara el calificativo de “Restaurador” por “Tirano” y “Dictador”. Esto ocasionó numerosos enfrentamientos internos y externos que lo llevaron a la derrota el 3 de febrero de 1852 en la batalla de Caseros a manos del Gral. entrerriano Justo José de Urquiza, quien comandaba un ejército constituido por litoraleños, uruguayos y brasileños. Urquiza se convirtió en el nuevo jefe federal de la Confederación Argentina pero sin base en la elite porteña; por ello, al momento en que dejaba Buenos Aires, con la excusa de preparar la convocatoria al Congreso Constituyente que se reuniría al año siguiente, 1853, para promulgar una constitución nacional, los autonomistas porteños declararon la secesión del estado de Buenos Aires.

Después de diez años de enfrentamientos y separación,² en 1861, el Gral. Bartolomé Mitre derrota al Gral. Urquiza en

² La Confederación Argentina, con capital en Paraná, estuvo bajo la presidencia de Vicente López y Planes (1852), Justo J. de Urquiza (1852-1860) y Santiago Derqui (1860-1861), y el Estado de Buenos Aires, con capital en la ciudad del

la batalla de Pavón, dando inicio así al período de organización nacional encabezada por las presidencias de Bartolomé Mitre (1862-1868), Domingo F. Sarmiento (1868-1874) y Nicolás Avellaneda (1874-1880), bajo la égida del partido liberal. Liberalismo que continuó con el Gral. Julio A. Roca (1880-1886 y 1898-1904) y su sistema de alianzas políticas bajo el liderazgo del Partido Autonomista Nacional (PAN).

La llegada de Julio A. Roca a la presidencia de la nación significó no sólo resolver el problema de la sede del gobierno nacional, con la federalización de la ciudad de Buenos Aires en 1880, sino que, en 1879, con la *Campaña del Desierto*,³ encabezada por el mismo General Roca, la economía argentina incorporó los más de 5 millones de hectáreas que faltaban completar en la provincia de Buenos Aires,⁴ consolidando así, definitivamente, el perfil agro-exportador del país.

A partir de entonces, la expansión de la agricultura comercial y la exportación de ganado en pie y carne enfriada y congelada terminaron de consolidar no sólo la posición hegemónica de la región sobre el vasto territorio argentino, sino también la del grupo de empresarios que, con origen de

mismo nombre, estuvo gobernada por Manuel G. Pinto (1852-1853), Valentín Alsina (1852/1858-1859), Pastor Obligado (1853-1858), Felipe Lavallol (1859-1860) y Bartolomé Mitre (1860-1862).

³ Previamente, se habían realizado varias expediciones, entre las más importantes cabe mencionar la encabezada por Martín Rodríguez en 1823 y Juan Manuel de Rosas en 1833.

⁴ En 1833, la existencia de tierra pública al interior de la frontera (río Salado) era de 11.616.321 has. y al exterior de 32.516.100 has. Luego, por Donaciones Incondicionadas, Leyes de 1834, 1835 y 1839 y Decretos de 1840 y 1841, se entregó un total de 4.379.670 has; por la Ley de Venta de 1836, 4.050.000 has.; por las Leyes de agosto y octubre de 1857, 4.050.000 has; por la Ley de Venta de 1859, 270.000 has; por la Ley de Venta de 1864, 1.990.000 has; por la Ley de Venta de 1867, 945.000 has; por la Ley de Venta de 1871, 3.690.000 has; por la Ley de Venta de 1878, 3.990.000 has; y por la Ley de Venta Condicionada de 1884, 3.560.000 has y, el mismo año, por Recompensa a los Militares, 5.130.000 has. Esto hace un total de 32.054.670 has. Para estos temas, véase INFESTA (2003) y VALENCIA (2005).

acumulación de capital en el comercio, la inversión en tierras y propiedades urbanas, y capacidad de diversificación en el sector manufacturero, industrial, financiero y productivo en otras regiones, se convierte en el grupo que detentaba, sin amenazas de otros grupos regionales dominantes, el poder político y económico de la nación.⁵

A pesar de la clara penetración del liberalismo, que bregaba por un estado constitucional que garantizara la seguridad jurídica y la participación política a través del sufragio y el fortalecimiento de las instituciones democráticas, sin embargo seguía existiendo una palpable continuidad en la existencia de una sociedad jerárquica, con una minoría gobernante de tintes aristocráticos más que burgueses. El proyecto de construcción de un estado-nación iba acorde a la formación de una economía de mercado y una sociedad de clases, constituida por individuos, cuyos intereses los enfrentaban en el plano de la política, donde el clientelismo y el faccionalismo tendían a imponer una peligrosa hegemonía a pesar de la oposición de intereses que empezaba a manifestarse, muy particularmente, en cuestiones de política económica y de gobierno.

En este brevísimo repaso del proceso político argentino en la larga duración, éste se presenta cargado de significaciones que dan cuenta del conjunto del fenómeno y de su evolución.

* * * *

Durante gran parte del siglo XIX, el poder estuvo dominado por los grupos propietarios, y fundamentalmente por su elite, la clase terrateniente, que hizo de la posesión de la tierra su principal capital político. La disponibilidad de una gran

⁵ Véase SÁBATO (1991). Para un caso particular de acumulación y diversificación, REGUERA (2006).

extensión de tierras al sur del Salado justificó el proceso de expansión que hizo duplicar dicha extensión y afirmar la hegemonía de los hacendados, sin necesidad de desplazar a grupos rivales. Uno de los puntos más importantes a debatir es el origen de la clase terrateniente. Mientras algunos lo ubican en el período colonial, Tulio Halperin Donghi lo forja al calor de la crisis de independencia y a la consolidación de una economía regional dominada por la producción pecuaria (HALPERÍN DONGHI, 2005, p. 172). Las transformaciones que experimenta el espacio después de 1820 son fundamentales para comprender el ascenso de la clase terrateniente al status de clase dominante.

Del magma de las clases propietarias, dirá Halperin Donghi, surgirá, de modo gradual y lento, la clase terrateniente. Pero esta clase no es portadora de nuevas relaciones sociales ni tampoco el sujeto por excelencia del proceso de cambio, sino su resultado primordial. La formación de esta clase se sustenta en el proceso de renovación y transformación de la elite mercantil porteña. Una elite urbana, formada por una alianza entre comerciantes, funcionarios y hacendados. La base de su conformación es el estado, ya que la consolidación de esta clase se vio favorecida por el nuevo orden político que surgió en Buenos Aires después del derrumbe del estado revolucionario.

Esta clase es un grupo económico y social dominante, que llega a ser hegemónico y que llevó adelante un proceso de expansión, que la tuvo como principal protagonista, basado en el aumento de las exportaciones. La producción primaria, dice Halperin, fue una oportunidad y un refugio para sectores altos de origen urbano (mercantil y burocrático) en una economía dislocada por el comercio libre y los efectos de la guerra. Esta clase hace un uso óptimo de los recursos, de acuerdo a su abundancia o escasez, y se beneficia de la reforma político-administrativa de 1820 y del advenimiento del rosismo. Su hegemonía durará hasta 1930.

Los propietarios de tierras no pueden ser vistos como un grupo homogéneo, aunque claramente emerge un grupo minoritario que no sólo tiene poder económico sino que goza de prestigio social y ejerce poder político. La historia de esta elite está marcada más por la continuidad que por las rupturas. Los años 1820-1912 son de modernidad y conservadurismo. Para 1912, la clase terrateniente había alcanzado la cima de la pirámide social y una posición privilegiada en la esfera política. De base urbana, su fuerza política no provenía de las masas movilizadas por la práctica del sufragio universal, sino de los lazos privilegiados con la elite política nacional y los intereses económicos dominantes, nacionales y extranjeros, que era consecuencia de su indiscutida posición en la cumbre de la jerarquía socioeconómica en el marco nacional. Estas elites se han proyectado como elementos de una misma sociedad, el fundamento ha sido construir y consolidar una república en base al orden y al progreso.

Un orden marcado a sangre y fuego por uno de los hombres más ricos y poderosos de la primera mitad del siglo XIX, Juan Manuel de Rosas,⁶ cabeza visible de una elite que

⁶ Juan Manuel de Rosas (Buenos Aires, 30 de marzo de 1793 – Southampton, 14 de octubre de 1877) pertenece a dos de los grupos familiares más importantes y ricos de la época, dueños de estancias y de un capital social poderoso. Hijo de León Ortiz de Rozas, militar y hacendado, y de Agustina López Osornio, hija del militar y hacendado Clemente López Osornio, dueño de la estancia el *Rincón de López* (de 40 leguas cuadradas), heredada luego por su hija y en donde se crió Juan Manuel de Rosas y sus 9 hermanos vivos (los otros 10 murieron). En 1811 pasa a administrar la estancia y en 1813 se casa con Encarnación Ezcurra y Arguibel, hija del comerciante Juan Ignacio Ezcurra, con quien tuvo dos hijos, Juan Bautista y Manuela. En 1815 forma sociedad con sus amigos Juan Nepomuceno Terrero y Luis Dorrego. La sociedad se dedicó a la adquisición de tierras y a la explotación ganadera, saladero y exportación de carne salada a Río de Janeiro y La Habana. En 1821, Dorrego se retira de la sociedad y en 1837 finaliza la asociación entre Rosas y Terrero. Luego de efectuadas las divisiones de ganado y tierras correspondientes, Rosas inicia la formación de su gran patrimonio territorial que se calcula alcanzó las 120 leguas de campo

hundía sus orígenes familiares en la época colonial y la base de su fortuna en el comercio y la explotación de tierras en gran escala, y que, si bien, una vez derrotado Rosas y condenado a muerte en ausencia como reo de lesa patria (aunque éste ya había partido a su destierro en Inglaterra), el nuevo grupo de poder no escatimó en perseguir, acusar y condenar a sus fieles servidores y amigos, mientras que la mayoría de los miembros de la elite rosista, ahora devenidos en autonomistas, no tardaron en dar el mando político a un nuevo conductor que mantuviera el orden y proyectara el progreso.

Durante los años del autonomismo porteño, el Estado de Buenos Aires gozó de prosperidad económica y de importantes adelantos que mejoraron la infraestructura urbanística, como las obras para el servicio de agua corriente y de alumbrado, la instalación, en 1857, del primer ferrocarril, el Ferrocarril Oeste de Buenos Aires, la fundación de escuelas y de pueblos en la campaña bonaerense, pero la bonanza no duraría demasiado tiempo, pues en 1859 comenzaron los enfrentamientos armados con la Confederación Argentina, lo que se sumaba a la disputa por el poder de las facciones internas.

Por un lado, se encontraban los *autonomistas*, quienes, liderados por Adolfo Alsina, y entre quienes se encontraban Valentín Alsina, Pastor Obligado, José Mármol y Carlos Tejedor, bregaban por una separación radical entre Buenos Aires y el interior para defender los privilegios aduaneros y portuarios porteños, y, por el otro, los *nacionalistas*, liderados por Bartolomé Mitre, y entre quienes se encontraban Domingo F. Sarmiento y Rufino de Elizalde, que abogaban por la unidad y la formación de una República. Recordemos que el federalismo, la “religión

en la provincia de Buenos Aires. Véase RAMOS MEJIA (2001), GALVEZ (1997) e IBARGUREN (1972). Específicamente, para la formación de su patrimonio territorial, REGUERA (2009).

política” de Juan Manuel de Rosas, fue proscrito durante cinco años a su caída y, de alguna manera, sus seguidores continuaron la línea nacionalista.

Hombres de estudio, abogados, jurisconsultos, periodistas, escritores, intelectuales, muchos de ellos pertenecían a ricas familias que habían hecho sus fortunas durante el período rosista, mientras que otros reconocían orígenes más modestos; de todos modos, tanto unos como otros debieron partir al exilio, donde forjaron su temple político al calor de sus diferencias y cerrada oposición al “tirano” Rosas.

En 1859, la relativa paz entre la Confederación y el Estado de Buenos Aires estalla tras una carta enviada por el presidente de la Confederación, Justo José de Urquiza, al gobernador de Buenos Aires, en donde le dice que Buenos Aires se uniría a la Confederación “por la razón o por la fuerza”, y fue la fuerza, primero, con el triunfo de Urquiza en la batalla de Cepeda y luego el triunfo de Mitre en la batalla de Pavón, que selló definitivamente el destino de las viejas “Provincias Unidas del Río de la Plata”.

La inauguración de este período de unidad nacional bajo los términos de la disidente y autónoma Buenos Aires inicia un período de consolidación del estado argentino. Acompañado y sucedido por liberales convencidos, más allá de los problemas políticos internos (la continuidad de las divisiones entre autonomistas y nacionalistas), los alzamientos federales en el interior del país, la cuestión de la federalización de la ciudad de Buenos Aires, la nacionalización de la aduana y hasta la guerra de la Triple Alianza (1865-1870), la vocación liberal del constitucionalismo político y la libertad económica sigue su paso firme. ¿De alguna manera, la vieja aristocracia terrateniente se había convertido en una joven burguesía urbana?

Así es cómo, en 1866, a instancias de Eduardo Olivera y algunos de los representantes más importantes de la riqueza

agropecuaria del país, como José Toribio Martínez de Hoz, Lorenzo Agüero, Ramón Vitón, Jorge Temperley, Ricardo B. Newton, Mariano Casares, Luis Amadeo, Francisco B. Madero, Leonardo Pereyra, Juan N. Fernández, Claudio F. Stegmann y Jorge R. Stegmann, nace la Sociedad Rural Argentina. Entre sus fines más importantes se encontraba el fomento de las actividades agropecuarias, el desarrollo y adelanto de las industrias complementarias y derivadas y la defensa de los intereses del principal sector de la economía argentina.

Las innovaciones productivas de la llamada “vanguardia ganadera bonaerense” (importación de reproductores para la mejora genética del ganado, nuevas técnicas de siembra, introducción del alambrado, aplicación de nuevas tecnologías para el enfriado y congelado de carne de exportación) (SESTO, 2005) fueron determinantes en el salto productivo que experimentó la Argentina en la segunda mitad del siglo XIX y primeras décadas del XX.

Grandes propietarios de tradición familiar, muchos de ellos encontraron en el ejercicio de la política la forma de defender y acrecentar sus intereses. Sostenedores de las nuevas políticas de expansión territorial, implementada durante la presidencia de Nicolás Avellaneda, se consolidará durante el gobierno del Gral. Roca (CANCIANI, 2013). La explotación de los millones de nuevas hectáreas de tierra incorporadas al mercado tiene su traducción directa en las siguientes cifras: en 1870 la superficie sembrada de trigo era de 130 mil hectáreas y se exportaron 9 toneladas métricas, mientras que en 1908 la superficie había ascendido a 6 millones de hectáreas y se comercializaron más de 3 millones de toneladas.

Sin entrar en detalles sobre la continuidad de las oposiciones de las facciones políticas entre sectores radicalizados del autonomismo y el nacionalismo, que se traducían, a su vez, en políticas económicas liberales y

proteccionistas, finalmente se llega a una conciliación y nace el Partido Autonomista Nacional, que nucleaba a la llamada “Liga de Gobernadores”; en contrapartida, Mitre crea el Partido Nacional.

Ambas líneas se enfrentaron al momento de designar al candidato que ocuparía la presidencia al finalizar el mandato de Nicolás Avellaneda, cuyo sucesor directo, Adolfo Alsina, había fallecido en 1877. El partido nacional aspiraba a imponer a un hombre de Buenos Aires para Buenos Aires, Carlos Tejedor; en tanto, la liga de gobernadores apoyaba la candidatura de Julio A. Roca, un hombre del interior que gobernaría para la Nación. Esta candidatura sintetiza las necesidades de grupos políticos provinciales, vinculados a sectores mercantiles, que aspiraban a contrarrestar el poder de los porteños. El choque entre ambas facciones fue inevitable y estalló cuando el Colegio Electoral designaba el 13 de junio de 1880 a Julio A. Roca como presidente y a Francisco Madero como vicepresidente. Mientras Mitre asume el mando de las fuerzas de Tejedor, las fuerzas nacionales se enfrentan en distintas batallas en la provincia de Buenos Aires (Olivera, Barracas, Puente Alsina y Corrales). Derrotados en el campo de batalla, se inician las conversaciones de paz que finalizan con la amnistía de los sublevados, la renuncia incondicional de Tejedor a la gobernación de Buenos Aires y la entrega de ésta a la autoridad nacional para convertirse en territorio federal como capital de la República (CARRETERO, 1974, p. 24-25).

Después de esta derrota, Julio A. Roca⁷ emerge, como ya dijimos, como la cabeza visible del PAN y dirigirá la política

⁷ Julio Argentino Roca nació el 17 de julio de 1843 en San Miguel de Tucumán y falleció el 19 de octubre de 1914 en Buenos Aires. Hijo del coronel Segundo Roca y Agustina Paz (hermana de Marcos Paz, vicepresidente de B. Mitre), nació en la estancia de sus padres “*El Vizcachera*”. Era el quinto hijo de un total de ocho hermanos. Asistió a la escuela franciscana de San Miguel de

argentina durante más de treinta años a través de un complejo sistema de alianzas de fuerzas políticas y sectores sociales bajo el lema “Paz y Administración”. Nuevamente, la política argentina concentraba su poder de decisión y fortalecía a la clase terrateniente, a pesar de recibir Argentina miles de inmigrantes cada día.

Bajo este marco, se iniciaba la última ofensiva estatal sobre territorio indígena. La avanzada iba acompañada con la entrega de tierras, creación de estancias, fundación de pueblos, apertura de caminos y postas, avance de las comunicaciones, el telégrafo y el ferrocarril. Esta avanzada consolidará aún más al grupo de los propietarios, de los grandes propietarios, los terratenientes.

* * * * *

El proceso de constitución del grupo de los propietarios es, entonces, indisociable del proceso de formación del estado y la expansión de la frontera. Ahí se inscribe la aparente

Tucumán, luego estudió en el Colegio Nacional de Concepción del Uruguay, y finalmente se decidió por la carrera militar, participando en la guerra entre Buenos Aires y la Confederación Argentina, en la Guerra de la Triple Alianza, de la Revolución de 1874, donde alcanzó el grado de general, hasta ingresar en la política. Fue Ministro de Guerra y Marina (1878-1879), Senador nacional (1888-1890; 1892-1893 y 1895-1898), Ministro del Interior (1890-1891) y Presidente de la Nación (1880-1886 y 1898-1904). Casado con Clara Funes en 1872, a quien conoció cuando fue nombrado comandante de fronteras en el sur de Córdoba, tuvo seis hijos (cinco mujeres y un varón). Una vez terminada su vida política, Roca se retira a su estancia “La Paz”, en Ascochinga (Córdoba), una herencia de 2.100 hectáreas de su esposa. En 1881, la Legislatura de Buenos Aires le donó 20 leguas cuadradas (53.000 hectáreas), en calidad de jefe de la expedición al desierto, que se convertirán en la estancia “La Larga” (ubicada en el partido de Daireaux en la provincia de Buenos Aires). En 1887, en sociedad con sus hermanos Ataliva y Alejandro, quienes ya tenían propiedades, el primero en el partido de Junín y el segundo en el sur de Córdoba, compra varias leguas de campo. En 1888, el Gral. Roca compra la estancia “La Argentina” (entre los partidos de San Andrés de Giles, San Antonio de Areco y Exaltación de la Cruz). Véase SÁENZ QUESADA (1980).

homogeneidad de una identidad social que desnuda jerarquías de desigualdad y heterogeneidad. El grupo reconoce orígenes y procedencias diversas, experimentando una gran fluidez en su composición y recomposición, debido al tiempo comprendido por los ciclos de vida, los movimientos migratorios y el desarrollo de las unidades de producción.

Los fundadores de los grandes patrimonios territoriales lo pudieron hacer en un momento dado y no en otro, en el momento posible. El momento en que el estado cedía la posesión de un bien generador de la riqueza, la tierra. La fragmentación de estos patrimonios se produjo al finalizar el ciclo de vida de sus fundadores, surgiendo por particiones nuevos patrimonios, de menor cuantía, que experimentarán derroteros diferentes. Algunos podrán conservar sus heredades casi intactas, otros se desprenderán de ellas mediante la venta, otros consolidarán su legado incrementándolo y las terceras y cuartas generaciones intentarán encontrar en sus propios tiempos el momento posible para, a través de las sociedades o los condominios familiares, superar el fantasma de la desaparición. Esto ha llevado a una continua reconfiguración de las propiedades debido a las compras y ventas y al casamiento entre miembros de las familias (primos y tíos y sobrinas) al interior del grupo, formando una gran red socio-parental que facilitará la conservación y la expansión de los logros económicos y el afianzamiento y la cohesión del grupo social.

La riqueza fundiaria deviene, en un modelo de sociedad dada, el factor que confería una dimensión social determinada y definía las relaciones de poder entre los hombres. Así, la riqueza se concentró en las manos de un grupo minoritario que intentó subsumir los intereses de la sociedad a los suyos propios. En este contexto, el juego de las variables entre la disponibilidad territorial y el aumento demográfico es muy importante para entender el proceso de acumulación y subdivisión de la tierra

en relación a la finalidad económica y valorización social, ya que estos objetivos convergen hacia el valor supremo del “tener”. Pero, si bien es cierto que la propiedad define toda una categorización social, la inversión de capital y el proceso de trabajo que requiere la tierra para entrar en producción generan también, ellos mismos, una gran variedad de diferenciaciones sociales.

La jerarquía socioeconómica de las grandes familias del período independiente no es la misma que la de la época colonial. Algunas declinaron y otras nuevas surgieron, mezclándose, o no, con viejas familias tradicionales, acumulando ellas también riqueza, prestigio y poder. ¿Cuál es el significado social de la propiedad de la tierra? En primer lugar, es necesario diferenciar, como lo encontramos en la historiografía europea, entre propiedad, explotación y dominio. Este último, en especial, hace referencia a una historia familiar, una posición social, un estado de poder económico, una identidad, una *façon de vivre*. Los miembros de estas familias se unen por la pertenencia familiar-social. La antigüedad y honorabilidad de la familia son tan importantes como el número de hectáreas que se posee al momento de definir la posición social de un individuo. La propiedad de la tierra aparece, al menos durante el siglo XIX y parte del XX, como un poder sólido y durable.

¿Como manifiestan socialmente su riqueza y poder?⁸
 ¿Cuáles son sus comportamientos y sus prácticas? Genealogía social y redes sociales. Dos elementos que juegan un papel

⁸ Entre algunos de los indicadores habría que tener en cuenta: las casas (ubicación, estilo, mobiliario), las bibliotecas, la concurrencia a determinadas escuelas y universidades, clubes y asociaciones e iglesias. Este es un tema que estamos desarrollando, en el marco de un proyecto mayor, para la primera mitad del siglo XIX; por ello, no podemos dar resultados concretos, sólo proyecciones prospectivas.

importante a la hora de reconocerse como parte de este grupo social. La utilización de redes relacionales permite definir a estos grupos sociales en cuanto agrupaciones de intereses y pertenencias. Al margen de las corporaciones, los individuos estaban ligados los unos a los otros por redes basadas en relaciones de parentesco, amistad, necesidad o interés mutuo y a raíz de estas relaciones tomaban sus decisiones, formaban sus identidades y forjaban su lugar dentro de las estructuras sociales. No es casualidad que en este período se funden clubes como El Jockey Club (1882)⁹ y el Círculo de Armas (1885)¹⁰ de Buenos Aires, dos de los círculos sociales más selectos del país.

La lectura diferencial de las fuentes nos lleva hacia una realidad plural y hacia un modelo cultural de sociedad que implica la transmisión de un sistema de valores. ¿Son los propietarios parte de una elite, de una aristocracia, o simplemente un grupo social dentro del conjunto mayor de la sociedad? Está claro que no son un grupo homogéneo y que forman parte de una sociedad estratificada, diversificada y jerarquizada donde el individuo define su pertenencia como resultado de una construcción, una inversión material e inmaterial.

Referencias

BIRLE, P., HOFMEISTER, W., MAIHOLD, G. y POTTHAST, B. (eds.). 2007. *Elites en América Latina*. Berlín, Iberoamericana-Vervuert, 228 p.

⁹ Entre cuyos socios fundadores se encuentran los representantes más importantes de las grandes fortunas fundiarias de la Argentina. Este club cuenta con sede social, donde se realizaban tertulias, biblioteca, lugares de recreación deportiva y cultural, el hipódromo de San Isidro y el Stud Book Argentino. A partir de este Club, se fundarán otros homónimos en cada ciudad capital de las provincias argentinas y en muchas otras ciudades de la república.

¹⁰ Nace como un club de esgrima.

- BODIGUEL, J.-L. 1993 [1989]. Histoire sociale et science politique: les élites contemporaines. In: Ch. Charle (dir.), *Histoire sociale, Histoire globale?*. París, Ediciones de la MSH, p. 161-170.
- BOTTOMORE, T. B. 1964. *Elites and Society*. Londres, C. A. Watts & Co. Ltd., 1964, 135 p.
- BURKE, P. 1996 [1994]. *Venecia y Amsterdam. Estudios sobre las élites del siglo XVII*. Barcelona, Gedisa, 215 p.
- CANCIANI, L. 2013. *La identidad bonaerense. Expansión de la frontera. Expediciones al desierto*. Tandil/Buenos Aires, Ediciones del CESAL, 150 p.
- CANTON, D., MORENO, J. L. y CIRIA, A. 1990. *Argentina. La democracia constitucional y su crisis*. Buenos Aires, Paidós, 223 p.
- CARRETERO, A. 1972. *Orden, paz, entrega, 1880-1886*. Buenos Aires, Ediciones La Bastilla, 202 p.
- CORTES CONDE, R. 1979. *El progreso argentino*. Buenos Aires, Sudamericana.
- CHARLE, Ch. (dir.). 1993 [1989]. *Histoire sociale, Histoire globale?* París, Ediciones de la MSH, 222 p.
- CHAUSSINAND-NOGARET, G. (dir.) 1991. *Histoire des élites en France du XVIe au XXe siècle*. París, Editions Tallandier, 478 p.
- GALVEZ, M. 1997 [1940]. *Vida de Juan Manuel de Rosas*. Buenos Aires, Editorial Claridad, 3 vols.
- GALLO, E. y CORTES CONDE, R. 1984. *La república conservadora*, Buenos Aires, Paidós, 247 p.
- GOROSTEGUI, H. 1984. *Argentina. La organización nacional*. Buenos Aires, Paidós, 140 p.
- HALPERIN DONGHI, T. 1972. *Revolución y guerra. Formación de una élite dirigente en la Argentina criolla*. Buenos Aires, Siglo XXI, 404 p.
- HALPERIN DONGHI, T. 1993a [1969]. *Historia Contemporánea de América Latina*. Madrid, Alianza, 774 p.
- HALPERIN DONGHI, T. 1993b [1972]. *Argentina. De la revolución de independencia a la confederación rosista*. Buenos Aires, Paidós, 430 p.
- HALPERIN DONGHI, T. 2005. *La formación de la clase terrateniente bonaerense*. Buenos Aires, Prometeo Libros, 210 p.

- HEINZ, F. (org.). 2006. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro, Editora FPV, 224 p.
- IBARGUREN, C. 1972 [16ª ed., 1ª ed. 1930]. *Juan Manuel de Rosas. Su vida, su drama, su tiempo*. Buenos Aires, Ediciones Theoría, 308 p.
- INFESTA, M. E. 2003. *La pampa criolla. Usufructo y apropiación privada de tierras públicas en Buenos Aires, 1820-1850*. UNLP, La Plata, 336 p.
- KOLABINSKA, M. 1912. *La circulation des elites en France*. Lausanne, Librairie F. Rouge et Compagnie, 126 p.
- LUNA, F. 2012 [1989]. *Soy Roca*. Buenos Aires, Sudamericana, 589 p.
- MORICEAU, J. M. y POSTEL-VINAY, G. 1992. *Ferme, entreprise, famille: grande exploitation et changements agricoles: les Chartier, XVII-XIX siècles*. Paris, EHESS, 396 p.
- MOSCA, G. 2004. *La clase política*. México, FCE, 300 p.
- PARETO, V. 1987 [1916]. *Escritos sociológicos*. Madrid, Alianza Editorial, 395 p.
- PRIETO, F. 2005. *Historia de las ideas y de las formas políticas*. Madrid, Unión Editorial, IV. 2, p. 469-497.
- RAMOS MEJIA, J. M. 2001 [1907]. *Rosas y su tiempo*, Buenos Aires, Emecé, 676 p.
- REGUERA, A. 1999a. Familia, formación de patrimonios y transmisión de la tierra en Argentina. Los Santamarina en Tandil (1840-1930). In: J. GELMAN, J. C. GARAVAGLIA y B. ZEBERIO (comps.), *Expansión capitalista y transformaciones regionales. Relaciones sociales y empresas agrarias en la Argentina del siglo XIX*. Buenos Aires, IEHS-La Colmena.
- REGUERA, A. 2002. Los propietarios de la tierra en Argentina. Criterios de análisis y elementos para su definición. *Revista História Unisinos*, 5/6, p. 11-58.
- REGUERA, A. 2006. *Patrón de Estancias. Ramón Santamarina: una biografía de fortuna y poder en la pampa*. Buenos Aires, EUDEBA, 239 p.
- REGUERA, A. 2007. Enfoques dominantes en el análisis social de la historia latinoamericana. ¿Una historia de la burguesía, de las elites, o de los grupos dominantes?. *Interpretaciones. Revista de Historiografía y Ciencias Sociales de la Argentina*, 2.

REGUERA, A. 2009. Por el testamento habla la red. Estancias, bienes y vínculos en la trama empresarial de Juan Manuel de Rosas (Argentina, siglo XIX). *Boletín Americanista*, 59, p. 15-28.

REINHARD, W. (comp.) 1996. *Las elites del poder y la construcción del estado*. México, FCE, 381 p.

SÁBATO, J. F. 1991 [1ª ed. 1979]. *La clase dominante en la Argentina moderna. Formación y característica*. Buenos Aires, CISEA, 280 p.

SÁENZ QUESADA, M. 1980. *Los estancieros*. Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 339 p.

SESTO, C. 2005. *La vanguardia ganadera bonaerense, 1856-1990*. Tomo II: "Historia del capitalismo agrario pampeano". Buenos Aires, Siglo XXI.

SOCOLOW, S. 1991 [1ª ed. en inglés 1978]. *Los mercaderes del Buenos Aires virreinal: familia y comercio*. Buenos Aires, Ediciones de la Flor, 243 p.

SORIANO, G. 1993. *El personalismo político hispanoamericano del siglo XIX*. Caracas, Monte Ávila Editores, 227 p.

VALENCIA, M. 2005. *Tierras públicas, tierras privadas. Buenos Aires, 1852-1878*. La Plata, UNLP.

WRIGHT MILLS, Ch. 1960. *La elite del poder*. México, FCE.

ZEBERIO, B. 2001. Disputar el patrimonio. Herencia, justicia y conflictos familiares en la pampa argentina (1880-1940). *Anuario del IEHS*, 16, p. 365-388.

Mudanças e permanências no sistema atlântico luso centrado no Rio de Janeiro: escravidão, Antigo Regime e a economia atlântica na América lusa, 1670-1800

João Fragoso

Introdução

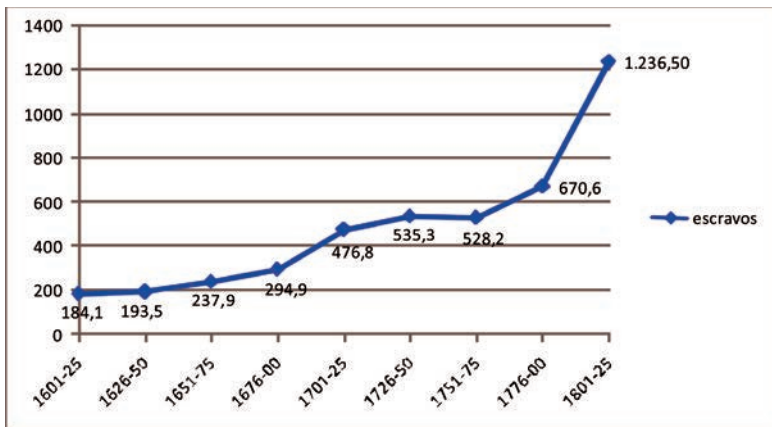
O texto a seguir tem por objetivo contribuir para o estudo das transformações sociais e econômicas vividas pelo Centro-Sul da América lusa na passagem do século XVII para o Setecentos.

Quando estudamos os últimos anos do Seiscentos e as primeiras décadas do século seguinte no Estado do Brasil, a primeira ideia que nos vem a cabeça é da descoberta do ouro e dos seus impactos na paisagem econômica, social e demográficos, sendo tal conjunto de impactos, em geral, resumido na expressão mágica “consolidação da economia escravista colonial” no Centro-Sul brasileiro. No caso, temos a substituição de uma incipiente produção de açúcar, de alimentos e de aguardente por uma economia cujo motor é a produção de metais preciosos e, com ela, a multiplicação dos contatos com o Atlântico: remessas de metais, compras de manufaturados europeus e entradas de escravos africanos. Ao lado disto temos, em pouco tempo, a disseminação de novas áreas produtoras e de mercados entre o sertão baiano e o

* Agradeço os financiamentos do CNPq e da FAPERJ.

continente do Rio Grande de São Pedro. Por seu turno, estas redes comerciais do Atlântico e do interior teriam como eixo o Rio de Janeiro. Até fins do século XVIII, o Rio iria se converter na principal praça mercantil do Atlântico Sul e, conseqüentemente, do império português, capaz de ligar num mesmo circuito comercial Benguela (Angola), Lisboa e Goa no Índico¹, e, com isto, era consolidado o sistema atlântico luso. Enfim, o Centro-Sul americano deixava de ser uma área marginal da monarquia lusa para tornar-se uma de suas jóias.

Gráfico 1: Estimativas de desembarques de cativos africanos no Mundo Atlântico (1500-1866). Em milhares de pessoas



Fonte: Eltis, David; Richardson, David; Berhens, Stephen; Florentino, Manolo. *The Trans-Atlantic Slave Trade Database*. <http://wilson.library.emory.edu:9090>. <http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>

¹ Sobre este sistema atlântico em princípios do século XIX, ver FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: 1790-1830*. 2. ed., 1. ed. 1992. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. Ao longo do século XVIII, os panos asiáticos passaram a ser um dos principais produtos usados para a compra de escravos nos mercados africanos. Ver FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. FERREIRA, Roquinaldo. *Transforming Atlantic slaving: trade, warfare and territorial control in Angola, 1650-1800*. Los Angeles: University of Califórnia, 2003 (Tese de Doutorado inédita).

Estas mudanças econômicas e sociais podem ser medidas por alguns números. No gráfico 1, nota-se que a entrada de escravos africanos na América lusa entre 1676-1700 e 1701-1725 passou de cerca de 295 mil para cerca de 476 mil pessoas. Portanto, comparando os dois quartéis de tempo, temos um aumento de 61% no tráfico de escravos. Somente 75 anos depois é que tal taxa do comércio de almas brasileiro foi superada: entre 1776-1800 e 1801-1825, o número de cativos passou de 671 mil para 1.236.500, ou seja, um aumento de 84%. Cabe sublinhar que parte da entrada de cativos nas primeiras décadas do século XIX se devia à pressão do fim do tráfico internacional acordado para 1830. Assim, no primeiro período temos mais um fenômeno de natureza econômica e social da política internacional, como ocorreu nas vésperas de 1830. Entretanto, mais do que aspectos quantitativos, aquela expansão da escravidão africana no Centro-Sul da América lusa iria representar uma série de rupturas na sociedade pré-industrial considerada. Afinal, estamos diante de um comércio de gentes e não de joaninhas. Aqueles números representaram, em pouco tempo, a chegada de milhares de pessoas, com as respectivas visões de mundo e linguagens, a pequenas comunidades católicas de base agrária, a exemplo do município do Rio de Janeiro. Em 1687, o centro deste município, formado pelas freguesias de Sacramento (Sé do Bispado) e da Candelária, tinha uma população que dificilmente ultrapassava 7 mil almas, entre livres e escravos. Na década de 1710, estima-se que entraram anualmente na cidade 4 mil escravos africanos². Não é preciso ser muito inteligente para se dimensionar o impacto na vida da cidade do fato dela ter se transformado em porta de entrada e

² CAVALCANTE, Nireu. O comércio de escravos novos no Rio de Janeiro, In: FLORENTINO, Manolo. *Tráfico, cativo e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 63-65. **Visitador:** (não localizado), **Data:** 1687, **Notação:** ACMRJ, Série de Visita Pastoral, VP38, Arquivo Geral da Cúria do Rio de Janeiro.

de redistribuição de escravos e demais mercadorias para o Centro-Sul americano. Infelizmente, ainda não temos uma ideia clara destes impactos nas formas de acumulação e distribuição da riqueza social, na hierarquia social, nas visões de mundo, nas formas de organização parental, etc. preexistentes na sociedade que viveu aqueles fenômenos. Sabe-se ou supõe-se, contudo, que a escravidão africana, como base da produção da riqueza social, foi consolidada. Porém, tal afirmação ainda possuiu mais um caráter mágico do que explicativo. Um dos objetivos deste texto, como afirmei, é compreender um pouco mais tais mudanças e, em especial, começar a descobrir a sociedade na qual estas últimas ocorreram.

Cabe sublinhar que, a meu ver, é um equívoco resumir a sociedade do Centro-Sul do Estado do Brasil do século XVII, em especial da capitania do Rio de Janeiro, a um grande canal ou a áreas produtoras de alimentos e aguardente para o Atlântico Sul escravista. Parece-me que começamos a ultrapassar a fase dos fáceis modelos explicativos que resumiam aquela sociedade a fruto da vontade do capital mercantil e marcada por senhores de escravos e escravos, negros ou índios. Um dos resultados disto, do esfacelamento daqueles modelos explicativos, é a descoberta de sociedades na América lusa do Seiscentos cuja lógica social é praticamente desconhecida. Enfim, pouco ou nada sabemos sobre os regimes demográficos, a estrutura fundiária, a hierarquia social ou o sistema de transmissão de patrimônios desta época.

1. O Rio de Janeiro e o Atlântico Sul luso em fins do século XVII

No ano da graça do Senhor de 1674, faleceu no Rio de Janeiro Isabel Ribeiro da Costa, natural da cidade e esposa de Jerônimo de Azevedo. Em seu testamento, ela pedia que seu

corpo fosse acompanhado por 20 padres e 20 cruzeiros até a sua sepultura, no Convento de Nossa Senhora do Carmo. E mais: ordenava que, no dia de seu enterro, fossem rezadas tantas missas quantas pudessem em todos os conventos, mosteiros e igrejas da cidade. Mandava ainda a seus testamenteiros que em todos os anos, e para sempre, fossem celebradas missas por sua alma. Para tanto, Izabel da Costa *vinculava* um sobrado (casa de dois andares construída com pedra e cal), cujos aluguéis deviam custear aquelas missas anuais. A administração deste vínculo ficava a cargo de seu sobrinho, Gregório Mendes, e depois de sua descendência masculina até o final dos tempos³. Em outros testamentos da elite social deste século e do seguinte, o bem vinculado deveria ser administrado pela Santa Casa de Misericórdia e não por um parente do testador⁴. Assim, aparentemente, o falecido estava mais preocupado em salvar a sua alma do que em garantir a grandeza de sua casa através da integridade do seu patrimônio familiar até o fim dos tempos.

Este testamento e outros do século XVII apresentam alguns traços do Antigo Regime católico luso em vigor no Estado do Brasil em fins do século XVII. Tratava-se de uma sociedade sustentada pela economia escravista e pela agricultura (de alimentos e de exportação), na qual parte da riqueza social era destinada para o além-túmulo, seja na forma de missas em velórios ou de missas para todo o sempre (vínculos). E isto era feito pelas famílias a mando de seus mortos. Esta sociedade fica mais visível no quadro 1. Nele, comparei o valor declarado nas determi-

³ Testamento de Isabel da Costa Ribeiro, 21/05/1674. *Livro de Óbitos Freguesia da Candelária*, imagem 19. <[http://www.familysearch.org/s/image/show#uri=http%3A//pilot.familysearch.org/recordsIsabel 21/05/1674](http://www.familysearch.org/s/image/show#uri=http%3A//pilot.familysearch.org/recordsIsabel%2021%2F05%2F1674).

⁴ Testamento de Joana Soberal, 11/09/1678; Testamento de Belchior da Fonseca Doria, 21/03/1702; Testamento de Francisco de Macedo Viegas, 21/09/1672; *Livro de Óbitos Freguesia de Sacramento (Sé do Bispado do Rio de Janeiro)*. <http://www.familysearch.org/s/image/show#uri=http%3A//pilot.familysearch.org/records>.

nações testamentárias das freguesias da Sé e Candelária⁵ com o valor total dos bens (engenhos de açúcar, sobrados, terras) negociados nos cartórios da cidade. No quadro nota-se que as ditas determinações correspondiam, entre 1674 e 1675, a mais de 2/3 das transações escrituradas na cidade na época.

Quadro 1: Valor das doações testamentárias diante do movimento das compras e vendas de bens (engenhos de açúcar, casas, sobrados, terras, etc.) nos cartórios do Rio de Janeiro: mé- dia por período (valor/nº de escrituras)

Anos	Nº de testamentos	Anos das escrituras	Nº de escrituras (bens)	Valor médio das doações	Valor médio das escrituras (bens)	% das doações nos bens
1674-1675	30	1670-75	45	142\$903	213\$775	66,8
1699-1700	36	1696-98	79	149\$855	326\$773	46,0
1715-18	113	1711-20	182	247\$248	1:120\$203	22,1
1739-40	98	1731-40	230	427\$642	936\$535	45,7
1799-1800*	28	1800	280	831\$392	2:072\$364	40,1
Totais	305		816			42,9

* No período de 1799 a 1800 foram levantados apenas os testamentos da Candelária.

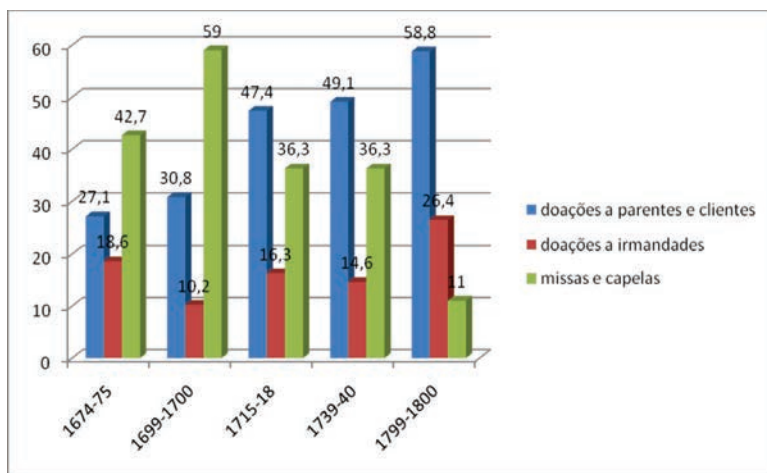
Fonte: Livros de Óbitos da Freguesia da Candelária, Rio de Janeiro, anos 1674/75, 1699/1700, 1715-18, 1739-40 e 1799/1800. SAMPAIO, Antônio C. J. de. *Na curva do tempo, na encruzilhada do Império: hierarquização social e estratégias de classe, a produção da exclusão* (Rio de Janeiro, c. 1650 - c. 1750). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003; FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: 1790-1830*. 2. ed., 1. ed. 1992. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. BISPADO do RIO DE JANEIRO. *Notícias do Bispado do Rio de Janeiro*, **Visitador:** (não localizado), **Data:** 1687, **Notação:** ACMRJ, Série de Visita Pastoral, VP38, Arquivo Geral da Cúria do Rio de Janeiro. Documento localiza. Agradeço a Victor Luiz Alvares Oliveira pela localização e pela digitação do documento. <http://www.familysearch.org/s/image/show#uri=http%3A//pilot.familysearch.org/records>>. Ver anexo 1 sobre a representatividade dos testamentos no total de óbitos.

⁵ A Sé do Bispado do Rio de Janeiro e a Candelária na época era uma das paróquias existentes na capitania do Rio de Janeiro e era frequentada principalmente por negociantes de grosso trato, senhores de engenho e oficiais superiores da coroa.

Através do gráfico 2, percebe-se com mais rigor o domínio dos mortos sobre os vivos ou as práticas católicas interferindo na reprodução econômica da sociedade analisada. Nos anos de 1674-75 e depois 1699-1700, a soma das missas, vínculos e doações a irmandades podia chegar a cerca de 70% do valor das doações testamentárias, e as destinadas a parentes consanguíneos, afilhados e amigos não ultrapassavam 30% no total das doações.

Gráfico 2: Distribuição dos tipos de doações nas terças testamentárias nos óbitos de livres da Freguesia da Candelária, Rio de Janeiro: 1674/75, 1699/1700, 1740 e 1799/1800

em %



Fonte: Livros de Óbitos da Freguesia da Candelária, Rio de Janeiro, anos 1674/75, 1699/1700 e 1740. <http://www.familysearch.org/s/image/show#uri=http%3A//pilot.familysearch.org/records>. Para a representatividade ver anexo 2.

Não custa lembrar que o Rio de Janeiro, assim como as demais áreas da monarquia lusa, tinha por fundamento a visão de mundo baseada na escolástica católica, ou seja, o rei era a

cabeça da monarquia, porém não se confundia com ela, pois a sociedade era polissinodal e corporativa⁶. Esta concepção correspondia a uma disciplina social presente nas diversas *repúblicas* que compunham a monarquia pluricontinental lusa. Assim, em todos os municípios, de São Luís a Luanda, vigiam a ideia e a prática do autogoverno, no qual a Câmara de Vereadores (nobreza da terra) aparecia como poder concorrente ao do rei e ao da nobreza solar do Reino. Logo, cabia aos camaristas cuidar de aspectos essenciais de sua comunidade, como a justiça de primeira instância e a administração do mercado local⁷. Da mesma forma, nos municípios do Reino e das conquistas ultramarinas prevaleciam princípios da tratadística católica que interpretavam e organizavam a realidade social. Basta lembrar que a ideia de família como uma sociedade naturalmente organizada era compartilhada em Recife, Cabo Verde e Rio de Janeiro; ou, ainda, basta recordar a regra de que a escravidão e suas relações sociais e de trabalho eram assuntos domésticos.

⁶ Ver HESPAÑHA, Manuel. Os poderes, os modelos e os instrumentos de controle. In: MONTEIRO, Nuno. G. *História da Vida Privada*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2011. p.12 e 13.

⁷ Sobre a ideia de monarquia corporativa e polissinodal, ver ELLIOTT, John. A Europe of Composite Monarchies. *PastandPresent*, 137, nov. 1992. HESPAÑHA, A. M. Para uma teoria da história institucional do Antigo Regime. In: HESPAÑHA, A. M. (Ed.). *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. FRAGOSO, J.; GOUVÊA, F. Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI–XVIII. *Tempo*, Niterói: Departamento de História, 2009. Sobre negociações no interior dos impérios ultramarinos da Europa moderna ver GREENE, Jack. *Negotiated authorities: essays in colonial political and constitutional history*. Charlottesville and London: University Press of Virginia, 1994. Sobre municípios na época moderna, ver: MAGALHÃES, J. R. 1988. *O Algarve Econômico: 1600-1773*. Lisboa: Estampa. O espaço político e social local. In: OLIVEIRA, C. (dir.). *História dos municípios e do poder local*. Lisboa: Temas e Debates. BICALHO, Maria, Fernanda. *A Cidade e o Império: Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. LEMPERIERE, Annick. *Entre Dieu et le roi, la République: Mexico, XVIe-XIXe siècles*. Paris: Les Belles Lettres, 2004. Como sublinhei na introdução, a concepção corporativa, ao longo do século XVIII, foi minada pela emergência do paradigma individualista.

Igualmente, nas palavras de Hespanha, a ordem neste Antigo Regime católico e escolástico era sustentada por uma disciplina social na qual a obediência era amorosa, portanto, consentida e voluntária. Este último fenômeno vigorava em todos os municípios, apesar das diferenças dos costumes locais, dando-lhes, na falta de uma palavra melhor, uma uniformidade social.

Em outras palavras, tal disciplina social, difundida pelo catolicismo por padres seculares e ordens religiosas, criava uma linguagem comum à monarquia pluricontinental. Assim, os municípios, com o seu autogoverno e hierarquias sociais costumeiras, disseminados pelo vasto império português, implicavam a existência de histórias sociais diferentes, porém estreitamente conectadas. Na verdade, aquela disciplina social católica, na época moderna, conferia certa uniformidade à Monarquia pluricontinental. Insisto na ideia de obediência, pois ela era capaz de exercer o papel dos mecanismos de controle visíveis de um Estado absolutista⁸. Aquela disciplina possibilitava que a subordinação às autoridades e, especialmente, à Sua Majestade fosse confundida com o amor a Deus. Com isto possibilitava-se que o autogoverno dos municípios fosse a base da monarquia polissinodal e corporativa.

Portanto, as doações testamentárias informam o preço pago pelas famílias pela manutenção daquela disciplina e da ordem social a ela correspondente. Por outro lado, as somas destinadas para as missas, irmandades e conventos nos informam sobre as possibilidades de poupança social e linhas de crédito numa economia sem a forte presença do capital mercantil e muito menos de um sistema bancário que garantisse o financiamento da produção e do comércio.

⁸ Ver HESPANHA, 2011, p. 12 e 13.

Para a América lusa, e principalmente para a América de língua espanhola, do século XVII, já há uma historiografia que sublinha a importância do crédito fornecido por instituições como os conventos e mosteiros, a exemplo da Santa Casa de Misericórdia⁹. Conforme Rae Flory, em Salvador da Bahia de fins do século XVII, a Santa Casa de Misericórdia era a principal responsável pelos empréstimos às lavouras, currais e comércio do Recôncavo Baiano¹⁰. No Rio de Janeiro, a realidade não foi muito diferente. Entre 1650 e 1700, praticamente inexistia a oferta de crédito, cabendo esta tarefa ao juízo dos órfãos e às pias instituições de caridade e aos mosteiros¹¹. Assim, através das práticas mortuárias, via celebração de missas, e de dádivas aos céus era garantido o custeio da produção social. Provavelmente, aquelas esmolas testamentárias ofertadas aos mortos oneravam a existência dos vivos das famílias¹², porém as mes-

⁹ Para a Bahia, ver FLORY, Rae. *Bahian society in the mid-colonial period: the sugar planters, tobacco growers, merchants, and artisans of Salvador and the Recôncavo, 1680-1725*. Tese (doutorado), Austin, The University of Texas, 1978. RIBEIRO, Alexandre V. *A cidade de Salvador: estrutura econômica, comércio de escravos e grupo mercantil (c. 1750 – c. 1800)*. Rio de Janeiro: UFRJ, PPGHIS, 2005. Para a América espanhola, ver KICZA, John. *Empresários coloniales – familias y negocios en la ciudad de México durante los borbones*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986. BURNS, Kathryn. *Nuns, Kurakas and credit: the spiritual economy of seventeenth-century Cuzco*. *Colonial Latin American Review*. Oxford: Carfax, v. 6, n. 2, 1997.

¹⁰ FLOURY, 1978.

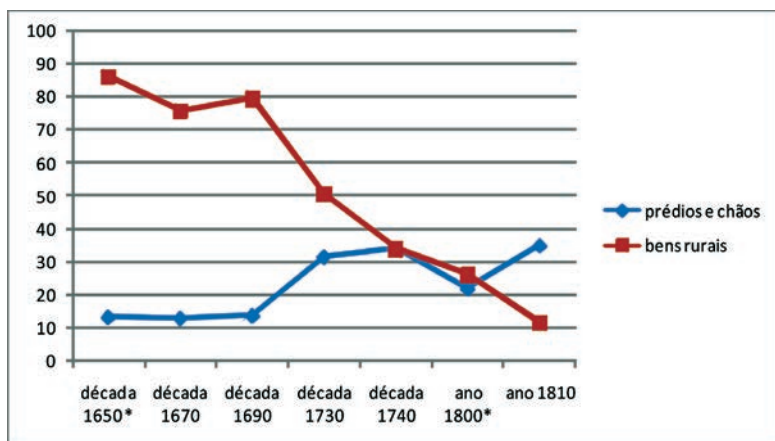
¹¹ FRAGOSO, João. Um mercado dominado por “bandos”: ensaio sobre a lógica econômica da nobreza da terra do Rio de Janeiro Seiscentista. In: SILVA, Francisco C. T. Da; MATTOS, Hebe M.; FRAGOSO, João Fragoso (Org.). *Escritos sobre História e Educação: homenagem a Maria Yedda Linhares*. Rio de Janeiro, Mauad e FAPERJ, 2001; FRAGOSO, João. A nobreza da República; notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro, *Topoi – Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ*, Rio de Janeiro, UFRJ / 7 Letras, n. 1, 2000.

¹² Mesmo que tais doações pudessem representar a manutenção do prestígio social e do estamento dos vivos da família do falecido, de qualquer forma tratava-se da perda de parte do patrimônio material da família. Aqui cabe sublinhar que os vínculos de bens não representavam necessariamente uma estratégia para garantir a integridade de fortunas, pois não raro a administração dos

mas esmolas colocavam em funcionamento *plantations* e o tráfico atlântico de escravos. Voltaremos a esta questão mais abaixo.

O gráfico 3 informa um pouco mais sobre a economia em questão. Por ele se vê que o Rio de Janeiro da segunda metade do século XVII era ainda essencialmente rural. No gráfico, observa-se que, na época, ao menos 80% dos valores das escrituras registrados em cartórios eram compra e venda de bens rurais.

Gráfico 3: Evolução percentual dos valores dos prédios e chãos urbanos *versus* os dos bens rurais no total dos negócios feitos nos cartórios do Rio de Janeiro entre 1650 e 1810



* Ver observações do quadro quanto ao número de anos por período.

Fonte: Vide anexo 3.

Neste mundo, o espaço reservado aos prédios e chãos urbanos era praticamente insignificante. Por esta época, a população da cidade que se confessava era, conforme a citada

bens vinculados ficava a cargo de uma irmandade ou mosteiro. SAMPAIO, Antônio C.J. de . *Na curva do tempo, na encruzilhada do Império: hierarquização social e estratégias de classe, a produção da exclusão* (Rio de Janeiro, c. 1650 - c. 1750). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

Vista Paroquial de 1687, de menos de 17 mil habitantes. Mesmo considerando que tais estimativas não contabilizavam os índios e negros infiéis e as crianças menores de 6 anos, o Rio de Janeiro da época, comparado aos padrões urbanos europeus de então, era uma pequena vila¹³.

Porém, como afirmei, esta vila estava inserida no sistema do Atlântico Sul luso. Para tanto, basta voltar à senhora Isabel Ribeiro da Costa, pois ela era filha, irmã e esposa de arrematantes de impostos, de senhores de engenho e de sócios no contrato de Angola, leia-se, do tráfico atlântico de escravos¹⁴. Não obstante suas ligações com os negócios do Atlântico, os Ribeiro da Costa não pertenciam à elite mandatária da cidade, no caso à nobreza principal da terra¹⁵, pois não descendiam dos conquistadores quinhentistas que capitanearam a luta contra os franceses a serviço da monarquia lusa. Apesar desta menor qualidade social na *República*, a senhora Isabel e os seus comungavam da visão de mundo que impregnava o ar da baía de Guanabara, ou seja, ela pertencia a uma sociedade comandada pelos mortos.

¹³ KRIEDTE, P. *Feudalismo Tardio y Capital Mercantil*, 3. ed. Barcelona: Ed. Crítica, 1985, capítulo II. BISPADO DO RIO DE JANEIRO. *Notícias do Bispado do Rio de Janeiro*. **Visitador:** (não localizado), **Data:** 1687, **Notação:** ACMRJ, Série de Visita Pastoral, VP38, Arquivo Geral da Cúria do Rio de Janeiro. Documento localiza. Agradeço a Victor Luiz Alvares Oliveira pela localização e pela digitação do documento.

¹⁴ Ver FRAGOSO, 2001.

¹⁵ Nobreza da terra, segundo a tradição vinda de Portugal, consistia nos homens bons da terra, ou seja, era constituída pelas famílias mais antigas e ilustres do município e, portanto, responsáveis pela eleição dos camaristas e demais cargos honrosos da república, como os oficiais das milícias (ordenanças) e almoxarques (responsáveis pela supervisão do mercado público). Em outras palavras, somente os integrantes de tais famílias podiam ocupar a administração municipal. Deste modo, esta nobreza, apesar de não pertencer à fidalguia, pois não ostentava necessariamente títulos da casa real ou pertencia às ordens militares, tinha em suas mãos o poder político local. Nas conquistas americanas lusas, tais famílias alegavam também constituírem nos conquistadores da terra

O número estimado de engenhos de açúcar não passava de 130 unidades no Rio de Janeiro em fins do século XVII¹⁶. As poucas pesquisas existentes tendem a encontrar nestas *plantations* uma organização do trabalho diferente daquela do Caribe britânico, onde prevaleciam as *gangs* de escravos, imensas turmas de escravos pertencentes aos donos das *plantations*¹⁷. Pelo menos no Rio de Janeiro e na Bahia, a produção de açúcar nas *plantations* era realizada em diversas lavouras de cana de açúcar, chamadas de *partidos de cana*. Assim, em um engenho de açúcar brasileiro, ao lado dos escravos e das plantações do dono da moenda e senhor das terras, existiam diversas lavouras trabalhadas por cativos de senhores sem terras. Neste tipo de *plantation*, interagiam diversas relações sociais de produção, quais sejam: entre senhores de engenhos e lavradores escravistas sem terras, entre estes últimos e seus cativos, etc. Isto tudo sem esquecer que, neste mesmo espaço, existiam relações de consanguinidade, de vizinhança e de parentesco ritual entre livres, forros e cativos. Ou seja, além de serem escravos, senhores, lavradores de partidos, os moradores dos engenhos desenvolviam entre si vínculos de parentesco, de clientela e de compadrio. E, portanto, eram primos, compadres, vizinhos, clientes e patrões¹⁸.

¹⁶ ABREU, Maurício. *Geografia Histórica do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Andrea Jackbsson, 2011.

¹⁷ DUNN, Richard. *Sugar and slaves: the rise of the planter class in the English West Indies, 1624-1713*. Chapel Hill: University of North Caroline Press, 1972. HIGMAN, B. W. *The Sugar Revolution: the Economic History Review*, v. 53, n. 2, 2000. MENARD, Russell. *Sweet negotiations: sugar, slavery, and plantation agriculture in early Barbados*. Charlottesville: University of Virginia Press, 2006.

¹⁸ FRAGOSO, J. Efigênia angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII: uma contribuição metodológica para a história colonial. *Topoi: Revista do PPGHIS – UFRJ*, n. 21, v. 11, jul-dez 2010. FRAGOSO, João. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor do engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). In: GOUVÊA, Maria de Fátima; FRAGOSO, João (Orgs.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI- XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

Os registros de batismos do início do século XVIII para a freguesia de Campo Grande (área açucareira do Rio de Janeiro) fornecem indícios sobre as relações sociais e econômicas presentes nos engenhos de açúcar. O quadro 2 resume algumas destas informações para oito engenhos entre 1704 e 1720. Nele temos o nome do engenho, o do seu dono, o número de lavradores de cana sem terras e a quantidade de famílias cativas nelas existentes. É desnecessário dizer que tais informações são incompletas, pois elas são produzidas apenas no ato do batismo; portanto, os senhores de cativos ou escravos que não batizaram seus recém-nascidos não aparecem em tal quadro, e o pároco nem sempre era cuidadoso em seus registros. De qualquer forma, de um total de 359 famílias escravas que batizaram seus filhos, na região e no período considerado, 102, ou 28% moravam em engenhos. Esta informação sugere que ao menos 28%, da escravaria da freguesia trabalhavam em engenhos. Este mesmo quadro informa que parte plantação de açúcar era feita por lavradores sem terras, mas com cativos.

Para três destas *plantations*, de “Cabuçu”, de “Coqueiros” e do “Retiro”, temos mais notícias por meio de cruzamentos mais cuidadosos dos mesmos registros de batismos. As terras dos três engenhos eram cultivadas por parentes, consanguíneos ou não, dos seus respectivos donos. Em outras palavras, os lavradores escravistas sem terras eram filhos, genros e compadres dos senhores daqueles engenhos. As escravarias destes lavradores, por seu tuno, eram compadres de seus parceiros de senzalas, de escravos de outros engenhos e de forros moradores em tais estabelecimentos rurais. Portanto, temos a impressão de que o engenho era mais que um grande canal sujeito aos preços do mercado externo, como muitas vezes afirma a historiografia sobre o assunto. Talvez as *plantations* brasileiras, diferentemente das do Caribe inglês, fossem mais um *oikos* e tivessem por objetivo o sustento e a ma-

nutrição da qualidade social do seu senhor e dos integrantes de sua família extensa¹⁹.

Quadro 2: Engenhos de açúcar, seus senhores, moradores proprietários de escravos em Campo Grande, 1704-1720

Engenhos de açúcar, seus senhores, lavradores escravistas e famílias escravas			
Engenhos	Senhores de engenho	Lavradores escravistas	Famílias escravas
Bangu	Capitão-mor José Andrade Souto Maior	1	5
Cabuçu	Manuel Pacheco Calheiros	4	9
Coqueiros	Capitão Francisco Teles Barreto	4	25
Guandu	Capitão Manuel Freire Alemão	1	20
Joari	Padre Francisco Dias Garcia	5	18
Lamarão	Manuel Antunes Suzano	2	2
Retiro	João Manuel de Melo	4	26
Subtotal	7		102 (28,4%)
Total de famílias escravas na freguesia			359

Fonte: Registros paroquiais de batismos de escravos de Campo Grande, 1704-1720, da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Obs: Estimativas a partir do número de mães escravas no registro paroquial de batismos do período considerado. <http://www.familysearch.org/s/image/show#uri=http%3A//pilot.familysearch.org/records>>.

¹⁹ A expressão *oikos* é usada da forma aplicada por B. Clavero para designar as atividades econômicas e sociais desenvolvidas numa família no Antigo Regime. Como afirmo, tal família seria uma sociedade naturalmente organizada, nela existindo hierarquias e sendo realizada a produção social. CLAVERO, B. *Andidora – antropologia católica de la economia*. Milão: Giuffrè, 1991, e HESPA-NHA, A. M. *Imbecillitas*, BH & SP: UFMG & Annablume, 2010.

1.1 Notícias de uma sociedade de conquista no Antigo Regime nos trópicos

Uma das trilhas para tentar conhecer uma dada sociedade é por meio do seu sistema de transmissão de patrimônio de uma geração para outra. Através deste procedimento, podemos começar a pensar nos sistemas de famílias, na hierarquia social e na distribuição de bens presentes na dada sociedade, sendo que tomamos conhecimento de tais fenômenos considerando a sociedade em seu processo de reprodução ou ainda no tempo.

Neste sentido, requerimento enviado ao Conselho Ultramarino, em 1725, pelo moço fidalgo Francisco Fernando Camello Pinto de Miranda²⁰ contra seu sogro, capitão mor José de Andrade Soutomaior, pode nos ajudar. Neste requerimento, o moço fidalgo afirma ter recebido como dote um engenho de açúcar de seu sogro, porém o dote era de 40 mil cruzados e o engenho valia 60 mil cruzados²¹. Portanto, devia ao sogro 20.000 cruzados, quantia para a qual pedia moratória. O casamento na conquista do Rio de Janeiro, a exemplo do demonstrado por M. Nazzari²² para São Paulo, era um assunto vital na transmissão de patrimônio de uma geração para outra, sendo tal ato escriturado em livros públicos depositados nos cartórios e ainda mencionados nos testamentos anexos aos registros de óbito da época e ainda sujeito à mediação de sua majestade.

No caso acima, trata-se de um acordo nupcial, ou melhor, de uma aliança política entre um sogro da nobreza da terra no Rio de Janeiro, com mais de três gerações nos dois

²⁰ Francisco Fernando Camello Pinto de Miranda, Moço Fidalgo com 1\$000 rs de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia 29/08/1707 e 25/06/1719.

²¹ Requerimento enviado ao Conselho Ultramarino por Fernando Camello Pinto de Miranda. BRASIL, Ministério da Cultura. Coleção Resgate AHU, Rio de Janeiro, Castro Almeida, cx 22, nº 4.859 – 4.860. CD 2. Rolo 23.

²² NAZZARI, M. *O desaparecimento do dote*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

costados na conquista, e um fidalgo da Casa Real reinol. Por este casamento, no caso da sua filha Ana, o referido capitão-mor pagou um engenho real com a sua escravaria, terras, benfeitorias e cobres (maquinários para o beneficiamento do açúcar), argumento suficientemente forte para trazer um fidalgo do Reino para a distante e inóspita conquista, apesar da aversão que a aristocracia solar nutria por estas terras do além-mar²³. O sogro, provavelmente, almejava acrescentar grandeza à sua família, através do ingresso de sua filha Ana em patamares superiores da hierarquia social centrada na monarquia católica. Portanto, a visão de mundo de Soutomaior tinha por eixo não somente o mandonismo local sobre escravos e livres do Rio de Janeiro ou o governo político da república. Ele pretendia mais. Tanto assim que uma outra filha, de nome Maria, era casada desde 1720 com o também fidalgo da casa real Mathias de Castro Morais, filho do antigo mestre de campo das tropas regulares da cidade Gregório de Castro Morais.

Na verdade, esta escolha de fidalgos da casa real pode ser também encontrada em outras famílias da nobreza da terra. Este foi o caso de Manuel Teles Barreto, ao casar, no início do século XVIII, três de suas filhas com genros daquela qualidade. Ou ainda, recuando no tempo, a prática da família de Maria Pimenta de Carvalho, casada em segundas núpcias, em 1667, com o fidalgo da Madeira Egas Muniz. Destino semelhante teve sua prima Antônia de Andrade. Esta, por volta de 1652, casava com o sargento-mor das tropas regulares João Rodrigues Pestana.

²³ Para o assunto, vide MONTEIRO, Nuno. Trajetórias sociais e governo das conquistas: Notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, p. 249-285.

Em todas estas situações, observa-se que as famílias da nobreza da terra tiveram como referência uma hierarquia social que ultrapassava as fronteiras geográficas da capitania. Na verdade, por se tratar de escolhas de segmentos de uma elite social e política, pode-se dizer que a estratificação social de tal capitania não se esgotava na dinâmica local, mas seus alicerces confundiam-se com os da monarquia. E, deste modo, parte da riqueza social da dita capitania caiu em mãos de estrangeiros da terra, porém naturais daquela hierarquia social, entendendo a última como fenômeno da monarquia.

Com esta última pretendo afirmar que o interesse das referidas famílias da terra não era tanto o casamento das suas rebentas com reinóis, mas sim com fidalgos de solar. Estes podiam ser da terra, do Reino ou da Madeira. Isto fica claro quando vemos o casamento de Apolonia de Albuquerque Câmara, filha de uma família fidalga residente há tempos no Brasil e com provável grandeza para se casar no Reino, com Manuel Telo Pimenta, natural do Rio de Janeiro, mas moço fidalgo da casa real e também filho de outro fidalgo. Assim, Manuel era natural da terra e o mais importante natural do topo da hierarquia social.

Este último casamento nos fornece outro indício da estratificação social e das formas da distribuição de riqueza desta sociedade. Apolonia possuía mais de um engenho de açúcar, inclusive no Norte do Brasil, e uma vasta fortuna; já Manuel provavelmente apenas duas casas térreas. Tal notícia reforça a ideia de uma estratificação social não somente desenhada pela fortuna material, mas também pelo *status* social e a honra familiar. Ao menos isto foi verificado acima desde o matrimônio do moço fidalgo Francisco com a menina Ana Soutomaior, herdeira de escravarias e bens rurais. Algo a ser estudado com mais calma, a exemplo do realizado por Nazzari no seu estudo clássico para São Paulo, é o peso do dote na circulação de fortunas

de uma geração para outra nas diferentes capitanias da América lusa do século XVII.

As notícias de tal hierarquia aparecem de forma mais refinada através das núpcias construídas por João Barbosa de Sá e sua esposa Joana de Soberal Freire. Em 1674, João, um ano após o seu casamento, fazia um empréstimo e dava como garantia o seu partido de cana situado no engenho de açúcar S. Antônio de Meriti, do irmão Manuel Barbosa de Sá, informação que sugere ser ele um lavrador de cana e não um senhor de engenho. Mais de 30 anos depois, em 1705, no testamento de sua esposa declarava possuir 17 escravos e um partido de cana no engenho São Bernardo, em Irajá²⁴. Portanto, não seria de assustar que, ao longo da vida adulta, o casal fosse de lavradores e, o mais curioso, tiveram de mudar de residência e de freguesia: de Meriti para Irajá. Porém isto não foi impedimento para conseguir bons matrimônios, sob o aspecto material, para alguns de seus rebentos. O filho Francisco de Macedo Freire, futuro coronel das ordenanças, casou com sua prima distante e com isso tornou-se senhor do engenho de um engenho em Inhaúma. Sua irmã Mariana Barbosa de Soberal, desde 1702, era esposa do senhor de moendas Antônio Nunes do Amaral, com quem não possuía nenhum parentesco sanguíneo. Observe-se que, neste caso, o dote de Mariana, até informação contrária, não foram bens de raiz, mas sim de outra natureza, talvez o *status* da noiva. A menina descendia, do lado paterno, de um dos capitães da conquista quinhentista do Rio de Janeiro e ainda de um ouvidor do rei na cidade. Do lado materno, seus familiares também serviram em ofícios régios: seu avô mater-

²⁴ Arquivo Nacional. Cartório do Primeiro Ofício de Notas do Rio de Janeiro. Escritura de Dívida de João Barbosa de Sá – 1674. Testamento de Joana de Soberal, 11/05/1705. *Livro de Óbitos Freguesia da Sé*, imagem 90. <<http://www.familysearch.org/s/image/show#uri=http%3A//pilot.familysearch.org/records>>.

no fora sargento-mor das tropas regulares da capitania. Com o casamento com o também descendente da nobreza da terra Antônio do Amaral, Mariana adquiriu o domínio do engenho de São Bernardo, onde sua mãe possuía um partido de cana no final da vida. Deste modo, não é absurdo imaginar que o casamento da referida moça garantira o acesso mais estável da mãe às terras do engenho de São Bernardo. Aliás, em seu testamento, a nossa menina, por não ter filhos, deixou a sua parte do engenho ao avô materno e isto como represália ao marido, por este ter se amancebado com uma escrava e com ela ter dois filhos. Esta última notícia abre outra trilha para entendermos a sociedade considerada, no caso as diversas faces das relações pessoais (clientelares, intimidade, etc.) de senhores e escravos, porém isto fica para outra ocasião²⁵.

Assim, temos que as estratégias da elite da terra para conservar e ampliar sua qualidade social não se resumia à procura de cônjuges da fidalguia solar. Afinal, nem todas as famílias tinham condições para tanto, ou seus interesses passavam por outros caminhos. Neste sentido, estabelecer alianças com famílias da nobreza da terra, mesmo sem foro de fidalguia, inseria-se na lógica da sociedade tratada.

Além do exemplo acima, temos o da família Francisco Paes Ferreira, o segundo com este nome e falecido em 1720. Sua linha materna vinha da nobreza da terra quinhentista, e seu pai mantinha relações de clientela com a parentela do general Benevides (Salvador Correia de Sá e Benevides), de onde saíram diversos governadores da capitania, entre os quais o próprio general. Este portfólio permitiu à irmã de Francisco, Mariana Pais Barbosa, casar-se com um primo do general Benevi-

²⁵ Testamento de Joana de Soberal, 06/06/1721. *Livro de Óbitos Freguesia da Sé*, imagem 93. <<http://www.familysearch.org/s/image/show#uri=http%3A//pilot.familysearch.org/records>>.

des e juiz da alfândega, o fidalgo Manuel Correia de Araújo. Francisco, em 1687, possuía um partido de cana em Irajá no engenho de seu sogro, o alferes Lucas do Couto, porém, quando do seu falecimento, morava em outra freguesia. Em 1720, ele declarava possuir nas terras do engenho dos herdeiros do general Benevides uma lavoura de cana com 40 cativos em Jacarepaguá, freguesia na qual estava bem ambientado, pois, a exemplo de outros nobres da terra, era compadre de livres e de escravos. Assim, ao longo de sua vida adulta, Paes Ferreira, a exemplo de seu compadre João Barbosa, mudara de freguesia e de engenho. Infelizmente, não tenho a menor ideia, por que isto ocorreu com estes e outros senhores²⁶. Seja como for, os fenômenos acima não impediram seu filho varão e homônimo de casar-se com a filha de um capitão de fortaleza da capitania e tornar-se senhor de engenho. Em outras palavras, o filho de um lavrador sem terras, porém nobre da terra, conseguiu ingressar na família de um oficial superior de sua majestade e se tornar dono de moendas. Este é um percurso um pouco diferente das filhas de outro nobre da terra, o citado capitão-mor José de Andrade Soutomaior, e com isto se complica o entendimento da hierarquia social de Antigo Regime tratada.

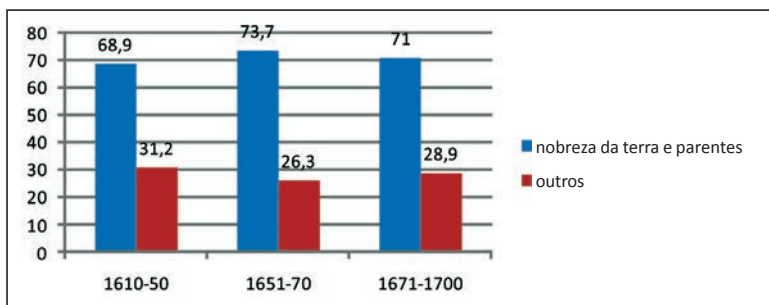
Meu interesse neste texto é de demonstrar o peso da qualidade social, fosse de fidalguia ou de nobre da terra, nos mecanismos de reiteração das estruturas sociais básicas da sociedade católica do Rio de Janeiro seiscentista. Entre tais estruturas básicas, incluo a estratificação social e também o acesso à terra. Afirmar que através da qualidade social genros e noras podem ter acesso à terra significa dizer que estamos diante de uma estrutura fundiária onde a terra é percebida como patri-

²⁶ Testamento de Francisco Paes Ferreira, 09/08/1710. *Livro de Óbitos Freguesia da Sé*, imagem 49. <<http://www.familysearch.org/s/image/show#uri=http%3A//pilot.familysearch.org/records>>.

mônio de um dado segmento da sociedade em detrimento de outros. A possibilidade de se ter acesso à terra, riqueza social central numa economia rural como a considerada, através da qualidade social, significa que ela é vista como monopólio de um dado grupo social. Em poucas palavras, minha hipótese é de que, na sociedade de Antigo Regime do Rio de Janeiro, as terras eram percebidas como patrimônio das famílias que comandaram a sua conquista no século XVI.

A princípio esta hipótese pode ser inferida através do gráfico 4. Nele trabalho com as escrituras públicas de compra, de empréstimo e quitação em que bem vendido ou hipotecado foi um engenho de açúcar. Entre 1610 e 1700, localizei nas escrituras do primeiro ofício de notas 73 escrituras com estas características; nelas, 52 dos compradores e ou devedores eram nobres da terra ou seus genros. Número não muito diferente encontrei para os vendedores de moendas. Ou seja, compradores e vendedores de engenhos saíram do mesmo grupo social; portanto, este bem pertencia majoritariamente a tal segmento social. Por este número, acredito que o mercado de moendas e de terras era dominado pelos conquistadores quinhentistas. Provavelmente este quadro se alterou no século XVIII com as mudanças vividas pela capitania em razão da maior pressão demográfica e do crescimento de outros grupos sociais, como os negociantes de grosso trato. Porém isto é uma outra história.

Gráfico 4: Participação da nobreza da terra como donos de engenho de açúcar nas escrituras públicas do Rio de Janeiro, 1610-1700



Fontes: Livros de escrituras públicas de compra, de crédito e de quitação de dívida. Cartório do Primeiro Ofício de Notas do Rio de Janeiro (160-1700). Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

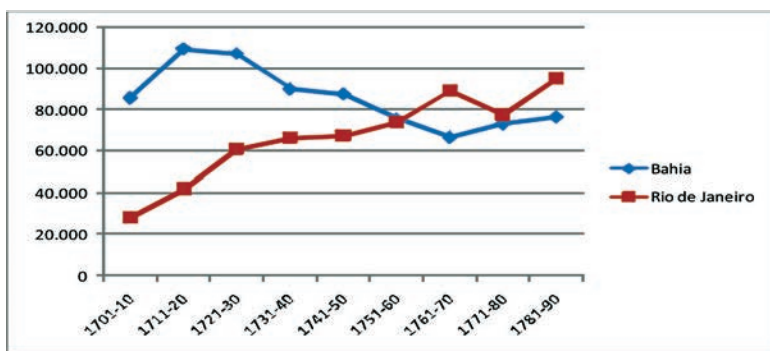
2. A descoberta da Morada do Ouro e a ampliação do Sistema Atlântico Sul luso: a primeira metade do século XVIII

Talvez mais importante do que a descoberta do ouro nos sertões do Centro-Oeste brasileiro tenha sido a forma social de produção usada para a extração deste metal na época e mais a ampliação de tal forma de trabalho. Estou me referindo à escravidão africana e, portanto, à chegada avassaladora de homens e mulheres, com suas respectivas visões de mundo, ao porto do Rio de Janeiro e à sua posterior distribuição pelos diversas vilas, novas e velhas, do Centro-Sul do Brasil. Enfim, por esta época, como disse, sedimentou-se de vez o sistema atlântico sul luso baseado na escravidão e no catolicismo. Em outras palavras, a descoberta do ouro e demais metais preciosos em Minas, e depois em Mato Grosso e Goiás, implicou o alastramento, para o interior da América lusa, da produção e do comércio baseados na escravidão. Ademais, houve a multi-

plicação dos fluxos comerciais entre os portos e municípios-*repúblicas* lusos situados nos dois lados do Atlântico: Rio de Janeiro, Salvador, portos da Costa da Mina e da Guiné, Luanda (Angola), São Tomé e Príncipe, etc., e, no decorrer do século XVIII, também com os portos do distante Estado da Índia, de onde se buscavam os tecidos com os quais os escravos eram adquiridos nas feiras dos portos e sertões africanos²⁷.

O gráfico 5 ilustra a sedimentação de tal sistema através da entrada de cativos nos principais portos negreiros da América portuguesa. Entre as décadas de 1700 e 1720, os africanos aportados em Salvador passaram de 85.719 para 106.962, o que representa um crescimento de 24% do tráfico de escravos no espaço de duas décadas. Mais avassalador ainda foi o movimento negreiro no porto carioca. Ao longo da década de 1700, desembarcaram no Rio de Janeiro 28.200 cativos africanos, ao passo que, três decênios depois, entre 1731 e 1740, chegaram 66.278, um aumento de 135%; ou seja, o comércio de almas para o Rio quase triplicou no intervalo de 40 anos.

Gráfico 5: Estimativas de entradas decenais de escravos nos portos de Salvador da Bahia e do Rio de Janeiro (1700 a 1780)



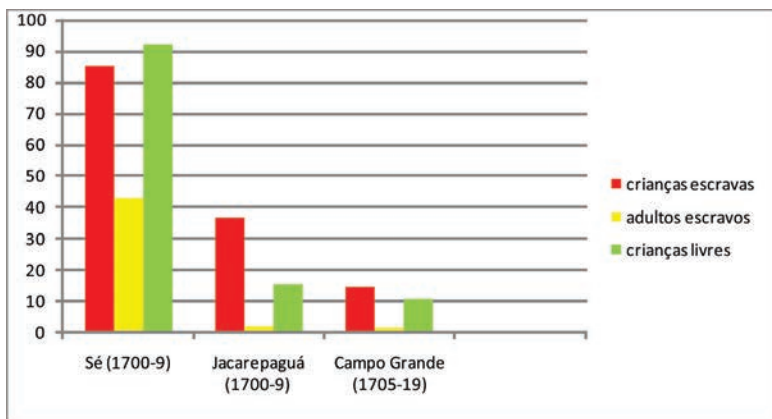
Fonte: Anexo 3.

²⁷ Ver FERREIRA, 2003; FLORENTINO, 1997.

É desnecessário dizer que tais números significaram a transformação da cidade do Rio de Janeiro de uma vila rural com um porto voltado para o Atlântico em uma praça mercantil com freguesias rurais (ver gráficos 5 e 6). No gráfico 6, comparo os números médios de batismos de escravos adultos, crianças escravas e livres em três diferentes freguesias da cidade: Sacramento, Jacarepaguá e Campo Grande, estas duas últimas paróquias rurais baseadas em engenhos de açúcar escravistas. No gráfico 6, antes de tudo, verificamos a desproporcionalidade entre os batizados feitos na Sé e nas duas freguesias rurais, entre 1700 e 1719. O número de batismos de crianças escravas por ano na Sé foi superior a 80 inocentes, e a soma das duas paróquias rurais não chegou a 60. Este fenômeno insinua a superioridade populacional da *urbs*, diante da precariedade dos povoados rurais considerados. Da mesma forma, aqueles números sugerem que a produção açucareira do município tendia na época a se transformar numa atividade secundária diante dos negócios atlânticos realizados nas freguesias portuárias da cidade. Esta tendência pode ser confirmada no gráfico 2, no qual se nota o crescimento, entre fins do século XVII para o seguinte, dos negócios com prédios e chãos concomitante ao declínio das transações com bens rurais²⁸.

²⁸ Sobre as transformações vividas pelo Rio neste período, ver o trabalho seminal SAMPAIO, 2003. BICALHO, 2003. FRAGOSO, João. À espera das frotas: micro-história tapuia e a nobreza principal da terra (Rio de Janeiro, c.1600 – c.1750). Conferência apresentada no Concurso Público para Professor Titular de Teoria da História do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (texto inédito), 2005.

Gráfico 6: Estimativas de população por condição jurídica (escravos e livres) no Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XVIII, com base em batismos de crianças e adulto



Obs.: Cálculos segundo o número anual de batizados.

Fontes: Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro (ACMRJ), Livros de batismos de livres e de escravos das freguesias de Sacramento, Jacarepaguá (1700 a 1709) e Campo Grande (1705 a 1719). Ver anexo 5.

Entretanto, mais do que o crescimento da população e dos negócios urbanos, o que sobressai é a transformação do Rio de Janeiro em um centro de redistribuição de mercadorias vindas do Atlântico para os diversos mercados regionais (com suas lavouras, currais e extrações de metais) da América lusa. Este fenômeno pode ser inferido pelo gráfico 6, no qual se nota a grande desproporção anual entre batismos de crianças e de adultos cativos nas três freguesias. No caso, os batismos de adultos eram de africanos e, portanto, eles indicam o ritmo do tráfico atlântico de escravos. Em Sacramento, o número de adultos batizados (africanos) por ano foi bem superior ao de crianças batizadas em cada uma das duas freguesias rurais, ou ainda inferior ao número de mães (ver anexo 4). Estas comparações sugerem que os africanos negociados no porto do Rio de Janeiro

ro não se dirigiam principalmente para as freguesias rurais da capitania fluminense, mas eram encaminhados para os diferentes e distantes mercados regionais da América lusa.

O cenário de mudanças até agora desenhado nos leva a perguntar: como foi possível a consolidação do sistema atlântico luso? Como, em tão pouco tempo, pôde-se multiplicar o tráfico atlântico de escravos para a América lusa? Quais os mecanismos de acumulação que viabilizaram a produção aurífera e transformaram cidades como o Rio de Janeiro em elos entre o Atlântico e o interior da América lusa?

Infelizmente, estas perguntas, como tantas outras, ainda não foram satisfatoriamente respondidas pela jovem historiografia brasileira e nem pela historiografia internacional. Portanto, só posso apresentar algumas hipóteses.

Em recente tese de doutorado, Carlos Kelmer²⁹ demonstrou que a viabilização da produção de metais nas Minas de Ouro deve ser encontrada na economia e sociedade preexistente na América lusa. A maioria dos empreendedores da produção aurífera de Mariana e Ouro Preto saíram das fileiras das antigas elites sociais do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia, ou seja, de suas respectivas nobrezas principais da terra. Para tanto, estes homens se valeram dos recursos que possuíam: redes clientelares constituídas por índios flecheiros e escravos armados, e, talvez, o crédito dado pelas formas tradicionais de financiamento, como irmandades e o Juízo dos Órfãos. Com tais instrumentos e na condição de capitães-mores regentes, portanto a serviço da Monarquia, eles organizaram a vida social e política dos arraiais auríferos.

²⁹ KELMER, Carlos M. *A cor negra do ouro: circuitos mercantis e hierarquias sociais na formação da sociedade mineira setecentista, 1711-c. 1756*. Rio de Janeiro: FAPERJ & Mauad X, 2012.

O alargamento do tráfico de escravos atlântico foi possível, no início do século XVIII, pela ação da nobreza da terra envolvida no comércio, pela existência, mesmo precária, de um grupo de negociantes (a exemplo das famílias de Isabel da Costa e de seu marido) no Brasil. Do outro lado do Atlântico, temos a chamada política dos governadores de Angola. Conforme Roquinaldo Ferreira, estes governadores, através de uma vasta rede de contatos em Portugal e no Brasil, controlavam, desde meados do século XVII, o comércio de cativos. Em Angola, aqueles ministros contavam com o apoio da Câmara Municipal de Luanda e dos *sobas* do sertão. Com isto, eles dominavam o circuito de cativos das feiras rurais (também mercado de homens) até os portos africanos de embarque para a América³⁰. Para o pagamento das despesas de tais operações prevalecia o conhecido mecanismo pré-capitalista das cadeias de endividamento e o pagamento em espécie (ouro)³¹.

Como afirmei, a implementação e organização das vilas nas regiões auríferas, o estabelecimento das rotas para o seu abastecimento, inclusive o de escravos, contaram provavelmente com a ação decisiva de frações da nobreza principal da terra de São Paulo, do Rio de Janeiro e da Bahia. Para o Rio de Janeiro, este foi o caso de Antônio de Figueira Coutinho. Este nobre da terra faleceu em 11 de março de 1720, e em seu testamento constavam dois imóveis no Rio de Janeiro, diversas armas, escravos e arrobas de ouro. Parte das últimas foi destinada à celebração de missas por sua alma e como esmola a dezenas de afilhados-clientes distribuídos entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro. Da mesma forma, em diversos momentos do testamento, foram mencionados negócios cujo meio de pagamento era também em arrobas de ouro. Em ou-

³⁰ FERREIRA, 2003.

³¹ KELMER, 2012.

tras palavras, este documento, como outros, insinua que os empréstimos e as compras necessárias para a montagem do complexo aurífero foram feitos em moedas, mas também através de trocas por ouro³².

Este testamento reafirma igualmente a importância das redes sociais preexistentes e comandadas pela velha nobreza da terra na organização dos novos arraiais mineiros do sertão. Neste sentido, não custa lembrar que o testamenteiro e irmão de Antônio de Figueira, o capitão Francisco do Amaral Coutinho, era o então capitão-mor e governador do Distrito do Rio das Mortes, em Minas do Ouro³³. Ou seja, Antônio pertencia a uma família que, em fins do século XVI, conquistou o Rio de Janeiro para a Monarquia lusa e tempos depois, em princípios do século XVIII, iniciou a exploração aurífera do sertão das Minas e aí organizou vilas e arraiais.

Assim, insisto, a possibilidade da mineração, da ampliação da teia de mercados regionais e do tráfico de escravos deve ser procurada na sociedade de Antigo Regime nos trópicos. Testamentos e outros documentos sugerem a existência de uma nobreza da terra e de uma economia no Rio de Janeiro que, apesar de pouco mercantilizada (ver quadro 1), tinha um sistema de poupança capaz de financiar as primeiras empreitadas da mineração e das atividades econômicas.

Deste modo, os testamentos de princípios do século XVIII apresentam fortunas da velha nobreza da terra que contavam com arrendamentos de contratos régios em um momento em que a cidade se expandia. Tal foi o caso do capitão Ignácio de Andrade Soutomaior, integrante de uma família cujo portfólio contava com cerca de 100 anos de serviços à República e à

³² KELMER, 2012.

³³ FRANCO, Francisco de A. Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1989. p. 49, 132-133.

Monarquia, e falecido em 1703. Na ocasião, ordenava que parte dos rendimentos do contrato régio por ele arrematado fosse destinado à Santa Casa de Misericórdia. Um ano depois, seu filho, o futuro capitão-mor José de Andrade Soutomaior, arrematou os dízimos da alfândega do porto do Rio de Janeiro. Nesta altura, o porto da cidade já recebia levadas de escravos africanos para as explorações auríferas e exportava metais preciosos. O mesmo coronel depois aplicava, provavelmente, parte dos lucros daquele contrato no dote de sua filha, prometida a um fidalgo reinol.

Em princípios da década de 1720, os coronéis e concunhados Manuel Telo Pimenta e João Aires Aguirre arrematavam os dízimos da cidade. Existiam, ainda, nobres com rotas comerciais no sul e no tráfico de escravos, a exemplo de Francisco de Almeida Jordão & filhos e dos Cherem³⁴. Outras famílias, como os Gurgel, enriqueceram via exploração mineira. Francisco de Gurgel do Amaral, que antes arrematara o abastecimento de carne à cidade, chegou a oferecer um donativo de 300 mil cruzados, em 1714, para a construção da fortaleza da Ilha das Cobras, pedindo, em troca, mercês: o foro de fidalgo, o posto de alcaide-mor de Santos e o de governador da fortaleza, também de Santos. Por último, algumas daquelas famílias procuraram estreitar seus vínculos parentais com os paulistas. Neste sentido, o alcaide-mor do Rio, Tomé Correia Vasques,

³⁴ Francisco Pinto de Faria, de origem portuguesa e genro na família Almeida Jordão, declarava-se em seu testamento de 9/05/1723, como negociante de grosso trato com negócios em Angola, Lisboa e outras cidades da monarquia lusa. Seus cunhados Ignácio de Almeida Jordão e João de Almeida Jordão foram acusados, na década de 1730, pelo Conde Bobadela, governador do Rio de Janeiro, de manter uma rede ilegal de tráfico de escravos entre a Costa da Mina, na época nas mãos dos holandeses, em que os cativos eram trocados por ouro. Testamento. Francisco Pinto de Faria, 9/05/1723. Candelária, op. cit. FRAGOSO, J. L. R.; GOUVÊA, Mária de Fátima. Nas rotas da governação portuguesa: Rio de Janeiro e Costa da Mina, séculos XVII e XVIII. In: *Nas rotas do Império*. Vitória: Edufes, 2006. v. 1, p. 25-72.

filho do mestre-de-campo Martim Correia Vasques, casaria, em 1706, com a filha de Gaspar Rodrigues Paes, guarda-mor das Minas. Esta última medida ampliava, em tese, a ascendência de segmentos da nobreza fluminense sobre a nova conquista³⁵. Enfim, para este grupo social faziam parte da mesma racionalidade social investimentos no comércio e no sobrenatural. Portanto, para eles não havia contradição entre atividades como concessão de esmolas para a Santa Casa de Misericórdia, doações para a aquisição de foros da fidalguia, custos com dotes de casamentos, gastos com cerimônias mortuárias, com negócios mercantis envolvendo a alfândega e o abastecimento de carnes.

A interação de práticas do Antigo Regime católico com a transformação do Rio de Janeiro numa praça mercantil atlântica pode ser percebida ainda na década de 1740. Nos testamentos desta década, a soma dos valores destinados pelos mortos a esmolas, missas e irmandades ainda correspondia a cerca de 50% do valor de todos os negócios escriturados nos cartórios da cidade. As capelas e missas continuavam a responder por mais de 1/3 daquelas doações testamentárias. Porém, por esta época não eram mais os mortos das tradicionais famílias da nobreza da terra que capitaneavam tais doações. Estas velhas famílias eram agora substituídas por estrangeiros. O quadro 3 demonstra que dos 54 testamentos feitos na Candelária, em 1740, 36 (66,7%) eram de pessoas nascidas no Reino e nas Ilhas. Entre elas, quase todos consistiam em negociantes. Por conseguinte, eram os comerciantes os responsáveis pelo maior volume das doações a igrejas e irmandades, muitas situadas no Porto e em Lisboa. Em outras palavras, as práticas católicas continuavam através de novos agentes na cidade: os negociantes do Atlântico³⁶.

³⁵ Óbitos da Candelária. Testamentos. 21/03/1703. Ignácio de Andrade Souto-maior, imagem 63; 13/07/1739. Manuel Telo Pimenta, i. 115.

³⁶ Vide SAMPAIO, 2003.

Quadro 3: Origem geográfica dos falecidos (testadores e sem testamentos) nos óbitos de livres da Freguesia da Candelária, Rio de Janeiro: 1740 e 1799/1800

Áreas	1740	%	1800	%
Rio de Janeiro	13	24	21	39,6
Outras áreas da América lusa	2	3,7	7	13,2
Reino e Ilhas	36	66,7	21	39,6
Costa da Mina	1		4	
Angola	2		0	
Total	54		53	

Fonte: Livros de Óbitos da Freguesia da Candelária, Rio de Janeiro, anos 1740 e 1799/1800. <http://www.familysearch.org/s/image/show#uri=http%3A//pilot.familysearch.org/records> (ver anexo 1).

Por esta altura, redes de negócios unindo diversas praças da Monarquia lusa fincavam raízes no Rio de Janeiro. Os representantes destas redes tornar-se-iam progressivamente senhores dos contratos régios, dos financiamentos e do tráfico de escravos. Mais adiante, alguns destes negociantes reinóis retornariam a Portugal, e outros montaram famílias na cidade, constituindo a sua comunidade de mercadores residentes. Seja como for, a cidade tornava-se mais cosmopolita, os empresários vindos do Atlântico começavam a ameaçar a velha nobreza da terra na Câmara Municipal e na administração da cidade³⁷. Em

³⁷ Sobre os confrontos entre estes dois pelo domínio da Câmara e demais cargos políticos e administrativos do município, ver FRAGOSO, João. Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra no Rio de Janeiro. In: FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de; ALMEIDA, Carla (Orgs.). *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos Trópicos: América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

meio a este cenário, a Coroa tentava controlar mais o uso de armas por parte dos senhores, minimizando o poder dos escravos armados dos donos de engenho. Em 1727, uma provisão régia limitava as chances da nobreza da terra de contrair empréstimos do Juízo dos Órfãos, até então uma das principais fontes de crédito do grupo³⁸. Décadas depois, em 1752, D. José I publicava a lei do açúcar, pela qual o preço do açúcar deixava de ser assunto discutido entre senhores e negociantes na Câmara Municipal (leia-se, local onde os senhores tinham o mando político) para ser estabelecido por uma mesa de inspeção, organismo tutelado pela Coroa, no qual os negociantes teriam mais influência. Isto é, as nobrezas da terra baiana, pernambucana e fluminense perdiam o privilégio de interferir politicamente no mercado de açúcar. A isto se somaria ainda a contínua elevação do preço dos escravos africanos, em razão da sua maior procura pelo crescimento da economia escravista americana. Em fins do século XVIII, os negociantes dominavam o mando político da cidade³⁹.

Neste processo de mudanças, a hierarquia estamental dos Trópicos assumia novos formatos não só no seu topo, mas também na sua base. Em meio a fissuras e contradições deste sistema social, a alforria de escravos e a miscigenação criavam uma série de grupos sociais novos, como os pretos e pardos forros ligados à lavoura e ao comércio⁴⁰.

³⁸ FRAGOSO, 2005, p. 174-176.

³⁹ Sobre o definhamento da nobreza da terra do Rio de Janeiro, ver FRAGOSO, 2007.

⁴⁰ Sobre o movimento de mobilidade social a partir da escravidão e as estratégias usadas pelos cativos e forros, além dos processos de miscigenação, ver os trabalhos de referência MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades*. Rio de Janeiro: Ed. Apicuri, 2008. FERREIRA, Roberto. *Egressos do Cativo*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad X, 2008.

3. A consolidação do sistema atlântico sul luso e as mudanças na hierarquia social na praça do Rio de Janeiro e em suas freguesias rurais: a segunda metade do século XVIII

Pelo gráfico 7, observamos que, a partir da década de 1730, os percentuais dos bens urbanos começaram a ultrapassar os rurais nos valores registrados nos cartórios do Rio de Janeiro. Este gráfico retrata o crescimento da cidade como porto carioca e como centro financeiro, mas também indica que a produção açucareira mudou de endereço. Em outras palavras, por esta altura, as *plantations* de açúcar multiplicavam-se na distante fronteira norte da capitania, em especial no município de Campos. Em 1768, o número de engenhos nesta região era de 55, mas, 20 anos depois, alcançou 278 unidades, ou seja, cresceu mais de 400%⁴¹. Voltando à praça do Rio de Janeiro, em meio ao crescimento das atividades mercantis, processou-se o avanço do crédito dado pelo capital mercantil.

Com o crescimento do sistema do Atlântico Sul luso e, conseqüentemente, a multiplicação do volume do tráfico de africanos e da produção mercantil, o crédito saiu das mãos dos conventos e passou ao capital mercantil. Trata-se, portanto, de uma mudança em meio a uma economia pré-industrial, assentada na escravidão e voltada para o sustento de uma hierarquia estamental. Porém, tal mudança na origem dos financiamentos nos revela um pouco mais sobre a dinâmica de tal economia pré-industrial e as transformações da hierarquia estamental.

Antes do predomínio do crédito mercantil, o custeio da economia derivava, em grande medida, das pias doações feitas

⁴¹ Ver FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 244. Este livro é referência obrigatória para os estudos da sociedade rural na capitania do Rio de Janeiro no século XVIII.

pela nobreza principal da terra e pelos grupos sociais que compartilhavam a sua visão de mundo às irmandades e aos mosteiros. Estas doações – depois transformadas pelas irmandades em créditos – destinavam-se principalmente para cultos fúnebres e de devoção católica, leia-se, diferentes tipos de missas: pela alma do testador, de seus parentes, dos escravos, para santos, etc. Deste modo, em tese, o crédito ao mercado provinha de fatores não econômicos, na falta de uma melhor expressão, ou, se preferirem, de práticas culturais e políticas. Seja como for, uma vez transformada em empréstimos, *tal devoção ao além túmulo* sustentava os engenhos de açúcar e os negócios da nobreza da terra. Ainda na década de 1740, a maior parte dos financiamentos dados pelas irmandades e conventos ia para a nobreza da terra. Nesta época, aquelas instituições registraram mais de 33 contos de réis em escrituras de empréstimos, dos quais ao menos 14 contos (42 %) pararam nas mãos dos nobres da terra⁴².

Provavelmente, o domínio do capital mercantil sobre os financiamentos modificou este cenário. O crédito tornou-se uma operação mais impessoal, e, com isto, o mercado deu um passo no sentido de ser regulado pela oferta e pela procura, e não mais tanto por relações de poder.

O sistema de crédito, nesta economia pré-industrial, ainda aguarda mais estudos para podermos avançar qualquer tipo de conclusão. Entretanto, algumas pesquisas já constataram a presença de instituições religiosas (como conventos e irmandades laicas) neste sistema e compararam seu comportamento com o do capital mercantil. Este é o caso dos dados apresentados por Alexandre Vieira sobre a economia de Salvador na segunda metade do século XVIII; sua investigação sugere que a re-

⁴² Vide SAMPAIO, 2003, p. 191, FRAGOSO, 2005, p. 175.

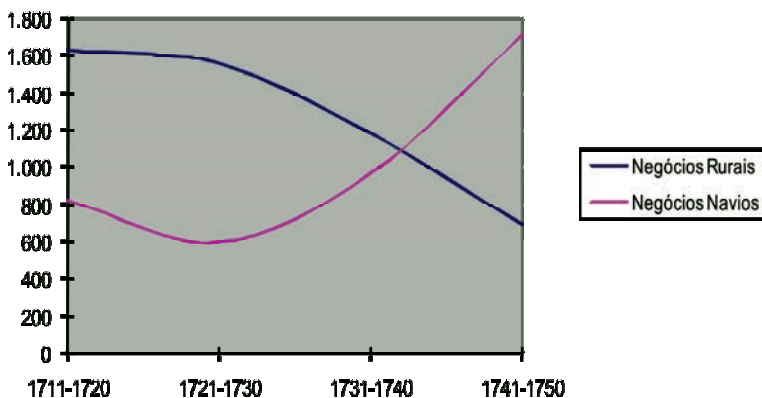
tração das atividades mercantis da cidade, entre elas o tráfico atlântico de escravos, foi acompanhada pelo avanço da Santa Casa de Misericórdia e de outras instituições pias no fornecimento de crédito.⁴³ Este cenário se modificou por finais do século XVIII, quando as atividades mercantis voltaram a crescer. Neste novo ambiente, os negociantes tenderam a substituir as irmandades pias. Ao se atentar para o Rio de Janeiro na passagem do século XVII para o XVIII, nota-se um fenômeno semelhante. O domínio das confrarias e do Juízo dos Órfãos no crédito ocorreu até o momento em que a cidade se transformou numa praça mercantil de porte. A partir de então, o crédito passou a ser fornecido pelo capital mercantil. Portanto, no século XVIII, no tipo de economia pré-industrial analisada, dependendo de suas flutuações, os financiamentos à produção podiam ser dados pelas irmandades pias e suas congêneres ou pela comunidade mercantil. Claro está que estas variações na fonte de crédito, irmandades ou capital mercantil, implicavam alterações na hierarquia social. O domínio das irmandades representava uma maior ascendência da nobreza da terra sobre os negócios da república.

Ainda nesta época, o Rio de Janeiro superou Salvador como porto negreiro. Na década de 1750, praticamente entrou o mesmo contingente de cativos africanos nos dois portos: cerca de 73 a 75 mil pessoas em cada um deles. No decênio seguinte, o número de escravos desembarcados em Salvador girou ao redor de 66 mil cativos, enquanto no porto carioca ultrapassou a marca dos 80 mil homens e mulheres. Isto significa que o Rio de Janeiro caminhava para se tornar o principal porto negreiro das Américas.

⁴³ RIBEIRO, Alexandre V. *A cidade de Salvador: estrutura econômica, comércio de escravos e grupo mercantil (c.1750 – c.1800)*. Rio de Janeiro: UFRJ, PPGHIS, 2005, p. 123.

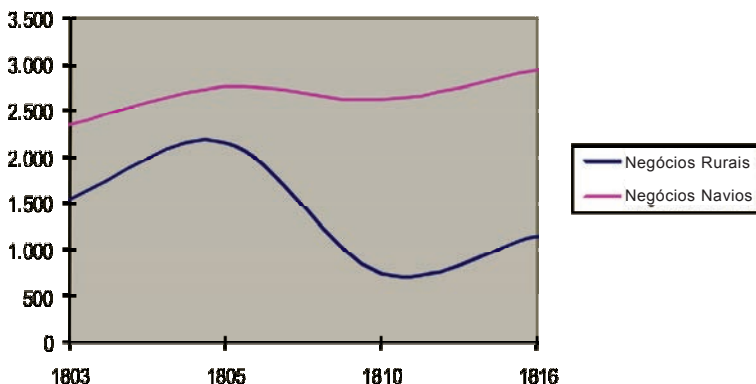
A comparação entre os gráficos 7 e 7.1 ilustra a continuação, nos primeiros anos do século XIX, das transformações iniciadas um século antes. Como afirmei, desde as primeiras décadas do Setecentos o Rio de Janeiro vivia a expansão do capital mercantil e de seus negócios no Atlântico. Neste processo ocorreu a elevação do preço médio das embarcações e a tendência de declínio dos negócios rurais entre 1711 e 1750. No gráfico 7.1, nota-se que esta tendência se transformou em um fenômeno-padrão, ou seja, entre 1813 e 1816 o preço médio das embarcações foi sempre superior à média dos bens rurais (engenhos de açúcar, lavouras, terras, etc.)

Gráfico 7: Preço médio dos bens rurais e dos navios negociados nos cartórios entre 1711 e 1750 [valor em mil réis]



Fonte: Arquivo Nacional, CPON. Escrituras de compra e venda.

Gráfico 7.1: Preço médio dos bens rurais e dos navios negociados nos cartórios entre 1803 e 1816 [valor em mil réis]



Fonte: FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: 1790-1830*. 2ª ed. (1ª ed. 1992). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 336.

Neste ambiente de mudanças ocorreu a redução dos valores das doações testamentárias quando comparado aos negócios feitos nos cartórios, como demonstra o quadro 1. No biênio 1674-75, as doações feitas em testamentos corresponderam a pouco mais de 66% dos valores negociados nos cartórios da cidade; mais de um século depois, tal porcentagem caiu para 40%. Ademais, os testadores em fins do século XVIII mudavam as suas opções nas esmolas testamentárias. Os vínculos de bens para o sustento de missas pelas almas do além-túmulo desapareceram, e as dádivas testamentárias passaram para os familiares, amigos e clientes do falecido (ver gráfico 2). A soma destas últimas doações respondeu por mais de 60% do total e as missas caíram para 10% daquele total.

Esta mudança de mentalidade, que privilegiava os vivos, provavelmente resultou da combinação de diferentes fenômenos, como o pragmatismo decorrente da maior mercantilização do cotidiano. Da mesma forma, não há como negar o im-

pacto causado pela emergência do paradigma individualista, baseado nas ideias liberais, e o recuo da visão corporativa da velha escolástica. Nestas transformações, implementam-se também as medidas do Marquês de Pombal (1750-1777), no reinado de D. José I, para a maior secularização do Estado e a redução da influência das ordens religiosas, em especial os jesuítas, e do regalismo.

Para se ter uma ideia das transformações no início do Oitocentos, estima-se que, entre 1811 e 1830, 489.950 escravos africanos entraram no porto do Rio de Janeiro, através de 2.090 viagens feitas entre os diversos portos africanos e esta cidade americana, das quais ao menos 273 (13% do total) foram controladas por 15 firmas de negociantes de grosso trato estabelecidos no mercado carioca. A expressão “grosso trato” era aplicada a certos personagens – como os irmãos Antônio e João Gomes Barroso, Manuel e Amaro Velho e os Carneiro Leão – pois, na mesma época, aquelas 15 firmas controlavam 28% do comércio da cidade com Portugal, 26% dos negócios com a Ásia, 30% das entradas de charque no porto carioca e, ainda, ocupavam 28% das cadeiras da diretoria do Banco do Brasil. Noutros termos, aqueles empresários simultaneamente controlavam as artérias vitais da economia do Centro-Sul da América lusa, leia-se, a reposição física das relações de produção que viabilizavam a riqueza social, o sistema de crédito à mesma economia, o abastecimento de alimentos, entre outros negócios. Em 1711, tanto este grupo social quanto a economia que controlavam ainda não existiam.

Insista-se, tais mudanças ocorrem ainda numa sociedade estamental e de base escravista. Para tanto basta lembrar que, no início do século XIX, o principal negócio realizado nos cartórios envolvia prédios urbanos, aplicações que normalmente eram rentistas (compra de imóveis para posterior arrendamento ou aluguel), não havendo investimento em manufaturas⁴⁴.

Além disso, na mesma época vários negociantes de grosso trato abandonaram o tráfico de escravos e outros negócios para se transformarem em senhores de homens e de terras, adquirindo fazendas escravistas, o que lhes garantia prestígio nesta sociedade, apesar desta opção representar queda em seus lucros.

A comparação do quadro 2 com o de número 4, ambos centrados na região de Campo Grande, demonstra algumas das mudanças ocorridas nas freguesias rurais do Rio de Janeiro ao longo do século XVIII. Entre 1704 e 1779, o número de engenhos da região passou de oito para dez, e também alguns mudaram de donos. Nestes quase 80 anos, apenas duas famílias permaneceram frente a seus engenhos: os Andrade Soutomaior, através do seu neto Gregório Moraes Castro, e os Antunes Suzano. Todas as demais *plantations* passaram para outras mãos, ou, sendo mais preciso, saíram das mãos de famílias da nobreza da terra para senhores cuja fortuna fora feita no comércio atlântico ou nas rotas internas do Brasil. Algo semelhante ocorreu nas *plantations* da demais freguesias rurais. Porém, devemos ter certa cautela no estudo de tal fenômeno.

Quadro 4: Engenhos de açúcar e suas escravarias: Campo Grande – Rio de Janeiro, 1779

Engenhos de açúcar		
Nome	Nome do senhor	Nº de escravos
Bangu	Coronel Gregório de Moraes e Castro	107
Viegas	Manuel Freire Ribeiro	53
Juari	Victoriano Rodrigues da Rosa	27
Cabuçu	Ursula Martins	87

⁴⁴ FRAGOSO, 1998, p. 336.

Inhuayaba	Capitão Antonio Antunes	14
Guandu	Francisco da Silva Sene	35
Medanha	Capitão Francisco Caetano de Oliveira Braga	30
Capoeiras	D. Ana Maria de Jesus	35
Lamarão	D. Mariana Nunes de Souza	28
Coqueiros	José Antunes Suzano	32
Totais	10	448

Fonte: LAVRADIO, Marquês do. Relatório do Marquês do Lavradio, vice-rei. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, v. 4, p. 327.

Este cuidado é ilustrado no quadro 5, onde são apresentados os engenhos e seus moradores de uma freguesia rural vizinha de Campo Grande, no caso Guaratiba, entre 1780 e 1788. Neste quadro, encontramos sete engenhos: um pertencia ao Convento do Carmo e os demais a senhores laicos. Entre os laicos, quatro pertenciam à velha nobreza da terra. Portanto, esta freguesia tinha um perfil social diferente da de Campo Grande; ao contrário da última, a nobreza da terra continuou prevalecendo na paisagem agrária local. Temos, assim, freguesias vizinhas com ritmos sociais e econômicos, ao menos, distintos.

Quadro 5: Engenhos de açúcar e alguns de seus moradores*: proprietários de escravos, escravos e forros em Guaratiba, 1780-1788

Engenhos de açúcar e moradores: os donos de engenhos, os senhores de escravos, as famílias escravas e os forros				
Engenhos	Senhores dos engenhos	Proprietários de escravos	Família dos escravos	Forros**
Pedra	Religiosos do Carmo	11	33	6
Ilha	Francisco de Macedo Freire	5	22	-
Morgado	Francisco. Macedo Vasconcelos	4	10	1
Novo	Francisco Vitoria de Lucena	2	8	-
Guaratiba	Francisco Antunes Leão	2	11	-
Morgaça	Francisco Caetano de Oliveira	11	24	-
Saco***	Miguel Rangel de Souza	5	11	3
Sub-total		40 (28%)	122 (49%)	11
Indefinidos		97	129	13
Total		137	251	24

Observações: * Inclui os moradores das cercanias do engenho.

** Forros que se apresentam como padrinhos de escravos e com residência declarada.

*** Engenho em construção.

Fontes: PIZARRO, *O Rio de Janeiro nas visitas pastorais de Monsenhor Pizarro*. Rio de Janeiro: INEPAC, 2008. v. 1, p. 108 e 109; Registros Paroquiais de Batismo de Livres e Escravos de Guaratiba, 1781-1790, da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Tais cuidados com as tendências gerais devem ser ainda redobrados quando nos deparamos com figuras como o capitão Francisco Caetano de Oliveira Braga, dono de engenhos nas duas freguesias e cuja fortuna fora feita no mercado atlântico. Seus antepassados, entre outros negócios, eram traficantes de escla-

vos. A origem mercantil de sua fortuna não o impediu de ser aceito nas melhores famílias da terra, leia-se de conquistadores. Sua esposa, Ana de Sá Freire, era filha de Francisco de Macedo Freire e prima de Francisco Macedo de Vasconcelos⁴⁵. Da mesma forma, como atesta o quadro 5, o engenho de Caetano de Oliveira era habitado por lavradores escravistas sem terras e por famílias escravas, a exemplo do que ocorria nos estabelecimentos da velha nobreza da terra de no início do século XVIII. Portanto, trata-se de um caso onde a acumulação mercantil dá sobrevida à velha nobreza da terra e às suas práticas. Por seu turno, algumas famílias da velha nobreza se valeram dos negócios propiciados pela expansão do sistema atlântico escravista no Setecentos para manterem e ampliarem as suas fortunas⁴⁶.

Este cenário de dúvidas e a necessidade de mais estudos são ainda maiores quando comparamos as *plantations* açucareiras escravistas do Seiscentos com as suas homólogas cafeeiras do Oitocentos no mesmo Rio de Janeiro. Para o século XVII, já começamos a delinear um cenário onde as relações de produção entre senhores, lavradores livres e escravos eram mediadas por laços de clientela, a exemplo do parentesco ritual via batismo e mesmo a mestiçagem. Para as fazendas de café oitocentistas, sabe-se que correspondiam a imensas escravarias, se comparadas às de séculos anteriores, e resultaram de grandes investimentos feitos por antigos negociantes de grosso trato. Sabe-se, ainda, que nas fazendas de café predominavam as turmas de cativos, em vez das explorações de lavradores escravistas (partidos de cana) características das antigas *plantations* açucareiras. Porém, pouco se conhece sobre as relações de vizinhança (como o grau de sociabilidade) entre Casa Grande e

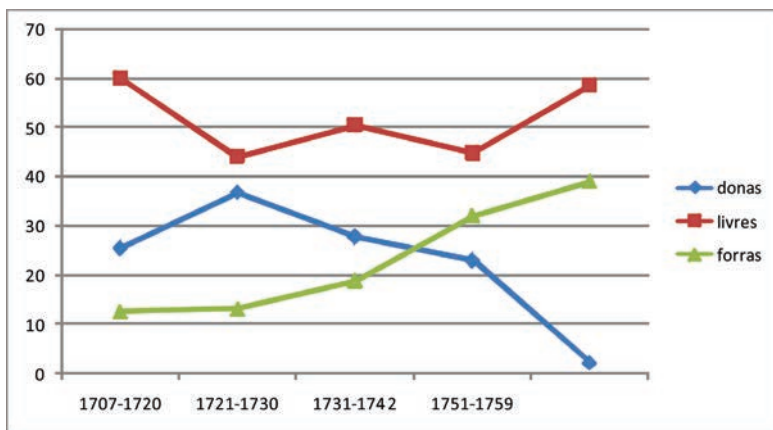
⁴⁵ Inventário Post Mortem de Ana de Sá Freire, 1832. Arquivo Nacional – RJ, caixa 3674.

⁴⁶ Vide os casos apresentados, como o do capitão Manuel Pereira Ramos, por KELME, 2012.

Senzala. Portanto, são necessários muito mais estudos para compreender a economia escravista entre 1670 e 1850.

Apesar de não termos estudos suficientes sobre o definhamento da antiga elite rural e das práticas sociais da elite proveniente do comércio, uma coisa pode-se dizer: atravessando tais mudanças, temos o crescimento da população de forros. O gráfico 8 procura ilustrar tal fenômeno para Campo Grande. Nele, como afirmei, a velha elite rural da terra tende a desaparecer, o que é demonstrado pela redução do número de donas (título costumeiro dado às mulheres da nobreza da terra), porém o mesmo não ocorre com as forras. As forras, no início do século XVIII, representavam pouco mais de 10% da população de mães da região; em meados do século, elas passaram a responder por mais de 40% das mães da época.

Gráfico 8: Comportamento da população de mães livres por grupos sociais “costumeiros” na freguesia rural de Campo Grande ao longo do século XVIII (em %)



Fonte: Registros paroquiais de batismo de escravos de Campo Grande, 1707-1759, da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Em suma, o Rio de Janeiro no século XVIII viveu uma série de transformações sociais e econômicas em meio a estruturas sociais que permaneceram pré-industriais ou não capitalistas. Estas mudanças se identificaram com a consolidação do sistema atlântico sul luso baseado na escravidão. Neste processo, a cidade passou a ser a principal praça da América lusa e ponto de encontro de diversas rotas comerciais vindas de Cuiabá no interior do Brasil (no centro da América do Sul), de Angola na África e mesmo de Goa no Índico⁴⁷. Ao lado disto, verificamos a acomodação de uma hierarquia social estamental com o crescimento do estrato dos negociantes de grosso trato e a multiplicação de forros saídos da escravidão. Resta, contudo, realizar mais estudos sobre tais mudanças e permanências nesta sociedade, em fins do século XVIII, ainda de Antigo Regime, em especial a sociedade que experimentou tais mudanças. Hoje já começamos a perceber que tal economia tinha por eixo não tanto a impessoalidade do lucro mercantil, mas sim além-túmulo e a honra.

⁴⁷ Vide FRAGOSO, 1998.

Anexos

Anexo 1: Número de testamentos entre os óbitos de livres da Freguesia da Candelária, Rio de Janeiro: 1674/75, 1699/1700, 1740 e 1799/1800

Anos	Freguesias	Nº de óbitos	Nº de testamentos	Nº de testamentos / /Nº de óbitos
1674-1675	Candelária	36	30	83,3%
1699-1700	Candelária	44	36	81,8%
1715-18	Candelária e Sé	203	113	55,7%
1739-40	Candelária e Sé	170	98	57,6%
1799-1800	Candelária	61	28	45,9%
Totais*		514	305	59,4%

Fonte: Livros de Óbitos das Freguesias da Sé e Candelária, Rio de Janeiro, anos 1674/75, 1699/1700, 1715/18, 1740 e 1799/1800.

Anexo 2: Distribuição dos tipos de doações nas terças testamentárias nos óbitos de livres da Freguesia da Candelária, Rio de Janeiro: 1674/75, 1699/1700, 1740 e 1799/1800

Anos	Nº de testamentos	Doações a aliados*	Doações a irmandades	Doações a igrejas	Missas e vínculos	Total das doações
1674-1675	30	1:160\$000 (27,05 %)	796\$000 (18,56%)	502\$000 (11,71%)	1:829\$100 (42,66%)	4:287\$100
1699-1700	36	1:662\$000 (30,81%)	550\$000 (10,19%)	-	3:182\$800 (59,00%)	5:394\$800
1715-1718	113	13:252\$280 (47,43%)	4:545\$920 (16,27)	-	10:140\$840 (36,29%)	37:776\$700
1739-40	98	20.577.400 (49,10%)	6.121.200 (14,6%)	1:453\$000 (3,45%)	15.210.300 (36,3%)	41.908.998
1799-1800	28	13:688\$400 (58,80%)	6:149\$000 (26,41%)	890\$400 (3,82%)	2:550\$600 (11%)	23:279\$000

* Doações a parentes, afilhados e amigos.

Fonte: Livros de Óbitos das Freguesias da Sé e Candelária, Rio de Janeiro, anos 1674/75, 1699/1700, 1715/18, 1740 e 1799/1800.

Anexo 3: Estimativas de entradas anuais de escravos no Porto do Rio de Janeiro e em Salvador – Bahia: 1700 a 1799

Estimativas de chegadas e entradas de cativos		
Anos	Rio de Janeiro	Bahia
1701-10	28.200	85.719
1711-20	42.000	109.283
1721-30	60.900	106.962
1731-40	66.278	89.985
1741-50	67.311	87.694
1751-60	73.705	75.833
1761-70	89.143	66.751
1771-80	77.480	73.267
1781-90	95.012	76.539

Fonte CAVALCANTE, Nireu. O comércio de escravos novos no Rio de Janeiro. In: FLORENTINO, Manolo. *Tráfico, cativo e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 63 a 65. RIBEIRO, Alexandre V. *A cidade de Salvador: estrutura econômica, comércio de escravos e grupo mercantil (c.1750 – c.1800)*. Rio de Janeiro: UFRJ, PPGHIS, 2005.

Anexo 4: Estimativas da população de escravos nas freguesias de Sacramento – Sé, Jacarepaguá e Campo Grande: Rio de Janeiro, 1700-1720

Freguesias	Mães	Filhos	Adultos batizados	Número médio de adultos	Número médio de mães	Filhos/mães
Sé (1707-11)	404	428	215	43	81	1,1
Jacarepaguá (1700-9)	290	365	16	1,6	29	1,2
Campo Grande (1705-19)	182	217	20	1,3	12,1	1,2

Fontes: Livros de batismos de livres das freguesias de Sacramento (1707-11), Jacarepaguá (1700 a 1709) e Campo Grande (1705 a 1719). Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Anexo 6: Participação da nobreza da terra como donos de engenho de açúcar nas escrituras públicas do Rio de Janeiro, 1610-1700

	Nobreza da terra e oficiais régios	Outros	Total
1610-1650	11 (68,9%)	5 (31,2%)	16
1651-1670	14 (73,7%)	5 (26,3%)	19
1671-1700	27 (71%)	11 (28,9%)	38
	52	21	73

Fontes: Livros de escrituras públicas de compra, de crédito e de quitação de dívida. Cartório do Primeiro Ofício de Notas do Rio de Janeiro (160-1700). Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Mobilidade social e formação de hierarquias na América Portuguesa e no Prata: um debate a partir dos trabalhos de João Fragoso e Andrea Reguera

Luís Augusto E. Farinatti

Introdução

Entre os dias 28 e 30 de outubro de 2013, foi realizado, nas dependências da Unisinos, em São Leopoldo (RS), o *I Colóquio Internacional Mobilidade social e formação de hierarquias*. Uma das mesas de debate trouxe como tema específico a questão das elites ligada à mobilidade e hierarquia social. Ela envolveu os historiadores João Luis Fragoso (UFRJ, Brasil) e Andrea Reguera (UNICEN, Argentina), tendo a mim como debatedor. O texto que segue traz reflexões a partir dos trabalhos apresentados por Fragoso e Reguera e foi, em parte, a base de minha participação nos debates da mesa.

Cruzando historiografias

Nas últimas décadas do século XX, um interesse revigorado pela história das sociedades coloniais e pós-independência se fez observar tanto no Brasil quanto na Argentina. As visões excessivamente centradas na “extração do excedente” pelas metrópoles coloniais foram criticadas, e uma onda de es-

tudos regionalizados colocou em evidência cenários e grupos sociais subvalorizados em estudos anteriores (CARDOSO, 1980).

No Brasil, as novas pesquisas tiveram foco principal na história econômica e social dos séculos XVIII e XIX. De um lado, a história agrária fluminense, que, a partir dos trabalhos de Ciro Flamarion Cardoso e de Maria Yedda Linhares e seus orientandos, em fins da década de 1970 e na década de 1980, proporcionaram uma nova imagem da América Portuguesa e do Império do Brasil (CARDOSO, 1979; LINHARES; SILVA, 1981). Tais obras demonstraram de modo contundente a diversidade social e econômica daquele mundo, indo muito além da visão dominante, que apontava para uma sociedade cindida essencialmente entre grandes senhores e seus escravos, atuando em setores ligados à agroexportação. Foram colocadas em evidência a importância das produções para o mercado interno, dos circuitos internos de acumulação, dos comerciantes de grosso trato sediados na praça do Rio de Janeiro em fins do período colonial e da disseminação das relações escravistas muito além das *plantations* exportadoras, ainda que sem negar a importância destas (MATTOS, 1987; FLORENTINO, 1995; FARIA, 1998; FRAGOSO, 1998). Nestes últimos quesitos, esses trabalhos foram acompanhados em paralelo pelas pesquisas de história da família e história demográfica praticada em São Paulo e no Paraná, entre outros espaços, dos quais Maria Luiza Marcílio e seus orientandos são alguns dos exemplos importantes (MARCÍLIO, 2000; BACELLAR, 1997; SCOTT, 2009).

Por sua vez, desde meados da década de 1980, realizou-se uma virada crítica na historiografia rural argentina, que, desde então, vem mostrando a complexidade social do mundo agrário platino. São já clássicos os trabalhos de autores como J. C. Garavaglia, Jorge Gelman, Raúl Fradkin e toda uma geração

de historiadores a partir deles. Estiveram em desacordo com a descrição da economia tarco-colonial como baseada apenas na exportação de couros e da sociedade dividida apenas entre comerciantes portenhos, enormes estancieiros e uma população majoritária de homens vagos que viveriam entre o crime e o conchavo como peões nos estabelecimentos pecuários. Tais trabalhos demonstraram a relevância socioeconômica de famílias de camponeses lavradores e pastores em Buenos Aires, em fins do período colonial (FRADKIN, 1993; GELMAN, 1998; GARAVAGLIA, 1999; DJENDEREDJIAN, 2003). Também apontaram que a presença da escravidão era mais importante e disseminada do que se dizia até então. No que se refere ao século XIX, eles vêm mostrando várias continuidades e rupturas com esse cenário: uma desigualdade econômica marcante, ainda que nem sempre estribada nas mesmas bases; a presença de um largo estrato de pequenos produtores, agora talvez mais pastores do que lavradores; o crescimento da importância dos trabalhadores assalariados, alguns deles migrantes das regiões do norte da atual Argentina. E também puderam trazer novos olhares para temas de grande importância, como o estudo dos grandes proprietários de fazendas na fronteira sul, especialmente cruzando aportes da história econômica e da história da família (GELMAN *et al.*, 1999; BJERG; REGUERA, 1995; SCHMITT, 2004).

Em linhas gerais, esses dois grupos de trabalhos se baseavam em influências metodológicas semelhantes. Da história regional francesa dos anos 1950 e 1960 buscaram os recortes espacialmente circunscritos, a utilização de maciça documentação primária, a atenção ao aspecto geográfico e, por vezes, demográfico, as técnicas de serialização de dados e a busca por conjugar elementos como: identificação dos principais setores da economia, relações de produção existentes, grupos sociais agregados a partir de sua posição na produção ou livremente

inspirados na ideia de “grupos socioprofissionais”, estratificação econômica baseada na concentração de fortunas. Todavia, embora as preocupações geradoras dessas renovações, parte das metodologias empregadas e inclusive seus resultados fossem bastante congruentes, o fato é que, em seu início, ambas as historiografias correram em paralelo, e o diálogo entre elas era quase inexistente. Foi o trabalho de Helen Osório, defendido como tese em 1999, embora somente publicado em livro em 2007, que teve o mérito de haver feito pela primeira vez a utilização integrada, sistemática e pertinente dos aportes de ambas as historiografias. Osório empregou explicitamente ambas as influências no estudo da sociedade e da economia do sul da América Portuguesa em fins do período colonial (OSÓRIO, 2007).

A partir dos anos 1990, esses conjuntos de obras influenciaram diferentes abordagens e campos de pesquisa, tanto em um como em outro país. No Brasil, entre outros aspectos, podemos ver a expansão desse tipo de estudo para diferentes contextos regionais e, como resultado, a colocação em evidência da complexidade social e das diferentes dinâmicas socioeconômicas nos variados recantos da América Portuguesa e do Império. Por outro lado, pode-se notar sua influência também em uma nova e vigorosa onda de estudos sobre as hierarquias sociais na América Portuguesa, estudada de modo amplo e em conjugação com análises mais circunstanciadas sobre a administração das possessões ultramarinas e as dinâmicas de poder no Antigo Regime português (FRAGOSO *et al.*, 2001). Na Argentina, ao mesmo tempo em que se desenvolveram estudos mais ligados à história econômica *stricto sensu* e, inclusive, com um projeto de obras de síntese de maior fôlego, novos ares se instalaram no estudo da história social e da história política, especialmente no que se refere ao período independentista e ao correr do século XIX (GOLDMAN; SALVATORE, 1998; BRAGONI, 1999; FRADKIN, 2006; DE LA FUENTE, 2007).

Nobreza da terra e grandes comerciantes no Rio de Janeiro, uma nova elite proprietária na Argentina

Em trabalho publicado há mais de 20 anos, João Frago- so demonstrou a importância dos comerciantes de grosso trato da praça do Rio de Janeiro, em fins do período colonial, 1780 a 1830. Desde então, o historiador brasileiro vem se dedicando a estudar os séculos XVII e XVIII no centro-sul da América Portuguesa, dentro dos quadros do Império Português, no que se vem chamando de “O Antigo Regime nos Trópicos”. A atenção de Frago- so tem se voltado, especialmente, para a construção de hierarquias e práticas sociais, econômicas e políticas ancoradas em uma lógica própria das sociedades de Antigo Regime, porém recriada com novas características na América. Seu foco de estudos têm sido o Rio de Janeiro e o Recôncavo da Guanabara (FRAGOSO, 2000, 2003, 2009a, 2009b, 2010). O que encontrou no Rio de Janeiro do século XVII foi a presença marcante de uma “nobreza da terra”, em geral famílias ciosas de suas origens nos conquistadores que haviam ajudado a derrotar os franceses e enraizaram a colonização lusa na região. Essas famílias monopolizavam os cargos da Câmara e ocupavam posição especial em uma economia moral de graças e privilégios, exercendo o autogoverno local, comportado pela estrutura política corporativa de Antigo Regime, presente no Império Português. Contudo, ao mesmo tempo, essa elite precisava estabelecer negociações e reciprocidades horizontais e verticais com sujeitos que iam desde as famílias da mesma cepa até pardos libertos e africanos escravizados. Nesse contexto, a comercialização da produção açucareira de “segunda classe” era impulsionada pela importância estratégica e política daquela praça para a Coroa. Em todos os sentidos, tratava-se de uma economia atravessada pela política e pelas relações de clientela.

Conforme Fragoso detalhou em sua apresentação analisada aqui, modificações importantes ocorreram nesse cenário ao longo do século XVIII. O Rio de Janeiro se transformou na principal praça mercantil do Atlântico Sul, no Império Português, principalmente em razão da expansão econômica e demográfica trazida pela exploração do ouro no interior da América. É nesse contexto que os comerciantes de grosso trato, a maior parte deles formada por migrantes que não pertenciam às antigas famílias de conquistadores, vão ganhando importância. As interrogações, então, passam a ser sobre como as antigas práticas e hierarquias se transformam ou se reiteram neste novo contexto. Como os novos agentes lidam com essa cultura política preexistente. Qual a posição e as estratégias das antigas famílias conquistadoras.

Por sua vez, Andrea Reguera marcou presença importante na renovação da história rural argentina, desde a década de 1990, com estudos relativos a unidades produtivas agrárias, técnicas de produção, grupos sociais agrários e o processo de modificação institucional, social e técnico ocorrido ao longo do século XIX e no início do século XX. Seus estudos têm forte acento na análise das trajetórias patrimoniais e familiares, sobretudo com atenção nas grandes famílias proprietárias rurais no Oitocentos. Destaca-se o estudo das formas de apropriação da terra e da construção de uma ordem legal que legitimou a propriedade da terra como base da construção de riqueza, bem como o olhar atento aos modos de constituição e transmissão de patrimônios. Esses patrimônios são entendidos como conjuntos de bens materiais e imateriais, que compunham recursos essenciais tanto no processo de ascensão social dessas famílias da classe dominante, como também na manutenção de sua posição. Eles seriam manejados a partir de uma série de *comportamentos patrimoniais* colocados em prática por sujeitos imer-

sos em relações familiares fortemente vinculantes (REGUERA, 2002-2003, 2006a, 2006b).

Nos trabalhos apresentados ao I Congresso Mobilidade Social e Formação de Hierarquias, Reguera e Fragozo trouxeram propostas diferentes. Reguera apresenta uma síntese bastante ampla da estrutura social argentina desde os períodos coloniais até o final do século XIX, bem como de suas transformações. Retomando os trabalhos de Tulio Halperín, interroga os mecanismos de ascensão e reprodução social dos fazendeiros e, naquele contexto já se pode dizer, *grandes proprietários de terra* da antiga fronteira sul (ao sul do rio Salado), ao longo do século XIX, especialmente em sua segunda metade e passagem para o século XX. Ao longo desse período, esse grupo social e econômico relativamente novo adquiriu impressionante proeminência no espectro econômico, mas também político. Sua influência e poder não ultrapassaram o regional para se tornar também nacional, na Argentina. Por sua vez, Fragozo apresenta um estudo mais verticalizado tanto no espaço quanto no esforço demonstrativo. Trabalha diretamente com os dados extraídos de fontes primárias diversas, como escrituras públicas, testamentos e registros de batismo, investigando a organização da produção de açúcar e as transformações na hierarquia social do Rio de Janeiro, desde fins do século XVII até fins do século XVIII.

Contudo, ainda que diversos na forma, os trabalhos apresentados têm vários pontos de contato, e sua identificação permite elaborar algumas reflexões sobre temas pertinentes à mobilidade social e formação de hierarquias nas sociedades sul-americanas, entre os séculos XVII e XIX. Vamos a eles.

Cruzando pesquisas

Em primeiro lugar, são trabalhos que abordam a média ou até a longa duração. Cada estudo interroga uma sociedade, que comporta formas específicas de acumulação de recursos e de práticas socioeconômicas e que, por isso mesmo, possibilita a chegada de um grupo específico ao topo da hierarquia social. As mudanças na hierarquia social e a ascensão de novos grupos ao seu topo estão problematizados em ambos os trabalhos. Os autores investigam, então, as transformações e permanências dessas formas de acumulação de recursos e das práticas sociais. E também estudam os destinos das antigas elites, a chegada de novos atores e como essa chegada impacta a configuração anterior. No caso da América Lusa, em especial do Rio de Janeiro, Fragozo procura mostrar como a emergência dos comerciantes do porto do Rio de Janeiro derroga a antiga elite da “nobreza da terra”, mas não por completo. E como práticas típicas do Antigo Regime, regidas por uma lógica corporativa, podem conviver com uma alentada expansão mercantil. Por sua vez, Reguera explora os novos mecanismos definidores da hierarquia social na Argentina do século XIX. Um contexto novo, onde a expansão da fronteira sul, combinada com os impulsos de mercado e com as batalhas políticas, faz com que a propriedade da terra vá se tornando uma base estrutural do poder.

Outro aspecto que aparece nos dois trabalhos é a importância da família e das relações pessoais de reciprocidade. Ambos os estudos preocupam-se em abordar a atuação dos agentes sociais e, em ambos os casos, isso implica não estudar apenas sujeitos singulares, mas também investigar os papéis da família, que, embora de modos diferentes, têm, nos dois contextos investigados, importância central para a atuação das elites estudadas. O papel da família aparece como vital para a

construção das relações sociais pelas quais fluem os recursos e para a formação de alianças e formam grupos. Fragoso aponta a importância das noções de *casa* e do autogoverno como alguns dos princípios organizadores das sociedades no Antigo Regime. Segundo ele, a própria organização produtiva do mundo açucareiro na América Lusa diferia da estrutura existente nas *plantations* do Caribe, por exemplo. No mundo luso-colonial, a produção de cana não era feita apenas pelos escravos do engenho, mas era dividida entre diversos partidos, organizados em torno do engenho e que podiam pertencer a uma variedade de agentes sociais. Estes eram parentes de sangue ou ritual do senhor do engenho, vizinhos, amigos, ex-escravos, enfim, pessoas com relações pessoais (e não apenas contratuais e mercantis) com o senhor. Tais relações implicavam o estabelecimento de alianças, compromissos, reciprocidades e deveres morais que ajudavam a estruturar os vínculos pelos quais recursos circulavam e eram acumulados. Para Fragoso, essas relações não eram acessórios e muito menos disfuncionais para com a produção açucareira e sua comercialização. Pelo contrário, eram os elementos que as viabilizavam.

Por sua vez, Reguera vê a nova classe dominante argentina, que emerge do processo de independência e, sobretudo, da expansão fundiária rumo ao sul, como sendo um grupo onde as famílias exercem importante papel nas decisões estratégicas, inclusive na seara propriamente econômica. Em outros de seus trabalhos, Reguera já interrogou as práticas e estratégias patrimoniais das famílias, incluindo as estratégias sucessórias, ponto de encontro com as pesquisas de Fragoso. A historiadora argentina destaca que a emergência da nova classe de grandes proprietários de terra não foi acompanhada por uma renovação significativa das práticas políticas e das formas de lidar com as instituições. Ao contrário, as relações pessoais que embasavam práticas clientelares continuaram muito ativas, mesmo em

um enquadramento institucional de Estado constitucional, com eleições e representação pelo voto. E mesmo em um quadro de forte inserção em circuitos mercantis do capitalismo internacional.

Colocados lado a lado os dois trabalhos em análise, a importância da família e das relações pessoais (em ambos os casos com destaque para as relações de clientela) parece vigente tanto em um contexto colonial da era moderna, como o do Rio Janeiro dos séculos XVII e XVIII, como em uma conjuntura histórica diferente, na expansão pecuária argentina na segunda metade do Oitocentos. De um lado, um império ultramarino de Antigo Regime, onde a lógica da graça, do dom e contradom, da reciprocidade vertical está explicitamente enraizada nas formas de poder, inclusive as que envolvem a Coroa e o Estado moderno em formação. De outro, um Estado nacional em construção, ancorado, ao menos formalmente, na igualdade jurídica, no individualismo e no constitucionalismo. Postos a conversar, os dois trabalhos fazem surgir uma questão quase inevitável referente às semelhanças e diferenças do papel da família e das relações pessoais nos dois casos. Estaríamos tratando mesmo de fenômenos realmente parecidos ou as divergências entre um e outro contexto não permitem tal aproximação? É clara a pertinência de estudos que interroguem, em uma visão de mais longo alcance temporal, o papel da família e das relações pessoais em épocas e quadros conjunturais diversos.

Agora, um último ponto. Andrea Reguera aponta a posição hegemônica de um grupo de empresários que promove e se beneficia da orientação agropastoril e exportadora que se consolida no século XIX na Argentina. Um grupo com origem na acumulação via comércio (o que encontra paralelo na realidade do sudeste brasileiro, no mesmo período) e com investimento em terras, propriedades urbanas e nos setores financeiro e

industrial. Ou seja, um grupo com investimentos diversificados. Ainda assim, o conceito empregado é o de elite proprietária de terras. Por que esta era a atividade que tem o poder de dar nome à categoria? Por que ela é considerada a mais importante? Qual o papel de outros investimentos na construção do patrimônio e na atuação desse grupo: penso nos investimentos financeiros, por exemplo? No Brasil, trabalhos de Fragoso e Maria Fernanda Martins têm mostrado a importância que alguns investimentos financeiros vão adquirindo no final do século XIX (FRAGOSO; MARTINS, 2003).

Parece que a noção de *propriedade* e, com ela, a de *proprietário* vai se tornando (se é que vai se tornando, mas me parece que esse é o caso, e não apenas na Argentina) um distintivo social e um qualificativo político importante. A importância crescente do conceito de propriedade também aparece no caso brasileiro, ao longo do século XIX. Ela será uma das bases para a definição da cidadania ativa, um fator que depõe a favor do “bom conceito” das pessoas, uma forma cada vez mais central no conjunto dos direitos sobre a terra, e, por fim, o direito de propriedade será cada vez mais invocado, sobretudo por certas facções do pensamento liberal, como legitimador da continuidade da escravidão no Império do Brasil (MATTOS, 2009; FARINATTI, 2013). Isso seria um fenômeno do século XIX ou essa importância da *propriedade* e do *proprietário* aparece mesmo antes, ao lado de outros critérios de hierarquização social? Qual a efetividade da propriedade que elemento de mobilidade social e de formador de hierarquias naqueles mundos? Um estudo das funções da propriedade e dos proprietários nesse sentido, comparando os períodos colonial e oitocentista, bem como os contextos brasileiros e argentino, é um interessante caminho sugerido pelo confronto de ambos os trabalhos.

Referências

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

BJERG, María M.; REGUERA, Andrea (orgs.). *Problemas de la Historia agraria*. Tandil: IEHS, 1995.

BRAGONI, Beatriz. *Los hijos de la Revolución: familia, negocios y poder en Mendoza en el siglo XIX*. Buenos Aires: Taurus, 1999.

CARDOSO, Ciro F. História da Agricultura e História Regional: perspectivas metodológicas e linhas de pesquisa. In: _____. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.

CARDOSO, Ciro Flamarion. As concepções acerca do Sistema Econômico Mundial: a preocupação excessiva com a extração do excedente. In: LAPA, José do Amaral. *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 109-132.

DE LA FUENTE, Ariel. *Los hijos de Facundo*. Buenos Aires: Prometeu Libros, 2007.

DJENDEREDJIAN, Julio. *Economía y sociedad en la Arcádia Criolla: formación y desarrollo de una sociedad de frontera en Entre Ríos, 1750 – 1820*. Buenos Aires. Tese (Doutorado) Facultad de Filosofía y Letras, UBA, 2003.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FARINATTI, Luís Augusto. Vozes da ordem: proprietários, trabalhadores livres e escravos na fronteira meridional do Brasil (Alegrete 1827-1850). In: VI ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL. Florianópolis, 2013. Disponível em: http://www.escravidaoliberdade.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=132&Itemid=63. Acesso em: 30 abr. 2014.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (século XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

FRADKIN, Raúl O. (org.). *La historia agraria del Río de la Plata colonial: los establecimientos productivos (II)*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1993.

FRADKIN, Raúl. *La historia de una montonera*. Buenos Aires: Sigloveinteuno, 2006.

FRAGOSO, J. Efigênia angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII: uma contribuição metodológica para a história colonial. *Topoi: Revista do PPGHIS – UFRJ*, v. 11, n. 21, p. 74-106, jul.-dez. 2010.

FRAGOSO, João Luis. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite colonial do Rio de Janeiro. *Topoi: Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social*, n. 1, p. 123-152, 2000.

FRAGOSO, João Luis. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. algumas notas de pesquisa. *Tempo*, v. 8, n. 15, p. 11-36, jul.-dez. 2003.

FRAGOSO, João Luis. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, João Luis. O Capitão João Pereira de Lemos e a parda Maria Sampaio: notas sobre as hierarquias rurais costumeiras no Rio de Janeiro do século XVIII. In: OLIVEIRA, Mônica R. de; ALMEIDA, Carla. *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009a. p. 157-207.

FRAGOSO, João Luis; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos (a dinâmica imperial portuguesa: sécs. XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João Luis; MARTINS, Maria Fernanda. As elites nas últimas décadas da escravidão – as atividades econômicas dos grandes homens de negócios da Corte e suas relações com a elite política imperial, 1950-1880. In: FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda (orgs.). *Ensaio sobre a escravidão*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003. p. 143-164.

FRAGOSO, João. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor do engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). In: GOUVÊA, Maria de Fátima; FRAGOSO, João (Orgs.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI- XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009b. p. 243-294.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Pastores y labradores de Buenos Aires: una historia agraria de la campaña bonaerense (1700-1830)*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1999.

GELMAN, Jorge. *Campesinos y estancieros: una región del Rio de la Plata a fines de la época colonial*. Buenos Aires: Editorial Los Libros del Riel, 1998.

GELMAN, Jorge; GARAVAGLIA, Juan Carlos; ZEBERIO, Blanca (Orgs.). *Expansión capitalista y transformaciones regionales: relaciones sociales y empresas agrarias en la Argentina del siglo XIX*. Buenos Aires: Editorial La Colmena, 1999.

GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo. *Caudillismos rioplatenses: nuevas miradas hacia un viejo problema*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1998.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos T. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense: 1981.

MARCÍLIO, Maria Luíza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. São Paulo: Edusp/HUCITEC, 2000.

MATTOS, Hebe Maria. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MATTOS, Hebe. Racialização e cidadania no Império do Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (Orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 349-391.

OSÓRIO, Helen. *O Império Português no sul da América: estancieros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

REGUERA, Andrea. *Patrón de estancias: Ramón Santamarina: una biografía de fortuna y poder en la pampa*. Buenos Aires: EUDEBA, 2006a.

REGUERA, Andrea. Entre la ley y el azar: la trama vincular del mundo político-empresarial de la frontera sur pampeana en el siglo XIX. *Prohistoria*, 10, p. 47-72, 2006b.

REGUERA, Andrea. Formar y transmitir el patrimonio en la Pampa bonaerense del siglo XIX: el caso de Hipólito Piñero: vicisitudes de una familia para continuar. *Anuario del CEH*, año 2 y 3, p. 17-40, 2002-2003.

SCHMITT, Roberto. *Ruina y resurrección en tiempos de guerra: sociedad, economía y poder en el Oriente Entrerriano post-revolucionario, 1810-1852*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2004.

SCOTT, A. S. V. As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil. *História: Questões & Debates*, v. 51, p. 13-29, 2009.

Parte 2

Mobilidade social e formação de hierarquias em populações de origem africana ou indígena

Mobilidades, hierarquias e as condições socio-jurídicas dos índios na América portuguesa, séculos XVI-XVIII

Marcia Amantino

De acordo com o padre Bluteau, dicionarista do século XVIII, *condição*, dentre várias definições possíveis, era o “estado em que alguém ou alguma coisa se acha”. Ou ainda, “trata-se do lugar que uma pessoa tem no mundo”. As pessoas de baixas condições seriam *homini ignobiles* ou *ignobili genere nati* (BLUTEAU, 1712).

A explicação do dicionarista estava relacionada a alguns pontos centrais do sistema jurídico e do ordenamento português do Antigo Regime. Ao tratar a condição remetendo-a ao estado, Bluteau poderia estar se referindo aos três estados do Antigo Regime (clero, nobreza e povo). Mas ele foi além: não eram apenas as pessoas que tinham seu lugar. Coisas também estavam inseridas em um estado específico. De acordo com Hespânia, não somente as pessoas tinham sua inserção em uma dada classificação, mas também as instituições, os prédios, os animais, enfim, tudo aquilo que representasse ou não alguma dignidade era passível de ser categorizado (HESPANHA, 2010).

A segunda definição de Bluteau para o termo “condição” remete ao lugar social. É evidente que essa definição também era referendada pelo sistema jurídico vigente à época, mas, diferentemente da definição anterior, parece que o dicionarista adicionou certa possibilidade de movimento, já que a palavra “lugar” traz em si essa ideia. Assim, a condição poderia sofrer

modificações, que variavam de acordo com o lugar que uma pessoa estava ocupando em um dado momento. Esta noção ligada à mobilidade é essencial para o entendimento das variadas e complexas estruturas sociais que foram engendradas na colônia e que serão objeto de análise desse texto.

Assim, nas práticas sociais de Antigo Regime presentes nas monarquias ibéricas católicas do século XVI e transferidas em maior ou menor escala para as regiões coloniais, cada membro da sociedade possuía seu papel, seu lugar e sua qualidade. Um exemplo deste tipo de tratamento foi dado no regimento que o primeiro governador-geral do Brasil, Tomé de Souza, trouxe com diversas determinações reais. Ao tratar sobre as pessoas que iam constantemente aos sertões roubar índios ou que navegavam entre as capitanias com o intuito de roubar índios e vendê-los em outras regiões e, com isto atrapalhavam as pazes que se queriam estabelecer, o rei determinou ao governador que fosse enérgico e que “daqui em diante pessoa alguma de qualquer qualidade e condição que seja não vá saltar nem fazer guerra aos gentios por terra nem por mar” (Regimento que levou Tome de Sousa, 1950). As punições também se modificavam dependendo da qualidade da pessoa em questão. Um mesmo delito era punido de forma diferente e, se a pessoa fosse de muita qualidade, teria uma punição mais branda. Novamente o mesmo regimento é peça interessante para a percepção de como o tratamento diferenciado português chegou rápido ao mundo colonial. Ao tratar, em outro momento, sobre as incursões que moradores faziam às aldeias de índios dos sertões, foi categórico ao afirmar que isto somente poderia se dar com a licença do rei, do governador ou do provedor-mor da Fazenda. Caso alguém fosse sem a devida autorização, seria “açoitado sendo peão e sendo de maior qualidade pagará vinte cruzados a metade para os cativos e a outra para quem o acusar” (Regimento que levou Tome de Sousa, 1950).

As diferenças entre os indivíduos ou entre os grupos eram algo marcado e desejado como meio de se manter a ordem, e a partir delas eram estabelecidas as formas de distinções, privilégios, obrigações e punições. De acordo com Silvia Hunold Lara (2007, p. 85), “definindo-se umas em relação às outras, e conforme as diversas situações, as marcações sociais no Antigo Regime português, eram, de certo modo, fixas”.

Todavia, as realidades coloniais fizeram com que estas marcações passassem a ter outras possibilidades e, a maleabilidade das classificações sociais esteve presente no dia a dia das populações coloniais, permitindo ascensão ou descenso na escalada social. É necessário acrescentar a esta organização da sociedade colonial a escravidão e uma de suas maiores decorrências: a mestiçagem, base de existência dela própria. A multidão de pessoas de qualidades variadas fez com que os matizes de cor e de gradação social precisassem, muitas vezes, ser acomodados para admitir a inserção social de diversos membros.

A situação social nas regiões coloniais provocou algumas modificações no ordenamento social do Antigo Regime português em territórios de ultramar. Um exemplo disto foi a criação da ideia de “nobreza da terra” para designar os homens bons das câmaras municipais e as elites das capitanias, formadas durante ataques e conquistas de povos e de terras. Tais homens, conquistadores de terras e de índios, eram, muitas vezes, mestiços que falavam a língua indígena e não possuíam vínculos com famílias nobres europeias e nem se comportavam segundo padrões de nobreza desejados (FRAGOSO, 2000).

Outra forma de perceber essa inserção de diferentes tipos de gentes no ordenamento social português foi a introdução e aceitação dos líderes indígenas, identificados como “principais” e recebedores de cargos, distinções e honrarias (ALMEIDA, 2003; MAIA, 2006; CARVALHO JUNIOR, 2007). Toda-

via, para conseguirem as mercês a que teriam direito pelos serviços relevantes prestados à Coroa, tinham que obter as dispensas do estatuto da pureza de sangue, que havia sido imposto aos índios pelas Ordenações Manuelinas (1514-21) (MATOS, 2001).

Em termos gerais, as pessoas no mundo ibero-americano eram classificadas nas condições de livres, escravas ou forras. Novamente é o padre Bluteau quem define estas categorias sociais. Para ele, o homem livre era “senhor de si e de suas ações” e poderia “fazer o que quiser”. Para ser considerada uma pessoa livre, a mesma ou seus pais não poderia nunca ter sido cativo de alguém (BLUTEAU, 1716). Já o escravo era “aquele que nasceu cativo ou foi vendido. Está debaixo do poder do senhor”. E o termo “forro” aparece no dicionário atrelado ao verbete “escravo”. Na definição, escravo forro era “aquele a quem o seu próprio senhor tem dado liberdade” (BLUTEAU, 1712).

Aparentemente, estas categorias serviriam para inserir todas as pessoas que viviam no mundo colonial. Entretanto, ao analisar diferentes tipos de fontes que tratam sobre indígenas e suas relações com os moradores da América portuguesa, percebe-se que, ainda que se possam descrever a maioria deles a partir destas categorias, há um grupo significativo que fica à margem desta categorização. Ao identificar os grupos indígenas e perceber o leque de possibilidades engendradas nas relações pessoais e de trabalho que eles e os colonos mantiveram, pode-se identificar que estes índios foram inseridos na sociedade colonial de formas muito mais complexas do que a divisão nas três categorias permite supor. Em muitos casos, alguns grupos indígenas foram compreendidos como fazendo parte desta ou daquela condição, transitando segundo os diferentes contextos coloniais.

Analisando a documentação coeva, percebeu-se que as variadas formas de inserção dos índios, através de suas rela-

ções de trabalho, de suas práticas cotidianas e das políticas locais exercitadas sobre eles, geraram alguns desdobramentos nas condições sociais destes indivíduos de que as três condições para a população (livre, escrava ou forra) não dão conta. Refiro-me especificamente aos índios administrados. A título de facilitar o encaminhamento de uma proposta metodológica, proponho trabalhar a categoria “índio administrado” como uma quarta condição social, ainda que a legislação portuguesa só reconhecesse os três tipos de categorias. Percebe-se que, em diferentes momentos, a população colonial desenvolveu, para se beneficiar da utilização da mão de obra indígena, uma outra categoria para se referir a um grupo específico de índios que estavam sob sua administração.

Pretende-se apresentar e analisar rapidamente as diferentes formas como as condições indígenas de livres, escravos e forros foram percebidas e utilizadas em variados momentos do período colonial, utilizando, para isto, a documentação produzida pela Coroa, seus representantes coloniais e por religiosos que tiveram contatos mais diretos com estes grupos indígenas e tentavam diferentes formas para controlá-los. A partir deste rápido apanhado, buscar-se-á desenvolver uma análise mais detalhada sobre o que estamos chamando de quarta condição: a de índio administrado. O objetivo maior é tentar demonstrar como as categorias sobre os indígenas foram construídas ao longo do período proposto e, mais ainda, como elas sofreram modificações locais e temporais paralelamente às categorias construídas para escravos, livres e forros.

É imprescindível o contato com a definição que o século XVIII deu aos índios e, para tanto, vamos continuar seguindo as considerações de Bluteau. Índio era, para ele, o “natural da Índia”, mas apresentou também outra possibilidade:

Também chamamos índios aos povos da América. No Brasil, dividiram os portugueses aos Bárbaros, que vivem no sertão

em índios mansos e bravos. Índios mansos chamam aos que com algum modo de República (ainda que tosca), são mais tratáveis e capazes de instrução. Pelo contrário, chamam índios bravos aos que pela sua natural indocilidade, não têm forma alguma de governo, nem admitem outras leis, que as que lhes dita a sua fera natureza (BLUTEAU, 1713).

Estes últimos eram, para Bluteau, “gens fera [...] cujos costumes são mais bravos que as bestas mais bravas” (BLUTEAU, 1713). Foi com base nesta separação entre índios mansos e índios rebeldes que a Coroa legislou, tentando padronizar as relações entre eles e os colonos. Para o primeiro grupo, a conversão e o aldeamento e, para o segundo, as guerras justas, o aniquilamento ou o cativoiro (PERRONE-MOISÉS, 1992; 1999).

As três condições sociais e os indígenas

Teoricamente, os índios deveriam estar inseridos na condição de livres, uma vez que diversas bulas e leis assim estabeleciam. Todavia, conforme já visto, na vida cotidiana não era tão simples a identificação, ou melhor, a categorização destas pessoas decorrente das relações estabelecidas entre determinados grupos indígenas e a sociedade colonial. Assim, um índio ou um grupo poderia deixar de ser visto como livre e se transformar em outras categorias sociais. Este, por exemplo, foi o caso dos índios que, ao sofrerem a guerra justa, foram sistematicamente escravizados. Além disto, em função das diferenças culturais, os indivíduos ou ainda os grupos indígenas foram marcados por outras formas de inserções estabelecidas a partir do seu lócus social.

Entre os seres que viviam na condição de livres estavam os índios mansos que haviam aceitado a conversão e o aldeamento e, ao fazê-lo, tornavam-se súditos e vassalos reais, passando a viver sob a tutela do Estado e da Igreja. Deveriam cum-

prir todas as suas regras, e isto significava principalmente trabalhar para o aldeamento, para os religiosos e para os fazendeiros locais e se converter verdadeiramente. Em troca, recebiam proteção e estavam, teoricamente, impedidos de serem escravizados. Não tinham autorização para sair livremente dos aldeamentos, não poderiam manter suas próprias culturas e eram obrigados a trabalhar sob pena de castigos físicos, tal como os escravos. Se fugissem dos aldeamentos, deveriam ser presos e, em alguns destes casos, poderiam ser escravizados. Estes índios compartilhavam uma condição específica: eram índios aldeados ou, como propõe Maria Leônia Resende, referindo-se a índios que já estavam inseridos de diversas maneiras na sociedade mineradora, eram índios coloniais (RESENDE, 2001).

Durante algum tempo, a historiografia viu os aldeamentos como lócus de destruição da cultura indígena e espaço onde o índio viveu de forma submissa sob o domínio das autoridades, leigas ou religiosas. A historiografia atual tende a ver os aldeamentos como um espaço de ressocialização dos índios. Estes, ao serem aldeados, recriaram identidades, culturas e histórias em decorrência de novas necessidades provocadas pelos contatos com diferentes grupos étnicos e sociais. Ocorreram, nestes locais, misturas culturais variadas, desencadeando novas práticas sociais, ainda que alicerçadas em destruições de histórias e de identidades prévias. Para Maria Regina Celestino de Almeida, os índios aldeados formaram uma categoria social específica e genérica “sugerida ou mesmo imposta pelos colonizadores, mas apropriada por eles e construída no processo de sua interação e experiência histórica com diferentes agentes sociais da Colônia” (ALMEIDA, 2003).

Na condição de índios cativos estavam os provenientes dos grupos hostis e conquistados em guerra justa ou por meio dos resgates. A guerra justa era decretada contra um grupo sempre que este se mostrasse resistente ao avanço da catequização

e da colonização e cometesse algum tipo de hostilidade contra membros da sociedade ou suas propriedades. Os resgates ocorriam quando índios capturados por outros estavam na condição de prisioneiros e poderiam, conseqüentemente, ser devorados ou mortos. Os colonos tinham, então, autorização para adquiri-los em troca de objetos desejados pelos captores. Juridicamente, haveria uma distinção entre os dois grupos. Os capturados em guerra justa seriam escravos por toda a vida, enquanto os adquiridos pelos resgates deveriam trabalhar para seu benfeitor apenas por um determinado período da vida a fim de pagar os gastos tidos com o seu “salvamento”. É evidente que estes períodos não foram respeitados, e ambos os grupos de índios e seus descendentes viveram e morreram como escravos, salvo aqueles que foram contemplados com leis decretadas em determinadas ocasiões e que extinguíam todas as formas de escravização indígena (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 123-128).

A condição de índio forro era usada para aqueles que haviam sido cativos e, por algum motivo, haviam conseguido sua liberdade. Essa tanto poderia ser conquistada através de relações pessoais com o senhor, como também por causa de ordens régias de caráter geral determinando a liberdade irrestrita de todos os índios que eram mantidos como cativos, ou ainda em virtude de ordens de liberdade específica para alguns grupos ou pessoas obtidas através de processos de liberdade. Nestes casos, as Juntas das Missões tiveram um papel de destaque na medida em que eram a instituição responsável pelo encaminhamento dos pedidos de liberdade (MELLO, 2009).

De qualquer maneira, algumas fontes para o Rio de Janeiro apontam para outro uso do termo “forro” no que se refere aos índios. Mauricio de Abreu demonstrou que nos livros de óbitos da Freguesia da Sé, entre os anos de 1643 e 1673, os índios que estavam vivendo junto a senhores eram identifica-

dos por estes em seus testamentos como forros e libertos, mas eram passados para os herdeiros como herança. Os testadores tinham consciência de que os índios eram livres por lei e pediam, então, aos herdeiros que os tratassem bem, “como forros que são” (ABREU, 2010, v. 2, p. 42). Pode ser que esta utilização seja resultado dos conflitos ocorridos em 1640 entre os jesuítas e os colonos acerca da administração dos índios. Os senhores, para evitarem problemas legais, identificaram sua mão de obra indígena não como administrada, e sim como forra.

Seja como for, havia um grupo de índios que não se enquadrava em nenhuma das possibilidades anteriores e estava inserido no que propomos como quarta condição: eram os índios administrados.

Os índios administrados por particulares

Novamente recorrendo ao padre Bluteau, sabemos que, no século XVIII, administração era a “ação de administrar ou governar alguma coisa” (BLUTEAU, 1712). E foi com este nome que um sistema original foi desenvolvido pelos colonos para ter acesso ao trabalho do índio, sem, contudo, caracterizar judicialmente que eles eram escravos, pois a legislação, em vários momentos, proibia a escravidão dos mesmos e obrigava senhores a libertarem suas peças, gerando conflitos e prejuízos aos mesmos. Ao denominarem o controle sobre o trabalho indígena de administração, ficariam fora do alcance da lei. Pelo menos, até que a própria legislação passou a dispor sobre ela.

A administração dos índios era, segundo John Monteiro, “um regime ambíguo” (MONTEIRO, 1994, p. 147). O testamento do casal paulista Antônio Domingues e Isabel Fernandes, citado pelo autor, é um claro indicativo desta posição. Segundo o casal, eles mantinham sob seu domínio dez índios, e estes eram “livres pelas leis do Reino e só pelo uso e costume

da terra são de serviços obrigatórios” (MONTEIRO, 1994, p. 111).

Essa questão do “uso e costume da terra” em oposição às leis do Reino foi analisada por Manuel Hespánha. Em várias obras, esse autor salientou que uma das características do direito europeu era a predominância das normas e dos costumes locais sobre as normas gerais (HESPANHA, 2001, p. 172). Isso pode nos ajudar a pensar como a sociedade colonial lidava com a questão, aparentemente dúbia, da administração indígena. Os índios administrados viviam sob uma legislação que ordenava fossem tidos e havidos como livres e que a catequese fosse o objetivo de sua manutenção junto ao administrador. Entretanto, eram avaliados e, na maioria das vezes, vendidos ou passados para outrem durante as partilhas de bens. Coabitavam nas mesmas estruturas com os negros e compartilhavam seu cotidiano e seus amores, e nestes casos é fácil perceber a proximidade das relações aí travadas com a escravidão.

Assumindo o papel de administradores particulares dos índios – considerados como incapazes de administrar a si mesmos –, os colonos produziram um artifício no qual se apropriaram do direito de exercer pleno controle sobre a pessoa e propriedade dos mesmos sem que isso fosse caracterizado juridicamente como escravidão (MONTEIRO, 1994, p. 137).

A administração particular também pode ser vista como uma “via de mão dupla”. Para os colonos, significava a obtenção de uma mão de obra imprescindível aos seus intentos, mas, para os índios, a administração, além de ser uma forma compulsória de trabalho, também poderia ser vista, pelo menos por alguns, como uma forma de inserção social e sobrevivência numa sociedade marcadamente hierarquizada do Antigo Regime, onde possuir laços de dependência significava pertencer a um *locus* social (BORGES, 2007).

Na condição de administrados ainda se pode estabelecer outra distinção: havia os índios administrados que viviam nas

propriedades dos colonos e aqueles que viviam em aldeamentos sob a administração destes, dos religiosos ou da Coroa – representada normalmente pela Câmara. Esta diferenciação desencadeava cotidianos marcados por utilizações variadas dos índios, conflitos, acordos e rompimentos, demonstrando que, muitas vezes, estes, apesar de sua situação ambígua, tentaram mecanismos variados para sobreviverem no interior da sociedade colonial.

A situação de índio administrado por particulares parece ter surgido na legislação, inicialmente para o Estado do Grão-Pará e Maranhão, no início do século XVII, que se referia à existência de colonos como administradores dos índios nos aldeamentos. Tudo indica que, depois, essa legislação, que era específica para a região, foi estendida às outras. A ideia principal da lei era “confiar-se o governo das aldeias a chefes colonos que eram retribuídos com o serviço dos mesmos índios”. Não só o administrador tinha livre acesso aos índios, mas a presença de um leigo na administração também facilitava a entrega destes aos colonos quando precisavam desta mão de obra, ao contrário dos aldeamentos administrados pelos jesuítas, que colocavam uma série de obstáculos para impedir o acesso dos colonos aos índios. Devido a arranjos políticos, os inácianos conseguiram fazer com que este sistema de administração dos aldeamentos pelos colonos fosse revogado pelo alvará de 8 de junho de 1625, mas tal revogação desencadeou uma violenta revolta dos mesmos e a consequente suspensão da proibição (MALHEIROS, 1976, p. 181).

Proibida ou não, o fato é que a administração de índios por particulares já era uma realidade há algum tempo. Martim de Sá é um típico exemplo disto. Ele, por volta do ano de 1615, trouxe consigo um número significativo de índios de Porto Seguro e os colocou em terras próximas a Mangaratiba, no Rio de Janeiro, com ordens expressas do rei de que só exercesse o

controle sobre eles em caso de guerras. Entretanto, alguns anos depois, estes índios já formavam uma milícia que lutava ao lado dele e defendia seus interesses, mesmo contra ordens do governador. Em 1645, Francisco de Soutomaior, governador do Rio de Janeiro, solicitou ao principal da aldeia um contingente de homens. Este se recusou, dizendo só obedecer ao general Salvador Correia de Sá, e se refugiou em terras da mulher do general. Quando os soldados entraram na propriedade para prender o principal, foram recebidos com tiros, e o índio se manteve sob a proteção da poderosa senhora e de sua família (carta do governador, AHU, RJ avulsos, cx 2, doc. 57, 1645).

Cinco anos antes, a situação da administração dos índios foi causa de conflitos entre jesuítas e colonos. No episódio do acordo realizado entre os padres da Companhia de Jesus e os moradores da cidade do Rio de Janeiro a respeito das desavenças sobre a utilização do trabalho indígena, em 1640, os inacianos, para não serem expulsos da cidade, como foram os de São Paulo, tiveram que aceitar a existência da administração dos índios pelos colonos.¹ No documento, os jesuítas, apesar da bula do Papa Paulo III ter estendido a proibição de cativar, vender, trespassar ou reter os índios para os moradores tanto da América espanhola como da portuguesa, afirmaram que “nunca tiveram administração alguma dos índios que estavam em casas dos moradores e nem a queriam ainda que lhe dessem e que só tinham dentro das aldeias a administração dos índios delas”. Ficavam obrigados, ainda, a não permitir dentro dos aldeamentos nenhum índio “que esteja em casa ou serviço de algum morador e fariam sempre muita diligencia para serem tornados as ditas casas [...] e isto para quietação e bem

¹ Em São Paulo, os inacianos só voltaram no ano de 1653, aceitando não somente a administração particular dos índios, mas também sua escravização.

comum d'este povo". Em troca da aceitação da administração dos índios pelos moradores, os religiosos seriam mantidos no colégio e na cidade e poderiam continuar a fazer suas entradas aos sertões, trazendo mais índios, "por ser tudo bem das almas e assim mais se obrigavam em razão do negócio temporal" (RIHGB, p. 113-118, 1841).

O alvará de 10 de novembro de 1647 acabou com as administrações alegando "que sendo livres os índios como fora declarado pelos reis de Portugal e pelos Sumos Pontífices, não houvesse mais administradores nem administrações havendo por nulas e de nenhum efeito todas as que estivessem dadas, de modo a não haver memória delas; e que os índios pudessem livremente servir e trabalhar com quem bem lhes parecesse e melhor pagasse o seu trabalho" (MALHEIROS, 1976, p. 186). É evidente que essa lei também não foi obedecida pela população colonial.

Em 1680, novamente foi decretada uma lei estabelecendo a liberdade de todos os índios, sem distinção entre os variados grupos. Como consequência dela, inúmeras revoltas eclodiram pelas diferentes regiões da América portuguesa. Entretanto, em 2 de setembro de 1684, uma nova lei restabelecia as administrações particulares de índios. Ainda que numa região administrativa diferente do Estado do Brasil, é interessante perceber que esta lei foi promulgada no mesmo ano em que os revoltosos de Beckman, no Maranhão, depuseram o governador, extinguiram a Companhia de Comércio e expulsaram os jesuítas alegando que eles eram a causa por que os colonos não conseguiam mão de obra para desenvolver suas atividades. A resposta da Coroa para controlar os ânimos foi a lei restabelecendo a administração particular, pois, como o argumento utilizado pelos revoltosos era o de que não havia índios para "o serviço dos moradores", corria-se o risco de "interromper o comércio, consistente na indústria dos mesmos índios, e até de perder-se a sua comunicação". A lei determinava que os mora-

dores, sozinhos ou em grupos, poderiam fazer os descimentos do número de índios necessários para seus serviços, necessitando apenas da autorização do governador, que os índios seriam distribuídos proporcionalmente por cada um que tivesse colaborado com a expedição e que os colonos estavam obrigados a sustentar os mesmos e pagar um salário por cada semana trabalhada (MALHEIROS, 1976, p. 194).

No ano seguinte, a revolta foi finalmente controlada e os jesuítas retornaram ao Maranhão, mas desta vez com uma grande vitória: o Regimento das Missões de 21 de dezembro de 1686. Dentre várias determinações, os jesuítas ficaram responsáveis tanto pelo governo espiritual quanto temporal dos aldeamentos, e ninguém mais poderia entrar nos mesmos e retirar índio algum. Estes deveriam trabalhar nas obras públicas, na defesa da região e para os moradores mediante salários e sob o controle dos inacianos. Todavia, ainda havia brechas para a exploração desta mão de obra (MALHEIROS, 1976, p. 196):

Que haja nas ditas aldeias índios, que possam ser bastante, tanto para segurança do Estado e defesa das cidades, como para o trato e serviço dos moradores e entradas dos sertões (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 120).

A administração dos índios por particulares era algo tão sério que conseguiu tornar públicas até mesmo as dissensões no interior da própria Companhia de Jesus. Em função das revoltas ocorridas a partir da promulgação da lei de 1680, alguns jesuítas que estavam em São Paulo decidiram, por volta do ano de 1682, abandonar as missões para evitar uma nova expulsão, mas no ano seguinte, o novo provincial, Alexandre de Gusmão, decidiu que não iriam abandonar as missões, mas que deixariam de exercer a função de administradores temporais dos aldeamentos. Ficariam encarregados apenas das tarefas espirituais (ZERON, 2009, p. 144). Alguns padres nessa mesma região, que foram acusados de serem muito economicistas,

perceberam que o trabalho dos índios era condição básica da existência de determinadas economias locais e se manifestaram a favor da administração feita por colonos. Este grupo de jesuítas, conhecido como “alexandristas” ou “dos estrangeiros”, tinha nos padres Jacob Roland, Jorge Benci, Antonil e Alexandre de Gusmão os seus mais importantes membros. Do outro lado, representando os que achavam que somente a ordem poderia ter controle sobre os indígenas e a administração dos índios por particulares era um impeditivo para a catequese, estava o grupo liderado por Antônio Vieira e seus seguidores.

Algum tempo antes do ano de 1684, parte do grupo “alexandrista” esteve em São Paulo conversando com os principais colonos a respeito do uso que eles faziam dos índios e de suas expedições contra aldeias e aldeamentos. Um dos maiores resultados destas conversas foi a obra conhecida como *Apologia aos paulistas*, de autoria de Jacob Roland, publicada em 1684 (ZERON; RUIZ, 2008). No ano seguinte, foi a vez do próprio Provincial da Ordem, Alexandre de Gusmão, visitar as terras paulistas.

Na obra de Jacob Roland, o jesuíta declarava que os paulistas não incorriam em pecado ao atacarem e escravizarem índios dos sertões. Pelo contrário: faziam isto porque sem os índios a região sucumbiria não só por causa dos ataques que estes faziam, mas também por causa de sua economia pobre que não tinha condições de arcar com os custos da mão de obra africana. Assim, propunha que se acabasse de vez com a discussão sobre se os paulistas poderiam ou não receber os sacramentos e se deveriam ou não ser absolvidos. O jesuíta achava que os paulistas estavam, na realidade, realizando um grande serviço ao rei e à fé ao escravizarem os bárbaros.

Apesar desta defesa, a situação não estava plenamente resolvida. O poder do grupo ligado à vertente que acreditava que somente os religiosos deveriam administrar os índios era

muito grande, e, em 1692, os moradores de São Paulo concordaram que os índios deveriam ser tratados como forros, mas que “se serviriam d’ eles, pagando-lhes o seu trabalho, vestindo-os e doutrinando-os e que nunca os venderiam, nem os dariam em pagamento de dívidas, nem iriam ao Sertão cativar os mais” (Assento..., *Revista Trimestral de História e Geografia*, p. 385, 1845). Todavia, estes mesmos moradores redigiram um documento apontando 16 dúvidas sobre a administração dos índios. Tais dúvidas demonstravam claramente a concepção que os paulistas tinham de seus administrados. Perguntavam se poderiam obrigar um índio fugido a voltar para as suas casas; se poderiam castigá-los; se o pagamento devido aos índios poderia ser apenas quitado com vestimentas e comida; se poderiam repartir os índios pelos herdeiros; se poderiam transferir o índio para outro e receber algum pagamento por isto; se esta troca poderia ser feita sem a concordância do índio em questão, e por aí seguiam as dúvidas dos colonos (Dúvidas..., *Revista Trimestral de História e Geografia*, p. 389, 1845).

De qualquer forma, no ano de 1694 o sistema das administrações foi ratificado pela Coroa, e a revisão do governador de São Paulo datada de 25 de janeiro deste ano determinava que “Os índios deveriam ser tidos como pessoas livres e como tais deveriam ser tratados pelos moradores, os quais se obrigariam a vesti-los e a doutriná-los, mantendo-os sob administração” (CAMPOS, 1984).

Neste mesmo ano, Vieira dava a sua famosa resposta às dúvidas dos paulistas (VIEIRA, 1992), demonstrando que a mesma era uma escravidão disfarçada e, portanto, ilegal. Apesar disto, em 1696 duas cartas régias autorizaram a administração por particulares em São Paulo e estabeleceram como deveriam ocorrer as relações entre senhores e administrados: os índios só poderiam servir uma semana mediante salário e, na outra, trabalhariam para si mesmos; só iriam aos sertões os

mais fortes, e as jornadas não poderiam ser maiores do que quatro meses (MALHEIROS, 1976, p. 201).

A administração particular dos índios era tão pouco clara para todos que, no ano de 1701, o governador do Rio de Janeiro ainda era instado pelo rei a dirimir as tais dúvidas dos paulistas (Carta Régia, 1701). Mas, neste mesmo ano, Artur de Sá e Meneses, governador do Rio de Janeiro, informava ao rei, D. Pedro II, que o ouvidor-geral de São Paulo, Antônio Luís Peleja, estava se intrometendo na administração dos índios da aldeia de São Miguel, utilizando os serviços dos índios sem pagá-los, e que, ao ser questionado pelo procurador-geral dos índios, tentou prejudicá-lo e incitou aos oficiais da Câmara a só obedecer a ele (AHU, RJ, avulsos, 1701).

Um exemplo da ambiguidade da administração dos índios foi o caso de Antônio Machado, um sertanista que, em 1702, por ter cometido um crime, estava retirado para os matos na região de Mogi das Cruzes, em território que pertencia à administração da capitania do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Todavia, neste ano, o governador Álvaro da Silveira de Albuquerque tomou conhecimento de que o sertanista havia descido um grupo de índios Maripaqueres que viviam nas serras da região e que os índios estariam, então, sob sua administração. O governador mandou que um daqueles índios fosse à sua presença e, questionado sobre se o grupo queria ficar na região sob os cuidados de Antônio Machado, sinalizou que sim. Segundo o informante, estavam todos ali de livre e espontânea vontade. O governador ordenou, então, que Antônio Machado os mantivesse sob “sua jurisdição [...] sem que tivesse senhorio sobre eles” (AN, cód. 77, vol. 13, p. 12). O rei, em abril do ano seguinte, ao tomar conhecimento do fato, ordenou que fossem enviados religiosos para a região a fim de cristianizá-los (AN, cód. 77, vol. 12, p. 92). A situação estava calma até o momento em que Antônio Borba e seu primo Fran-

cisco Borba Gato e um irmão resolveram “desinquietar” os índios ao convencerem um grupo a abandonar a região. Conseguiram, então, tirar de lá a Antônio Grande, casado com Margarida, e com três filhos; Antônio Mirim, com sua mulher Branca e mais uma filha; Pedro Asu, sua mulher Maria e três filhos, e Francisco, com seu filho. Todos saíram fugidos da aldeia. O capitão-mor de São Vicente recebeu ordens expressas para buscar tanto os índios fugitivos quanto os seus sedutores, prendê-los e enviá-los para a cidade (AN, cód. 77, vol. 14, p. 438). Infelizmente, não se sabe o que aconteceu com estes índios, mas em 1708 o grupo restante foi colocado em terras da fazenda dos religiosos de Nossa Senhora do Carmo, e praticamente todos já estavam batizados (AHU, RJ, avulsos, cód. 224, 170v). A presença deste tipo de estrutura composta por índios e sertanistas era importante para o bem público, a ponto de, no ano de 1710, o governador determinar que Antônio Machado, agora já com o título de capitão dos Guarulhos do distrito de Mogi, acudisse a um serviço de Sua Majestade. Tratava-se de uma expedição que ele deveria liderar, percorrendo a região da serra e capturando quilombolas e facinorosos, juntamente com seus índios, práticos “rastejadores das trilhas dos ditos quilombos”. Mas como oficialmente ele ainda era um fugitivo da justiça, recebeu salvo-conduto para executar as ordens (AN, cód. 77, vol. 22, p. 68).

No ano de 1721, houve uma provisão real de D. João V declarando que os governadores e capitães-mores só poderiam utilizar os índios em caso de guerras e para obras públicas, como, por exemplo, nas fortificações da cidade. Todavia, não era isto o que estava acontecendo com os índios aldeados pelos jesuítas, e, em 1753, o inaciano José Moreira encaminhou uma informação ao rei relatando as arbitrariedades que os indígenas estavam sofrendo. Segundo sua informação, não havia na cidade nenhuma obra, mas, mesmo assim, governadores e capi-

tães-mores estavam retirando índios dos aldeamentos para seus serviços particulares. Isso estava provocando problemas sérios, pois as famílias dos índios estavam padecendo “misérias” porque se sustentavam da lavoura, da caça e da pescaria feita pelos homens; as mulheres e filhas estavam expostas a desmandos; os índios ficavam depravados e cheios de vícios e acabavam por fugir para as matas, onde sofriam enfermidades, ficavam sem doutrina e acabavam morrendo sem sacramentos. De acordo com o padre, 30 índios estavam trabalhando na cidade e outros estavam remando nos escaleres, cortando ervas nas estrebarias para as bestas, tudo “com capa de serviço real [...] e tudo se paga com a Fazenda Real” (AHU, RJ, avulsos, 1753).

A situação dos índios não se definia, e, em outubro de 1725, os camaristas de São Paulo lutavam para continuar com os seus administrados porque o ouvidor queria proibir a venda deles em praça pública e, para isso, passou carta de liberdade aos que estavam “debaixo da administração de seus administradores vivendo satisfeitos com a mesma sujeição, pois não lhes faltava com todo o necessário de que tem resultado grande prejuízo a todos os moradores” (Documentos Históricos, XX, p. 62-63). O fato é que os índios administrados acabavam sendo vendidos ou deixados por herança, e o ouvidor da Vila de Curitiba, que na época pertencia à capitania de São Paulo, Rafael Pires Pardiniho, no ano de 1720, determinou

que os juizes não mandem avaliar os carijós e seus descendentes que forem da administração dos defuntos, como por repetidas leis se tem declarado, pois sendo estes por elas libertos não admitem valor e nem estimação e do contrário se seguem grandes prejuízos aos co-herdeiros porque a uns se dão as peças escravos que têm valor e estimação e a outros os carijós que o não têm (Provisão..., *Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba*, 1906).

Em 14 de março de 1733, o bando do governador de São Paulo não só determinava a devolução dos índios e índias que

estavam vivendo em casas dos moradores aos aldeamentos, como também salientava uma questão vivenciada por muitas mulheres indígenas: o papel sexual desempenhado ao lado dos moradores e, segundo o documento, uma ofensa a Deus. Todos deveriam voltar imediatamente para os aldeamentos (Bando..., *Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba*, 1924).

A lei de 6 de junho de 1755 acabou definitivamente com a possibilidade de alguém manter um índio como administrado (MALHEIROS, 1976, p. 211). Isto não significou que a situação em si tenha realmente se modificado para os colonos ou para os índios. A exploração desta mão de obra se manteve, mas, em algumas regiões, ficou um pouco mais fácil para os índios lutarem por suas liberdades. Alguns conseguiram, mas a maioria não teve a mesma sorte (RESENDE; LANGFUR, 2007, p. 28-31).

Considerações finais

A condição dos índios administrados no período colonial ainda é um ponto que precisa ser melhor analisado a partir de uma perspectiva comparada entre as diferentes regiões coloniais. Tais índios viviam em uma situação ambígua, pois não eram escravos, nem forros e tampouco homens livres. Ainda assim, eram vendidos, trocados ou deixados como herança e trabalhavam sem receber pagamento algum. Viviam juntos às populações escravas, quer fossem formadas por outros índios ou por negros, e com eles trocavam experiências e afetividades. Tais proximidades geraram uma população mestiça que conformou as bases de muitas escravarias de variados tamanhos em diferentes áreas da América portuguesa.

Pensar a complexidade das sociedades coloniais americanas significa assumir que parte do ordenamento jurídico português precisou ser adaptado às realidades e necessidades lo-

cais. Isso não significa, contudo, que as categorias classificatórias usadas para ordenar os diferentes segmentos sociais fossem permanentes e nem que não sofressem adaptações sempre que necessário.

Em que pese a importância dos índios para o entendimento da economia e sociedade colonial, pouco ainda se sabe sobre esses grupos. Ainda que a escravidão de negros tenha sido, em termos numéricos, muito maior do que a de índios – pelo menos aparentemente, ela foi a base da formação socioeconômica das sociedades coloniais e, para entendermos um pouco melhor a complexidade social da colônia, é imprescindível inserirmos os índios nessa história.

Fontes

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez e latino: aulico, anatomico, architectonico*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. Disponível em: www.brasiliana.usp.br/dicionario. Acesso em: 12 maio 2011.

Regimento que levou Tome de Sousa Governador do Brasil (17-12-1548). Transcrição paleográfica com notas de, Alberto Iria. In: ANAIS DO IV CONGRESSO DE HISTÓRIA NACIONAL. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1950, v. II, p. 45-68.

Arquivo Histórico Ultramarino. Resgate, RJ avulsos, cx 2, doc. 57, 1645.

Arquivo Histórico Ultramarino. Resgate, RJ avulsos, cx 7, doc. 750, 12.7.1701.

Arquivo Histórico Ultramarino. Resgate, RJ. Códice n. 224, fol. 170 v.

Arquivo Histórico Ultramarino. Resgate, RJ avulsos, cx 46, doc. 4683, 15.5.1753.

Escritura de transação e amigável composição e enunciação que fizeram os padres da Companhia com o povo das Capitanias do Rio de Janeiro. RIHGB, 3, p. 113-118, 1841.

Defesa em favor dos paulistas na qual se prova que os habitantes de São Paulo e das vilas adjacentes mesmo que não desistam das invasões aos índios do Brasil nem restituam a liberdade àqueles índios, seus escravos, são capazes, contudo, de receber a confissão sacramental e absolvição. Documento transcrito por Carlos Alberto M. R. Zeron e traduzido por Rafael Ruiz. *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, Pernambuco, n. 26-2, p. 362-416, 2008.

Assento conforme o diretório para a resposta à provisão do Governador do Estado do Brasil, sobre o ajustamento que se pretende, aprovado e seguido na forma seguinte. 25 de janeiro de 1694. *Revista Trimestral de História e Geografia*, tomo sétimo, p. 385, abril de 1845.

Dúvidas que oferecem os moradores da Vila de São Paulo. In: *Revista Trimestral de História e Geografia*, tomo sétimo, p. 389-391, abril de 1845.

Carta Régia de 26 de janeiro e 19 de fevereiro de 1696. In: MALHEIROS, Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico e social*. Petrópolis: Vozes, 1976. p. 201.

Carta Régia ao governador do RJ dando-lhe poder para decidir provisoriamente as dúvidas suscitadas pela câmara de São Paulo sobre a administração dos índios. 20-1-1701. Documentos Interessantes, n. 51, p. 11-12.

AN. Secretaria do Estado do Brasil. Código 77, vol. 13, p. 12v.

AN. Secretaria do Estado do Brasil. Código 77, vol. 12, p. 92v.

AN. Secretaria do Estado do Brasil. Código 77, vol. 14, p. 438.

AN. Secretaria do Estado do Brasil. Códice 77, vol. 22, p. 68.

Arquivo Público de São Paulo. Documentos Históricos, vol. XX, p. 62-63, 1936.

Provisão do ouvidor da Vila de Curitiba, Rafael Pires Pardini, no ano de 1720. *Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba*, Livraria Mundial, v. I, 1906, p. 39. Disponível em: www.arquivopublico.pr.gov.br. Acesso em: 25 ago. 2011.

Bando do governador de São Paulo, Conde de Sarzedas, 22 de novembro de 1733. *Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba*, Livraria Mundial, 1924, v. IX, p. 98. Disponível em: www.arquivopublico.pr.gov.br. Acesso em: 25 ago. 2011.

Referências

ABREU, Mauricio de. *Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobson Estúdio Editorial, 2010. v. 2.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

BORGES, Joacir Navarro. As demandas judiciárias envolvendo administrados em Curitiba no século XVIII. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 6, 2007.

CAMPOS, Alzira Lobo de. A configuração dos agregados como grupo social: a marginalidade e peneiramento (o exemplo da cidade de São Paulo no século XVIII). *Revista de História*, SP, n. 117, p. 27-69, 1984.

CARVALHO JUNIOR, Almir Diniz de. Líderes indígenas no mundo cristão colonial. *Canoa do Tempo: Revista do Programa de Pós-Graduação de História*, Manaus, v. 1, n. 1, 2007.

FRAGOSO, João. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro, séculos XVI e XVII. *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 1, 2000.

HESPANHA, Antônio Manuel. A constituição do Império português: revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João et alii. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI- XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HESPANHA, Antônio Manuel. *Imbecilítas: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. São Paulo: Annablume, 2010.

LARA, Sílvia Hunold. *Fragmentsos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MAIA, Lúcio de Oliveira. O estatuto da chefia indígena, nas Serras de Ibiapaba: leituras e leitores na experiência colonial, século XVII. *Documentos: Revista do Arquivo Público do Ceará, Índios e negros*, n. 3, 2006.

MALHEIROS, Perdigão. *A escravidão no Brasil*: ensaio histórico, jurídico e social. Petrópolis: Vozes, 1976.

MATTOS, Hebe Maria. A escravidão moderna no quadros do Império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica. In: FRAGOSO, João et alii. *O Antigo Regime nos trópicos*: a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI- XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MELLO, Marcia Eliane Alves de Souza e. *Fé e Império*: as Juntas das Missões nas conquistas portuguesas. Manaus: Ed. da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra*: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, John. O escravo índio, esse desconhecido. In: GRUPIONI, Luis Donisete (org.). *Índios no Brasil*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1994.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial, séculos XVI a XVIII. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Aldeados, aliados, inimigos e escravos: lugares dos índios na legislação portuguesa para o Brasil. In: Congresso Luso-brasileiro "PORTUGAL-BRASIL: MEMÓRIAS E IMAGINÁRIOS. Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.

RESENDE, Maria Leonia Chaves de. *Brasis coloniales*: o gentio da terra nas Minas Gerais setecentistas (1730-1800). Washington DC: Latin American Studies Association, 1994.

VIEIRA, Antônio. *Escritos instrumentais sobre os índios*. São Paulo: Loyola; Giordano, 1992.

ZERON, Carlos Alberto de R.; RUIZ, Rafael. Defesa em favor dos paulistas na qual se prova que os habitantes de São Paulo e das vilas adjacentes mesmo que não desistam das invasões aos índios do Brasil nem restituam a liberdade àqueles índios, seus escravos, são capazes

contudo, de receber a confissão sacramental e absolvição. *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, Pernambuco, n. 26-2, 2008.

ZERON, Carlos Alberto de M. R. Interpretações das relações entre *cura animarum* e *potestas indirecta* no mundo luso-americano. *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, n. 27-1, p. 140-177, 2009.

Piedade, sobas e homens de cores honestas nas *Notícias do Presídio de Massangano, 1797*¹

Ariane Carvalho

Roberto Guedes Ferreira

Com ênfase na vila de Massangano, este trabalho analisa qualidades de cor em presídios africanos de fins do século XVIII, utilizando listas nominais de habitantes e mapas de população. A produção destas fontes está inserida em um contexto de preocupação das monarquias europeias, incluindo Portugal, em melhor conhecer a população. Para sua confecção, seguiam-se orientações políticas da Coroa portuguesa nas quais informações demográficas passaram a ser consideradas como instrumentos de ação dos poderes centrais das monarquias (MARCÍLIO, 2000). Mas contar as populações também significava uma nova forma de classificar habitantes das conquistas, fenômeno que teve início, na monarquia portuguesa, mormente a partir do reinado de Dom José I (1750-1777), quando secretários de Estado, governadores, capitães-mores, dentre outros encarregados dos governos nas conquistas, voltaram suas atenções para o mapeamento populacional. Esse esforço produziu uma vasta documentação censitária em diferentes partes dos domínios portugueses (CURTO, 1999; MARCÍLIO, 2000; BE-

¹ Este capítulo resulta de pesquisas financiadas pelo CNPq, pela CAPES e pela FAPERJ.

LLOTTO, 2007; WAGNER, 2009; SANTOS, 2005; CANDIDO, 2006, GUEDES, 2011, 2012; GUEDES e PONTES, 2013).

Em geral, as listas de habitantes informam nome, sexo, título ou patente militar, ocupação, idade, relações de parentesco, bens, qualidade de cor, atividades econômicas e autoridades políticas dos moradores e de sua jurisdição. Complementarmente, os mapas, o grosso deles elaborados em 1797-99, são uma espécie de tabulação da população, dividida em eclesiásticos, militares e civis, mas também se reportam a despesas com corporações, produções cultivadas, armamentos a petrechos, etc. O maior volume deste *corpus* documental para o Reino de Angola do século XVIII² se encontra no período da Rainha Dona Maria I (1777-1792) e na regência de Dom João VI (1792-1816), ainda que orientações e legislações proviessem do reinado de Dom José I (1750-1777)³.

Diante de tal panorama e considerando a diversidade de agentes que habitavam os presídios, cabe analisar formas de construção de hierarquias de cor no Reino de Angola em finais do século XVIII, como estudiosos têm procedido para outras paragens e épocas da monarquia portuguesa (VIANA, 2007; GUEDES, 2008; MACHADO, 2008; SOARES, 2009). Parte integrante do império português, ponto fundamental no funcionamento do tráfico de escravos no sertão africano, o presídio de Massangano pode ser visto, até certo ponto, como um

² Consideramos Reino de Angola as cidades de Luanda e Benguela e os presídios Muxima, Pedras do Encoge, Pedras do Pundoandongo, Caconda, Massangano (também vila), Cambembe, Novo Redondo, Ambaca e um ou outro distrito. Eram áreas de “concentração de escravos nos enclaves europeus associados ao tráfico”, “enclaves portugueses na África Centro-Occidental” (LOVEJOY, 2002, p. 204, 341).

³ Curto (1999; p. 381), por exemplo, encontrou 30 censos para Luanda entre 1773 e 1844, mas sobretudo para o período a partir das três últimas décadas do século XVIII (CURTO; GERVAIS, 2001, p. 1-59). Cf. para Benguela, Candido (2006), para Moçambique, Wagner (2009).

microcosmo social do Antigo Regime português em África, que congregou diferentes habitantes oriundos do Reino, da América portuguesa e, evidentemente, da própria África. Concebê-lo assim não desconsidera as fortes e frequentemente decisivas influências de hierarquias e concepções de mundo africanas. Nos presídios, súditos e/ou aliados da monarquia portuguesa, ou de seus representantes, os moradores formaram, em âmbito local, hierarquias de cor que tinham como parâmetros a escravidão e o tráfico de escravos (GUEDES, 2011; 2012; GUEDES e PONTES, 2013). Embora a Coroa portuguesa, ao solicitar listas e mapas de habitantes fornecesse diretrizes gerais de ordenação nos presídios, súditos na África criaram formas de classificação com critérios próprios. Isso abriu um campo de novas categorias sociais, fundadas em relações econômicas, sociais e de poder construídas costumeiramente em cada presídio, que eram reconhecidas, formalmente, pelas listas de habitantes, pelo poder central ou pelo representante de El Rei em Luanda, o governador de Angola.

Destarte, salientamos que sociedades africanas participaram da monarquia portuguesa a partir de suas estruturas locais e com seus critérios de hierarquia, mas reafirmando princípios de desigualdade como uma característica fundamental de então (SCHWARTZ, 1988, cap. 9; LARA, 1988; 2007; MATTOS, 2001; SOARES, 1997; GUEDES, 2008; FRAGOSO, 2014; 2014a). As noções naturalizadas de desigualdade de povos e/ou súditos africanos não precisavam ser as mesmas das oriundas de sociedades de Antigo Regime europeias, remodeladas ou não nos trópicos, mas nem por isso eram avessas ou incompatíveis entre si. Ajudam ambas, porém, a entender como africanos súditos de El Rei se hierarquizaram com base, também, em qualidades de cor. Tratava-se de uma forma de apropriação da escrita pelos africanos (TAVARES e SANTOS, 2002). Apropriação da escrita *lato sensu*, ou seja, de códigos e

valores readaptados localmente em Massangano a fim de recriar hierarquias⁴.

Desse modo, faz-se necessária uma reflexão a respeito das hierarquias de cor do lado africano do Atlântico Sul manifestas em língua portuguesa, ou seja, os critérios que as sociedades usavam para caracterizações de cor – cor entendida como uma qualidade. Curto e Gervais chamam a atenção para o fato de as categorias de cor não aludirem apenas à raça ou ao grupo étnico, mas também a fatores econômicos. Com isso a documentação analisada rende muitas informações pelo grande número de categorias classificatórias utilizadas (CURTO e GERVAIS, 2002, p. 85-138). Noutros trabalhos, aventamos a hipótese principal de que o peso do tráfico de escravos e a escravidão na África remodelaram os termos classificatórios nos presídios, sendo a cor uma de suas maiores expressões (GUEDES, 2012; GUEDES e PONTES, 2013). Mas a qualidade de cor ia além também da economia em Massangano. Assim, a análise do vocabulário social se torna crucial para o entendimento de hierarquias sociais e de como determinadas formas de percepção, sobretudo calcadas em aspectos políticos e morais, moldaram pessoas e grupos, como os *sobas*⁵ e os moradores de Massangano. Atentar para tudo isso contribui para entender o enquadramento de populações locais.

Tudo isso é corroborado pelo fato de haver grande autonomia local nos presídios, o que, aliás, também era previsto no corpo constitucional de uma monarquia corporativa (Hespa-

⁴ Por exemplo, no âmbito jurídico, estudos têm demonstrado mesclas de estruturas de origem portuguesa e africana (SANTOS, 2012; THOMAZ, 2011; FERREIRA, 2013, cap. 3).

⁵ Autoridade principal que exercia jurisdição sobre pessoas e bens em uma determinada área geográfica e política (Parreira, 1990, p. 100). Era um título político, e as fontes portuguesas utilizaram o termo para designar o chefe de uma tribo, uma autoridade (TAVARES e SANTOS, 2002, p. 439).

nha, 2000; 2010), mesmo que a partir do período pombalino (1750-1777), se não antes, as forças do centro tentassem se sobrepor. Por outro lado, povos das conquistas se inseriam em dinâmicas monárquicas a partir de seus próprios critérios, lendo a seu favor e a seu modo hierarquias vindas do Reino. Com base nas *Notícias do Presídio de Massangano 1797*⁶, sublinhamos, na primeira parte, orientações e/ou percepções gerais, diretas ou indiretas, do poder central da monarquia portuguesa sobre cor, expressas na legislação, em correspondências administrativas e na elaboração dos censos. Em seguida, salientamos o emprego das cores em presídios africanos, com realce para Massangano.

A cor nos presídios em Angola

Como é corrente e sabido, qualidade de cor está longe de sugerir apenas aparência da tez; antes, indica condição social, familiar, de *status*, política, etc., cujo registro na documentação demonstra diferentes objetivos⁷. Por exemplo, na tabulação geral das populações dos presídios nos mapas, usa-se quase sempre um sistema trinário de cor (branca, mulata e preta), mas não se deve esquecer que, mesmo nos mapas, trata-se de qualidades (ver quadro 1).

⁶ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), DL 31.07. Para não sobrecarregar o texto com notas, doravante toda passagem sem referência documental se baseou nas *Notícias do Presídio de Massangano, 1797*.

⁷ O assunto tem sido abordado por diferentes prismas. Para o Brasil, cf. Eisenberg (1989, p. 269-270), Castro (1995), Faria (1998), Viana (2007), Macahdo (2008), Guedes (2008; 2009; 2010), Paiva (2012). Para Luanda e Benguela, veja-se Miller (1988, p. 192 e segs.), Mourão (1999, p. 195-224), Pantoja (1999, p. 112 e segs.), Cruz e Silva (2004, p. 248-250), Henriques (2004, p. 78), Santos (2005, p. 183-224), Candido (2006, p. 138 e segs.), Venâncio (1996, p. 46; 2005), Guedes (2011; 2012) e Guedes e Pontes (2013). Para Moçambique, Capela (1995) e Wagner (2009).

Quadro 1: Mapa da Cidade de Benguela e suas mais próximas vizinhanças relativo ao estado dela em o ano passado de 1798, e ao em que fica no 1 de Janeiro do corrente, feito segundo as ordens e modelo dado pelo [...] Senhor Dom Miguel Antônio de Melo [1797-1802], Governador e Capitão General do Reino de Angola e suas conquistas

São Felipe de Benguela 1 de Janeiro de 1798	Igrejas		Casas		Eclesiásticos					Ofícios mecânicos													
	Paróquias	Ermidas	De adobe com telha	De adobe com palha	Barro e pac dos pretos	Presbiteros	Diaconos	Subdiaconos	De ordens menores	De prima tonsura	Capiteiros	Serralheiros	Ferreiros	Pedreiros	Oleiros de fazer telha	Oleiros de fazer panela	Sapateiros	Alfaiates	Barbeiros	Esterceiros	Sequeiros	Quindeiros ou casteiros	
	Qualidades		Branco	1	3	1	3	1	1	3	1	3	1	3	1	1	1	1	1	1	3	1	
			Pretos	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
			Mulatos	3	1	3	1	3	3	1	3	3	1	3	1	3	3	3	3	3	3	1	3
			Total	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6

Fonte: AHU, Angola, CCU, Cx. 91, Doc. 41. Os números são fictícios. Além das categorias eclesiásticas e ocupacionais, há outras abrangidas pela cor, suprimidas por questões de espaço.

Pelo exposto, o registro da qualidade de cor não era aspecto de menor importância, remetia a uma qualidade – aliás, as qualidades de cor que deviam englobar, como resultado final do enquadramento das pessoas, todas as demais categorias, tal como exemplificado no quadro 1. Evidentemente, nas listas de habitantes as qualidades de cor também eram registradas. Mapas e listas, porém, não raro se servem de expressões diferentes para os registros das qualidades de cor, já que, tendencialmente, os mapas feitos por governadores, seus secretários ou *regentes* de presídios seguiam a norma sumária das três cores (branca, mulata e preta), ao passo que nas listas de habitantes, feitas também por regentes de presídios ou militares que ocupavam postos em distritos, usavam-se mais cores.

Até o momento da pesquisa, o que se nota é que as cores empregadas nos diferentes presídios nem sempre eram as mesmas, melhor dizendo, certas qualidades de cor eram acionadas em determinados locais, mas não em outros, que se serviam de vocábulos distintos (GUEDES, 2012). Considerando a autonomia política dos presídios perante Lisboa e mesmo perante o governo centrado em Luanda (CRUZ e SILVA, 2004, p. 247) e a permanência do costume a par de leis escritas, nos modos de registrar a qualidade de cor não poderia residir um meio para o entendimento da criação de hierarquias locais, certamente estimulada, até certo ponto, pela Coroa, que, pelos censos, forçava uma classificação? Dito de outro modo, se havia apenas três qualidades de cor vindas do Reino, as demais faziam parte do vocabulário classificatório local, que criava a cor das pessoas/famílias, bem como os *status* delas derivadas ou resultantes? Muito provavelmente, sim, uma vez que os presídios, em suas listas de habitantes, não empregam as mesmas qualidades de cores e nem o mesmo modo para classificar os moradores, ainda que houvesse predomínio do emprego das qualidades branco, pardo e preto. Ademais, frequentemente a cor era atrelada a um outro designativo, quer fosse a condição jurídica (escravo ou forro) ou a ocupação (feirante), como no mundo ibérico (PAIVA, 2012). Nenhum presídio utilizou apenas os vocábulos branco, mulato ou preto. Assim, após consultar listas de habitantes de presídios, observamos que não há uniformidade no emprego das qualidades de cor. Por exemplo, no ano de 1798, o vocábulo *fusco* consta nas notícias de presídios de Cambembe, mas não nas de Novo Redondo e Ambaca⁸. Mulato, por sua vez, só apareceu em Benguela, na parte norte (cf. GUEDES, 2012). A especificidade de

⁸ Cf. IHGB, DL 32.2; DL 81,02.27; DL 29,17; DL 31.05; DL 31.6; DL 31.7; DL 31.8; DL 31.9; DL 31.10. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Col. Conselho Ultramarino (CCU), Angola, Cx. 57, doc. 51.

Massangano é ser o único presídio e vila a usar a expressão cor honesta como uma qualidade de cor.

Além do exposto, a utilização de vocábulos de cor variava nos presídios e nas *jurisdições* de um mesmo presídio, como Benguela, o que reforça hierarquizações locais expressas em cores distintas, aludidas – inclusive autoaludidas (GUEDES, 2011; 2012), bem como o poder de escrita de quem confeccionava as listas. Assim, inevitavelmente, mapas e listas expressam singularidades no emprego dos termos, já que mapas eram tabulações, e listas eram as descrições nominais de pessoas com seus atributos. Todavia, não é descabido supor que mesmo que uma pessoa registrasse as cores nas listas de um certo modo, lançava-as de forma diferente nos mapas. Nos mapas, a expressão mais corrente é mulato, seguindo o padrão enviado por Lisboa, ao passo que nas listas nominais se empregava a palavra pardo com mais frequência. Além da natureza de cada documento, o registro de cor também era decisivamente influenciado pelo poder de escrita do encarregado de elaborá-las em cada presídio ou distrito. Para referendar tal hipótese para Massangano, é preciso saber o que pesava na caracterização de cor e como eram produzidas as informações. Adiantamos que aspectos políticos e morais foram fulcrais para conferir cores honestas como um dos atributos de certos moradores, bem como para caracterizar atributos de sobas e negros pobres.

As Notícias do Presídio de Massangano

As Notícias do Presídio de Massangano do Reino de Angola, de 1797, são uma carta-resposta, com anexos, datada de 19 de agosto de 1797, escrita pelo tenente comandante e regente da Vila de Massangano, Fernando Henriques de Piedade, ao governador de Angola, Miguel Antônio de Melo (1797-1800). Fernando Piedade afirmou que dava diligência (contagem) dos

animais, mas também de conchas, corais, ou seja, fornecia informações para o mapeamento da situação econômica requerida pelo governador. O tenente, o mais *humilde súdito e obediente* ao governador, informou não haver pedras, cristais, nem cobre, nem metal, apenas em um outeiro se tirava “ferro para fazer as enxadas com que cultivam os povos deste país”. Do outeiro localizado nas terras do soba Guengue Aquiben enviou ao governador 19 pedras de ferro como amostra. O regente não descurou dos animais e espalhou pela jurisdição “muita gente brancos e pretos” para se ocupar da tarefa, mas, ainda sem notícia deles, mandou logo as relações requeridas pelo governador, sem contagem e muito menos o envio de exemplares de animais. O problema era, dizia o tenente, que a “gente deste país são muitos mandriões, maiormente em serviço”. No dicionário de Antônio Moraes e Silva, de 1798, mandrião é um substantivo masculino que significa “homem ocioso, desaplicado”. Era o aumentativo de “mandria, o Castelhana, o covarde, de alma baixa, tolo, estúpido?” (SILVA, 1789). No vocabulário do padre Raphael Bluteau, a etimologia é a seguinte: “Derivase do Italiano *Mandriano*, que é o Pastor, e como a vida do Pastor é ociosa, tomamos Mandrião por homem inábil, inútil, ocioso, e preguiçoso. *Vid.* nos seus lugares”. No seu lugar, preguiçoso era o “dado à preguiça. Descuidado, negligente”, e adágios portugueses não escaparam a Bluteau: “Preguiça, nunca fez bom feito”; “Preguiça, chave da pobreza”; o “preguiçoso sempre é pobre”. Preguiça, igualmente, era um dos sete pecados capitais, alertou o padre (BLUTEAU, 1728). Logo, Piedade atribuíra preguiça, sobretudo no trabalho, como um dos predicados da gente do país. Repare, no entanto, que pretos e brancos espalhados no sertão, a gente do país, sem dar conta dos animais, eram tidos por preguiçosos, de alma baixa, cometiam pecado capital, mormente no trabalho. Ainda que compreensível porque preguiça é bom e nem sempre se quer trabalhar, o

pecado capital não tinha uma cor exclusiva, nem, como se verá, a pobreza, mas a preguiça rebaixava a alma. O comandante de Massangano demonstra que pobreza, além de fator econômico, era ligada à moral religiosa, ao pecado capital. Se Piedade não leu Bluteau ou Moraes e Silva, nem por isso deixou de compartilhar um vocabulário secular altamente moldado pela moral católica, o que teve muita influência para qualificar as pessoas de Massangano, como observaremos. No fim das contas, mesmo boicotado pelos mandriões, remeteu as relações de que dispunha. Quais eram elas? Que critérios usou para elaborá-las? Como foram geradas as informações? Ao longo do texto, tentaremos responder estas perguntas.

Para a terceira pergunta, nota-se que havia uma cadeia de intermediários que geravam ou influenciavam a elaboração das informações registradas pelo regente Piedade – os brancos e pretos espalhados – e que houve certa pressa no envio das relações, pois ele recebeu a carta do governador em 29 de agosto de 1797, tratando logo de executar as ordens. A remessa deve ter sido feita por volta de 22 de setembro do mesmo ano, data da assinatura do preâmbulo do documento, i. é, menos de um mês de confecção. Pressa, cadeia de informantes e filtragem de informações resultaram em notícias não muito precisas estatisticamente, o que é absolutamente normal, pois era um período pré-estatístico, no máximo protoestatístico. Logo, apenas dispomos de notícias, não de dados muito elaborados, se é que isso existe para a época, senão para hoje. Tudo aqui é, portanto, conjectural.

As relações de Piedade, a economia, a política e a pobreza

O que Piedade noticiou sobre os habitantes da vila de Massangano e seus distritos consta das relações de números 6,

7, 11, 12, 14, 15 e 16, abaixo mencionadas, que devem ser, a fim de se compreender os critérios, observadas junto com as demais, que são as seguintes:

Relações de Piedade

[1] Relação dos fardamentos pertence fardamentos [ilegível] e idades;

[2] Relação do estado da companhia;

[3] Relação do armamento pertence ao serviço da Sua Majestade;

[4] Relação dos petrechos de Artilharia da vila e outra da [4.1] Ferragem de Sua Majestade;

[5] Relação da fazenda e dinheiro existente na Feitoria Real da vila para pagamentos dos que trabalham no serviço de Sua Majestade;

[6] Relação dos moradores preexistentes, ausentes, negociantes, empregados no Real Serviço, [6.1] dos moradores que se acham fora da vila e de seu termo;

[7] Relação de doentes que se não apresentaram;

[8] Nova relação dos armamentos;

[9] Relação das igrejas da vila e sua jurisdição dadas pelo padre Antônio Correa;

[10] Relação dos instrumentos do gentio pertencente à jurisdição da vila;

[11] Relação dos sobas e quilambas da jurisdição da vila, [ilegível] estados [matrimoniais] e ofícios;

[12] Relação dos sapateiros e alfaiates pessoas livres, e assistentes na vila; [12.1] Relação dos oficiais alfaiates, sapateiros, carpinteiros, pedreiros pessoas livres, assistentes nesta Vila e outros na jurisdição desta mesma;

[13] Relação das fechaduras e chaves para portas da igreja matriz, e miçangas de ferro para as mesmas portas;

[14] menos a relação dos órfãos [ilegível] Juiz dos órfãos, dando balanço o cartório. [Nesse caso, Piedade reviu nos cartórios

os] “inventários dos falecidos que deixarão órfãos por não ter relação deles segundo o costume, porque seu antecessor não lhe deu relação dele, e não há memória”.

[15] E menos a relação dos ministros eclesiásticos por terras, cá só [há] o nosso reverendo vigário da vara o pároco da igreja matriz desta vila, o Padre Antônio Correa da Silva, natural desta mesma vila, o qual está encomendado, todas as freguesias da jurisdição desta vila, menos a de São João de Cacuzo, pertencente também a esta mesma vila e se acha encomendada ao padre [do presídio] de Cambambe;

[16] o “reverendo padre Antônio Correa me deu também relações dos batizados e dos casados, e mortos, desde 1º de Janeiro para cá [22/09/1797]”.

Fonte: IHGB, DL 31.07.

O conjunto das relações evidencia que o maior interesse do governador de Angola e da Coroa portuguesa era saber sobre a defesa, o estado do armazém real, as finanças, a qualidade e emprego dos habitantes, os assuntos religiosos e os bens dos órfãos. Mas quem fez as relações foi Antônio Piedade, e o interessante nelas é que, ao explicá-las ao governador, as comentou. Dentre outros juízos presentes nas *Notícias do Presídio de Massangano*, seus comentários permitem analisar a feitura das listas, os critérios e as suas preocupações. Nessas últimas, seguindo as expectativas do governador de Angola e da Coroa, as relações ressaltam, por seus enunciados, as questões militares, religiosas, jurisdicionais, econômicas e sucessórias. Fomentar a agricultura, o comércio e cuidar das finanças da Fazenda Real era fundamental, mas também o zelo político necessário à manutenção da colônia. Por isso deveria haver uma relação exclusiva para órfãos, pois, devido à alta mortalidade de reinos portugueses em Angola, os órfãos sobreviventes, ambientados com o clima e as demais condições geográficas locais,

seriam os futuros súditos portugueses nascidos em África, protegidos da escravização (GUEDES e PONTES, 2013). Assim, economia e política estavam intrinsicamente ligadas. Ainda nesse sentido, Piedade caracterizou os componentes da relação 11 (de sobas e quilambas), afirmando:

Fico certo de introduzir a cultura do café pelo o povo deste país, assim como do anil, e ao mesmo povo instruirei como se há de plantar [...] assim como participar aos cultivadores dele o rendimento que tiver que compensa trabalhar nele e colher maior quantidade para ir remetendo a essa cidade [de Luanda] o que se colher, a fim de se aproveitarem do seu trabalho como Vossa Excelência recomenda. A relação dos instrumentos do gentio acompanha as artificiais armas que usam os negros e seus instrumentos e seus vestidos quando estão em tempo de guerra, **os quais não têm móveis nem alfaias por serem negros pobres** [grifos nossos].

Fonte: IHGB, DL 31.07.

Pelas palavras de Piedade se vê que a agricultura comercial do café e do anil não era praticada pelos *negros pobres*, muito menos em escala. Ainda teria, se fosse o caso, de convencer os gentios produtores (os sobas e seus povos) sobre o rendimento proveniente dessas atividades agrárias. Difícil tarefa a do regente, pois até os brancos e pretos ocupados das diligências dos animais eram *mandriões em serviço*. Os instrumentos agrícolas (relação 10) que acompanhavam, na mesma relação, as armas artificiais (elaboradas) e as vestes em tempo de guerra atestam a dimensão da dificuldade de Piedade em separar economia e política – aliás, eram cinco relações com assuntos militares (números 1 a 4 e 8)⁹. Mais ainda, e mais interessante, a identificação da pobreza dos sobas se deve à ausência de móveis e alfaias e vem ao lado da qualidade de cor – *negros pobres*.

⁹ Militares, geralmente nascidos em África, eram importantíssimos nas tropas “portuguesas”, sobretudo em presídios do interior como Massangano (CARVALHO, 2014). Todos os militares da lista de moradores (relação 6) eram nascidos em África.

Por serem negros pobres é que não tinham móveis e alfaias, não o contrário. Foram o costume e a cultura dos sobas que os caracterizaram como *negros pobres*, não os haveres estritamente econômicos. Fatores de ordem política também influenciaram muito para lhes atribuir pobreza. Como afirmou Faria (2004), em seu estudo sobre forros no Brasil: “O significado da pobreza é bastante relativo e depende de conjunturas históricas e de vários fatores, inclusive culturais”. Assim, egressos do cativeiro, libertos ou livres, eram “pobres mais pela condição estigmatizada que possuíam do que pelos bens materiais que efetivamente puderam acumular” (Faria, 2004, p. 143-144).

Sobas e moradores

Qualidade de cor, política, economia, religião, costumes e hábitos foram critérios mais ou menos associados nas relações dos povos e dos moradores da vila e presídio de Massangano. Aqueles não foram os únicos comentários sobre os sobas, e os demais veremos adiante; importa agora que os habitantes foram designados, primeiramente, conforme seu estatuto político e seus haveres. A cor podia ser o resultado final dessa combinação. Destarte, também nos enclaves portugueses da África a qualidade de cor designava um lugar social, como se tem demonstrado à farta (MILLER, 1988, p. 192 e segs.; CAPELLA, 1995; MOURÃO, 1999, p. 195-224; PANTOJA, 1999, p. 112 e segs.; CRUZ e SILVA, 2004, p. 248-250; HENRIQUES, 2004, p. 78; SANTOS, 2005, p. 183-224; CANDIDO, 2006, p. 138 e segs.; VENÂNCIO, 1996, p. 46; 2005; GUEDES, 2011; 2012; GUEDES e PONTES, 2013; MENDES, 2013).

Os vocábulos morador, sobas e os demais das relações 6, 11 e 12 tinham conotações precisas. Podiam estar associados e combinar certas características econômicas, sociais, políticas e morais. Assim, na relação 6, a política direcionou, por ordem

de prioridade, a sequência na listagem dos habitantes *moradores*: o juiz presidente da Câmara, os vereadores, o procurador (talvez da Câmara), o escrivão da Câmara, o escrivão da Fazenda Real e tabelião do Público, Judicial e Notas; depois destes vinham os demais moradores, cuja lista se iniciava com o *capitão-mor do campo e Reino*, depois o *sargento dos moradores* e três capitães. Os moradores restantes da sequência não tinham posto ou patente militar, salvo o *capitão* Antônio da Cunha, de 70 anos de idade. Como Massangano era uma vila, a característica prevalecente para a elaboração da relação de moradores foi a do poder local, dos cargos camarários, seguidos pelos militares, não obstante o comandante Piedade, que elaborou a lista, também desfrutasse de posto militar. Ter a Câmara de Massangano como ponto de partida e critério principal para arrolar os moradores diferencia a lista de Massangano de outras listas nominais de presídios africanos desprovidos de Câmara, e mesmo de Benguela, que também dispunha de Câmara Municipal¹⁰. Parece que Piedade reconheceu maior poder local dos que ocupavam postos na Câmara do que os próprios militares, que, aliás, raramente exerciam apenas funções militares (CARVALHO, 2014).

A palavra *preexistentes* na relação 6 não era aleatória, pois a maioria (42) dos 85 moradores (incluindo os camaristas) era natural da vila de Massangano, 26 eram do Lembo e 7 do Quisquele, paragens da jurisdição da vila, ou seja, 75 do total eram moradores *filhos da terra*¹¹. Entre os demais havia apenas um português e nove africanos de outras paragens da África Cen-

¹⁰ Esta constatação se deve a pesquisas realizadas com listas de habitantes dos presídios. A África Central só tinha três Câmaras (Luanda, Benguela e Massangano), mas a organização dos moradores a partir dos postos camarários foi exclusiva de Massangano.

¹¹ Embora sem essa designação em Massangano, *filhos da terra* ou naturais da terra se referem aos indivíduos que viviam em terras africanas há muitos anos ou que lá nasceram (PANTOJA, 2010, p. 370).

tral, e nos moradores *preexistentes* se inclui um provável descendente de Antônio de Oliveira Cadornega, Manoel Correa Cadornega, de 38 anos de idade, que era “natural desta vila, homem fusco, e assistente na sua fazenda de Carinda Sitio Congongp [sic], cobrador do dízimo da regulação velha, e vive de suas agências como pobre sem haveres”. Para esse morador *preexistente* natural da vila, o ser pobre sem haveres não guarda relação direta com a qualidade de cor; pobreza e cor não foram registrados lado a lado; não era *negro pobre* como os sobas. Ele era fusco e tinha sua fazenda, mas vivia como pobre. O viver como pobre ali ladeia sua condição de cobrador do dízimo da regulação velha, atestando sua honestidade, pois o contrário acontecia, quando cobradores do dízimo eram desonestos aos olhos de Piedade, como se observará. Logo, o discernimento para caracterizar a pobreza dos moradores nem sempre era o mesmo usado para os sobas vassalos. A pobreza dos moradores podia ser virtude, ainda que o homem fosse fusco, que, em Moraes e Silva (1798), significasse *escuro, tirante a negro*, com o sentido figurado de triste.

Os sobas de Quissama e o vocabulário secular

Predicados distintos também serviram para qualificar os sobas, geralmente divididos entre vassalos e rebeldes, condições que nem sempre eram permanentes. Os sobas rebeldes receberam certos comentários do regente Piedade:

Os sobas vizinhos a esta vila são os Quissamas, que moram na outra banda do rio Quanza [Kwanza], os quais, pela grande rebelião deles, não querem se sujeitar à vassalagem. Esta rebelião vem dos antigos, suposto o Soba Catalã Calla, o Soba do Hoeza, e o Soba Calla que Calta, e todos os seus macotas^[12] e província, algum tempo se sujeitam à vassalagem, e

¹² Conselheiro ou ministro do soba, dembo ou jaga (TAVARES e SANTOS, 2002, p. 412).

recebiam ordens dos capitães mores desta vila, e alguns têm praça no livro dos assentos competentes dos sobas desta vila, mas durou pouco essa obediência. Hoje, são os mais inimigos de Sua Majestade e fazem muitas violências nos vassallos de Sua Majestade, fiados de estarem na outra banda do rio Quanza.

No ano de 1784, foram castigados e disciplinados de uma poderosa guerra de Sua Majestade, que saiu contra eles, em que foi por comandante o Senhor Coronel Paulo Martins [Pineiro de Lacerda¹³]. Assim mesmo pioraram com seus atrevimentos, e ainda continuam. Por essa razão não posso dar exata informação a Vossa Excelência, pois são [de] tão maus [más] condutas, os Quissamas, que tendo eles a liberdade de virem nestas terras de Sua Majestade a negociarem, sem impedimento nenhum, não agradecem, porque, logo que se recolhem às suas terras, apenas veem gente nossa nas suas terras fazem deles presas por dívidas de outros e sequestram fazendas de negociantes em mãos de pombeiros. Isto com violência grande; desta Corte são inimigos nossos.

Fonte: IHGB, DL 31.07.

Os sobas *negros pobres* anteriormente aludidos não eram, politicamente, iguais aos *inimigos nossos* mencionados no trecho acima, posto que eram vassallos, muito provavelmente com autos de vassalagem¹⁴ registrados no livro de assentos dos sobas, livro infelizmente não localizado. Decerto, estes rebeldes não estavam entre os 13 sobas vassallos que guardavam títulos e nomes portugueses, incluindo Dom Antônio Manoel Soba Cabutu, arrolados na relação 11. Mesclavam-se nomes africanos e nomes cristãos nos sobas aliados, mas os sobas maus inimigos e violentos não tinham títulos portugueses, sobretudo o de Dom, nem nomes cristãos. Uma exceção era o *Marquês* de Mossulo, que guerreou contra as tropas “portuguesas” coman-

¹³ Piedade se refere aos embates ao Norte de Luanda contra os Mossuis, ou Mossulos. Sobre as contendas, vide AHU, CCU, Cx. 60, doc. 1; Lacerda (1846). Sobre o assunto, cf. Oliveira (2014), Carvalho (2014).

¹⁴ Sobre os autos de vassalagem, Heintze (2007), Carvalho (2013) e Carvalho (2014).

dadas por Paulo Martins Lacerda¹⁵. As aspas protetoras no *portuguesas* se deve ao fato de o grosso das tropas aliadas à Coroa portuguesa ser formada por africanos com patentes militares portuguesas – para Piedade seriam os *praças com assentos nos livros* – e pela guerra preta (CARVALHO, 2014); outrora aliados, converteram-se em rebeldes, certamente perdendo o nome cristão. A hostilidade, no entanto, não impediu que os Quissamas comercializassem com aliados da rainha de Portugal quando passavam às margens “portuguesas”. Os pombeiros, que sofriam assaltos na outra margem do Kwanza, muito provavelmente se incluem entre os *ausentes* da relação 6, assim como a *muita gente brancos e pretos* na diligência dos animais. Os sobas aprisionavam os aliados portugueses, prendiam uns pela dívida de outros e atacavam os pombeiros, os principais agentes de comércio no sertão, inclusive de escravos. Mesmo assim, iam às terras que Piedade julgava da jurisdição de Piedade, onde eram respeitados. Ingratos.

Massangano era uma ponta de lança no interior (sertão) de Angola, ponto importante na rota de escravos. A referência à rebelião que vinha dos antigos, sendo o rio Kwanza o marco fronteiro das terras de sobas hostis, estava marcada na memória dos moradores *preexistentes*, bem como algumas ideias historicamente concebidas em relação a sobas, vassalos obedientes ou não, mas não apenas desde a guerra com o Marquês de Mossulo, em princípios dos anos 1780. O confronto com os Quissama era secular¹⁶ e marcava a memória e o vocabulário social dos moradores de Massangano, muito similarmente à

¹⁵ Cf. AHU, CCU, Angola, Cx. 70, doc. 28; Cx. 76, doc. 9; Cx. 77, doc. 41. Um outro exemplo clássico é o da Rainha Ginja (Nzinga), assim designada quando inimiga. Se aliada, tornava-se Dona Ana de Souza. Ver AHU, CCU, Angola, Cx. 6, docs. 79 e 89.

¹⁶ Sobre outros conflitos com os Quissama no século XVII, cf. Heintze (1972).

permanência do significado da palavra preguiçoso em Rapahel Bluteau (1728) e Antônio de Moraes e Silva (1798).

Ainda em 12 de dezembro de 1684, mais de 100 anos antes da relação de Piedade, uma outra relação já aludia em seu título aos sobas obedientes e vassalos¹⁷. Mencionava-se, então, que no presídio de Muxima, relativamente não tão distante do de Massangano, eram “de lotação deste presídio só três sobas pobríssimos sem mais comércio que a lavoura de que se sustentam”. Os três sobas *pobríssimos*, e um outro que tinha “por vassalos outros sobas também pobríssimos”, estavam ao amparo do presídio de Muxima “em razão de confinarem com os sobas poderosos da Província de Quissama que são inimigos nossos”, inimigos que desejavam “destruir e cativar”, tal como os Quissamas de Piedade em 1797. Estes sobas hostis poderosos de Quiçamã mereceram menção especial na relação de 1684:

Os sobas de Quissama se não quiseram nunca se sujeitar ao governo por ser sua conquista dificultosa em razão da aspe-
reza dos matos e falta de água que há naquela província, e por este respeito são soberbos e causam notáveis danos aos moradores deste Reino. Recolhem em suas terras os escravos fugidos e sucede haver dias em que de um morador fogem 50 e 100 e mais escravos, principalmente em Massangano, de que se os divide o rio Coanza [Kwanza]¹⁸.

A atitude dos sobas de Quissama ou os sobas quissamas – a toponímia ‘portuguesa’ em África não raro se baseava em um reconhecimento de autoridade local, mesmo a contragosto

¹⁷ Relação do estado em que se acha o Reino de Angola, suas províncias e conquistas, do número de gente de guerra, moradores e residentes desta cidade [de Luanda] e seus presídios ao tempo que João da Silva entregou o governo dele a Luís Lobo da Silva seu sucessor, com o número de armas de artilharia, pólvora e munições do armazém desta cidade e feitorias dos presídios e dos sobas obedientes e vassalos com distinção de suas lotações e com mais declarações necessárias. AHU, CCU, Angola, Cx. 12, doc. 61.

¹⁸ AHU, CCU, Angola, Cx. 12, doc. 61.

– punha em xeque a ordem e a estabilidade “portuguesa” em Muxima e Massangano, inclusive na evasão de escravos aos moradores (súditos do rei de Portugal), fundamentais ao comércio de cativos. A fuga era mais constante em Massangano por causa da fronteira fluvial natural.

Mas em Massangano de 1684, também descrita como presídio, não se vivia apenas sob a ameaça de quissamas. Após arrolar o corpo militar, a relação registrou:

Este presídio tem de sua lotação treze sobas obedientes [que] servem em suas pessoas e guerras que se oferecem e vivem do granjeio de suas lavouras.

Há mais na lotação do dito presídio quatorze quilambas que são como capitães de sua gente aventureira. Servem com fidelidade e obediência nas guerras do sertão; com a gente que tem nas marchas conduzem, ou por costume ou por obrigação, todas as munições do exército fielmente. **E nas ocasiões de guerra se têm mostrado valorosos por razão de [ilegível] serem soldados de profissão** e vassallos de Sua Majestade para este serviço.

Residem neste presídio de Massangano 100 moradores, pouco mais ou menos, que vivem do comércio e das lavouras de sua fazenda [grifos nossos]¹⁹

Mais de 100 anos depois, para Piedade, que era o mais humilde e obediente súdito, os sobas submissos e guerreiros continuavam como contraponto dos soberbos quissamas. A lotação de sobas em Massangano de 1684 significa, como os do presídio de Muxima, que estariam sob a proteção do presídio. Seu avesso eram os sobas quissamas inimigos, mas reconhecidamente poderosos e soberbos. A condição de lotado dos sobas de Muxima, refugiados dos poderosos sobas quissamas, também os tornava pobríssimos sem qualquer menção a haveres. Obediência, submissão política aos súditos portugueses, e mesmo aos sobas inimigos poderosos, e lotação (agregação) os

¹⁹AHU, CCU, Angola, Cx. 12, doc 61.

tornavam pobríssimos. Contrariamente, em Massangano, outros sobas, decerto que lotados, mas aliados que serviam em guerras, os *profissionais da guerra*, não tiveram a pobreza aludida, nem os quilambas, associados aos aptos a exercer o cargo similar de capitão.

Pelo exposto, pobreza era estritamente associado a questões políticas, bem como a valores morais cristãos: obediência e soberba. Destarte, para além dos atributos e (des)serviços ao rei de Portugal de todos eles, o mais importante é que as categorias morador, sobas obedientes e sobas rebeldes já eram cristalizadas no vocabulário classificatório da vila de Massangano, eram bem anteriores a fins do século XVIII; os sobas submissos e agregados do final do século XVII já eram tidos por pobríssimos. Os quissamas deixaram marcas profundas no vocabulário “português” em Massangano. Vocabulário, bem entendido, não só o emprego dos vocábulos, mas as concepções políticas e societárias compartilhadas.

Assim, no contexto da feitura das *Notícias de Massangano* de 1797, a concepção vocabular prévia herdada pelo regente Piedade – ele mesmo um morador preexistente –, a sua experiência própria, a instabilidade política e a deslealdade dos sobas rebeldes antes aliados, e os combates contra quissamas do ano de 1784, reiterados em fins dos anos 1790, certamente influenciaram o modo como o regente qualificou os demais sobas, ainda vassalos. Daí que sua descrição dos avassalados comumente designasse aspectos culturais e políticos, associados a um certo tipo de economia, especialmente à pobreza, à subserviência, à obediência, tal como a descrição referente a Dom Manoel Gomes Teixeira Soba Quimby, de 50 anos de idade:

Natural do Quimby jurisdição desta vila **preto pobre** e sem haveres nem o Estado tem, vive da sua agricultura, e de azeite de palma que rende as suas terras possuídas antes do soba; do mesmo azeite também vivem os seus povos e vendem aos mais povos, trajado tanto e quanto não é como os mais sobas,

e sempre com os trajes do Estado, que é a que ginga Mussesse, e bastão [grifos nossos].

Diferentemente dos *negros que não tinham móveis nem alfaias por serem negros pobres* mencionados inicialmente, o soba Dom Manoel Quimby era preto pobre por outros motivos. Trajes de poder, produção para o mercado e posse de terra, nada disso impediu que ele fosse considerado um *preto pobre sem haveres*. Embora Piedade mencionasse *os seus povos*, Dom Manoel Quimby nem o *Estado* tinha, ou seja, mesmo que, no discurso indireto, notasse sua autoridade perante pessoas, ela devia ser submetida ao governo português em Massangano, assentada no livro de auto de vassalagem. Em suma, a qualidade de cor *preta pobre* dos sobas é, no caso, antes de tudo, uma designação política. Os sobas rebeldes sequer tinham qualidade de cor, e o vocábulo *preto*, na relação nominal, foi, no que tange aos sobas, quase exclusivamente utilizado em alusão aos sobas vassalos. Igualmente, os sobas rebeldes não foram descritos como pobres, nem mesmo na relação do século XVII. Foi, mais do que tudo, a falta de soberba, de autoridade e de poder reconhecidos o que fez Dom Manoel um *preto pobre sem haveres*. Era trajado tanto quanto, diferentemente dos *mais sobas* obedientes. Entre estes estava Gaspar de Francisco Souva Muquixy, “preto muito pobre, estado miserável, não tem tributo de qualidade nenhum, [é] bem mal trajado que nem tanga boa tem, e nem Quigubga, Mussesse sim”. Com efeito, ambos eram *pretos pobres*, mas o *muito pobre* não tinha tributo e nem boa tanga.

Os moradores

Os critérios para caracterizar a qualidade de cor e a pobreza ou sua ausência dos moradores e outros habitantes foram bem distintos, mas, ainda assim, iam além da mera aparência da tez e da economia. Além dos sobas, a classificação de

Piedade incluía moradores, ausentes, doentes que não se apresentaram, artífices, escravos, todos constantes de relações, específicas ou não. Mas havia os mencionados ao longo do texto do comandante que não foram incluídos em nenhuma relação ou na lista nominal dos habitantes, inclusive da de moradores, como o padre Antônio Correia da Silva: “natural desta mesma vila, o qual está encomendado [a] todas as freguesias da jurisdição desta vila, menos a de São João de Cacuzo”. O padre “era um homem velho, mas assim mesmo velho tem executado a sua obrigação, salvo estando doente, e não tendo novidade é muito pronto; ao exercício do seu emprego, Deus o queira assim conservar”. O modo como Piedade se referia às pessoas excluídas das relações e das listas nominais ajuda a entender os critérios de inclusão dos demais e os valores morais e políticos que influenciavam sua percepção. Para ele, o padre era pleno de virtudes morais que compensavam sua velhice, mas havia os antônimos morais do sacerdote: 1) o furriel da companhia da vila de Massangano, João Gomes Muniz; 2) o morador João Alvares da Veiga, cobrador do dízimo da regulação velha; e 3) o também morador André Velho de Oliveira. Nenhum deles consta da lista de moradores. Estavam presos, e sua ausência da relação significa que morador também era, antes de tudo, ou deveria ser, um súdito obediente e leal da Coroa de Portugal, e honesto.

Piedade relatou que, em 20 de junho de 1797, João Gomes Muniz fora preso por ordem do governador antecessor, Manuel de Almeida e Vasconcelos (1790-1797). O furriel estava encarregado de uma fábrica de telha e cal, mas “apertara o povo com que trabalhava”, o que Piedade denunciou ao ex-governador. Além disso, o comandante, a mando do ex-governador, obrigou Muniz a “pagar e entregar o tabaco e jeribita [cachaça] que o dito tinha usurpado aos ditos povos”. O ex-governador mandou ainda que Piedade desse conta da “con-

duta ordinária [e] o comportamento” do furriel, mas, como o ex-governador partira para Lisboa, Piedade participava ao governador em exercício.

Em resposta a outra carta do governador, o comandante também aludiu ao “morador João Alvares da Veiga, cobrador do dízimo da regulação velha”. As culpas desse morador eram as de que:

ele que é dizertasse [desertor], e nunca vir dar contas do que cobrava, desde setembro de 1790, autorizando-se do dinheiro que cobrava, pertencente à Fazenda Real e com ele negociando e vivendo sobressalto, dormindo em diversas matas, que se não podia conhecer até que, com boas diligências do Alferes Pascoal Rodrigues Pontes, o caçou, achando-o em um mato grosso.

No fim das contas, João Álvares da Veiga era um “conhecido homem de má conduta”, e por isso, sem dó nem piedade, Piedade afirmou que Veiga continuava preso para “servir de advertência aos mais cobradores, e com cautela fazerem cada qual a sua cobrança”. Como um animal, o súdito português foi caçado por um outro súdito português e posto em prisão para servir de advertência aos demais. Deram-lhe um castigo justo, exemplar e pedagógico, tal como senhores faziam a seus escravos na América portuguesa (LARA, 1988). Não era para menos, pois havia 15 cobradores dos dízimos em Massangano. Com efeito, ser cobrador do dízimo e ser pobre era prova de honestidade. Piedade maldisse Veiga, mas não o tratou por pobre, diferentemente de como procedeu com Cadornega.

O terceiro antônimo, “também em galês, o morador André Velho de Oliveira”, estava preso por fazer um requerimento falso ao ex-governador contra outro morador, o soldado da companhia da vila Cristóvão Fernandes. Sendo averiguado o conteúdo do requerimento, achou “falso tudo quanto [Oliveira] alegou”, mas, assim mesmo, o morador requerente ficou “convencido das suas próprias razões, diante de muita gente”.

O ex-governador mandou que o comandante “castigasse quem ficasse convencido das razões”, como era o caso do autor do requerimento. Por isso Piedade o mandou “pôr em galés”, do que deu parte ao ex-governador. Sem receber resposta dessa autoridade, deu conta a que estava em exercício. O falso requerimento afirmava que o soldado Cristóvão Fernandes “lhe roubara tantos e quantos”, mas, investigado o furto, constatou-se a falsidade porque as testemunhas do requerente acusador, Velho Oliveira, “que de sua parte produziu, juram contra ele, assim como uma escrava do dito morador [...] **salvou o soldado e condenou o amo**” [grifos nossos]. Logo, Velho Oliveira não prestava nem no testemunho de sua escrava.

Os quatro personagens (o padre e os três presos) que nos serviram de pretexto para perscrutar os critérios morais de Piedade sugerem dois aspectos importantes. Primeiro, a não inclusão na relação de moradores demonstra, se não a perda desta condição política, uma hierarquia entre os moradores, mas estreitamente associada, para além da questão da fidelidade ao rei, a uma conduta moral tida por digna de um morador. Não uma moral qualquer, mas a moral católica. Corroborando esta moral, suposta ou não, ao se reportar às freguesias da vila de Massangano, o regente Piedade afirmou que todas se achavam “danificadas, e arrasadas, que nem padres já têm”. Pior do que isso, as “Santas Imagens” estavam “postas em casas de pretos, lugar muito indecente para as Santas Imagens pela má conduta dos mesmos negros, e acho ser injúria feita nelas, Vossa Excelência [dará] providências como católico o que achar mais justo em benefício de Deus”. O lugar era indecente não porque eram pretos, antes pela sua má conduta. Aí, preto e negro se equivaleram moralmente, diferentemente da escrava que denunciou o amo corrupto, sem cor designada. Aqueles moradores condenados, ao não participarem das lis-

tas de moradores, não puderem ser caracterizados como honrosos, de cor honesta, como veremos adiante.

Segundo, havia mais pessoas excluídas das relações, que deviam ser muitas outras, muitas mesmo. Não localizamos ainda mapas de habitantes para Massangano de 1797, apenas um de 1806, no qual se menciona um total de 9.749 habitantes, incluindo 29 sobas vassalos²⁰. No *Mapa da vila de Massangano*, nota-se o emprego de várias categorias de classificação dos povos. Muito comum nos mapas de habitantes de fins do século XVIII e inícios do XIX, o de Massangano também dividia a população por sexo, grupo no qual se acoplavam a faixa etária, o estado matrimonial, a naturalidade, a condição jurídica e os órfãos. Estes grupos perfaziam a soma de habitantes, depois do que se arrolavam a quantidade de sobas aliados, os oficiais mecânicos, as migrações, os nascimentos e as mortes. Também, como já aludimos, a qualidade de cor abrangia todos as pessoas.

A disparidade numérica entre os habitantes do mapa e a relação 6 de Piedade é gritante, o que significa que as *Notícias de Massangano* de 1797 só se reportam aos moradores e aos sobas, mas não às demais gentes dos sobados. Aliás, o número de moradores, ausentes, doentes que não se apresentaram da relação 6 alcança 85 indivíduos, próximo aos 100, *poucos mais ou menos*, da relação de 1684. Em síntese, Piedade só incluiu os súditos nas suas relações de moradores. Seu critério foi político.

²⁰ AHU, CCU, Angola, Cx. 118, doc. 21. Em 1803, seriam 5.679 habitantes. Logo, a disparidade em relação a 1806 sugere, além de migrações, que devemos desconfiar muito dos dados. Cf. AHU, CCU, Angola, Cx. 109, doc. 49.

Mobilidade social e formação de hierarquias

Mapa da vila de Massangano relativo ao estado dele no ano próximo passado de 806, e ao em que fica no 1 de janeiro do corrente, feito segundo as ordens e modelo dado pelo Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Governador e Capitão General do Reino de Angola e suas conquistas

Paróquias	Igrejas	Casas	Eclesiásticos					Paisanos													
								Idades				Estados			Naturalidades		Condição		Cifras	Todas as pessoas	
								Até 7 anos	De 7 a 14 anos	De 14 até 25	Mais de 25	Solteiros	Casados	Viuvas	Africanos	Americanos	Europeus	Livres			Escravos
Quilodades	Branco					11	1	3		4	7	2		5	2	2	9		2	11	
	Pretos					43	510	740	740	3038	5068	88	4	5140			4704	438		5140	
	Mulatos					5				17	4	8	6	17			17			17	
Total		0	0	0	0	0	59	511	743	740	3050	5079	78	9	5182	2	2	4730	438	2	5188

Continuação

Casas	Mulheres											Cifras	Todas as mulheres	Todas as pessoas de ambos os sexos	Sobas Vassallos											
	Idades					Estados			Naturalidades		Condição															
	De pedra e cal	De palha	Até 7 anos	De 7 a 14 anos	De 14 até 25	Mais de 25	Solteiras	Casadas	Viuvas	Africanas	Americanas					Europeus	Livres	Escravos								
0	0																									
Branco					3		2	1	3				3					2	5						16	
Pretos	454	488	1432	2163	4408	34	36	4636	1				4165	372				4637	9677						26	
Mulatos	7	10	5	15	19	15	3	37					37					2	56						56	

Continuação

Casas	Civis		Ofícios mecânicos											Último mapa							
	De pedra e cal	De palha	Almoxenarfe	Escrivão	Carpinteiros	Serralheiros	Ferreiros	Pedreiros	Cleiros de fazer toalha	Cleiros de fazer panela	Sapateiros	Alfaiates	Barbeiros	Estelheiros	Saqueiros	Quilheiros, ou cesteiros	Entreram	Saíram	Nasceram	Morreram	
Branco																	1				
Pretos					29	2	42	10	81	72	22	27	5	64	40	56	2211		1730	188	
Mulatos	1	1					1										1				

O critério para excluir o padre da relação de moradores não se deve à sua conduta, mas muito provavelmente por ser da alçada eclesiástica, usou-se para ele o mesmo em relação aos militares, que não raro tinham listas nominais próprias. Os militares não arrolados entre os moradores somavam oito pessoas. Havia poucos militares entre os moradores porque o tenente comandante disse ao governador que foi *forçoso* nomear oficiais para *moradores*. O posto de sargento da companhia da vila estava vago por “diminuição do sargento [...] que passou a alferes”. Piedade não estava achando pessoa “*suficiente*” para ocupar o posto, exceto dois. Primeiro, o cabo de esquadra Manoel Duarte de Sá, “executor das ordens de Sua Majestade, homem sem vício nenhum que desestime, com uma prontidão no serviço e verdadeiro o quanto pode”. Verdadeiro o quanto pode significa que nem sempre isto era possível, mas que bastava ser quando havia condições. Segundo, para ocupar o lugar do cabo de esquadra, Manoel Cardoso Castanho, pronto para “fazer o serviço quando é mandado”. Não era o mundo regido pela iniciativa burguesa empreendedora e pelo individualismo economicista. Obedecer era um atributo de bom cristão, como ele se identificava perante o governador, referendando a hierarquia social calcado no vocabulário moral cristão. Piedade, aliás, também reclamava da falta de tábuas para a conclusão da igreja matriz. A vila tinha tábuas sob guarda do juiz ordinário da vila, uma autoridade camarária, tábuas que pertenciam ao falecido Miguel de Jesus, ex-regente de Massangano, as quais Piedade achava conveniente que fossem compradas pela Fazenda Real para a conclusão da obra da matriz. Mas o juiz ordinário, Antônio da França Pontes, referido por Piedade como *dito senhor*, o que atesta um certo desafeto, avisou que *pusesse impedimento*. Piedade, o moralista católico, não deve ter gostado.

O que que isso tem a ver com qualidades de cor?

O juiz ordinário, o tal *dito senhor*, era Antônio de França Pontes, também presidente do Nobre Senado da Câmara. De 42 anos de idade, natural da vila, com fazenda, vivia de sua negociação e “bens de escravos e arimos [propriedades agrícolas] que o tempo dá”; era um “homem fusco”. Vimos que fusco, em Moraes e Silva, é o adjetivo *escuro, tirante a negro*, com o sentido figurado de triste. Negro era o termo que Piedade usava para os homens indecentes e indignos de guardar as santas imagens católicas. Talvez pela recusa do juiz ordinário em fornecer as tábuas para a conclusão da obra da Matriz, Piedade impiedosamente o registrou como fusco, apesar de seus haveres e de seus bens. Não lhe atribuiu a cor honesta, como fez a outros moradores.

Lembramos que Massangano, diferentemente de outros enclaves “portugueses” da África Central, empregou cor honesta para qualificar pessoas, o que certamente deriva do poder de escrita de Piedade. Entre os moradores, não eram poucos os de qualidade de “cor honesta”. Antes, porém, atente-se para dois aspectos: todos os moradores de Massangano tinham qualidade de cor e, certamente, trata-se de cores atribuídas por Piedade. Quem eram os moradores e que critérios Piedade usou? Sabemos que 75 dos 85 moradores eram naturais da vila de Massangano ou de sua jurisdição, que, somados a outros nove nascidos em África, mas não em Massangano, totalizam 84 moradores africanos, acompanhados de um solitário português branco. Os de cor honesta eram todos naturais da África, a maioria de Massangano.

Antecipando a listagem nominal de moradores propriamente dita, a relação 6 tem um enunciado um pouco mais detalhado: Relação dos moradores preexistentes, ausentes, negociantes, empregados no Real Serviço, assistentes nesta vila e na jurisdição dela, seus anos, assistência e haveres de cada um. Por sua vez, na lista nominal, após o nome se seguiam a idade,

a naturalidade, etc. tal como o capitão-mor do Campo e Reino Domingos José, de 66 anos de idade: “Natural desta vila homem branco, e sujeito ao serviço de Sua Majestade, comerciante na praça deste Reino, e com carregações grandes que lhe vêm de Lisboa, e vive dela, e seus bens abundantes, de escravos e arimos e assenta [assiste] nesta mesma vila”. Na listagem, elaborada similarmente a uma tabela, a partir da naturalidade as informações eram lançadas na coluna *assistências e haveres*. Logo, as cores se relacionam aos haveres, que longe estavam de serem apenas econômicos, ainda que também o fossem. Os haveres congregam serviço à monarquia, relações mercantis, bens e haveres propriamente ditos, etc. E muito provavelmente uma conduta. Os homens eram mais completos do que o *homo economicus*.

Lembremos que, salvo o ferro, não havia metais em Mas-sangano, nem gado, o que leva a indagar o que são os haveres; nem mesmo havia, segundo Piedade, preocupação com certas atividades agrícolas voltadas ao mercado. Ao descrever o sargento dos moradores Antônio Fernandes, de 57 anos, Piedade afirmou seus haveres do modo seguinte: “Natural desta vila homem de cores honestas assistente na sua fazenda do Zimbo Sítio Calemgue, legitimado na feira do Lemo e Dondo, vive das suas culturas na mesma fazenda e dos haveres da terra que são escravos e arimos”. Assim sendo, os haveres estão diretamente associados à escravidão e aos arimos. Mas Antônio Fernandes, como Domingos José, eram grandes comerciantes, atuando, respectivamente, no mercado africano e atlântico. Respectivamente, também eram de cores honestas e brancos, mas ambos africanos naturais da vila. Não eram os únicos africanos moradores com estas qualidades de cor, como se vê no quadro 2.

Quadro 2: Qualidades de cor dos moradores

Homem branco	5
Homem fusco	21
Homem meio fusco	2
Cores honestas	33
Homem pardo	18
Homem preto	4
Homem escuro	1
Total	84

O quadro 2 demonstra que Piedade caracterizou os moradores principalmente com cores honestas, fuscas e pardas. Mais ainda, quase não lhes atribuiu qualidade de cor preta ou negra, utilizada para os pobres, para os indignos de guardar as santas imagens cristãs. De forma eufemística, mas coerente com seus valores morais, empregou fusco e escuro, e meio fusco. Nem sempre os homens de cores honestas eram abastados. Cosme de Carvalho, de 47 anos de idade, “era natural do Lembo, homem de cor honesta, assistente na sua fazenda do Quity, cobrador do dízimo da regulação nova, pobre que vive dos seus haveres digo da sua cultura, sem haveres”. Tudo indica que os haveres, no caso, eram bens propriamente ditos, porém ser pobre não implicou deixar de servir à rainha e nem deixar de ter a cor honesta. Remetia à autonomia política, viver de, fazia parte da república dos moradores. Que atributos tinham os homens de cor honesta pela pena do moralista cristão Piedade? Para Cosme de Carvalho, parece que o que mais pesou foi o serviço à rainha, não a riqueza. Mas nem sempre ser cobrador dos dízimos implicava honestidade da cor. Havia 15 moradores cobradores: quatro de cor honesta, um branco, oito fuscos e

dois pardos. Entre os de cor honesta, seus haveres eram: 1) vive de sua agricultura feita pelos seus diminutos escravos empregados na dita e na sua própria fazenda; 2) vive de sua agricultura que lhe vem de suas [ilegível], de escravos empregados nela e na sua própria fazenda; 3) sem haveres nenhuns; e 4) homem pobre e só vive de sua agricultura na sua fazenda. Os haveres dos de cor honesta empregados na cobrança do dízimo atestavam sua honestidade: diminutos escravos, pobres, viver de suas fazendas, sem haveres. Pobreza e não muitos haveres não impedia as pessoas de ter cor honesta. Muito provavelmente, critérios pessoais, de relações políticas também pesaram bastante na caracterização das cores dos demais empregados na cobrança do dízimo da regulação, o que os tornava brancos, fuscos e pardos, mas não pretos ou negros.

Assim, dos 47 moradores aludidos como pobres e/ou sem haveres, 20 eram de cor honesta, o que significa que, dos 33 de cores honestas, a maioria era pobre e/ou sem haveres. Os haveres econômicos por si sós não caracterizavam as qualidades de cor. Isso é muito diferente dos sobas, que, mesmo tendo haveres, eram em todos os casos tidos como *pretos pobres*, como se viu. Antes de tudo, os de cores honestas eram súditos de Sua Majestade, eram moradores com assistência. O critério de Piedade foi predominantemente político e moral. A pobreza da maior parte deles atestava a honestidade de sua cor, conforme argumentava Piedade, sem esquecer que eram todos africanos.

O que era ser um homem africano de qualidade de cor honesta?

Em Moraes e Silva, honestidade remete à “castidade, modéstia, e continência no olhar, falar, &c. pudor”, ao passo que honesto é “casto, pudico, suficiente, competente [...] honroso, razoado”. Ora, Piedade era implacável no julgamento dos moradores da vila de Massangano: a velhice era compensada pela virtude e os caluniadores não escapavam nem do julga-

mento dos escravos. Ao atribuir a cor honesta à maior parte dos moradores, provavelmente o comandante os julgava honrados, competentes, etc. Ou eram seus aliados políticos. Piedade era o tenente comandante e regente da vila de Massangano, e talvez fosse aparentado com o falecido capitão-mor Antônio José da Piedade. Destarte, devia ser também natural da vila, conhecedor dos moradores. Ademais, havia a lista dos doentes *que não se apresentaram* (relação 7) e a dos ausentes (relação 6), o que significa que os moradores se apresentaram em pessoa a Piedade. Nenhum ausente ou doente, não por coincidência, teve a qualidade de cor mencionada. Piedade viu as pessoas e as classificou, atribuindo-lhes honra, contrariamente aos sobas *pretos pobres* virtuais inimigos políticos de amanhã.

Mas, por outro lado, nem todos os moradores foram descritos com a cor honesta.

Os brancos naturais da vila: nenhum deles era pobre ou sem haveres. Ao contrário: 1) vive do seu negócio e negocia na sua fazenda há muitos anos, vive também da sua agricultura feita pelos seus escravos e na sua própria fazenda e do rendimento da cultura; 2) vive de seus bens de escravos e arimos que o tempo dá empregados no seu serviço; 3) comerciante na praça deste Reino e com carregações grandes que vêm de Lisboa e vive dela e seus bens abundantes, de escravos e arimos e assiste nesta mesma vila; 4) vive de seu negócio e seus escravos e arimos; e 5) vive de sua negociação e dos seus escravos e arimos. Em suma, eram comerciantes e senhores de escravos. Todos africanos, dois luandenses, dois de Massangano e um da sua jurisdição. Como dizia Raphael Bluteau, branco era o “bem nascido, e que até na cor de diferencia dos escravos, que de ordinário são pretos, ou mulatos. Vir *ingenuus*”. Ingênuo, por sua vez, era sincero, chamavam os “antigos romanos àquele que era filho de pais livres e honrados”. Ser brancos, filhos de pais livres e honrados, não necessariamente os tornava de cor

honesto. Branco, como antônimo de negro pobre, aludia, nas palavras de Piedade, mais a bens materiais. Destoando dos demais, apenas um branco de Masangano era cobrador de dízimos, vivia “de seus bens de escravos e arimos que o tempo dá, empregados no seu serviço”, não era comerciante de escravos, nem de longa distância. Um dos significados de branco é “bem nascido” (BLUTEAU, 1728). Foi pressupondo esse significado que, em fins do século XVIII, o cronista militar Elias Alexandre da Silva Corrêa afirmou que nos “sertões de Angola apelidam brancos aqueles negros cujo hábito e distinção os põem ao alcance de andar calçados” (CORRÊA, 1937, p. 120). Assim, no Reino de Angola, como no Brasil escravista, a prosperidade podia embranquecer (CANDIDO, 2006, p. 138; GUEDES, 2006; 2008; 2011). Mas deve-se também atentar para o termo *calçado*, mencionado por Elias Corrêa. Calçado significa “todo o gênero de calçados que o pé de cada um calça, como bozerquins, çapatos, pantufos, botas &c [...] certa gente, que fazia muitas viagens [...]”. Por sua vez, “calçar a alguém” era “pôr-lhes os sapatos” (BLUTEAU, 1728)²¹. Fazer muitas viagens ao sertão angolano como comerciante, operar no mercado atlântico, ser considerado calçado onde quase todos andavam descalços, de algum modo convertia aqueles filhos da terra em brancos. Provavelmente, usavam mesmo sapatos e roupas “europeias” ou indianas, a menos a julgar pelas relações 12 e 12.1, nas quais se constata que havia um mestre, um oficial e dois aprendizes alfaiates, que, somados aos seis mestres e quadro aprendizes sapateiros, perfaziam 10 pessoas ocupadas com roupas e calçados, num local que contava com 220 pessoas nomeadas nas relações, inclusive os 56 ausentes da vila (relações 6,

²¹ Evidentemente, o dicionário está longe de encerrar o uso social de um idioma. Para os termos em questão, cf. Venâncio (2004, p. 154-155; 1996, p. 150-156).

7, 12 e 12.1). Mas só havia um mestre pedreiro e cinco mestres carpinteiros, sem aprendizes (relações 12 e 12.1). Branco devia andar calçado mesmo. Talvez, se a roupa fosse à africana, o corte era feito por alfaiates, que lidavam com alfaias. Talvez.

Os 18 moradores pardos foram designados com ou sem cargos exercidos. Entre os seis com cargos, apenas um era pobre. Entre os 12 sem cargos, oito eram pobres, com poucos ou sem haveres. Esta pobreza está relacionada também à posse de escravos ou ao exercício de poder sobre pessoas, pois oito daqueles 12 pardos não tinham escravos. Resumindo, para os pardos pobres pesaram bastante os haveres propriamente ditos, e para os pardos não pobres o exercício de cargo. Mais uma vez, pobreza ou ausência dela podem guardar relação com serviços à Sua Majestade. Mais importante, pardo não era negro, nem preto. O que era pardo? Na definição de Rapahel Bluteau, o vocábulo pardo remetia à mestiçagem, a uma qualidade de “cor entre branco e preto, própria do pardal, donde parece lhe veio o nome”. Em Moraes e Silva, a palavra mulato seguia esse sentido – *filho ou filha de preto com branca, ou às avessas, ou de mulato com branco até certo grau* –, ao passo que *pardo* era o *de cor entre branco e preto como a do pardal. Homem pardo; mulato*. Como bem se destacou, em Bluteau *homem pardo* era sinônimo de mulato, denotando o “filho de branca e negro ou de negro e de mulher branca”, com juízo depreciativo. Neste dicionarista, as categorias mulato e pardo designavam um mesmo tipo humano, o filho de negro com branco e os seus descendentes, mas na caracterização do tipo social seus sentidos se afastavam. Ainda que os mestiços portassem características aviltantes, os considerados moralmente aceitáveis recebiam o rótulo de *pardos* (PRECIOSO, 2010, p. 27 e segs.), não de mulatos. Os pardos se esforçavam para isso, já que faziam questão de se diferenciar moralmente dos pretos angolistas e dos mulatos. Isso é o que pesquisas no Brasil têm demonstrado (VIANA, 2007; LARA,

2007; PRECIOSO, 2010). Pardo, portanto, seria um termo para diferenciar o seu caráter, sobretudo em relação aos mulatos. Talvez por isso mesmo o grosso das listas de habitantes e moradores da África Central, “coincidentalmente”, não usava o vocábulo mulato.

Os 23 fuscos, tristes: 15 pobres ou com alguma alusão à pobreza, incluindo os que *viviam de suas agências como pobres, de suas agriculturas, sem ocupação que vive de sua agricultura*. Nenhum deles com negócio mercantil, diferentemente dos demais oito fuscos, que tinham arimos, escravos e/ou faziam comércio. Os dois *meios fuscos* deviam ser a metade ou a média dos fuscos pobres, ou não; simplesmente não sabemos nem se eram fuscos da cintura para cima ou da cintura para baixo, defronte ou detrás, do lado esquerdo ou do direito. Mas eram todos tirantes a preto, talvez mesmo no fenótipo, talvez pela conduta similar aos negros indecentes e indignos de guardar as santas imagens, mas, de qualquer modo, bem diferentes dos homens de cores honestas.

Palavras finais

O único homem escuro vivia de suas agências e era pobre, e, também na África, nos enclaves portugueses, havia diferentes qualidades de cor, algo muito comum nas sociedades atlânticas permeadas por valores escravistas, umbilicalmente ligadas às escravidões e aos tráficos africano e atlântico de cativos. A escravidão, o costume, o poder, a honra, o comércio, a religião, a política, etc. recriaram no tempo as cores da escravidão no Atlântico Sul de idioma português e vocabulário cristão. Honestamente, com *uma prontidão no serviço e verdadeiros o quanto podemos*, não há mais tempo nem espaço para perscrutar as relações dos ausentes, dos doentes e dos que estavam fora, bem como a lista de casados, dos mortos e a não inclusão dos

órfãos. Piedade não lhes atribui qualidade de cor. Tudo somado, o presídio de Massangano contava com 220 pessoas nomeadas nas relações, inclusive os 56 ausentes da vila ou seus termos. O comandante afirmou que, dentre estes, uns estavam na feira do Holo ou na do Dondo, outros na jurisdição de Muxima, Cambambe ou Ambaca a negócios, alguns não se apresentaram, e, dentre outras situações, por fim, o comandante escrivão das *Notícias do Presídio de Massangano* asseverou que sobre Luis da Silva Lisboa “não se sabe para onde foi”, e sobre Luís Monteiro de Carvalho, que não havia “notícias dele”. Era um tempo em que, quando não havia notícia, quando não se sabia de ciência certa, mas havia critérios, não se empregava para tudo a ideia anacrônica de raça, como no atual fusco fim anacrônico de certas abordagens. Apenas silenciava-se e dizia-se que não se sabia. Hoje, anda na moda um tal processo teleológico de racialização.

Fontes Publicadas

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português e latino*. Rio de Janeiro: UERJ, 2000 [1728]. Disponível online em: http://200.144.255.59/catalogo_eletronico/consultaDicionarios.asp.

CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. *História de Angola*. Lisboa: Ática, 1937. 2 volumes.

LACERDA, Paulo Martins Pinheiro de. Notícia da campanha, e paiz do Mosul, que conquistou o Sargento Mor Paulo Martins Pinheiro de Lacerda, no anno de 1790, até princípio do anno de 1791. Annaes-Maritimos e Coloniaes redigidos sob a direção da Associação Maritima e Colonial, Sexta parte, parte não oficial, 1846, Lisboa, na Imprensa Nacional.

MORAES E SILVA, Antonio de. Dicionário da língua portuguesa. Lisboa: Tipografia Lacerdina (1789). Disponível online em: http://200.144.255.59/catalogo_eletronico/consultaDicionarios.asp.

Referências

- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil Colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo, 1765-1775*. 2. ed. São Paulo: Secretaria de Cultura, 2007.
- CANDIDO, Mariana P. *Enslaving frontiers: slaves, trade and identity in Benguela (1780-1850)*. 2006. Tese (Doutorado) York University, Toronto/Ontario.
- CAPELA, José. *Donas, senhores e escravos*. Porto: Afrontamento, 1995.
- CARVALHO, Ariane. *Militares e militarização no Reino de Angola: patentes, guerra, comércio e vassalagem (segunda metade do século XVIII)*. Seropédica/Nova Iguaçu: UFRRJ/PPHR, 2014.
- CARVALHO, Flávia M. *Os homens do rei em Angola: sobas, governadores, capitães mores, séculos XVII e XVIII*. 2013. Tese (Doutorado). UFF, Niterói.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- CRUZ E SILVA, Rosa. Benguela e o Brasil no final do século XVIII: relações comerciais e políticas. In: PANTOJA, Selma; SARAIVA, José F. S. (Orgs.). *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- CRUZ E SILVA, Rosa. The saga of Kakonda and Kilengues: relations between Benguela and its interior, 1791-1796. In: CURTO, José C. LOVEJOY, Paul E. *Enslaving connections: changing cultures of Africa and Brazil during the era of slavery*. New York: Humanity Books, 2004.
- CURTO, José. The anatomy of a demographic explosion: Luanda, 1844-1850. *The International Journal of African Historical Studies*, v. 32, n. 2-3, p. 381-405, 1999.
- CURTO, José. *Álcool e escravos: o comércio luso-brasileiro de álcool em Mpinda, Luanda e Benguela durante o tráfico atlântico de escravos (c.1480-1830) e seu impacto nas sociedades da África Central Ocidental*. Lisboa: Vulgata, 2000.

CURTO, José; GERVAIS, Raimond. The population history of Luanda during the late Transatlantic slave trade, 1781-1844. *African Economic History*, v. 29, p. 1-59, 2001.

EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – Séculos XVIII e XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás pretas, damas mercadoras. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1750-1850)*. 2005. Tese para o concurso de Professor Titular. Niterói, Universidade Federal Fluminense.

FERREIRA, Roquinaldo. *Cross-cultural exchange in the Atlantic world: Angola and Brazil during the era of the slave trade*. Cambridge: Cambridge U. P., 2013.

FERREIRA, Roquinaldo. *Transforming Atlantic slaving: trade, warfare and territorial control in Angola, 1650-1800*. 2003. Tese (Doutorado). University of California, Los Angeles.

FERREIRA, Roquinaldo. “Ilhas crioulas”: o significado plural da mestiçagem cultural na África Atlântica. *Revista de História*, 155 (2º), p. 17-41, 2006.

FRAGOSO, João. Nobreza principal da terra nas Repúblicas de Antigo Regime nos Trópicos de base escravista e açucareira: Rio de Janeiro, século XVII a meados do século XVIII. In: FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. F. (Orgs.). *O Brasil Colonial 1580-1720*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 159-240.

FRAGOSO, João. Elite das senzalas e nobreza principal da terra numa sociedade rural de Antigo Regime nos Trópicos: Campo Grande (Rio de Janeiro), 1704-1740. In: FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. F. (Orgs.). *O Brasil Colonial 1720-1821*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014a, p. 241-306.

GUEDES, Roberto; PONTES, Caroline. Notícias do presídio de Canda (1797): moradores, escravatura, tutores e órfãos. In: PAIVA, E. F.; SANTOS, V. S. (Orgs.). *África e Brasil no mundo moderno*. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/UFMG, 2013, p. 153-178.

GUEDES, Roberto. Branco africano: notas de pesquisa sobre escravidão, tráfico de cativos e qualidades de cor no Reino de Angola (Ambaca e Novo Redondo, finais do século XVIII). In: GUEDES, Roberto. *Dinâmica imperial no Antigo Regime português: escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados* (Séculos XVII-XIX). Rio de Janeiro: Mauad X, 2011. p. 19-33.

GUEDES, Roberto. Exóticas denominações: manipulações e dissimulações de qualidades de cor no Reino de Angola (Segunda metade do século XVIII). In: SILVA, G. C. M et al. (Orgs.). *Cultura e sociabilidades no mundo atlântico*. Recife: Editora Universitária, 2012, 369-398.

GUEDES, Roberto. Sociedade escravista e mudança de cor: Porto Feliz, São Paulo, Século XIX. In: CAMPOS, Adriana; SAMPAIO, Antonio C. Jucá; FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo (orgs.). *Nas rotas de Império*. Vitória / Lisboa: EDUFES / IICTP, 2006.

GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social: Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2008.

GUEDES, Roberto. Mudança e silêncio sobre a cor: São Paulo e São Domingos (séculos XVIII e XIX). *Revista Africana Studia*, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, v. 14, p. 93-118, 2010.

HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVII e XVIII*. Luanda: Kilombelombe, 2007.

HEINTZE, Beatrix. Historical notes on the Kisama of Angola. *Journal of African History*, v. 13, n. 3, p. 407-18, 1972.

HENRIQUES, Isabel de Castro. *Os pilares da diferença: relações Portugal-África, séculos XV-XIX*. Lisboa, Caleidoscópio, 2004.

HESPANHA, António Manuel. A constituição do Império português: revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de F.; BICALHO, Maria F. (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (sécs. XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2001.

HESPANHA, António M. *Imbecillitas: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. São Paulo: Annablume, 2010.

LARA, Silvia H. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LARA, Silvia H. *Fragments setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LOVEJOY, Paul. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MACHADO, Cacilda da Silva. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista (1700-1836)*. São Paulo: Hucitec, 2000.

MATTOS, Hebe Maria. A escravidão moderna nos quadros do império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, M. de Fátima; BICALHO, Maria F. (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 141-162.

MENDES, António de A. “Branços” da Guiné, “contrabandistas” de fronteiras (séculos XVI-XVII). In: GUEDES, Roberto (org.). *África: brasileiros e portugueses - séculos XVI-XIX*. Rio de Janeiro, Mauad, 2013.

MILLER, Joseph C. *Way of death: merchant capitalism and the Angolan slave trade, 1730-1830*. Wisconsin, Wisconsin: University Press, 1988.

MOURÃO, Fernando Augusto A. A evolução de Luanda: aspectos sócio-demográficos em relação à Independência do Brasil e ao fim do tráfico. In: PANTOJA, Selma; SARAIVA, José F. S. (orgs.). *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

OLIVEIRA, Ingrid da Silva. *Memórias e relatórios sobre Angola portuguesa setecentista: projetos coloniais e seus autores*. 2014. Qualificação de doutorado. Niterói, UFF/PPGHIS.

PAIVA, Eduardo. *Dar nome ao novo: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho)*. 2012. Tese apresentada ao concurso de Professor Titular de História. UFMG, Belo Horizonte.

PANTOJA, Selma. Três leituras e duas cidades: Luanda e Rio de Janeiro no Setecentos. In: PANTOJA, Selma; SARAIVA, José Flávio (orgs.). *Angola e o Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.

PANTOJA, Selma. Laços de afeto e comércio de escravos: Angola século XVIII. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS* (UFU. Impresso), v. I, p. 23-42, 2010.

PARREIRA, Adriano. *Dicionário glossográfico e toponímico da documentação sobre Angola (séculos XV-XVII)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1990.

PRECIOSO, Daniel. *Legítimos vassalos: pardos livres e forros na Vila Rica colonial*. 2010. Dissertação de Mestrado. UNESP, PPGHIS, Franca.

SANTOS, Catarina M. Um governo “polido” para Angola: reconfigurar dispositivos de domínio (1750 - c.1800). 2005. Tese (Doutorado) Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa.

SANTOS, Catarina M. Les mots et les normes juridiques de l’esclavage dans la colonie portugaise d’Angola aux XVIIe et XVIIIe siècles (les mucanos comme jugmentes de liberté). *Brésil (s): Cahiers du Brésil Contemporain*, Paris: EHESS/CRBC/Maison des Sciences de l’homme, 2012.

SOARES, Márcio de S. *A remissão do cativo: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c. 1750 - c. 1830*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

SOARES, Mariza de C. *Identidade étnica, religiosidade e escravidão*. 1997. Tese (Doutorado) UFF/PPGHIS, Niterói.

TAVARES, Ana Paula; SANTOS, Catarina M. *Africa e Monumenta*. A apropriação da escrita pelos africanos. Lisboa: IICT, 2002.

THOMAZ, Fernanda do N. Que justiça deve-se aplicar? Dois tribunais coloniais privativos para os africanos em Moçambique. *Métis* (UCS), v. 10, p. 81-98, 2011.

VENÂNCIO, José C. *A economia de Luanda e hinterland no século XVIII: um estudo de sociologia histórica*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

VENÂNCIO, José C. A problemática cultural dos mestiços em África: a sua comparação com a situação asiática. In: GONÇALVES, António Custódio (org.). *O racismo ontem e hoje: papers of VII Colóquio Internacional "Estados Poderes e Identidades na África Subsariana"*, 2005, FLIP/Porto.

VIANA, Larissa Moreira. *O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América portuguesa*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

WAGNER, Ana Paula. *População no império português: recenseamentos na África Oriental portuguesa na segunda metade do século XVIII*. Curitiba. 2009. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em História, UFPR.

População sob a ótica da administração portuguesa: Capitania de Moçambique na segunda metade do século XVIII*

Ana Paula Wagner

No ano de 1797, para enfrentar as dificuldades financeiras experimentadas pela Capitania de Moçambique e Rios de Sena, a Rainha Dona Maria ordenou ao juiz e vereadores da Câmara da capital que formassem um “catálogo exato” dos habitantes, “tanto de chapéu como de touca”, e dos demais indivíduos considerados capazes de “contribuir com o empréstimo gratuito e voluntário, em dinheiro ou em gêneros”.¹ Em atenção ao pedido da Coroa portuguesa, foram listados nomes de homens “cristãos” e “gentios”, avaliados como possuidores de “meios suficientes para fazerem o dito empréstimo”. Ao se redigir este “catálogo”, foi anotada uma observação de que as pessoas arroladas eram os indivíduos que pareceram, aos olhos das autoridades locais, ter algum tipo de capacidade de fornecimento de contribuições e que o motivo para tão poucos no-

*Parte das discussões apresentadas neste texto integram a tese *População no Império Português: recenseamentos na África Oriental Portuguesa, na segunda metade do século XVIII*, defendida em 2009.

¹ AHU, Moçambique, cx. 77, doc. 69. *Cópia da ordem emitida pela rainha D. Maria para o juiz ordinário e vereadores do senado da câmara da capital de Moçambique e Rios de Sena*, de 19 de abril de 1797.

mes era a situação de “grande decadência em que estão quase todos os seus habitantes”.²

Em 1799, em outro contexto de falta de recursos financeiros na Capitania de Moçambique e Rios de Sena, para suprir gastos gerados por conflitos existentes nas terras fronteiriças à ilha de Moçambique, o governador-geral convocou os habitantes para contribuírem de alguma maneira, buscando “voluntários” nos mais variados grupos da sociedade local, como “portugueses”, “baneanes” e “mouros”. Entre as pessoas arroladas, encontravam-se membros da administração local, religiosos, comerciantes e artífices (ourives, alfaiates, cantadores, costureiros, ferreiros, carpinteiros, caldeireiros, pedreiros, barbeiros, sapateiros e torneiros).³ Em certo sentido, esse arrolamento feito pela Câmara Municipal era mais completo do que o anteriormente mencionado, realizado em 1797. Enquanto o primeiro relacionou apenas os habitantes “mais abastados”, o de 1799 inventariou a maior parte dos homens com algum tipo de ocupação que propiciasse a obtenção de renda, ainda que fossem indivíduos que pudessem contribuir com quantias irrisórias. De certa forma, ambas as relações produzidas pela Câmara Municipal da ilha de Moçambique possibilitariam às autoridades metropolitanas uma informação acerca do número de homens que desempenhavam alguma atividade e os rendimentos que obtinham.

O dois episódios acima referidos apresentam, de certa forma, alguns dos grupos sociais que viviam e transitavam pela

² AHU, Moçambique, cx. 77, doc. 69. *Catálogo das pessoas cristãs e gentios, que poderão contribuir com o empréstimo gratuito à Fazenda Real desta capitania de Moçambique e Rios de Sena*, de 22 de abril de 1797; cx. 77, doc. 71. *Cópia da Resposta do Senado com o catálogo dos habitantes da capital de Moçambique*, de 22 de abril de 1797.

³ AHU, Moçambique, cx. 82, doc. 10. *Cópia da Relação das pessoas que concorreram com donativo ou contribuição para as despesas da guerra das terras firmes*, de 30 de janeiro de 1799.

Capitania de Moçambique e Rios de Sena, na segunda metade do século XVIII. No documento de 1797, a expressão “homem de chapéu” foi empregada para designar os portugueses. Já o termo “homem de touca”, no caso específico aqui citado, referia-se aos “baneanes”. Estes eram indianos, “mercadores guzerates provenientes de diferentes castas”, que se estabeleceram na costa oriental africana (ANTUNES e LOBATO, 2006, p. 309). Segundo Afzal Ahmad, “Bania ou Vania é uma raça hindu especializada no comércio, originária de Gujarat”, região localizada no noroeste da Índia (AHMAD, 1997, p. 33). Entretanto, a expressão “homem de touca” também poderia ser utilizada na África Oriental Portuguesa, em algumas ocasiões, para contemplar muçulmanos instalados na capitania.

Como fica manifesto, era grande a diversidade de experiências humanas no território em questão, contemplando pessoas de distintas origens geográficas, diferentes religiões e práticas sociais. A presença desses múltiplos grupos sociais imprimiu particularidades à prática governativa exercida na Capitania de Moçambique e Rios de Sena, de forma que as ações de governadores e demais autoridades da África Oriental Portuguesa oscilaram entre momentos de rejeição e momentos de incorporação desses diferentes segmentos (WAGNER, 2009, p. 101).

As informações levantadas sobre parte dos habitantes, contidas nos documentos de 1797 e 1799 anteriormente mencionados, também permitem considerar que o olhar lançado pelos administradores esteve fortemente marcado pelos princípios religiosos do catolicismo, como indicam os adjetivos utilizados para demarcar a diferença entre eles e os outros, ou seja, aqueles não pertencentes ao grêmio da Igreja Católica. As classificações de “cristãos”, “gentios”, “baneanes” e “mouros” possibilitam afirmar que foi a partir deste elemento definidor, ser ou não católico, que diferentes grupos instalados na Capi-

tania de Moçambique e Rios de Sena, durante o século XVIII, foram identificados. Todavia, ainda que a religião católica fosse o principal critério demarcador das diferenças e edificador de fronteiras sociais, outros aspectos estiveram envolvidos neste processo de caracterização da população, como o local de nascimento, os costumes adotados ou, ainda, as atividades econômicas.

É importante ressaltar que a documentação pesquisada, correspondência administrativa relativa à Capitania de Moçambique e Rios de Sena – trocada entre autoridades locais e o Reino –, traz informações que nos dão uma visão parcial dos acontecimentos, na medida em que são produzidas do ponto de vista português. Portanto, os grupos sociais aqui abordados foram particularizados a partir de atributos que lhes foram conferidos pela administração portuguesa sediada na África Oriental, constituindo-se em predicados que refletem a complexidade existente em torno de suas vivências na capitania (ou melhor, da percepção que os portugueses faziam dessas vivências). Acrescente-se a essa diversidade de experiências o enquadramento almejado pelas ações político-administrativas do Império Português no que se referiu ao gerenciamento dos seus súditos (WAGNER, 2009, p. 102).

Entre os grupos sociais que circulavam pela África Oriental, além dos portugueses, estavam mestiços, indianos, muçulmanos, diferentes grupos de africanos, agentes sociais, religiosos, militares, enfim, uma ampla gama de indivíduos. Características como ascendência familiar, cor da pele, estado civil, religião, grau de riqueza, ocupação, local de nascimento, etc., isoladamente ou em conjunto, definiram funções e lugares sociais que cada indivíduo, ou grupo, ocupou na Capitania de Moçambique e Rios de Sena, resultando na construção de categorias que refletem a ótica lusa. É sobre alguns desses grupos que trataremos a seguir, propondo discutir a heterogenei-

dade da população que vivia e transitava pela África Oriental Portuguesa. Buscou-se apresentar algumas características que permitem identificar quatro grupos em especial, presentes na documentação administrativa da capitania em questão, a saber: “portugueses”, “baneanes”, “mouros” e “cafres”.

“Portugueses”

O mote da expansão portuguesa no lado oriental da África incidiu especialmente sobre a busca de riquezas e a realização de atividades comerciais. Para atingir estas finalidades, a Coroa precisou instalar-se em alguns pontos estratégicos para encaminhar suas pretensões. Circunscrever o exato espaço geográfico sob domínio português na região consiste em tarefa bastante complexa. Fatores como as diferentes formas de ocupação das terras, as atividades comerciais realizadas e a administração empreendida pela Coroa fizeram com que a soberania portuguesa se instituisse de forma descontínua ao longo do território. Além disso, as variações ocorridas ao longo do tempo implicaram o avanço ou recuo da autoridade portuguesa nos domínios da costa africana oriental. Boa parte das mudanças na geopolítica da região estiveram relacionadas com a migração interna dos povos autóctones e com disputas africanas por territórios e recursos. Dependendo das chefaturas locais, alianças eram estabelecidas com os portugueses ou, ao contrário, a presença lusa era questionada e barrada.

Não obstante essa fluidez, é possível asseverar que a presença portuguesa na região de Moçambique ocorreu inicialmente no litoral, motivada especialmente pelo comércio. Por volta de 1505, foi estabelecida uma feitoria em Sofala, devido à sua posição estratégica no escoamento de produtos como ouro e marfim, vindos do interior da África Oriental. Dois anos depois, foi construída outra feitoria, essa na ilha de Moçambique,

mais ao norte de Sofala. Frente ao prestígio assumido pela localidade, foram “edificados um hospital, uma igreja e uma bateria fortificada”, para a ampliação da feitoria. Com as benfeitorias realizadas estavam garantidas a posição de importante entreposto comercial e a constituição de uma segura base naval, onde “os navegantes que percorriam o circuito da Índia podiam deixar os doentes, recrutar novos membros para a tripulação e abastecer-se de víveres, ou ainda reparar as embarcações” (NEWITT, 1997, p. 36 e 124-125). Gradativamente, aquele espaço passou a substituir Sofala como porto de passagem e centro administrativo.

No continente fronteiriço à ilha de Moçambique, os portugueses instalaram-se em algumas localidades, como Cabaceira Pequena, Cabaceira Grande e Mossuril (conhecidas como Terras Firmes). Mais ao norte, estabeleceram-se em algumas ilhas do arquipélago de Cabo Delgado.

Ainda na primeira metade do século XVI, na região costeira, ao sul da ilha de Moçambique, em uma das barras do rio Zambeze, foi instalada uma feitoria em Quelimane. Na década de 1720, mais ao sul de Quelimane, numa região abaixo de Sofala, na foz do rio Matamba, foi instituído um assentamento português de caráter permanente, em Inhambane. Ambas as localidades, Quelimane e Inhambane, eram estratégicas para a constituição do monopólio comercial português, na medida em que eram pontos de escoamento de produtos vindos do interior e possuíam portos frequentados por mercadores muçulmanos. Os portugueses iniciaram a ocupação do interior da África Oriental ainda no final do século XVI, criando feitorias em Sena, Tete, Zumbo e Manica, situadas no vale do rio Zambeze.

Em resumo, a penetração portuguesa no território que viria a constituir uma capitania na África Oriental foi encaminhada em dois momentos distintos. Como visto, o primeiro eixo de ocupação correspondeu a uma “linha de posições lito-

râneas dispersas ao longo da costa, desde o cabo Delgado, ao norte, até aos portos de Inhambane e baía de Lourenço Marques, no sul”; o segundo fluxo, rumo ao interior, obedeceu o curso do rio Zambeze. A distribuição portuguesa no espaço físico africano aponta para a dinâmica das atividades econômicas ali existentes, onde a maior parte delas estava inserida num “subsistema de uma rede mais vasta, que tinha na ilha de Moçambique a ligação à rede-mãe construída pelos portugueses no oceano Índico” (ANTUNES e LOBATO, 2006, p. 265-267).

Estudos sobre Moçambique são unânimes em afirmar que o início da ocupação do interior da África Oriental, em meados do século XVI, foi um empreendimento de particulares e só depois passou a ser controlado pela Coroa. As primeiras terras dos sertões da África Oriental foram livremente adquiridas pelos portugueses que por lá chegaram, por compra, doação, indenização de prejuízos, troca de proteção e ajuda militar dispensada aos chefes locais e, ainda, conquistas pela guerra. Num complexo sistema de permuta de favores e interesses, as chefaturas africanas ofereceram benefícios e terras e, em contrapartida, foram concedidos “presentes, ajuda em homens, armas, pólvoras e fazendas” (LOBATO, 1962, p. 81-82).

Conquanto a obtenção inicial de terras no interior tenha sido realizada por homens empenhados em atividades mercantis, logo ocorreu o alojamento de parte dos aparatos representativos do domínio português na região. Entretanto, a criação de algumas vilas só ocorreu em 1761.⁴

Na segunda metade do século XVIII, a ocupação portuguesa de determinadas localidades da África Oriental era fato consumado, ainda que sofresse algumas pressões externas e

⁴ AHU, Moçambique, cx. 19, doc. 63-A. *Cópia da Instrução dada a Calisto Rangel Pereira de Sá, que vai por governador e capitão general da Praça de Moçambique, Rios de Sena e Sofala, de 7 de maio de 1761.*

internas. A consolidação da presença lusa na Capitania de Moçambique e Rios de Sena pode ser observada na constituição de um grupo social em particular, o dos “moradores”, remetendo a indivíduos de origem portuguesa e constituindo um importante mecanismo de ligação entre a expansão lusa e a terra africana.

No geral, o termo “morador” foi empregado para designar o residente na capitania que vivia sob autoridade da administração portuguesa. Ele podia ser português, mestiço (afroportuguês ou indo-português). Ressalte-se que a origem da população mestiça era bem diversificada. Como a África Oriental era uma conquista lusa que fazia parte do Estado da Índia até 1752, boa parte do processo da sua colonização foi realizado tanto com recursos humanos do Reino quanto da Índia, particularmente de Goa. Em alguns casos, o “morador” também poderia ser um asiático convertido ao catolicismo, também chamado “canarin”. “Filhos de Goa” ou “canarin” eram os termos utilizados pelos portugueses para se referirem ao grupo de cristãos da Índia Portuguesa. Muitos deles chegaram até a Capitania de Moçambique e Rios de Sena como administradores, comerciantes, soldados e até mesmo como religiosos (NEWITT, 1997, p. 169-170). Segundo dicionário do século XVIII, “canarin” era “um aldeão dos contornos de Goa, que serve nos ofícios mais baixos do campo e da cidade. A estes tais chamam-lhe Canarins, porque seguem os costumes dos povos, que na Índia chamam Canaras, de onde vem a língua Canarina, muito comum na Índia” (BLUTEAU, 1712, p. 93).

Todavia, para ser considerado “morador” eram agregados outros predicados a essa condição. No geral, eram indivíduos que se dedicavam às atividades comerciais e, em muitos casos, ocupavam cargos administrativos. Entretanto, a aquisição de terras no continente, a posse de escravos, a produção de gêneros para o abastecimento da Ilha e a constituição de rela-

ções com a população muçulmana e africana da região fizeram com que um dos elementos identificadores, ser comerciante, adquirisse contornos menos rígidos. Do início do século XVII até meados do século seguinte, quanto à origem, predominavam entre os “moradores” os indivíduos reinóis e goeses, grande parte deles casados com mulheres locais.

No continente, na região dos Rios de Sena, o termo “morador” circunscreveu um segmento específico de residentes, o dos “senhores estabelecidos, com casas e terras”. Estar incluído nesse grupo permitia a seus integrantes a ocupação de cargos no exército, em companhias pagas ou nas ordenanças, na administração, abrangendo também o senado da Câmara (RODRIGUES, 2002, p. 127-128, 531). Muitos deles tinham a concessão de terras, o que lhes possibilitou exercer autoridade sobre africanos nelas instaladas e usufruir dos benefícios que isso trazia: receber destes serviços, rendas e tributos. Entre os “moradores” dos Rios de Sena também constavam mulheres; em geral, foreiras e, muitas delas, viúvas (ibid., p. 530). Como se pode notar, o grupo dos “moradores” acabou constituindo parte das elites locais.

Uma outra característica que é importante de ser ressaltada é o estado civil desses indivíduos: em geral, tratava-se de pessoas casadas. O atributo de homem “casado” foi muito mais do que uma referência ao estado civil, sendo utilizado também para identificar uma parte dos residentes na Ásia Portuguesa que viviam sob a autoridade do Estado da Índia (SUBRAHMANYAM, 1995, p. 310). Eugénia Rodrigues argumenta que esta categoria, com a devida atenção, também poderia ser encontrada na África Oriental Portuguesa (RODRIGUES, 2002, p. 125-128). Em grande medida, o matrimônio era visto como um recurso de fixação a um determinado território, como um instrumento de estabelecimento. Aliás, essa prática derivou de uma política adotada por Afonso de Albuquerque no

século XVI e dirigida para Goa. A idéia era promover casamentos entre homens portugueses e mulheres naturais daquela localidade com o objetivo de criar comunidades mestiças e fiéis à Coroa (SUBRAHMANYAM, 1995, p. 346).

O que se pode notar é que esse grupo social apresentava-se como um importante instrumento de ligação entre o empreendimento português e a terra africana. O “morador” representava aquela fração de súditos que viviam sob a égide das autoridades lusas, fosse atuando nas atividades comerciais ou participando da vida administrativa e militar local.

“Baneanes”

Como já referido, até 1752 a Capitania de Moçambique e Rios de Sena permaneceu administrativamente subordinada ao governo do Estado da Índia, com a sede em Goa. De uma forma geral, o termo Estado da Índia era utilizado pelos portugueses para fazer referência às “conquistas e descobertas nas regiões marítimas situadas entre o Cabo da Boa Esperança e o Golfo Pérsico, de um lado da Ásia, e Japão e Timor, do outro” (BOXER, 1981, p. 59). Em razão desta ligação com o Índico, ao mesmo tempo de cunho político e geográfico, muitos dos habitantes da África Oriental eram indivíduos de origem indiana.

Todavia, interessa-nos particularmente, nesta parte do texto tratar dos indivíduos identificados pela documentação administrativa como “baneanes”, por vezes também denominados “gentios”, ou seja, aquele que, para a Igreja Católica, não professava uma das três religiões do Livro: a cristã, a judaica e a islâmica. No contexto da Ásia Portuguesa, o qualificativo “gentio” foi aplicado, sobretudo, aos hindus. Na Capitania de Moçambique e Rios de Sena, o termo foi utilizado da mesma maneira.

As autoridades portuguesas acreditavam que todo “ba-neane” fosse praticante do hinduísmo, o que levou à utilização generalizada do termo “para fazer referência a qualquer comerciante hindu”. Porém, como adverte Luis Frederico Dias Antunes, o sistema de crenças dos indianos era bastante complexo, e entre aqueles que se encontravam na Capitania de Moçambique e Rios de Sena existiam indivíduos praticantes do hinduísmo e também do jainismo. Embora essas doutrinas apresentem diferenças marcantes entre si, os aspectos em comum fizeram com que os seus adeptos fossem vistos de forma homogênea. Entre esses aspectos, podemos destacar: a crença no “ciclo de nascimento e renascimento como consequência do *Karma*, na libertação da alma através do resultado dos actos de cada um”; “acreditam que toda a vida está impregnada de espírito e não só os animais”; e a idéia de que as pessoas deveriam se abster “de qualquer tipo de acto ou pensamento violento sobre qualquer ser vivo, conceito vulgarmente conhecido por não violência” (ANTUNES, 2001, p. 335-345).

Para tornar a situação ainda mais complexa, a sociedade hindu estava dividida num complexo sistema de castas, no qual os comerciantes pertenciam à dos *vanis*. Em linhas gerais, as castas hindus existentes em Goa, e em boa parte do território indiano, eram: “os *brâmanes* (‘guardiões da sociedade’), os *maratas* (militares), os *vanis* (comerciantes), os *sonares* (ourives), os *cansares* (caldeireiros), os *gaudde* (agricultores); além destas, existiam duas castas de intocáveis, os *mahares* (*farazes*) e os *chamares* (curtidores) que não podiam ter contato com as restantes” (LOPES, 1999, p. 106).

Esses princípios tiveram uma série de implicações na vida cotidiana e nos contatos estabelecidos pelos hindus e jainas com outros indivíduos. Fosse na alimentação, no consumo de bebidas ou na constituição de casamentos ou de outros tipos de contatos sociais, deveriam ser observadas as regras que consi-

deravam o que era puro e o que era impuro (ANTUNES, 2001, p. 339). Porém, na dinâmica que boa parte dos “baneanos” instituiu na Capitania de Moçambique e Rios de Sena, muitas das normas religiosas nem sempre foram cumpridas. O preceito menos respeitado foi o da não violência, na medida em que a maior parte dos produtos comercializados foram aqueles que, direta ou indiretamente, estavam relacionados com atos violentos, como a comercialização de armas e pólvora, a venda de escravos que sofriam maus-tratos e o negócio com marfim, que resultava, em geral, da caça de elefantes (ibid., p. 344-345).

Quanto à origem geográfica, eram indivíduos oriundos da Província do Norte. Constituída na primeira metade do século XVI, a Província do Norte expressava o reconhecimento da soberania portuguesa nas “praças de Diu, Baçaim, Damão e Chaul, nas costas do Concão e na península do Catiavar”. Na década de 1730, as praças de Chaul e Baçaim deixaram de ser possessões portuguesas (ANTUNES e LOBATO, 2006, p. 281).

Destacamos que Diu, situada na península Guzerate, tinha um porto num local estratégico, de onde se “controlavam diversas rotas marítimas que animavam o comércio com o Índico ocidental, a costa oriental africana, o mar Vermelho, a península Arábica, o golfo Pérsico e os portos da costa ocidental africana e a Ásia do Sueste”. Guzerate situava-se na região noroeste da Índia. As culturas de algodão e anil subsidiaram uma importante indústria têxtil, base da vida econômica daquele espaço e de intrincadas redes comerciais (ANTUNES, 2001, p. 75).

A entrada de hindus e jainas na Capitania de Moçambique e Rios de Sena data, aproximadamente, do último quartel do século XVII, quando o vice-rei do Estado da Índia, o Conde de Alvor, concedeu privilégios para que as atividades mercantis entre Diu e Moçambique fossem realizadas pelos “banea-

nes” (HOPPE, 1970, p. 33). A partir de então, a presença deste grupo social foi cada vez mais forte. Ao longo de algumas décadas do século XVIII, esses mercadores conseguiram solidificar espaços comerciais muito favoráveis na economia da costa africana oriental. Em relação às atividades desenvolvidas, os “baneanes” podiam se dedicar a diferentes tarefas. Eram pedreiros, cozinheiros, barbeiros, sapateiros e alfaiates, enfim, tarefas das “artes mecânicas”. Mas eram conhecidos, sobretudo, pelas transações comerciais que realizavam.

Luís Frederico Dias Antunes, num estudo sobre esse grupo social, estima que, em 1779, cerca de 240 pessoas instaladas na ilha de Moçambique e nas Terras Firmes eram da comunidade baneane.⁵ Esses indivíduos tinham um grande patrimônio, distribuído em moradias, palmares (áreas de plantações de palmeiras), terrenos, escravos, barcos e gado. Essa situação desagradava a Coroa, que se sentia impotente diante do predomínio econômico desse grupo de comerciantes, considerados “mercadores volantes”, que enriqueciam na África e regressavam à Índia, arruinando o comércio dos “cristãos” (WAGNER, 2009, p. 86-87).

Em 1779, D. Francisco Innocencio de Souza Coutinho, governador de Angola entre 1764 e 1772, argumentava que o comércio em Moçambique “poderia ser muito vantajoso”, se os seus governadores observassem a antiga ordem de não deixarem passar os baneanes para os Rios de Sena, pelo “grande prejuízo que causam ao nosso comércio”. O objetivo de tal proibição era o de impedir que os indianos vendessem armas e pólvora aos africanos, chamando a atenção para “a maior segurança do Estado e o maior comércio dos vassallos de Sua Ma-

⁵ O autor chegou a esta cifra a partir da análise de documentos de 1758, 1759, 1772 e 1777, referentes à presença dos baneanes na África Oriental. Ver: ANTUNES, 2001, p. 167-169.

jestade”. Segundo Souza Coutinho, a suspensão de direitos de comércio a esse grupo proporcionaria à Coroa “melhores lucros que hoje, é aqui a causa porque tem decaído o comércio de Moçambique”.⁶

É importante atentar para a proibição da venda de armas e, conseqüentemente, para a questão da segurança naquela região. Uma das maneiras dos baneanes obterem as armas e pólvora era através de negociações com franceses. Ao venderem para estes estrangeiros escravos, marfim e ouro, recebiam como forma de pagamento patacas da Espanha (um tipo de moeda), roupas de Bengala, assim como armas e pólvoras. Note-se que, nos momentos de liberdade comercial, constituía monopólio do Estado o comércio de armas e munições, visto a necessidade de garantir a segurança dos portugueses na costa da África oriental (HOPPE, 1970, p. 168).

A proibição acima mencionada, “ordem de não deixarem passar os baneanes para os Rios de Sena”, refere-se à limitação da atividade dos baneanes apenas à ilha de Moçambique, entre os anos de 1687 e 1757. Entretanto, estas restrições não foram cumpridas de maneira rigorosa. Luís Frederico Dias Antunes informa que estes cerceamentos de mobilidade impostos aos comerciantes guzerates obtiveram sucesso até cerca de 1723, ano em que encontrou registros de autorizações para deslocamentos até a parte continental (ANTUNES, 2001, p. 182-183).

Fazendo coro às considerações apresentadas em 1779 por D. Francisco Innocencio de Souza Coutinho, um governador-geral da Capitania de Moçambique sintetizou os prejuízos representados pela presença dos indianos na África Oriental Portuguesa. O incômodo causado por esses mercadores era varia-

⁶ AHU, Códice. *Relação do commercio em os diferentes portos da Azia (incluindo) breve e util idea de commercio, navegação e conquista d'Ázia e d'África, escrito por meu pay, Dom Francisco Innocencio de Souza Coutinho, de 1779.* In: AHMAD, 1997, p. 114.

do, “tanto pelo seu ambicioso comércio”, “como por se acharem absolutos senhores possuidores da maior parte das casas, fazendas, escravatura, gados, prédios e palmares”, além do “mais agravante e desaforo”, pois estavam “mancomunados e ajuntados com os mouros, para educarem e catequizarem aqueles infieis crioulos na diabólica e falsa seita maometana”.⁷ Todavia, para além dos artificios retóricos, a incapacidade dos mercadores portugueses em disputar economicamente com os baneanes acabou por estabelecer um tipo de situação que variou “entre o apoio e a cooperação de conveniência” a ocasiões de “oposição frontal” (ANTUNES, 2001, p. 93).

No decorrer dos séculos XVII e XVIII, os sistemas comerciais adotados na região sob influência portuguesa intercalaram momentos de liberdade mercantil e de monopólio (realizado diretamente pela administração financeira de Goa ou arrendado, regra geral, ao governador da capitania) (HOPPE, 1970, p. 25-38). Além da existência de particularidades, dependendo da mercadoria comercializada, como tecidos, ouro, marfim, entre outros, as modificações nas regras comerciais ocorriam se o que estava em jogo eram os negócios entre os diferentes territórios que constituíam o Império Português ou tratos comerciais entre os portos dependentes da ilha de Moçambique (ibid., p. 122).

Dada a situação da Capitania de Moçambique e Rios de Sena ser subordinada ao Estado da Índia até 1752, a existência de algumas instituições, como a Junta do Comércio Livre de Moçambique e Rios de Cuama⁸ e o Conselho da Fazenda do

⁷ AHU, Moçambique, cx. 40, doc. 10. *Cópia de carta do governador-geral de Moçambique e Rios de Sena, Pedro de Saldanha de Albuquerque*, de 16 de outubro de 1782.

⁸ De acordo com Fritz Hoppe, a Junta do Comércio Livre de Moçambique e Rios de Cuama, constituída em 1675, “gozando de jurisdição própria e de autonomia financeira e administrativa”, garantia a manutenção dos interesses dos comerciantes da Índia. Funcionou entre os períodos de 1675-1682, 1699-1720, 1722-1744 (HOPPE, 1970, p. 29-36).

Estado da Índia⁹, que tinha na Superintendência do Comércio o seu representante em Moçambique, possibilitou a manutenção dos interesses indianos na região.

Não obstante a presença dos “baneanes” na Capitania de Moçambique e Rios de Sena ser considerada um entrave econômico, era sabido pelas autoridades portuguesas que eles eram necessários para o desenvolvimento desta. A diminuta capacidade financeira de alguns comerciantes portugueses não permitia a estes enfrentarem os inúmeros riscos envolvidos no processo de importação de mercadorias do outro lado do Índico. Fatores como o alto valor das viagens e da conservação das embarcações, os imprevistos com avarias dos navios e mercadorias e com os furtos feitos pelos tripulantes, entre outros contratempos, faziam com que as despesas com a compra dos tecidos indianos fossem de grande custo para a realidade dos comerciantes portugueses. Frente ao espaço aberto pela Coroa, os mercadores guzerates souberam consolidar uma posição privilegiada e criar uma situação de dependência econômica, em razão dos panos trazidos por eles constituírem uma das moedas de negociação no trato de importantes produtos, como ouro, marfim e escravos (WAGNER, 2009, p. 143).

“Mouros”

Antes da chegada dos portugueses à África Oriental, esta já era frequentada por mercadores muçulmanos, os quais ti-

⁹ O Conselho da Fazenda do Estado da Índia era responsável pela administração do comércio da África Oriental Portuguesa. Depois da Capitania de Moçambique e Rios de Sena tornar-se independente, “a Superintendência do Comércio continuava na dependência do Conselho da Fazenda, em Goa”. Em 1755, foram iniciadas reformas para que o Conselho da Fazenda do Estado da Índia deixasse de administrar o comércio da capitania – o que de fato só ocorreria em 1758, quando foi estabelecida efetivamente a liberdade do comércio (HOPPE, 1970, p. 36-38, 128-129 e 139).

nham se estabelecido em vários pontos da costa entre os séculos VIII e X.

Embora estivessem espalhados por diferentes pontos do território africano, os “mouros” acabaram por se concentrar em algumas localidades. Em meados do século XVIII, a documentação aponta para a existência de fortes comunidades distribuídas ao longo da costa, como Sancul e Quintagonha, localidades não sujeitas ao domínio português mas próximas à ilha de Moçambique; a primeira ao sul e a segunda ao norte. Em Sofala, Cabo Delgado, Inhambane, Quelimane e na ilha de Moçambique, a presença dos “mouros” também era mais evidente (WAGNER, 2009, p. 127).

Uma das referências sobre as origens geográficas desse grupo social informa que “eram sobretudo os árabes de Oman que se dedicavam ao intercâmbio comercial no Oceano Índico”, uma atividade que remontava ao século VIII, ocasião em que empreenderam uma “expansiva política mercantil” sustentada por estabelecimentos nos litorais africanos e indianos (HOPPÉ, 1970, p. 17). Entretanto, na Capitania de Moçambique e Rios de Sena, o termo “mouro” foi empregado, indistintamente, para tratar tanto o “omanita como o negro islamizado, resultando em alguma confusão na sua utilização” (PORTELLA, 2006, p. 143).

Para atingir objetivos comerciais, alguns mercadores muçulmanos buscaram sua inserção nas comunidades africanas, com o recurso aos casamentos: a constituição de “laços de parentesco com as principais linhagens africanas era igualmente importante para a condução do comércio no interior e para os negócios correntes na cidade” (NEWITT, 1997, p. 31). Alianças desse tipo ocorreram com Macuas e Tongas (grupos africanos instalados na África Oriental), e, a partir de então, os muçulmanos poderiam tanto ser africanos islamizados como mouros da Península Arábica. Como já referido, os portugueses identifica-

vam por mouro qualquer muçulmano, fosse ele africano ou de Omar. As marcas demarcatórias em relação a essa população eram as vestimentas, os nomes islâmicos e, evidentemente, as práticas corânicas (RITA-FERREIRA, 1982, p. 70).

Os portugueses também estabeleceram relações com alguns chefes e comerciantes muçulmanos. A princípio, a ideia de uma associação entre estes dois grupos pode parecer excêntrica, particularmente se levarmos em consideração que um dos elementos basilares da constituição do Império era o exercício da religião católica e que os oficiais régios tinham a obrigação de expandir a crença oficial, para a qual os mouros eram considerados infiéis. É preciso não esquecer também que boa parte destes indivíduos eram africanos islamizados. Apesar da aparente incompatibilidade, os portugueses recorreram aos muçulmanos solicitando ajuda destes para desencorajar outras potências europeias de desenvolverem atividades comerciais na costa oriental africana. Para os mouros, por sua vez, manter bom relacionamento com autoridades lusas era conveniente, na medida em que encontravam brechas para dar continuidade às suas práticas mercantis (WAGNER, 2009, p. 71).

Ainda que os muçulmanos fossem considerados “inimigos” pelos portugueses cristãos, uma série de conexões e vínculos foram estabelecidos entre estes e as povoações mouras, na maioria das vezes em atenção a interesses recíprocos. Como já mencionado, da parte da Coroa havia o desejo de que os muçulmanos mantivessem afastadas outras potências estrangeiras que viessem competir na realização de atividades comerciais. Além disso, almejava-se obter auxílio em caso de naufrágios de embarcações portuguesas na costa ocupada pelos islâmicos. Por sua vez, os xeques tinham o interesse de que as mercadorias obtidas por eles fossem negociadas com os portugueses. Havia ainda o reconhecimento de que se ambas as partes atuassem em conjunto, poderiam se proteger mutuamente con-

tra possíveis investidas das chefaturas africanas (NEWITT, 1997, p. 173). Entretanto, as alianças estabelecidas entre esses dois grupos sofreram modificações no decorrer da presença portuguesa na África Oriental. Por exemplo, a oportunidade de negociar escravos diretamente com navios franceses e os esforços para controlar as rotas de tráfico de cativos desestabilizaram a aliança constituída entre autoridades portuguesas e os muçulmanos de Quintagonha, tornando evidente a hostilidade entre ambos. Os lucros obtidos na venda de indivíduos escravizados levaram o xeque a ignorar e a enfrentar as imposições dos governadores de comerciar exclusivamente com súditos portugueses (ANTUNES e LOBATO, 2006, p. 271).

A desenvoltura dos “mouros” como pilotos e marinheiros marcava a posição ambígua ocupada por eles: ora de tolerância das suas presenças, ora de questionamento. Se, por um lado, os conhecimentos náuticos destes eram essenciais para a realização da maior parte das atividades mercantis na região, na medida em que o grosso das mercadorias eram transportadas pelas águas, por outro lado, as situações de dependência dos serviços de marinheiros e pilotos “mouros” causavam um certo incômodo entre autoridades portuguesas (WAGNER, 2009, p. 131).

Como se pode notar, a presença de muçulmanos na África Oriental também contribuiu para complexificar as relações sociais. Não se pode cometer o equívoco de imaginar que os contatos entre “mouros” e “portugueses” ocorresse sem qualquer tipo de tensão, sobretudo se o que estivesse em questão fossem os aspectos religiosos. Dos diferentes grupos sociais não católicos que circulavam pela capitania, os “mouros” eram tidos como os mais prejudiciais à missão religiosa portuguesa na região.

O centro das preocupações das autoridades lusas frente a esse grupo social era a expansão do islamismo entre os natu-

rais da terra e, conseqüentemente, a obstrução da ampliação da fé católica. Na ótica dos portugueses, os africanos adotavam o islamismo com muita facilidade, constituindo um grande perigo. A ameaça tomava maiores proporções quando os autóctones eram escravos dos muçulmanos, porque se entendia que os africanos eram, então, obrigados a abandonar a “verdadeira fé”, e aqueles que já tivessem recebido o sacramento do batismo ainda corriam riscos por estarem na convivência dos “mouros”, que os colocavam “no caminho da sua infalível e eterna condenação”.¹⁰

Para reparar essas situações, o governador-geral baixou uma ordem para que todos os “mouros” da ilha de Moçambique “que tiverem escravos cristãos, [...] os mandem apresentar na Sé Matriz ao Prior dela, que os há de tomar por Rol, e assistir todos os mais atos dela, para serem examinados e instruídos na doutrina cristã”. Não obstante a ordem alcançar também os mercadores baneanes, o objeto de atenção era impedir que os “perniciosos abusos” atribuídos aos muçulmanos prosseguissem.¹¹

Como já referido, em Inhambane, uma vila da Capitania de Moçambique e Rios de Sena situada no litoral, observava-se uma grande concentração de muçulmanos. Segundo uma memória escrita em 1762, nesta época havia uma preocupação especial com a doutrinação de crianças filhas de muçulmanos nos princípios da fé católica. O vigário daquela paróquia tinha muitas tarefas: a primeira delas era cuidar para que os pais não mandassem para fora da capitania as crianças, a fim de não se tornarem “mouros”; em segundo lugar, o religioso deveria fa-

¹⁰ AHU, Moçambique, cx. 18, doc. 60. *Cópia da carta do Administrador Episcopal da capitania de Moçambique e Rios de Sena*, de 24 de junho de 1760.

¹¹ AHU, Moçambique, cx. 18, doc. 60. *Cópia do Bando porque se determina que os Mouros e Gentios apresentem os escravos cristãos na matriz*, de 10 de março de 1760.

zer o que fosse possível na tentativa de conservar as crianças na religião cristã (ANÔNIMO, 1762, p. 210-211). Ainda em Inhambane, duas décadas depois, o governador José Ferreira Nobre esteve empenhado na tarefa de atrair novos fiéis para o grêmio da Igreja. Para isso, contava com um auxílio financeiro equivalente a “8 praças de soldados”, para motivar homens e mulheres a “se reduzirem e abraçarem a nossa Santa Fé”. Com esse estímulo, os indivíduos não se veriam “desamparados por falta de alimentos” e esperava-se que estes se juntassem à Igreja por meio do batismo.¹²

Cada conversão realizada por esse governador, na década de 1780, foi comemorada. Após gabar-se de que “à força das minhas diligências consegui batizarem-se 6 mouros, 3 rapazes, um já varão, e 2 mulheres”, José Ferreira Nobre apresentava seus avanços no processo de mudança de crença de um “mouro” em particular. Tal homem, cuja ocupação era a de “malemo da barra” (piloto), estava prestes a tornar-se cristão. Para o governador, isso constituía um grande feito porque, a partir da alteração de religião deste indivíduo em especial, havia a expectativa de que “todas as mouras que habitam nesta vila” aceitassem se batizar, na medida em que o referido “mouro” lhes causava grandes constrangimentos ao compartilhar os preceitos do Alcorão.¹³

O que parece é que os “mouros”, para a administração portuguesa, não representavam um problema por si sós. Porém, quando estabeleciam contatos com os outros grupos sociais que viviam na Capitania de Moçambique e Rios de Sena, passavam a ser encarados como perigosos. Evidentemente, a questão religiosa foi a grande delineadora da imagem de perigo en-

¹² AHU, Moçambique, cx. 42, doc. 46. *Carta do governador de Inhambane, José Ferreira Nobre, sobre a religião católica em Inhambane*, de 8 de junho de 1783.

¹³ Id, *ibid.*

carnada pelos muçulmanos, particularmente se estivesse em jogo a cooptação dos africanos para uma religião que não fosse aquela adotada pelo Estado português, ou seja, a católica. Acrescente-se ainda que, embora dos “mouros” não fossem os grandes rivais em termos de atividades econômicas no século XVIII, a presença deles na capitania também era considerada concorrência mercantil, mesmo porque, inicialmente, era os muçulmanos que dominavam o comércio da África Oriental antes da chegada dos portugueses (WAGNER, 2009, p. 133).

“Cafres”

A população autóctone que habitava a África Oriental não formava um bloco homogêneo; ao contrário, na região conviviam diferentes grupos, caracterizando, assim, um mosaico cultural. Utilizando o curso do rio Zambeze como uma linha de referência, podemos mencionar, de modo geral, a existência de quatro grandes grupos: ao sul e nas terras baixas do litoral, viviam os Tongas; os Carangas (Karanga ou Chonas) também habitavam ao sul do Zambeze, porém estavam sediados nas terras altas centrais do território; ao norte, na região costeira, estavam estabelecidos os Macuas; os Maraves (chefias Kalonga, Lundu e Undi) ocupavam a parte do interior acima do rio (NEWITT, 1997, p. 46-102). Esses quatro grandes grupos se subdividiam em diferentes chefias, clãs, reinos e estados, ocorrendo variações ao longo dos séculos. Devido às dinâmicas sociais, culturais, econômicas e políticas de cada um desses grupos, não nos é permitido fixá-los rigidamente em um espaço específico. Por isso, a distribuição apresentada deve ser considerada como uma simples indicação.

As particularidades de cada um desses grupos possibilitaram interações entre eles, assim como entre eles e os portugueses, além daquelas constituídas com outros mercadores que

circulavam pela África Oriental. Os Tongas controlavam a maior parte das rotas comerciais entre a costa e o interior, em fins do século XV. Foi com mulheres Tongas que muitos vassallos da Coroa se casaram, instalando-se ao longo do vale do Zambeze e formando famílias afro-portuguesas. A partir do século XVII, os mestiços, fruto desse processo de integração entre portugueses e africanos, ficaram conhecidos por *muzungo*, os quais

tinham tanto de africano quanto de português. Em termos físicos, muitos deles não apresentavam quaisquer diferenças em relação à população local. Contraíam matrimônios mais ou menos formais com mulheres africanas e estabeleciam relações de parentesco com as linhagens dos chefes africanos. Regra geral, o seu estilo de vida era mais africano que português (NEWITT, 1997, p. 123).

O epíteto *muzungo*, do mesmo modo que se referia a homens e mulheres mestiços, tinha uma conotação de prestígio e de poder; em certas circunstâncias, esses indivíduos confrontaram-se tanto com “a autoridade formal dos funcionários portugueses” quanto com as “chefias tradicionais africanas” (NEWITT, 1997, p. 122-123). De acordo com relato escrito por Manuel Barreto, de 1667, o significado do termo era “o mesmo que senhor” (BARRETO, 1885). No século seguinte, a aceção de estima social e de um reconhecimento de autoridade (no sentido de respeito) ainda prosseguia. Tal situação pode ser vislumbrada em ofício do governador-geral da Capitania de Moçambique e Rios de Sena redigido em 1753: *muzungo* era o “nome que tínhamos entre a cafraria, não só os portugueses [...] mas também os mais vassallos que andam vestidos, ainda que sejam pretos”.¹⁴

Os enlances matrimoniais também foram utilizados nas alianças estabelecidas entre os Macuas e as comunidades marí-

¹⁴ Ofício do governador e capitão-general de Moçambique Francisco de Mello e Castro, de 20 de novembro de 1753. In: RODRIGUES, 2002, p. 674.

timas muçulmanas que circulavam pelo litoral africano.¹⁵ Foi por meio de “processos de casamentos mistos” e de uma situação de “interdependência econômica” que o islamismo acabou se expandindo na região e acarretando grandes transformações culturais entre os Macuas (NEWITT, 1997, p. 72).

Entre os Carangas encontrava-se o “império do Monomotapa”. No século XVI, “os vários Estados da região ao sul do Zambeze eram chefiados por linhagens Karangas formalmente sujeitas ao *mutapa* (Monomotapa)”.¹⁶ Foi também no início do Quinhentos que ocorreram os primeiros contatos entre aqueles e os portugueses. Por meio de trocas de embaixadas, procurou-se estabelecer relações diplomáticas e comerciais permanentes, resguardando interesses dos dois lados envolvidos (RODRIGUES, 2004, p. 754-756). No princípio do século seguinte, o Monomotapa doou parte das suas terras para autoridades portuguesas em troca de ajuda recebida em conflitos com outras chefias locais. Ainda assim, essa autoridade africana continuaria a exercer grande influência sobre o território ao sul do rio Zambeze – pelo menos até as últimas décadas do século XVII, quando ocorreu a ascensão da dinastia dos *changamira* em Butua, situada no sul do planalto, desencadeadora de “um conjunto de mudanças na arquitetura política da região a sul do Zambeze” (RODRIGUES, 2007, p. 142).

Dentre os Maraves é possível destacar três grandes chefias: Kalonga, Lundu e Undi. As atividades comerciais eram funda-

¹⁵ O estabelecimento de alianças com os muçulmanos não foi uma exclusividade Macua. Em 1561, por exemplo, os muçulmanos encontravam-se entre os residentes da corte (*zimbabwe*) do *mutapa* (senhor da *Mukaranga*, chefe das linhagens Caranga), situada ao sul do rio Zambeze. Na década de 1570, quando da passagem da expedição de Francisco Barreto por aquela localidade, notou-se também a presença de muçulmanos entre os conselheiros do *mutapa*. Ver: RODRIGUES, 2004, p. 768-769.

¹⁶ Entre os chefes, podemos citar o *sachitive* do Quiteve, o *chikanga* de Manica, o *makombe* de Barue, entre outros. Ver: *ibid.*, p. 754.

mentais para esse grupo, e havia o empenho dos seus chefes em controlar a entrada de bens nos territórios sob sua tutela, com o objetivo de reter os produtos de grande valor e prestígio. Estas mercadorias eram empregadas como um importante recurso político, sendo utilizadas para “recompensar seguidores e aliados”. Durante o século XVIII, os contatos entre as autoridades portuguesas e os Maraves buscavam a comercialização do marfim, extraído em terras sob domínio Marave e negociado nas terras do vale do rio Zambeze e na ilha de Moçambique (NEWITT, 1997, p. 77 e 79).

Em alguns momentos, sobressaiu o empenho de determinadas chefias africanas em formarem alianças com estrangeiros, portugueses ou muçulmanos, buscando o fortalecimento dos seus grupos frente a rivais. Em outras circunstâncias, para escapar da submissão a uma chefia autóctone específica, a escolha foi sujeitar-se aos portugueses. Os Tongas, por exemplo, optaram pelos lusos em vez de serem subjugados pelos Carangas, seus inimigos de longa data. De acordo com Malyn Newitt, a inimizade entre Tongas e Carangas datava de meados do século XIV, quando os primeiros foram “gradualmente” deslocados dos seus territórios pelo segundo grupo: “sob constrangimento”, os Tongas foram obrigados a deixar “as melhores zonas das terras altas” em direção das “terras baixas do vale do Zambeze e da costa marítima” (NEWITT, 1997, p. 48).

Todavia, embora existissem diferentes grupos, como os quatro acima mencionados, os homens e mulheres africanos que viviam na África Oriental eram, de forma genérica, designados pelos portugueses como “cafres”. Segundo o dicionário de Raphael Bluteau (1712, p. 36), cafre era o nome que os “árabes dão a todos os que negam a unidade de um Deus”; também poderia ser entendido como povo “sem lei, e a esses povos se deu esse nome [cafres], como gente bárbara, quem não tem lei, nem religião”. Às vezes, o termo era utilizado para designar a

cor preta. Segundo José Roberto Portella (2006, p. 123), a expressão “cafre” é proveniente do termo árabe *Kafir*, “que significa não muçulmano, infiel, incrédulo”, expressão utilizada pelos muçulmanos que frequentavam a costa oriental da África para designar os africanos.

No decorrer do século XVIII, a nomenclatura “cafre” passou a ser empregada pelos portugueses num sentido mais amplo, para fazer referência aos africanos da costa oriental, independentemente da religião. Por vezes, o africano cristão era identificado como “cafre cristão” ou apenas “cafre”; já o africano islamizado também poderia ser chamado de “mouro”. Portanto, é bastante complexa a tentativa de se estabelecer a definição exata do termo em questão. As diferenças podem existir de acordo com os critérios particulares daquele que empregou o vocábulo, assim como é preciso levar em conta as transformações dos significados das palavras ao longo do tempo, posto que, num primeiro momento, a expressão esteve ligada à questão religiosa (WAGNER, 2009, p. 112-113). De qualquer modo, a nomenclatura “cafre” foi usada pelos portugueses para denominar genericamente as populações autóctones da África Oriental, e a sua imagem era, quase que exclusivamente, construída pela negação, ou melhor, por oposição às concepções de mundo europeias e cristãs. Como argumenta Jean-Claude Schmitt (2001, p. 286), em seu estudo sobre grupos considerados “marginais”, para a “sociedade dominante, os marginais se definem negativamente: ‘não têm domicílio fixo’, ‘moram em qualquer lugar’, ‘gente sem senhor’, ‘inúteis ao mundo’”. Ainda que não estejamos atribuindo um tratamento de grupo marginal aos “cafres”, é possível perceber esse procedimento (definição do outro pela negação) na construção da representação dos africanos.

Na “Memória sobre a Costa da África”, escrita em 1766, podemos encontrar algumas linhas dedicadas à população lo-

cal. Neste texto, António Pinto de Miranda, que ocupou o cargo de secretário do governo da Capitania de Moçambique e Rios de Sena escreveu que os africanos “mais se lhe podem chamar feras do que homens”. Os termos depreciativos utilizados para descrever o modo de vida destes homens e mulheres estão por toda parte: “comem as coisas mais podres e imundas”, “não observam lei, nem o tem”, “sem termo e nem ordem, comem, bebem e luxuriam a toda hora e com demasia”. A questão religiosa também era notada: “alguns se acham contaminados do deleitável alcorão, mas observam dele as cláusulas e preceitos que lhes parecem” (MIRANDA, 1766, p. 248-249).

Somando-se a isso, as ações cotidianas dos africanos mostravam que pouco, ou nada, havia mudado com a conversão ao catolicismo, como ilustrava, por exemplo, a coabitação entre homens e mulheres que, na visão da Igreja, era tratada como concubinato, uma prática que era alvo das preocupações dos religiosos católicos. Aproximadamente dez anos após a redação da memória de Pinto de Miranda, o administrador episcopal de Moçambique e Rios de Sena observou que entre os “horrorosos escândalos” ocorridos na região estava o “pecado do ajuntamento de mulher fiel com gentio ou mouro”, fato “tão escandaloso, pernicioso e abominável na presença de Deus”.¹⁷

Outras inquietações, para além das religiosas, afligiam os administradores portugueses na Capitania de Moçambique e Rios de Sena. Em algumas circunstâncias, essas autoridades viveram situações de indefinição quanto ao aproveitamento, ou não, dos africanos na execução de determinadas tarefas, como a defesa do território. Embora fossem em grande núme-

¹⁷ AHU, Moçambique, cx. 35, doc. 94. *Carta do Administrador Episcopal de Moçambique e Rios de Sena, João Nogueira da Cruz, sobre o estado da religião naquele território*, de 27 de março de 1781.

ro, por muitas vezes, os governadores acreditavam não poder incorporar os “cafres” nos corpos militares, devido ao seu modo de vida inconstante (WAGNER, 2009, p. 118). Em 1761, o governador Pedro Saldanha de Albuquerque, ao ponderar sobre a dificuldade da vinda de portugueses como soldados, apontava para as grandes despesas da Fazenda Real no transporte e a pouca adaptação dos reinóis ao clima local. Descartava, contudo, a hipótese de utilizar os africanos, pois entendia que “se não deve confiar neles a defesa e segurança dos Presídios”, e sugeria o uso de cipaiois, soldados naturais do Estado da Índia. A viabilidade desse tipo de militar era, na sua visão, por já estarem adaptados aos ares do Índico e terem conhecimento no manejo de armas de fogo, como as espingardas.¹⁸

A formulação de um discurso de inabilitação dos africanos para algumas tarefas congregava elementos variados. No início do século XIX, o frei Bartolomeu dos Mártires, no texto *Memoria Chorografica da Provincia ou Capitania de Mossambique na Costa d’Africa Oriental conforme o estado em que se encontrava no anno de 1822*, descreveu esses indivíduos como aqueles que viviam “à maneira de brutos, sem amor, sem fidelidade uns aos outros”; disse que eram pessoas inclinadas ao roubo, que os homens eram violentos com suas mulheres e filhos, que eram dependentes de “bebidas embriagantes”, que desconheciam o que eram os sentimentos de honra e de “boa moral”, além de serem considerados “imundos, indolentes e perniciosos” (MÁRTIRES, 1822, p. 33-34). Esse conjunto de atributos os tornava as pessoas menos capacitadas para “a conservação do respeito, melhor estabelecimento da colônia e socorro das tropas”, conforme ponderação do governador-geral Pedro Saldanha de Albuquerque, em 1761.

¹⁸ AHU, Moçambique, cx. 20, doc. 89. *Carta do governador-geral da capitania de Moçambique e Rios de Sena, Pedro Saldanha de Albuquerque, sobre o socorro das tropas*, de 17 de dezembro de 1761.

A pouca habilidade com armas de fogo também era empregada na desqualificação dos integrantes desse grupo social para as tarefas de defesa. Boa parte dos instrumentos de guerra de que estes se valiam eram muito diferentes dos utilizados pelos portugueses: o uso de arcos e flechas, zagaias, machados e cajados como instrumentos de guerra e caça gerava, entre as autoridades régias, a ideia de ineficiência.¹⁹

No que se refere à realização de atividades econômicas, a visão sobre os africanos também não era das mais animadoras. Em algumas circunstâncias, o simples predomínio numérico deles, como o ocorrido em Sofala, em 1762, por exemplo, era encarado como prejudicial ao desenvolvimento da conquista, pois, com essa situação, não poderia existir expectativa de progresso material (ANÔNIMO, 1762, p. 205). Os avanços pretendidos eram, particularmente, no “estabelecimento da agricultura e do comércio, que é o que somente pode fazer feliz qualquer colônia”,²⁰ e a atuação dos naturais da terra era tida como um entrave para tal realização (WAGNER, 2009, p. 121).

No caso das atividades comerciais, os africanos eram atacados em muitas frentes. A imagem mais propalada considerava-os “naturalmente propensos ao roubo” (MÁRTIRES, 1822, p. 63), pois boa parte dos furtos ocorriam nos momentos em que as mercadorias eram transportadas para serem negociadas no interior da África Oriental, em feiras, como Manica e Zumbo. Nessas ocasiões, os caminhos eram cerca-

¹⁹ Sobre os tipos de armas utilizadas pelos africanos, ver: AHU, Moçambique, cx. 49, doc. 54. *Relação de algumas armas e utensílios de que usam os cafres*, de 10 de junho de 1785.

²⁰ AHU, Moçambique, cx. 38, doc. 48. *Carta do governador dos Rios de Sena, Antonio Manuel de Melo e Castro, para o secretário de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro*, de 3 de junho de 1782.

dos e os comerciantes que por eles transitavam eram assaltados.²¹

Enfim, o olhar dos europeus para o “outro” africano foi edificado a partir dos “filtros” eurocêntricos. No processo de construção de uma alteridade, o africano e a sua terra foram desqualificados por não seguirem um padrão europeu. Na documentação administrativa da capitania de Moçambique e Rios de Sena, a imagem que se tem da África Oriental é de um lugar de pessoas avessas ao trabalho, que não se alimentam bem (em relação aos padrões europeus), não sabem usar armas e lutar como os europeus, não se vestem e habitam como europeus e praticam religiões aparentemente fragmentadas e desprovidas de lógica interna, quando olhadas por valores exclusivamente cristãos.

* * *

Jean-Claude Schmitt argumenta que, numa sociedade, existe uma “linha divisória” que define tanto a integração quanto a exclusão dos indivíduos, regulada pela ideia de “utilidade social” (SCHMITT, 2001, p. 286). Ou seja, é levada em conta a potencialidade de cada grupo: se poderia trazer algum tipo de benefício ou, ao contrário, se causaria prejuízo. No caso da África Oriental Portuguesa, os aspectos empregados nessa distinção foram múltiplos, envolvendo questões econômicas, culturais, políticas, entre outras. Assim, conhecer alguns dos diferentes grupos sociais da Capitania de Moçambique e Rios de Sena, como os “portugueses”, “baneanes”, “mouros” e “cafres”, permite, em um primeiro momento, entender o que cada

²¹ AHU, Moçambique, cx. 67, doc. 123. *Carta de João da Paz Temes Brinha para o governador-geral da capitania de Moçambique e Rios de Sena, Diogo de Sousa, de 17 de março de 1794.*

uma dessas categorias representou para a Coroa. Do mesmo modo, a caracterização feita para designá-las elucida quais os elementos que possibilitaram as interações e articulações entre esses diferentes grupos sociais e a Coroa.

Por todo o exposto, chega-se à conclusão de quanto era diversificada a população da Capitania de Moçambique e Rios de Sena, mesmo sendo olhada a partir de um ponto de vista exclusivo: o dos administradores portugueses. Como procuramos discutir ao longo do texto, características como local de nascimento, ascendência familiar, cor da pele, estado civil, religião, grau de riqueza, ocupação, etc., isoladamente ou em conjunto, definiram funções e lugares sociais que cada indivíduo, ou grupo social, ocupou naquela sociedade. Nos contatos entre eles, propriedades dos grupos foram reforçadas, assim como suas identificações. Um território com tanta diversidade imprimiu particularidades à prática governativa ali exercida, a qual precisou se ajustar à heterogeneidade da população que vivia e transitava pela África Oriental Portuguesa.

Referências

AHMAD, A. *Os portugueses na Ásia*. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997.

ANÔNIMO. 1762. Memórias da Costa d'África Oriental e algumas reflexões úteis para estabelecer melhor, e fazer mais florente o seu comércio. In: ANDRADE, A. A. B. (Org.). *Relações de Moçambique Setecentista*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955. p. 189-224.

ANTUNES, L. F. D.; LOBATO, M. Moçambique. In: LOPES, M. J. M. *Nova História da expansão portuguesa: o Império Oriental, 1660-1820* (volume V, tomo 2). Lisboa, Editorial Estampa, 2006. p. 265-332.

ANTUNES, L. F. D. *O bazar e a fortaleza em Moçambique: a comunidade baneane do Guzerate e a transformação do comércio afro-asiático (1686-1810)*. 2001. Tese (Doutoramento) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, PT.

BARRETO, M. Informação do estado e conquista dos Rios de Cua-
ma vulgar e verdadeiramente chamados Rios de Ouro. *Boletim da So-
ciedade de Geografia de Lisboa*, Série 4, n. 1, 1885.

BLUTEAU, R. *Vocabulario portuguez e latino*. Coimbra. [CD-ROM. Rio
de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro], 1712.

BOXER, C. R. *O império colonial português: 1415-1825*. Lisboa: Edi-
ções 70, 1981.

HOPPE, F. *A África Oriental portuguesa no tempo do Marquês de Pombal
(1750-1777)*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1962.

LOBATO, A. *Colonização senhorial da Zambézia e outros estudos*. Lisboa:
Junta de Investigação do Ultramar. 1962. Estudos Moçambicanos.

LOPES, M. J. M. *Goa Setecentista: Tradição e modernidade (1750-
1800)*. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão
Portuguesa/Universidade Católica Portuguesa, 1999.

MÁRTIRES, B. *Memoria Chorografica da Provincia ou Capitania de Mos-
sambique na Costa d'África Oriental conforme o estado em que se encontrava
no anno de 1822*. 1823. Arquivo Histórico de Moçambique, cód. 826.
(Documento cedido pela Dra. Eugénia Rodrigues).

MIRANDA, A. P. 1766. Memória sobre a Costa da África. In: AN-
DRADE, A. A. B. (Org.). *Relações de Moçambique Setecentista*. Lisboa:
Agência Geral do Ultramar, 1955. p. 231-302.

NEWITT, M. *História de Moçambique*. Mem Martins: Publicações
Europa-América, 1997.

PORTELLA, J. R. B. *Descrições, Memórias, Notícias e Relações –
administração e ciência na construção de um padrão textual ilumi-
nista sobre Moçambique, na segunda metade do século XVIII*. 2006.
Tese (Doutoramento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba,
PR.

RITA-FERREIRA, A. *Fixação portuguesa e História pré-colonial de Mo-
çambique*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical; Junta
de Investigações Científicas do Ultramar, 1982. 331 p.

RODRIGUES, E. *Portugueses e africanos nos Rios de Sena: os Prazos da
Coroa nos séculos XVII e XVIII*. 2002. Tese (Doutoramento) Univer-
sidade Nova de Lisboa, Lisboa, PT.

RODRIGUES, E. 2004. Embaixadas portuguesas à corte dos *mutapa*: D. João III e o Império. In: *Actas do Congresso Internacional Comemorativo do seu Nascimento*. Lisboa, p. 753-779 (Separata).

RODRIGUES, E. A política imperial de D. João V para o sertão da África Oriental: guerra e diplomacia nos Rios de Sena. In: *Anais de História de Além-Mar*, v. 8, p. 139-166 (Separata), 2007.

SCHMITT, J. C. A história dos marginais. In: LE GOFF, J. (Org.). *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 261-289.

SUBRAHMANYAM, S. *O império asiático português (1500-1700): uma história política e económica*. Lisboa: Difel, 1995.

WAGNER, A. P. *População no Império Português: recenseamentos na África Oriental Portuguesa, na segunda metade do século XVIII*. 2009. Tese (Doutoramento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 316 p.

Parte 3

Mobilidade social e formação de hierarquias em populações imigrantes

Mobilidade social e formação de hierarquias em sociedades receptoras de imigrantes: notas a respeito da construção de um modelo sobre o caso paulista, 1880-1950

Oswaldo Truzzi

Processos de mobilidade social e de formação de hierarquias envolvendo populações imigrantes podem ser descritos como processos de natureza intergeracional que envolvem um ponto de partida – a entrada (não necessariamente simultânea) de diferentes grupos de imigrantes em um determinado tecido social – e um ponto de chegada, caracterizado pela incorporação definitiva destes grupos em diferentes posições da estrutura social.

No ponto de partida, assiste-se ao primado da estratificação étnica. De fato, observa-se uma situação (época) na qual as distinções étnicas são relevantes para todos os aspectos mais decisivos das trajetórias dos indivíduos pertencentes a um determinado grupo étnico – onde residem, com que tipo de emprego sobrevivem, com quem se relacionam, com quem se casam, ao que aspiram, o que celebram, etc.

Já no ponto de chegada, as características étnicas de cada grupo retrocederam em importância. O mais comum é que elas passaram a se fazer presentes apenas em rituais familiares ou

religiosos ocasionais. É o que Herbert Gans (1979) denominou etnicidade simbólica. Entre os dois polos, verifica-se a emergência da classe como critério primordial de estratificação social, segundo um processo que vários autores descreveram utilizando o termo assimilação.

Não obstante as várias críticas – diga-se de passagem justificadas – que o emprego indiscriminado (e generalizações indevidas) do conceito de assimilação recebeu, Alba e Nee argumentam que ele continua a ser relevante para explicar a incorporação, a longo prazo, de imigrantes a uma determinada sociedade. A reconceituação do termo assimilação implica reconhecer que se trata de um processo que envolve o “declínio de uma distinção étnica e de suas diferenças culturais e sociais resultantes”, que as identidades étnicas são basicamente uma *fronteira social*, uma distinção que os indivíduos fazem em seu dia a dia, moldando ações e orientações mentais em relação a outros (Barth, 1998), e que mudanças podem ocorrer de ambos os lados da fronteira (natureza bilateral e não etnocêntrica do processo): não apenas grupos recém-chegados se adaptam à sociedade mais abrangente, mas também influenciam esta (ALBA e NEE, 2003; TRUZZI, 2012).

Ainda segundo Alba e Nee, os processos de mudança de fronteiras étnicas podem ocorrer, então, segundo três tipos ideais:

a) *Cruzamento de fronteiras* (ou assimilação em nível individual): ocorre quando sujeitos (designados como atravessadores) mudam de um grupo para outro sem que a fronteira realmente mude. Por causa disso, tal possibilidade não altera a ordem relativamente estável da estratificação étnica.

b) *Obscurecimento de fronteiras*: ocorre quando o perfil social de uma fronteira se tornou menos nítido, quando a clareza de uma distinção social se tornou mais nuançada. É a típica

mudança invocada em misturas raciais (casamentos exogâmicos) em escala significativa, formando um grupo intersticial, que quebra a rigidez da divisão étnica ou racial. Tal possibilidade altera a ordem estável da estratificação étnica. Ocorre, por exemplo, com casais de diferentes origens religiosas: as fronteiras não desapareceram, mas os casais participam de ambas as tradições religiosas. Se interações como esta se multiplicam em uma escala substancial, o obscurecimento da fronteira tende a ocorrer, produzindo entre membros de grupos distintos a percepção de que as diferenças são menores que as imaginadas.¹ Grupos, então, que eram vistos em determinada época como étnica ou racialmente diferentes passam a ser percebidos como mais próximos ao longo do tempo.

c) *Mudança de fronteiras*: ocorre quando se trata efetivamente de uma realocação da fronteira, de modo que grupos antes situados de um lado são agora incluídos de outro. *Outsiders* são assim, de uma época para outra, transformados em *insiders*.

Conforme já observado, tais categorias funcionam como tipos ideais: na prática, qualquer análise de um processo de mudança de fronteiras envolve um misto das três possibilidades acima descritas.

Os autores investem, então, em deslindar os chamados **mecanismos de assimilação** – um repertório de processos, operando nos níveis individual, de grupo e institucional – que moldam as trajetórias de adaptação dos imigrantes e seus descen-

¹ Nesse caso, observa-se que apenas a situação de contato entre grupos não é condição suficiente. O fator-chave é o contato entre membros de diferentes grupos com *status* igualitário, mantido e produzido em uma escala apreciável por oportunidades socioeconômicas e residenciais disponíveis para cada um, às vezes apoiadas por mecanismos de cumprimento de direitos igualitários (no caso americano, por exemplo, proibição de segregação residencial).

dentes à nova sociedade. Os mecanismos individuais e de grupo são configurados pelas formas de capital (social, econômico e educacional) que estes possuem, enquanto os mecanismos estruturais de assimilação se orientam por arranjos institucionais do estado, das empresas e do mercado de trabalho, tanto em áreas urbanas quanto em áreas rurais.

Tanto os mecanismos individuais e de grupo quanto os mecanismos estruturais podem ser, então, operacionalizados utilizando-se as seguintes variáveis abaixo arroladas, acrescidas a uma variável suplementar, constituída como a anterioridade (ou *timing*) de chegada dos diferentes grupos de imigrantes ao estado paulista:

- 1) anterioridade ou *timing* da chegada
- 2) arranjos institucionais nos estados de origem
- 3) arranjos institucionais no Estado de acolhimento
- 4) capital econômico, social e educacional do grupo
- 5) capital econômico, social e educacional individual
- 6) inserção no mercado de trabalho rural/urbano e estrutura de oportunidades

O argumento principal deste trabalho é que a consideração conjunta de tais variáveis aplicadas a cada grupo principal de imigrantes acolhidos pelo estado de São Paulo é capaz de explicar a inserção inicial, a mobilidade social e a formação de hierarquias envolvendo grupos de imigrantes no tecido social paulista no período analisado. Pode-se, obviamente, objetar que os grupos de imigrantes que vieram a São Paulo estão longe de ser homogêneos, ao abrigarem famílias com experiências e condições sociais muito distintas, vindas muitas vezes em épocas diferentes, e que este é um processo que ocorre na maioria dos processos migratórios. Sem pretender negar tal circunstância, é possível, contudo, tomar certas características mais notáveis associadas a cada grupo étnico para fins comparativos, mesmo reconhecendo que as trajetórias de imigrantes e suas famílias

no interior de cada grupo comportam variações significativas. Além disso, a própria inclusão da variável “capital econômico, social e educacional individual” prevista pelo modelo em alguma medida procura dar conta de tais variações. A seguir, passa-se a comentar, então, cada uma destas variáveis.

1. Anterioridade ou *timing* da chegada

Uma das variáveis capazes de influenciar os processos de inserção de grupos de imigrantes em um determinado tecido social é justamente a anterioridade da chegada. Grupos que “chegaram primeiro” podem usufruir de vantagens relacionadas à maior possibilidade que tiveram de acumular recursos que, mais tarde, lhes revertessem em maior mobilidade, em relação, por exemplo, a recém-chegados. Além disso, podem também se beneficiar da ocupação pioneira de nichos econômicos ainda não explorados. De um ponto de vista da comparação entre grupos, a variável anterioridade da chegada é tão mais decisiva quanto mais homogêneos forem os capitais econômicos, sociais e educacionais dos grupos em questão, e menos discrepantes as influências dos estados de origem e o tipo de inserção no mercado de trabalho. Em outras palavras, entre grupos relativamente similares, quem chegou primeiro pode fazer uma diferença considerável.

No caso paulista, entre os grupos étnicos numericamente mais importantes, pode-se dizer que os italianos, atraídos para a lavoura cafeeira, inauguraram a imigração em massa, seguidos por portugueses e espanhóis (BASSANEZI et al., 2008). Japoneses tiveram uma imigração mais tardia em relação a estes grupos, assim como, em áreas urbanas, sírios e libaneses precederam a imigração de judeus (TRUZZI, 2008).

2. Arranjos institucionais nos estados de origem

Entre as etnias majoritárias (italianos, portugueses e espanhóis), ao longo do meio século transcorrido entre o início da migração em massa, nos anos oitenta do século XIX, e 1930, os Estados de origem dos emigrados tiveram muito pouca influência sobre o destino de suas comunidades na sociedade paulista. Boa parte dos emigrados destes grupos conformou a massa de colonos e trabalhadores rurais da economia cafeeira paulista. Frente às denúncias de maus-tratos no meio rural, o Estado italiano tratou de tão somente reformar o regime emigratório, por meio da edição do Decreto Prinetti em 1902, que proibia a imigração de italianos com passagens subsidiadas (ALVIM, 1986; TRENTO, 1989). O fluxo de fato caiu a partir de então, restituído, porém, por contingentes de portugueses e espanhóis. A Espanha faria o mesmo um pouco mais tarde, em 1910, também proibindo a emigração de espanhóis com passagens pagas ao Brasil. Dois anos depois, também tornou ilegais as atividades dos *ganchos*². Contudo, dada a facilidade de os andaluzes alcançarem o porto de Gibraltar (e, de modo similar, os galegos alcançarem o porto de Leixões, em Portugal), a emigração espanhola permaneceu volumosa, atizada pela facilidade das passagens gratuitas, até pelo menos o final dos anos vinte (MARTÍNEZ, 1999).

Afora tais tentativas de regular a saída, pode-se afirmar que, quanto aos italianos, portugueses e espanhóis já emigrados, estes foram abandonados, praticamente relegados à sua própria sorte. Cenni (2003, p. 236), por exemplo, comentando o caso italiano, argumenta que, nas primeiras décadas da emigração em massa, “a indiferença dos governos para com os emi-

² Emissários enviados às províncias com o objetivo de recrutar mão de obra.

grados foi praticamente total”, já que entendiam que “quanto mais gente partisse, menor seria a crise local, menor o número de desempregados, melhor seria para a ordem pública e para a manutenção do *status quo*”. O que se observa reiteradamente é a presença quase nula do governo na vida das comunidades emigradas, sobretudo nos rincões rurais do estado paulista.

Outros grupos pouco diferiam desta situação, alguns por motivos evidentes, como é o caso das etnias comerciais (sírios, libaneses, judeus e armênios) que provinham de impérios cujos territórios apenas abrigavam tais grupos e que, portanto, pouco interesse mantinham em acompanhá-los no novo destino.

Tal situação de descaso se alteraria apenas nos anos 30, no caso dos italianos, com o fortalecimento do fascismo e conseqüente mudança no modo como o governo italiano passou a conceber os emigrantes fixados no exterior. Do abandono habitual que praticamente deixava os italianos relegados à sua própria sorte, da presença quase nula do governo na vida das comunidades emigradas, o governo fascista passou a enxergar com interesse a preservação dos laços da coletividade italiana com a pátria-mãe, tendendo a ver os imigrantes como representantes e propagandistas potenciais dos interesses econômicos e políticos de uma nova Itália, que redefiniria positivamente seu papel no cenário das nações (TRENTO, 1986; BERTONHA, 2001). A presença do governo italiano no destino das comunidades emigradas poderia ter sido maior não fossem a política nacionalista implementada pelo governo Vargas, especialmente durante o Estado Novo, e o próprio desfecho da segunda conflagração mundial, conforme comentaremos mais adiante.

Pode-se ainda comentar o caso dos japoneses, cujo Estado promoveu uma espécie de fluxo migratório tutelado, no qual os imigrantes recebiam alguma assistência, o que de fato favoreceu em muitos casos uma maior mobilidade do grupo, sobre-

tudo no que diz respeito à promoção do acesso a propriedades rurais nas áreas mais a oeste do estado e à organização de cooperativas responsáveis pela comercialização da produção agrícola, ambas financiadas diretamente pelo Estado japonês (SAKURAI, 1998; VIEIRA, 1973).

3. Arranjos institucionais no Estado de acolhimento

Até os anos 30, o maior interesse das elites paulistas que dominavam o estado era articular uma política migratória capaz de prover com abundância de braços a economia cafeeira em expansão. Neste sentido, São Paulo competia com outros países receptores de imigrantes, em particular, a Argentina. Sob a iniciativa de fazendeiros importantes, tal política foi inicialmente concebida pela Sociedade Promotora da Imigração e depois encampada pelo estado paulista (SANTOS, 2007). Ela privilegiava a entrada de famílias de imigrantes que chegavam com passagens subsidiadas e eram canalizadas para o trabalho nas fazendas de café como colonos, em franco contraste com a política migratória adotada por estados do sul do Brasil, que privilegiavam a introdução destes colonos como pequenos proprietários rurais (SEYFERTH, 1990). Daí a acanhada expressão dos núcleos coloniais em São Paulo. Os imigrantes – italianos em particular – que paulatinamente substituíram os negros a partir dos anos de 1880 representaram a garantia de que a grande propriedade rural cafeeicultora poderia sobreviver à transição do escravismo ao regime do colonato.

Tal política migratória abrigou um forte componente racial, não apenas ao eleger inicialmente o imigrante europeu como o mais adequado para trabalhar na lavoura de café, mas também por designá-lo como protagonista do embranquecimento que poderia redimir o país da herança escravista. Tal orientação foi relativizada com a importação de japoneses a partir

de 1908, o que denota que o interesse econômico de suprir as lavouras cafeeiras com farta mão de obra se sobrepunha às convicções eugênicas e raciais das elites.

Nos anos 30, com a centralização do poder político em nível federal empreendida por Vargas, há uma alteração nos rumos da política migratória. A crise econômica e a valorização do trabalhador nacional impõem a adoção de um regime de cotas que impactou, sobretudo, os fluxos de japoneses e de judeus. Ao final da década, já nos quadros do Estado Novo, o tom nacionalista do novo regime imporá um cerco às manifestações étnicas (em jornais, sociedades e escolas), desencadeadas por meio da campanha de nacionalização (PANDOLFI, 1999).

4. Capital econômico, social e educacional dos grupos étnicos

A circunstância de uma parte muito significativa do fluxo dos grupos majoritários (italianos, portugueses e espanhóis) ser composta de famílias que vieram com passagens subsidiadas já é indicativa do baixo grau de qualificação dos contingentes migratórios que vieram a São Paulo. Alvim (1986) apurou que, entre os anos de 1893 e 1928, cerca de 73% dos imigrantes que passaram pela Hospedaria em São Paulo tiveram seu deslocamento subsidiado. Muitas destas famílias de fato eram muito pobres a ponto de sequer terem condição de se organizar na terra de origem para emigrar, não fosse a atuação decisiva dos agentes de recrutamento e da facilidade propiciada pelas passagens pagas. Não houvesse tal providência, São Paulo (e por decorrência o Brasil) teria atraído um número muito menor de imigrantes no período. Sendo assim, tomados em seu conjunto, os capitais econômicos e educacionais dos grupos chegados a São Paulo não foram muito expressivos.

Entretanto, um indicador como as taxas de alfabetização já aponta diferenças significativas entre os diversos contingentes: o grau de alfabetização relativamente elevado dos japoneses em contraste com os espanhóis e portugueses mais analfabetos, com os italianos ocupando uma posição intermediária. Tomem-se, por exemplo, os dados apurados por Klein referentes aos grupos de imigrantes (indivíduos maiores de 7 anos) desembarcados no porto de Santos entre os anos de 1908 e 1936: as taxas de analfabetismo elevam-se a 65% para espanhóis, 52% para portugueses, 32% para italianos e apenas 10% para japoneses (KLEIN, 1994, p. 50).

No tocante ao capital social, expresso aqui pelos mecanismos de solidariedade e organização de redes étnicas capazes de efetivamente alavancar a mobilidade socioeconômica, este sem dúvida se mostrou mais eficiente para as chamadas etnias comerciais e para japoneses do que para os ditos grupos majoritários. De fato, entre sírios, libaneses, judeus e japoneses, a criação de instituições étnicas e a eficiência de mecanismos de cooperação (acolhimento dos recém-chegados, inserção no mercado de trabalho, fornecimento de crédito, etc.) atuaram de modo relativamente eficiente, beneficiando tais grupos. As evidências sugerem que tais mecanismos de união e solidariedade se mostraram menos eficientes tanto para espanhóis quanto para italianos, seja porque tais grupos mantiveram parcelas expressivas de suas colônias por muito tempo ainda inseridas em ambientes predominantemente rurais, o que dificultava a cooperação étnica, seja porque as identidades regionais destes grupos por muito tempo falaram mais alto que uma suposta identidade nacional, esta tendo que ser pacientemente construída entre setores urbanos destas colônias ao longo de décadas.

5. Capital econômico, social e educacional individual

Obviamente, uma coisa é discorrer sobre os capitais econômicos, sociais e educacionais de que cada grupo de modo geral dispunha, outra muito distinta é analisar os trunfos desta mesma natureza que um determinado indivíduo ou família podia mobilizar em sua trajetória.

Em pesquisa relativamente recente que analisou trajetórias de imigrantes e filhos de imigrantes que adentraram na política local em sete municípios do interior paulista, concluiu-se que indivíduos que transpuseram precocemente as fronteiras étnicas (conforme sugerido nas páginas iniciais do presente artigo) desenvolveram trajetórias pautadas por uma dentre três possibilidades: a) rápida ascensão econômica, normalmente associada à experiência urbana anterior, no comércio ou em ofícios; b) detenção de diplomas (títulos de doutor), muitos deles adquiridos ainda na terra de origem e c) casamento com filhas das oligarquias rurais (TRUZZI et al., 2012). No caso da capital paulista, deve-se acrescentar a oportunidade de frequentar as escolas formadoras da elite das profissões liberais, em particular a Faculdade de Direito, instituição efetivamente credenciadora de muitas trajetórias individuais de mobilidade entre filhos de imigrantes, sobretudo após os anos trinta.

São precisamente estas as possibilidades mais comuns que lastreiam as trajetórias incomuns de indivíduos e famílias de imigrantes que precocemente constituíram elites étnicas locais e, com o tempo, lograram uma admissão ao seletor círculo das elites em todas as cidades de certo porte do estado de São Paulo.

6. Inserção no mercado de trabalho rural ou urbano e decorrente estrutura de oportunidades

Pode-se afirmar, de modo geral, que as oportunidades de mobilidade para imigrantes e a primeira geração nascida em São Paulo variaram muito segundo a inserção das famílias no meio rural ou urbano.

No meio rural, como regra geral, as possibilidades de acesso a propriedades foram se tornando maiores à medida que o século XX avançava. De fato, a contínua expansão da fronteira agrícola em direção a novas terras a oeste do estado – sobretudo no rumo da zona da ferrovia Araraquarense e, mais tarde, da Noroeste – favorecia, em alguma medida, o estabelecimento de pequenas propriedades conduzidas por imigrantes, italianos especialmente (CENNI, 2003, p. 232), mas também por espanhóis e japoneses chegados mais tardiamente (MILLIET, 1934). No caso dos italianos, cabe notar que a maior parte deles havia trabalhado por anos como colonos em zonas mais antigas, como a Paulista e a Mojiana, e às custas de muita frugalidade, sacrifício e alguma sorte, haviam logrado acumular algum pecúlio para adquirir um pequeno sítio em regiões da fronteira oeste. Assim, na primeira década do século XX, já “havia propriedades de donos estrangeiros espalhadas por todo o Oeste paulista, e seu número cresceu nos anos seguintes [...] Na medida em que a sociedade agrária cresceu em tamanho e complexidade, da Abolição da Escravatura à Grande Depressão, os fazendeiros paulistas foram suplementados, mais do que substituídos, pela entrada de imigrantes nos níveis mais baixos do grupo proprietário de terras” (HOLLOWAY, 1984, p. 246-7). Este autor apurou, por exemplo, que, já em 1905, cerca de 22% das propriedades ru-

rais do planalto ocidental³ pertenciam a imigrantes de modo geral, enquanto que, em 1920, tais cifras se elevaram a 39%⁴ (ibid., p. 222, 231 e 233).

A crise geral da cafeicultura nos anos 30 afetou a massa de colonos instalada nas fazendas, que teve de se deslocar para as cidades, mas abriu, para outros, oportunidades para mobilidade, justamente em razão do progressivo fracionamento de antigas propriedades, em áreas já decadentes do interior paulista.

Já no meio urbano, as oportunidades de mobilidade foram, em geral, maiores para aqueles que se lançaram em atividades comerciais ou na prática de ofícios variados, cujos desenvolvimentos, em muitas ocasiões, deram origem a atividades industriais. Como salientaram Oliveira e Pires (1991),

os vários circuitos de beneficiamento e de comercialização do café e dos *gêneros da terra* deram margem ao surgimento de uma multiplicidade de atores sociais, cujo cenário era a vida urbana. Compradores de café, donos de máquinas de beneficiamento de café e arroz, compradores de algodão, *machinistas*, comerciantes atacadistas, negociantes, agentes de negócios em comissão, etc. foram personagens que povoaram nossas cidades interioranas desde o final do século (XIX, ... sendo que a imigração estrangeira emprestou a estas) uma coloração diferente, pela multiplicidade de profissões e ocupações a que se dedicaram os europeus que para aqui se dirigiram.

Este processo abrangiu todo o estado – capital e interior indistintamente –, embora obviamente a cidade de São Paulo tenha polarizado os circuitos de coordenação da produção e comercialização do café.

³ Vasta região do interior paulista na qual se desenvolveu progressivamente a cultura cafeeira a partir de meados do século XIX e que abrange a zona central, polarizada por Campinas, a Mogiana, a Paulista, a Araraquense, a Noroeste e a Alta Sorocabana (HOLLOWAY, 1984, p. 34).

⁴ Embora o significado de tais propriedades em termos de área ou de produção cafeeira não acompanhe sua expressão numérica.

É preciso observar também que na capital e nas cidades de maior porte do estado, como Campinas, Ribeirão Preto e Sorocaba, onde a grande indústria fazia mais avanços, parcelas significativas da massa operária de imigrantes acabaram constituindo o operariado industrial, e tal enquadramento restringiu as oportunidades de mobilidade. O meio urbano do interior, por ser menos industrializado, propiciou para os que se aventuraram como empreendedores no comércio ou em ofícios uma maior possibilidade de mobilidade.

Cabe aqui também notar a maior inclinação de alguns grupos para determinadas atividades: os italianos, justamente por serem pioneiros e muito numerosos, presentes nos meios rural e urbano, em ambos ao mesmo tempo nas funções de colonos e de proprietários, de operários e de empresários; os portugueses (mais urbanos que italianos, espanhóis e japoneses), mais numerosos no comércio e nos serviços públicos urbanos do que na indústria, e relativamente bem-sucedidos em capturar os empregos disponíveis nas companhias ferroviárias em todo o interior paulista (MATOS, 2013); as etnias comerciais, cujas trajetórias, muitas vezes iniciadas pela atividade de mascateação, não raro desabrocharam em empresas comerciais e industriais bem-sucedidas em todo o território paulista (no caso de sírios e libaneses, e mais concentradas na região metropolitana, no caso dos judeus), num processo de mobilidade ainda coroado pela entrada maciça da primeira geração no mercado das profissões liberais; os japoneses, que, após a inserção inicial como colonos nas fazendas de café, rapidamente avançaram no acesso à pequena propriedade rural, reorientando, a partir de 1930, suas atividades para outras culturas, como o algodão, dedicando-se ao abastecimento de produtos agrícolas da capital e cidades do interior, e também beneficiando-se da entrada bem-sucedida de descendentes no mercado das profissões liberais. De qualquer modo, o desafio para todos os gru-

pos era encontrar um nicho de mercado no qual as chances de mobilidade pudessem ser alavancadas.

* * *

Minha convicção é que as seis variáveis acima elencadas, aqui muito brevemente desenvolvidas, quando consideradas em seu conjunto, podem efetivamente contribuir para a nossa compreensão sobre como ocorreram historicamente os processos de mobilidade social e de formação de hierarquias entre grupos distintos de imigrantes na sociedade paulista no período considerado. Acredito também que o mesmo modelo possa ser aplicado com proveito a outras sociedades que também, a exemplo de São Paulo, receberam grupos significativos de imigrantes.

Referências

- ALBA, R.; NEE, V. *Remaking the American Mainstream: assimilation and Contemporary Immigration*. Cambridge: Harvard Univ. Press, 2003.
- ALVIM, Z. *Brava Gente! Os italianos em São Paulo*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.
- BASSANEZI, M. S.; SCOTT, A. S.; BACELLAR, C. A.; TRUZZI, O. M. S. *Atlas da imigração internacional em São Paulo, 1850-1950*. São Paulo: Editora da UNESP, 2008. 138p.
- BERTONHA, J. F. *O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2001.
- BIANCO, M. E. B. *A Sociedade Promotora de Imigração (1886-1895)*. 1982. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, São Paulo.

- CANOVAS, M. K. *Hambre de tierra: imigrantes espanhóis na cafeicultura paulista 1880-1930*. São Paulo: Lazuli, 2005.
- CENNI, F. *Italianos no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2003.
- GANS, Herbert. Symbolic Ethnicity: The Future of Ethnic Groups and Cultures in America. *Ethnic and Racial Studies*, 2, p. 1-20, 1979.
- HOLLOWAY, T. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo: 1886-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HUTTER, L M. *Imigração italiana em São Paulo (1880-1889)*. São Paulo: IEB, 1972.
- KLEIN, H. *A imigração espanhola no Brasil*. São Paulo: Sumaré e Fapesp, 1994.
- MARTÍNEZ, E. O Brasil como país de destino para imigrantes. In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- MATOS, M. I. 2013. *Portugueses: deslocamentos, experiências e cotidiano: SP séculos XIX e XX*. Bauru: EDUSC, 2013. 282p.
- MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios*. São Paulo: Hucitec/INL, 1983.
- OLIVEIRA, M. C.; PIRES, M. C. S. A imigração italiana para o Brasil e as cidades. *Textos Nepo*, Campinas – SP, v. 21, p. 04-33, 1991.
- PANDOLFI, D. (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- SAKURAI, Célia. Imigração japonesa para o Brasil: um exemplo de imigração tutelada – 1908-1941. In: XXII ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS. GT 9 MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS. Caxambu-MG, 1998.
- SANTOS, I. P. *A Sociedade Promotora de Imigração: formação e influência, 1886-1895*. 2007. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao25/materia02/>>.
- SEYFERTH, G. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Editora UnB, 1990.
- TRENTO, A. *Do outro lado do Atlântico: um Século de Imigração Italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989.

TRENTO, A. *Fascismo italiano*. São Paulo: Ática, 1986.

TRUZZI, O. Assimilação re-significada: novas interpretações de um velho conceito. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 55, p. 517-553, 2012.

TRUZZI, O. *Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo*. 2. ed. S. Paulo: Ed. Unesp, 2008 [1993].

TRUZZI, O.; KERBAUY, M. T. M.; BARBOSA, A. S. Mudança de fronteiras étnicas e participação política de descendentes de imigrantes em São Paulo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 27, n. 80, 2012.

VIEIRA, F. *O japonês na frente de expansão paulista*. São Paulo: Pioneira e Edusp, 1973.

Redes sociais e etnicidade, hierarquias e mobilidade social: italianos de Porto Alegre

Núncia Santoro de Constantino

O presente estudo constitui principalmente uma reflexão em torno da imigração italiana meridional em Porto Alegre, a partir de dados empíricos colhidos entre 1987 e 1990. Tais dados foram, então, interpretados à luz do conceito de etnicidade, que permitiu melhor compreender a permanência e a permanente reconstrução de uma identidade étnica entre imigrantes oriundos de Morano Calabro, Província de Cosenza, Calábria, na capital do Rio Grande do Sul. Se então fora apenas possível identificar lideranças nesse grupo étnico, hoje pode-se melhor operacionalizar o conceito de “rede social”, demonstrando a importância das lideranças nas mesmas redes que, de alguma forma, são capazes de proporcionar solidariedade, inclusão e até mesmo ascensão social.

Na década de 1950, dificilmente alguém do amplo círculo familiar ou de amizade completaria um negócio, como a compra de uma casa ou mesmo de um automóvel, sem ouvir a opinião do Tio Pasquale. Sendo o mais velho na família de imigrantes calabreses, comerciante bem-sucedido que chegou a ser presidente da Società Principessa Elena di Montenegro, sua palavra era solicitada como a voz da experiência e do bom senso, quando se tratava de opinar sobre negócios ou aconselhar em questões que envolviam relações familiares.

Pasquale Santoro representou o Zio Americano, como representaram tantos outros imigrantes italianos em Porto Alegre, ainda em anos mais recentes. É o caso de Domenico Feoli, que, na década de 1980, liderava rede constituída por imigrantes oriundos do município calabrês de Morano Calabro, liderança que lhe foi atribuída por reunir qualidades como capacidade de trabalho e visão empresarial, atributos que despertavam a admiração dos seus conterrâneos.

Lideranças como aquelas de Pasquale ou de Domenico foram reconhecidas nas redes de imigração italiana porque auxiliaram, sucessivamente, a sobrevivência inicial e a inserção social de imigrantes oriundos da Itália meridional, especialmente da Calábria e da Sicília, que registraram presença em Porto Alegre desde a década de 1870.

Lideranças

Na virada para o século XX, percebe-se a acumulação de capital por parte de determinados imigrantes e a aura de prestígio que os circundava. Dentre os sicilianos, foi reconhecida a atuação de La Porta, Provenzano e Lo Pumo; entre os calabreses, foi notável o papel de Antonio Frasca, Fedele Marranghello, Giuseppe Faillacce, Leonardo Perrone, Antonio Rosito e Gennaro Conte, entre outros (CONSTANTINO, 1990).

Foram esses imigrantes bem-sucedidos que fundaram e participaram da diretoria das sociedades italianas na cidade, que chegaram a ser seis. Foram Frasca, Marranghelo e Conte, entre outros, os fundadores da Società Moranesi Uniti, em 1924, que confirma o famoso campanilismo dos italianos meridionais, cultores da lembrança do campanário do seu *paese* de origem, mais do que devotos da pátria italiana, cuja unificação era recente.

O início da trajetória desses líderes em Porto Alegre já fora percebido pelo Cônsul Pascale Corte, que escrevia, em

1884, assinalando que, entre os imigrantes, ainda não havia grandes fortunas, como em Buenos Aires e Montevidéu, mas que cerca da metade da principal rua da cidade, Rua dos Andradas, era ocupada por comerciantes italianos que prosperavam. Admirava-se o Cônsul porque o consulado, que então dirigia, gastava cinco vezes menos com repatriamentos do que aquele de Montevidéu (CORTE, 1884).

Alguns anos mais tarde, em 1892, o Cônsul Brichanteau enviou relatório ao seu ministério em Roma, afirmando que havia na cidade um grande número de italianos e que eram poucos os operários. Brichanteau tratava de definir um esquema de classes para os súditos sob sua jurisdição. No topo da pirâmide, colocava alguns comerciantes com boa situação financeira, crédito ilimitado e grande giro de capital; a esses chamou “magnatas da colônia”, assinalando que exerciam a presidência das sociedades de socorro mútuo e proporcionavam trabalho a um número considerável de conterrâneos (BRICHANTEAU, 1892).

O relatório consular de 1908, assinado por Francesco de Velutiis, vai dando conta que, na “colônia”, há significativo número de profissionais liberais, como médicos, farmacêuticos e engenheiros; registra que são milhares os artesãos, artífices e pequenos comerciantes, e repete que poucos imigrantes trabalham para patrões. Afirma genericamente que os italianos revelavam-se capazes e trabalhadores e, de modo geral, prosperavam (DE VELUTIIS, 1908).

Nesse último relatório, não há registro de situações de pobreza, delinquência, alcoolismo ou doenças mentais, como acontece em São Paulo e no Rio de Janeiro no mesmo período. Sobre enfermidades mentais, tese recente ratifica as grandes diferenças entre imigrantes no Rio Grande do Sul e em São Paulo, onde os estudos de Costantino Ianni, Boris Fausto ou Clementina da Cunha são referências e apontam para a alta

incidência da loucura entre os imigrantes italianos. Zelinda Scotti esclarece as condições diferenciadas da imigração no sul brasileiro, onde o imigrante urbano não fez parte do operariado, em maior parte integrado nas redes sociais, ou onde teve possibilidades bem maiores de acesso à propriedade da terra. A autora conclui que, diante de tais condições, os índices de internamento por doenças mentais no grupo italiano não diferem daqueles entre os enfermos nacionais no antigo Hospício São Pedro (SCOTTI, 2013).

O Cônsul manifesta júbilo quanto às condições dos súditos italianos, registrando que os elementos “vagabundos ou turbulentos” que ingressaram com a imigração subvencionada dispersaram-se ou reabilitaram-se (DE VELUTIIS, 1908). De Velutiis também manifesta admiração pela operosidade do súdito italiano em geral, que reconhece como “são, laborioso e morigerado” (1908). Sua opinião coincide com aquelas dos colegas que o precederam, quando afirma que, se a condição dos imigrantes não era excelente, também não era desconfortável. Além do mais, observa que, na liderança da coletividade, estavam surgindo elementos novos, como pequenos comerciantes ou pequenos industriais, gente séria e muito empreendedora, apesar de pouco instruída; a essa gente prediz sucesso pelo entusiasmo. Anima-se com o aumento das remessas de dinheiro à Itália e esclarece que os italianos de Porto Alegre são meridionais em grande número, com predominância dos calabreses da Província de Cozenza, especialmente do município de Morano Calabro.

A análise das firmas comerciais registradas na Junta Comercial entre 1914 e 1921 revela que a quase totalidade de estabelecimentos comerciais de moraneses são de pequeno porte, com capitais que não ultrapassam 50 mil réis. A esses registros acrescentam-se aqueles dos estabelecimentos não registrados da Junta, mas que pagavam *Impostos sobre Indústrias e Profissões*. Dos dados recolhidos pode-se inferir que membros de uma

mesma família especializam-se em determinado ramo comercial, com destaque aos artigos do vestuário, armazéns e açougues, sendo que, em 1931, a concentração maior é na venda de carnes a varejo, aparecendo com destaque a venda de tabaco e loterias. Representantes da família Faillace comercializam artigos do vestuário, assim como Perrone e Barletta. Os Marrone concentram-se no ramo dos tecidos; Rosito, Marranghello e Conte tornam-se proprietários de açougues.

Uma pequena burguesia

Afirma-se que o grupo de imigrantes italianos em Porto Alegre, no período correspondente a este estudo, é constituído predominantemente por indivíduos que fazem parte do que se entende por pequena burguesia e, além do mais, tem como característica incluir indivíduos de origem italiana meridional, em especial moraneses.

A pequena burguesia é aqui entendida como classe de transição, diferenciada de outras também pela distribuição da renda, menos pelo nível da mesma e melhor compreendida pelo modo como é obtida, sempre relacionando-a com os modos de produção. Escreve Cueva (1974, p. 103) que a pequena burguesia é “[...] classe que se caracteriza por trabalhar por conta própria em sua oficina, sua loja ou sua terra, apoiando-se no trabalho pessoal do proprietário e sua família, ocupando pessoal extrafamiliar assalariado só de maneira eventual e secundária”.

A conceituação de pequena burguesia ficará melhor definida para o presente estudo se for considerada a classificação de Labini, que estabelece a classe como denominação geral para categorias sociais intermediárias que incluem agricultores proprietários, artesãos e comerciantes (LABINI).

O imigrante italiano, e o meridional em particular, é importante elemento da pequena burguesia em Porto Alegre, dan-

do, assim, continuidade ao modelo do país de origem. A Itália, na opinião de Paci (1982, p. 172), “é um país caracterizado por amplas faixas de pequena burguesia independente, pequena burguesia artesã e camponesa, isto é, produtora de bens, e pequena burguesia comercial ou que presta serviços”. Essa pequena burguesia, envolvida por redes de imigração, concentra-se em determinados ramos do comércio. As firmas registradas na Junta Comercial entre 1914 e 1921 fornecem subsídios para o conhecimento desses ramos comerciais em que se concentraram as atividades dos moraneses (Livro de Registros de Firmas, n. 2).

A concentração verifica-se principalmente nos ramos de carnes verdes a varejo, gêneros alimentícios e bares-restaurantes; observa-se mantida a tendência anterior no ramo de fumos e loterias. Tais tendências persistem através da análise dos registros de pagamento de impostos em 1947, quando, dos 165 açougues contribuintes, 40 pertencem a moraneses ou descendentes, isto é, 24,2%. Ademais, em 1947, as agências lotéricas mais importantes de Porto Alegre pertencem a moraneses: Sanzi, Blando e Barletta, Laitano, Feoli e Pandolfo, Bruno (CONSTANTINO, 2008).

O estabelecimento comercial nas ruas centrais da cidade, as grandes agências lotéricas ou as redes de açougues demonstram, sobretudo, a possibilidade de ascensão econômica entre os moraneses. Mas observa-se que, como grupo, há permanentemente uma grande maioria de pequenos comerciantes ou artesãos trabalhando por conta própria, sempre identificados e identificando-se com a origem (CONSTANTINO, 2008).

Analisaram-se 22 processos de inventário e consideraram-se bons patrimônios aqueles deixados por seis indivíduos; apenas um dos legados pode ser mesmo considerado de grande monta. Quinze dos inventários analisados demonstram que a posição do morto se situava, efetivamente, nas camadas inter-

mediárias da sociedade. Uma análise qualitativa permite mesmo inferir que tal posição pode ser descrita nas camadas médias inferiores. As profissões declaradas nos processos, entre inventariados e herdeiros, são “comerciante”, “do comércio”, “comerciário”, “carroceiro”, “verdureiro”, “mecânico”, “industrial”, “bancário”, “pedreiro”, “barbeiro”, “funileiro”, “agricultor”, “garçom”, “vendedor ambulante”, “médico” e “advogado” (APERS. Inventários do 2º Cartório Cível e Comercial de Porto Alegre).

Por si só, a amostra evidencia a pequena burguesia como classe de transição. Entre os herdeiros percebem-se tendências direcionadas a categorias mais altas quando são registrados como médicos ou advogados, e a tendência à proletarização não é acentuada.

Se examinadas as listas com nomes dos operários de fábricas porto-alegrenses em 1918, verifica-se que, em 208 nomes, há apenas 38 de origem italiana e apenas um de provável origem moranesa (FAGUNDES et al., 1987). Tal incidência pode ser considerada pequena quando se considera o grande afluxo de imigrantes italianos à época. Mas se forem analisadas formas elitistas de organização, como é o caso das lojas maçônicas em Porto Alegre, também não são encontrados indivíduos moraneses.

Foi possível conhecer algumas informações sobre associação maçônica fundada em 10-1-1895 por italianos, denominada “Augusta Loja Ausonia”. Os trabalhos da mesma obedeceram ao Rito Escocês Antigo e Aceito; pedido de regularização de funcionamento foi feito ao Grande Oriente do Rio Grande do Sul por Giuseppe Bina, grau 32, que se tornou Venerável. Durante o período de funcionamento, de 1895 a 1903, quando foi “adormecida”, todos os quadros anuais foram constituídos por cidadãos italianos, com exceção do quadro de 1900, que inclui um brasileiro e um francês. Do quadro de fundado-

res constam 21 nomes, todos de italianos, mas não há registro de imigrantes moraneses (Loja Ausônia, 1895).

Estudo publicado por Morosini (1987) esclarece a união dos princípios da doutrina positivista, que dignifica o trabalho, com os valores éticos dos imigrantes italianos. Tal união auxiliou na permanente busca de ascensão social através do mesmo trabalho, ascensão que, escreve a autora, “é verificada em profissões ligadas ao setor terciário”, complementando que, neste processo de ascensão, são fundamentalmente importantes as relações familiares.

Os moraneses, como elementos da pequena burguesia, ocupam mão de obra familiar nos seus estabelecimentos comerciais e, frequentemente, favorecem o estabelecimento de parentes por conta própria, parentes que, também com frequência, prosseguem num mesmo ramo de atividade.

As redes

Entre os dados colhidos em pesquisa de campo, verificou-se que 81,5% dos imigrantes vieram para Porto Alegre atendendo chamado de parentes; 33,8% obtiveram um primeiro meio de vida através do trabalho por estes oferecido.

As informações registradas em fichas individuais de entrevista permitem comprovar as observações do Cônsul Brichanteau. Assim, vê-se que a venda ambulante é sempre dependente do estabelecimento comercial de algum parente ou conterrâneo. Mascates no interior foram imigrantes com relações de parentesco com as famílias Marrone, Marranghello e Celia, vendendo artigos que tomavam em consignação dos estabelecimentos comerciais das mesmas. Membros das famílias Sanzi, Laitano e Feoli foram ambulantes de bilhetes de loterias que retiravam das agências dos parentes, sem investimento inicial.

Aos parentes também pode ser oferecida a sociedade comercial, como se verifica em contratos sociais registrados por moraneses (Processos da Junta Comercial de Porto Alegre). No período de dez anos entre 1897 e 1907, foram encontrados sete contratos sociais envolvendo italianos naturais de Morano Calabro; dois dos processos referem-se à formação de sociedade com participação igual de capital pelos sócios; um terceiro processo evidencia participação de capital por três irmãos, sendo que um contribui com 50%; um quarto processo também apresenta participação majoritária de um dos sócios. Os processos restantes evidenciam que um dos sócios é “sócio capitalista”, contribuindo com todo o capital inicial da firma, enquanto o outro sócio, também moranês, em dois casos é irmão, e denominado “sócio industrialista”, ou seja, aquele que contribuirá com o trabalho à sociedade. Estes três contratos apenas exemplificam costume encontrado entre moraneses até o presente: oferecer sociedade ao parente recém-imigrado, formando firma comercial.

É por demais conhecido que o fenômeno da imigração espontânea se estrutura numa infinita rede de relações de parentesco; referindo-se à questão entre imigrantes em Porto Alegre, Morosini (1987) afirma que “[...] a esfera do trabalho entre os imigrantes italianos que deram certo em Porto Alegre (1875-1914) conduz a identificar o predomínio de um sistema informal de relações com base na estrutura familiar e no grupo étnico dentro de um contexto social característico”.

Assim, o trabalho fundamentado na mão de obra familiar é decorrência de uma estrutura de parentesco tradicional entre italianos meridionais, a exemplo de outros grupos oriundos de áreas mediterrâneas. De outra parte, foram assinaladas características da estrutura econômica italiana mantidas entre os imigrantes de Porto Alegre. Tais características dizem respeito à persistência e à vitalidade das pequenas empresas, em grande

parte do tipo familiar, o que distingue a Itália de outros países de capitalismo avançado, como esclarece Paci. O mesmo autor acrescenta que “em todas as localidades [...] existe um consistente setor de concorrência, constituído pelo conjunto das pequenas atividades comerciais ou artesanais, marginais e residuais”. Explica que o desenvolvimento econômico atual da Itália tem suas origens nas microempresas, cuja estrutura econômica persiste. Demonstra as raízes históricas para explicar a importância que a família do tipo extensivo conserva ainda hoje, com presença destacada nos setores de microempresas (PACI, 1982).

O mesmo autor lembra que a família do sul da Itália é do tipo nuclear, “mas isso não exclui a manutenção e a reprodução de uma vasta rede de relações de parentesco”. Deriva da tradição de parceria agrícola a manutenção de módulos de organização familiar apoiados na família extensiva e na linearidade masculina (PACI, 1982).

Pesquisa desenvolvida em localidade rural de emigração, também na Província de Cosenza, conclui que são predominantes, na estrutura de parentesco, as relações familiares-parentais, do tipo misto, isto é, com coexistência de relações de descendência e de colateralidade; de uma parte, há um sistema de normas, valores e auxílios que liga os membros de uma família; de outra parte, há o sistema de troca de favores que liga entre si vários grupos familiares (PISELLI, 1981).

A família da região é descrita como alargada ou associada porque apresenta ligações de solidariedade e colaboração entre famílias do mesmo grupo parental, frequentemente localizadas na mesma unidade residencial. São características desta família: transmissão patrilinear do patrimônio e da autoridade, rígida subordinação dos filhos à autoridade paterna, hierarquização dos filhos por sexo e idade. Quanto às relações colaterais, “[...] são caracterizadas pelo espírito de solidariedade,

mutualidade e reciprocidade”. Piselli refere-se à colateralidade como “[...] ligações de parentesco, reais ou adquiridas através de uma densa rede de normas e conexões sociais e econômicas, ligações entre parentes colaterais da mesma geração, por muitos graus de parentesco” (1981).

As relações colaterais constituíram uma densa rede de obrigações recíprocas que asseguraram a solidariedade e cooperação imprescindíveis à sobrevivência e à reprodução das unidades produtivas; os laços de matrimônio e compadrio contribuíram para a criação e a estabilização das relações entre grupos familiares.

Essa rede de obrigações recíprocas favorece a predominância das pequenas empresas de caráter familiar entre imigrantes moraneses em Porto Alegre. Estes também conservaram características da estrutura original de parentesco, sendo camponeses do sul da Itália, como foi possível verificar através da pesquisa de campo realizada. A família, portanto, mantém-se em Porto Alegre como alargada ou associada, afirmação que se comprova através dos depoimentos orais.

A voz dos depoentes

“Papai veio com 19 anos da Calábria e até o seu casamento morou com o tio na Duque de Caxias, no sobrado do açougue”, lembra Nicola, que perdeu o pai muito cedo. Juntamente com os irmãos, tomou conta do açougue que o mesmo deixara, em cujas dependências continuaram a habitar à medida que foram casando. “Era um tempo bom, mamãe comandando três noras, não havia fofocas. Meus filhos e sobrinhos todos estudaram, mas ajudavam no negócio”.

“Morávamos com nossos avós, tios, primos, nos chalés construídos na Rua da Concórdia”, recorda o filho caçula do calabrês Luigi, e acrescenta que, quando casou, continuou a

viver com o pai viúvo, duas irmãs casadas, um sobrinho e uma irmã solteira na casa da Rua Senhor dos Passos, “onde agora está o Conservatório”.

Antonio fez muito dinheiro em Porto Alegre, no ramo de alfaiataria, e resolveu retomar ao *paese* de origem com a mulher e quatro filhos. Na Calábria, viviam “amontoados numa casa velha de pedra, com uma avó, uma porção de tios e tias, um bando de crianças, a mulher sempre reclamando do frio e do trabalho”. O dinheiro economizado no Brasil evaporava-se no sustento de parentes doentes ou pobres, Antonio não podia trabalhar como alfaiate; precisava ser de novo agricultor. Voltou para Porto Alegre e recomeçou o trabalho com o auxílio do irmão mais velho, com quem dividia uma casa grande na Rua Demétrio Ribeiro.

“Minhas irmãs foram casando, meus cunhados ajudavam a tocar o açougue de papai, eu estudei contabilidade e me encarregava da escrita, dos pagamentos [...] primeiro morávamos em chalés cobertos de zinco, depois no sobrado grande que papai construiu e que precisamos demolir para construir o edifício de apartamentos porque nossas famílias tinham aumentado”, relata o filho do calabrês Salvatore.

Gaetano, antes de vir para o Brasil, morou um ano com parentes na Costa Rica; em Porto Alegre, viveu com irmã e cunhado, trabalhando como caixeiro na loja de calçados dos Faillace. “Consegui juntar e abriu seu próprio negócio”, como conta a filha Itália.

Já as cinco filhas de Gennaro tinham raiva porque “a casa vivia transbordando de gente... O pai prosperava e mandava vir parentes, não sobrou nenhum primo na Calábria”, como diz a filha depoente.

Dante lembra o pai imigrante: “Veio só com seus pequenos recursos [...] transferiu-se para a cidade de Rio Grande onde tinha parentes, mas conseguiu melhor trabalho em Porto Alegre através do conterrâneo e compadre Scorza”.

A única filha de Pasquale lamenta a solidão; casada e sem filhos, lembra a movimentada casa do passado, onde convivia com os irmãos, cunhadas e sobrinhos. “Depois que papai faleceu, todos foram partindo, sobrei eu e Vincenzo”.

Dos depoimentos colhidos, assim como de registros notariais, é possível inferir subordinação à autoridade paterna e hierarquização dos filhos por sexo e idade.

“Nunca fiz negócios sem consultar papai... Quando ficou doente, deu procuração para que eu administrasse suas coisas [...] no seu leito de morte prometi assistir minhas irmãs, a viúva com filho pequeno e a solteira [...] a casada estava bem, meu pai ajudou o marido a montar negócio próprio”, lembra o filho de Luigi.

“Quando meu pai morreu, fiquei responsável pelo negócio, sempre ajudado pelos meus irmãos mais moços [...] eu era um menino e precisava cuidar de tudo [...]”, conta o filho mais velho de Salvatore.

“Todos pediam o conselho de papai, que tinha muito tino para negócios [...] com 20 anos já era o chefe de toda sua família”, registra uma das filhas de Gennaro, complementando: “Papai ajudou muito meu marido a ser o que é, deu dinheiro para o nosso começo de vida, aliás, deu às filhas dinheiro em vida [...] meus dois irmãos continuaram com o comércio de carnes”.

Atos registrados nos livros notariais da Província de Cosenza permitem ratificar características da estrutura de parentesco que permaneceram no país de imigração.

Ferraro, de Porto Alegre, dá procuração à mulher que está na Itália para que a mesma possa dotar a filha Rosa, que, por sua vez, vende seus direitos na futura herança ao irmão (Libri Notaio Ponzi, 1880).

A viúva Marrone, de Porto Alegre, envia procuração para que duas irmãs, na Itália, possam vender terreno que lhes pertence, por herança paterna, ao irmão Nicola (Libri Notaio Cozza, 1919).

Biaggio vende ao pai parte da herança que recebeu por morte da mãe, através de procuração registrada no Consulado Italiano de Porto Alegre (Libri Notaio Cozza, 1900).

De Porto Alegre, Di Marco autoriza a mulher a vender parte que coube à mesma em herança, ao cunhado Fillipo (Libri Notaio Ponzi, 1880).

Francesca, de Porto Alegre, é autorizada pelo marido, faz cessão e dá quitação aos irmãos dos bens que recebeu por morte do pai (Libri Notaio Ponzi, 1880).

Tais exemplos apresentam-se com fartura e podem ser complementados com exemplos retirados de processos de inventários depositados em cartório de Porto Alegre.

Os filhos de Laitano renunciam à herança da mãe em benefício do pai; a filha de Salerno renuncia em favor da mãe; Rocco recebe e dá quitação da herança do irmão sem descendentes, com procuração enviada pelos pais da Itália. As três filhas de Mainieri renunciam em favor da mãe à parte que lhes coube na herança do pai. Salvador Luiz e Alberto recebem doação das três irmãs, doação referente à parte que lhes coube na herança dos pais (Inventário do 2º Cart. Cível e Comercial).

Etnicidade

Foram assinaladas características da estrutura econômica italiana mantidas entre os imigrantes de Porto Alegre. Uma dessas características diz respeito à persistência e à vitalidade das pequenas empresas, em grande parte do tipo familiar, o que distingue a Itália de outros países de capitalismo avançado, como esclarece Paci (1982).

É pertinente, a essa altura, assinalar a questão da etnicidade, que, nos processos de inserção e de ascensão social, é funcional, como defende Carneiro da Cunha (1986). A autora refere Barth ao definir grupo étnico como “forma de organiza-

ção social em populações cujos membros se identificam e são identificados como tais pelos outros, constituindo uma categoria distinta de outras categorias da mesma ordem”.

Percebe-se que o grupo étnico é diferente do grupo psicossocial porque vai mais além de uma simples comunidade. Sobre este aspecto também se posiciona Carneiro da Cunha (1986), afirmando que os grupos étnicos são diferenciados de outros, e, nesses, exemplifica os grupos religiosos. Textualmente, assinala a diferença essencial, o algo mais dos grupos étnicos: “[...] se entendem a si mesmos e são percebidos como contínuos ao longo da história, provindos de uma mesma ascendência e idênticos malgrado separação geográfica”.

Angelo e Serena Di Carlo partem da premissa de que “a identidade de um sujeito poder ser lida através de um conjunto de signos. Signos que se constituem como o significante ou os indicadores dos limites da mesma identidade, do seu perímetro e da sua espessura”. Sempre seguindo o pensamento dos Di Carlo (1986), compreende-se então por que “[...] as vivências interiores, elementos constitutivos da identidade, não permanecem fechados no espaço interno da consciência[...]”, mas acabam projetados no mundo exterior. Os autores caracterizam a etnicidade como movimento direcionado à continuidade do eu. Explicam que tal movimento cresce em direção à integração e é elaborado no interior dos modelos culturais, quando o indivíduo supera rupturas e, conjuntamente, “[...] transforma a experiência de vida em representações simbólicas, em linguagem, em signos perceptíveis”.

Conzen (1990) salienta, nessa linha, o pensamento de Glazer e Moyhnihan, quando os autores apresentam um conceito de etnicidade que “[...] redimensiona o componente cultural e define os grupos étnicos como grupos de interesse”.

Carneiro da Cunha aprofunda questão de grande relevância para o presente trabalho. Trata-se da relação entre etnicidade e ideologia. Defende o ponto de vista de que a etnicida-

de pode ser um modo pelo qual determinado grupo se apropria de um espaço econômico. Lembra a autora o que Max Weber pensara, isto é, “que as comunidades étnicas podiam ser formas de organizações eficientes para resistência ou conquista de espaços[...]”. Escreve mais adiante que a etnicidade “pode, em muitos casos, ser um poderoso veículo organizatório: como o clientelismo ao qual está quase sempre associada, ela pode ser a armação interna das relações de produção” (Carneiro da Cunha).

Quando se trata dos moraneses, assinala-se que as representações simbólicas continuam explícitas, como é o caso do uso do dialeto. Trata-se de um falar dialetal que se tomou rígido e muito diferenciado do dialeto hoje praticado em Morano, que evoluiu diante das necessidades que foram surgindo. O antigo dialeto permaneceu no Brasil praticamente igual, pois sua permanência é necessária principalmente como signo.

A manifestação das crenças religiosas é outro sinal diacrítico, com seu momento mais significativo na homenagem a Nossa Senhora do Carmo, padroeira de Morano. Outra diferença cultural está relacionada à culinária. Os moraneses e seus descendentes preparam comidas típicas como *braciola*, *capretto* e, principalmente, *rascatelli*, o mais tradicional dos pratos da cozinha moranesa, espécie de macarrão elaborado artesanalmente, com o auxílio de utensílio especial, *ferruzzo*.

Simplificados e enrijecidos, os traços culturais diferentes no país de imigração se tornaram sinais diacríticos que identificam os indivíduos como pertencentes a determinado grupo. A identidade étnica assinala contrastes e, por isso, acentua-se, simplifica-se, preserva apenas sinais.

Algumas considerações

A permanente construção de uma identidade por grupo de moraneses em Porto Alegre, a partir da preservação de la-

ços de parentesco e de amizade, fortaleceu redes sociais de solidariedade na imigração, que, por sua vez, favoreceram espaços de trabalho para imigrantes. Tais redes, portanto, representaram parcelas da extensa cadeia migratória, são movimentos em que futuros imigrantes se inteiram das oportunidades, são providos de transporte e obtêm seus alojamentos e empregos iniciais, através de relações sociais primárias com imigrantes anteriores, como reafirma Devoto (2009). A contribuição dos estudos de Truzzi é oportuna, quando esse autor afirma que as redes migratórias podem ser entendidas como as ligações entre migrantes e não migrantes nos locais de destino através de vínculos de parentesco, amizade ou conterraneidade; são agrupamentos que mantêm contatos recorrentes entre si (TRUZZI, 2008).

A presença do *zio americano* na narrativa de fenômenos migratórios, com sua incontestável liderança entre imigrantes italianos também no sul do Brasil, assinala a importância de redes sociais e da construção de uma identidade entre grupos de imigrantes italianos meridionais em áreas urbanas. Tratou-se de analisar relações de trabalho e relações familiares-parentais de descendência e de colateralidade, concluindo que um sistema de normas e de auxílios ligam membros de uma família, como também ligam entre si os grupos familiares oriundos de um único *paese*. Admite-se, então, que a etnicidade foi o modo pelo qual um grupo de imigrantes se apropriou de espaços econômicos em Porto Alegre.

Os moraneses de Porto Alegre fornecem exemplo de uma organização de trabalho entre imigrantes que, na maioria dos casos, estimulou a inserção e a ascensão social, sem prescindir das lideranças representadas por imigrantes bem-sucedidos. Juntamente com a experiência de colonização que ocupou amplas áreas no interior do Rio Grande do Sul, formatam a especificidade da imigração no Brasil meridional, tão diferente daquela que predominou na região sudeste, evidenciando a complexidade do fenômeno no país, em muitos aspectos pouco estudado.

Referências

CARNEIRO DA CUNHA, M. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense/Edusp, 1986.

CONSTANTINO, N. *O italiano da esquina: meridionais na sociedade porto-alegrense*. 2. ed. Porto Alegre: EST Edições, 2008.

CONZEN, K. et al. The invention of ethnicity: uma leitura americana. *Altreitalie*: Turim, Fondazione Giovanni Agnelli, ano 2, n. 3, abr. 1990.

CUEVA, A. La concepción marxista de las classes sociales. *Debate & Crítica*, São Paulo, n. 3, julho de 1974.

DEVOTO, F. *Historia de la inmigración en la Argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

DI CARLO, A.; DI CARLO, S. (a Cura). *I luoghi dell'identità*. Milano: Angeli, 1986.

FAGUNDES, L. et al. *Memória da indústria gaúcha das origens a 1930*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1987.

MOROSINI, Marília Costa. Imigrantes italianos que “deram certo” em Porto Alegre e a esfera de trabalho. *Veritas*, Porto Alegre, n. 32, set. 1987.

PACI, M. *La struttura sociale italiana: costanti storiche e trasformazione recenti*. Bologna: Il Mulino, 1982.

PISELLI, F. *Parentela ed emigrazione: mutamenti e continuità in una comunità calabrese*. Torino: Einaudi, 1981.

SCOTTI, Z. R. *Que loucura é essa? Loucas e loucos italianos no Hospício São Pedro em Porto Alegre/RS (1900-1925)*. 2013. Tese (doutoramento) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 283p.

TRUZZI, O. Redes em processos migratórios. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 20, n. 1, jul. 2008.

Mobilidade social e formação de hierarquias: diálogos possíveis com os estudos sobre imigração alemã

Marcos Antônio Witt

Reconstruir uma história de família com base em documentos pouco discursivos, como compras, vendas e testamentos, exerce um fascínio semelhante ao de um quebra-cabeça. As coerências e os encaixes, que, aos poucos, vão sendo encontrados, causam uma satisfação que talvez não seja automaticamente transmitida ao leitor. De qualquer forma, graças a estes pequenos acontecimentos familiares, é possível observar aspectos relevantes da lógica social (LEVI, 2000, p. 104).

A citação de Giovanni Levi, cuidadosamente selecionada para a abertura desse texto, diz muito sobre o que tenho pesquisado, escrito e pensado sobre imigração alemã no Brasil. Trata-se de tentar reconstruir a história de solteiros e de famílias que optaram, por inúmeras razões, por deixar a aldeia e a cidade europeia e emigrar para o Brasil praticamente desconhecido. Pesquisas atuais, as quais têm se debruçado sobre documentos dos mais variados formatos, têm redesenhado o quebra-cabeça que aqui intitulamos *história da imigração*. Quanto “aos pequenos acontecimentos familiares”, mencionados por Levi, são justamente esses que descortinam os bastidores de uma vida imigrante. No dia a dia, nas minúsculas ações, nas poucas palavras e muitos olhares é que o imigrante e seu descendente agigantam a sua lógica de inserção e organização social. Os grandes feitos, as festas muito públicas e externas, os discursos e comícios emocionados, a fé e a emoção demonstra-

das nas longas procissões, tudo isso exterioriza um imigrante que se vestiu e se preparou para momentos únicos e singulares. Muito embora esses momentos de maior envergadura façam parte do cotidiano, é na venda, negociando e tomando um gole de aguardente, na saída da missa ou do culto rotineiro, na ajuda prestada a um vizinho quando da colheita ou da matança de um animal, no velório e sepultamento de um conhecido que a lógica social se revela em todo o seu esplendor. Ali, também nos pequenos encontros, se ensaia e se experimenta a distinção social. Ali, no diminuto das ações cotidianas, os agentes históricos buscam mover-se social e espacialmente.

Portanto, ao falar em mobilidade, além da social, acrescentar-se-ia a mobilidade espacial. Em um rápido olhar, tem-se a impressão de que mobilidade social e espacial abordariam praticamente os mesmos aspectos da vida humana. Afinal, os agentes históricos que se moveram em termos sociais, via de regra, foram aqueles que deixaram o seu mundo imediato e percorreram outros espaços. No entanto, cada uma dessas mobilidades tem seu espectro definido e, a partir de suas especificidades, permitiram rumos e ações distintas para determinados agentes históricos. As tentativas de aproximar mobilidade social e mobilidade espacial se encontram em pesquisas e estudos diversos, nos quais investigaram-se a inserção social e a participação política de duas famílias de imigrantes alemães no Rio Grande do Sul. Ao percorrer seus passos e observar como agiram para ocupar espaços privilegiados e ampliar o leque de investimentos econômicos, foi possível perceber que havia/há estreita relação entre mobilidade social e espacial.

A fim de visualizar como essas duas categorias permitiram o agigantamento de tais parentelas, optou-se por desenvolver mapas que representassem o espaço percorrido pelos agentes históricos investigados. A criação do mapa não só tornou evidentes os caminhos e cidades por onde o imigrante

e seus descendentes haviam circulado, mas também permitiu que, do ponto de vista da geografia física e da geografia humana, fosse possível vislumbrar relevo, fauna, flora, rios e arroios, a interferência humana sobre esses espaços, as delimitações entre propriedades, municípios e os ainda pequenos centros urbanos para os quais os interesses estavam voltados. É importante destacar que o roteiro construído a partir de tais mapas tem pontos de saída e de chegada, tem trechos que são percorridos pela única razão de que são o caminho para se chegar, por exemplo, à vila de São Leopoldo. O que se quer destacar é o caráter pragmático do ir e vir, dos contatos e diálogos possíveis, dos acordos e combinações que se faziam na ida e na volta. O mapa, mesmo sendo uma construção, é capaz de permitir que se conheçam os planos e as estratégias desse imigrante e de seu descendente.

Tomando-se o século XIX como referência, a iconografia e a literatura da época colaboram com a acertada ideia de que o Brasil dos Oitocentos era, em sua maior parte, um grande espaço com difíceis condições de comunicação. Estradas e pontes precárias, por exemplo, encontram-se no centro das principais reclamações que eram encaminhadas às Câmaras¹. A leitura atenta das atas das Câmaras e dos requerimentos denuncia que se locomover pelo Brasil do XIX exigia determinação,

¹ Os fundos documentais “Requerimentos” e “Correspondência das Câmaras”, do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRs, estão repletos de ofícios nos quais os requerentes denunciam a má qualidade dos caminhos e/ou solicitam o conserto de pontes e estradas. Do seu conteúdo, percebe-se que os homens e mulheres dos Oitocentos tinham enorme dificuldade de se locomover pelo território brasileiro. Reclamar às Câmaras tornou-se recorrente e, na maioria das vezes, foi preciso solicitar muito para que os consertos fossem realizados. Ver: WITT, Marcos Antônio. *Política no Litoral Norte do Rio Grande do Sul: a participação de nacionais e de colonos alemães – 1840-1889*. São Leopoldo, 2001. Dissertação (Mestrado) – História da América Latina. Programa de Pós-Graduação em História – UNISINOS, 2001.

coragem e um certo pragmatismo de quem colocava esse compromisso sob os seus pés. Sendo um país ainda de muitos sertões, não se justifica a defesa da tese do isolamento em relação às Colônias² imigrantes assentadas em algumas regiões do Brasil. Quando um colono, por algum motivo, não se punha a caminhar, seu requerimento, reclamação, dúvida era delegado a um outro colono, muitas vezes na condição de um “exponencial”³, o qual estava em condições de encaminhar a solicitação e representar o seu par que havia permanecido na Colônia ou mesmo na vila.

Em relação ao conceito de “exponencial”, a sua existência deve-se ao desconforto de não saber como designar os colonos alemães que se destacaram no plano sócio-econômico-político. Como não faziam parte da elite que se originou da imigração e colonização açoriana e portuguesa, optou-se por conceituá-los desta forma. Os “exponenciais” identificados e analisados ao longo das pesquisas tampouco integram a elite alemã intelectual e/ou de grande destaque econômico, como o jornalista e político Carlos von Koseritz. Ao contrário, são personagens de uma camada média que negociava interesses próprios com a elite culta e rica que os circundava, entremeados com as solicitações dos que estavam socialmente abaixo deles.

Portanto, locomover-se pressupunha organização e planejamento prévio. Ou para representar um par, ou para lutar por objetivos que poderiam estar vinculados à política ou aos inves-

² Quando escrito com a inicial em maiúsculo, o termo “Colônia” designa o empreendimento agrícola onde colonos foram assentados, o qual, com o tempo, foi elevado à categoria de vila e cidade. Por sua vez, quando for redigido com a inicial em minúsculo, “colônia” terá seu significado vinculado à propriedade territorial recebida pelo imigrante, onde morou, trabalhou e retirou sua subsistência. Dessa forma, a Colônia era dividida em muitas colônias.

³ O conceito de “exponencial” foi cunhado em minha dissertação para designar os colonos alemães que se destacaram no plano sócio-econômico-político. Ver: WITT, 2001.

timentos econômicos, um colono “exponencial” criava um mapa imaginário, ou um mapa mental, de acordo com a expressão de Junia Furtado, e somente depois punha-se em marcha. Conjugando motivos que passavam pela ordem pública e privada, o deslocamento previa visitas, refeições, pernoites, contatos, confecção e dissolução de sociedades, compra e venda, acertos com as autoridades locais, pagamentos de impostos, compromissos religiosos, entre outras razões que incitavam determinados agentes históricos a se locomover por um espaço sensivelmente maior do que aquele que integrava o seu viver diário.

Leitura atenta e minuciosa de parte da historiografia que se dedicou aos estudos da imigração alemã no Brasil permitiu que se vinculassem os trabalhos de memorialistas, municipalistas, não acadêmicos e mesmo de alguns clássicos⁴ à falsa ideia de que os imigrantes e seus descendentes permaneceram estreitamente absorvidos pela noção de trabalho e radicalmente fixados em suas propriedades agrícolas. Quando mudaram, a transferência de uma família para outra Colônia teria se dado em função do aumento demográfico e/ou da necessidade de comprar novas terras. No entanto, chegando a esse novo local de moradia, teriam reproduzido o mesmo estilo de vida. Pesquisas mais recentes, sobretudo aquelas que se originaram a partir dos Programas de Pós-Graduação, relativizam a visão difundida por memorialistas e alguns clássicos, lançando novas luzes sobre a capacidade de mobilidade social e espacial dos imigrantes ao longo dos séculos XIX e XX.

⁴ Como exemplo de obra memorialística, ver a produção do jovem pesquisador Felipe Kuhn Braun. A título de ilustração, ver o livro: BRAUN, Felipe Kuhn. *História da imigração alemã no Sul do Brasil*. 2. ed. Porto Alegre: Costoli, 2010. Em relação aos clássicos, Aurélio Porto e Jean Roche estão entre as obras mais consultadas no âmbito da história da imigração alemã. Ver: PORTO, Aurélio. *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Estabelecimento Gráfico Santa Terezinha, 1934; ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. v. 1 e v. 2. Porto Alegre: Globo, 1969.

Outra ilusão possível seria a de pensar que a mobilidade social e espacial dos imigrantes e seus descendentes teriam ocorrido somente muitos anos após a instalação das primeiras Colônias. No caso da província do Rio Grande do Sul, o primeiro núcleo com imigrantes alemães foi criado no ano de 1824, o que deu origem à Colônia alemã de São Leopoldo. No que tange a essa ilusão, Janaina Amado defende que os primeiros 26 anos da colonização em São Leopoldo foram tempos de harmonia, de mútuo auxílio, de cooperação. Essa atmosfera positiva teria ocorrido de 1824 a 1850, período em que os colonos e artesãos alemães estariam preocupados em se estabelecer e organizar a sua vida. Outros interesses, como a política, não estariam em seus horizontes. É preciso considerar que a tese de Janaina Amado é de 1978, período em que os historiadores da imigração se debruçavam com vagar sobre fontes como inventários, processos-crime, escrituras de compra e venda, registros paroquiais da Lei de Terras e registros eclesiásticos confeccionados por padres e pastores que nos legaram informações acerca do nascimento, batismo, casamento e morte dos imigrantes e de seus descendentes. O uso mais sistemático de tais fontes abriu novas janelas para o mundo da imigração. Marcos Justo Tramontini, ao investigar como os imigrantes alemães teriam se organizado do ponto de vista social e adentrado o território da política, relativizou as afirmações de Janaina Amado, uma vez que o conjunto das fontes o convenceu de que a realidade social do século XIX foi muito mais dinâmica e complexa do que aquela harmônica e pacífica divulgada por Amado.

Estudos posteriores, como os de Carina Martiny, Caroline von Mühlen, Eduardo Relly, Fabrício Nicoloso e Miquéias Mugge, deram continuidade a esse descortinamento da realidade imigrante. Fruto de pesquisas que reviraram arquivos e de uma escrita densa, as recentes dissertações de mestrado aqui referidas ratificam a ideia de que os imigrantes e seus descendentes observaram e perceberam que seria possível mover-se do ponto

de vista social e espacial na sociedade a qual eles estavam adentrando. As dissertações de Martiny, Nicoloso, Relly e von Mühlen abordam, dentre outros aspectos, as estratégias familiares que visavam ao apadrinhamento e ao casamento. Os acordos e arranjos entre famílias que, às vezes, formavam grandes parentelas tinham como objetivo o enriquecimento econômico e a projeção política através da mobilidade social e espacial.

Nesses estudos, áreas como São Sebastião do Caí, São Leopoldo, Travesseiro/Marques de Souza e Santa Maria foram cuidadosamente investigadas no que se refere à relação que os imigrantes e descendentes construíram entre si, mas também com os nacionais⁵. Essa relação, construída à base do contato e do sentimento de pertença (conforme os estudos de Fredrik Barth), cristalizou-se à medida que os agentes históricos passaram a mover-se social e espacialmente. Já o trabalho de Mügge refere-se ao diálogo que a Colônia alemã de São Leopoldo estabeleceu com a Guarda Nacional. Se, por um lado, os cargos da Guarda poderiam ser vistos como um meio de projetar-se sobre os demais – uma projeção social –, a obrigação de servir e de lutar nem sempre foi vista como algo positivo por parte da população imigrante e de nacionais que habitava tanto a sede da Colônia quanto as propriedades agrícolas que orbitavam em torno dela. Para os colonos, ser recrutado significava a quase certeza de se mover espacialmente por ambientes belicosos. Daí a criação de múltiplas estratégias que visavam livrar-se da condição de solda-

⁵ O termo “nacional” será usado neste texto para designar os descendentes de portugueses e açorianos, bem como os demais elementos caracterizados como “brasileiros” (escravos libertos, por exemplo), e “colono alemão” (ou simplesmente “colono”) para os imigrantes alemães e seus descendentes. Embora a Alemanha tenha surgido como Estado unificado somente em 1871, quando Otto von Bismarck reuniu sob seu comando reinos e principados de língua alemã, o termo “alemão” identificará os imigrantes que vieram ao Brasil antes desta data. Deve-se reconhecer, no entanto, que o termo “nacional” desqualifica o filho do imigrante, situação que perdurou até 1881, quando a Lei Saraiva permitiu o ingresso destes homens na política de forma mais intensa.

do. Recursos como casamento e apadrinhamento também foram percebidos por Mügge quando investigou a composição social e política da Colônia de São Leopoldo.

Munidos de múltiplos capitais, como simbólico ou imaterial, material, dentre outros conceitos que definem as posses concretas e as de caráter mais abstrato, os imigrantes e seus descendentes travaram conflitos entre si, com os nacionais e com as autoridades que, de alguma forma, colocaram empecilhos para o desenvolvimento sócio-econômico-político dos solteiros e das famílias que emigraram da Europa para o Brasil. Em especial, abordar-se-ão com mais vagar determinados agentes históricos que, com sua trajetória, corporificaram o sentido de imigrante “exponencial”.

A trajetória dos três primeiros pastores alemães chegados à província do Rio Grande do Sul a partir de 1824 pode ser analisada sob o crivo da mobilidade social e espacial. Do ponto de vista social, desejaram muito mais do que o cargo de pastor; do ponto de vista espacial, delimitaram espaços de atuação e, a todo instante, tentaram romper fronteiras e adentrar o território eclesiástico do colega. Com capital simbólico, fruto do reconhecimento outorgado por parte da população imigrante e nacional que os reconhecia como pastores, e com capital material, cada um deles soube disputar o que julgava relevante e de direito. O espaço disputado por Ehlers, Klingelhöfer e Voges – os três pastores – foi a sede da Colônia alemã de São Leopoldo. Ali, desejavam ocupar o cargo de primeiro pastor da Colônia, o que renderia maior salário e maior distinção social. A disputa por tão importante cargo ocorreu em dois momentos – entre 1824 e 1826, logo após a chegada ao Brasil, já em solo rio-grandense, e entre os anos de 1831 e 1832, quando o governo imperial suspendeu a ajuda financeira destinada aos imigrantes.

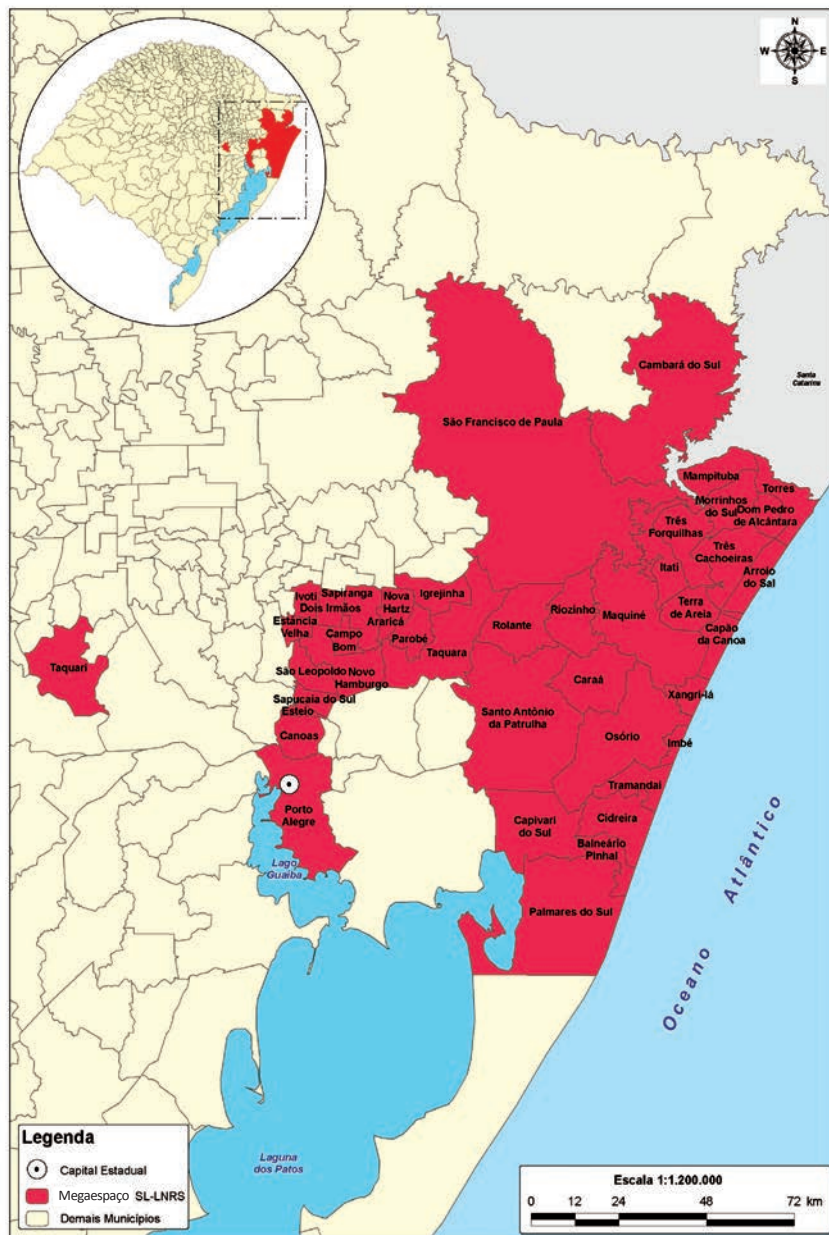
As estratégias usadas por cada um dos pastores permitem que se retomem as considerações realizadas até o momento sobre mobilidade social e espacial. Ehlers, o primeiro pastor

a chegar à Colônia de São Leopoldo, de imediato exigiu o cargo de pastor titular dos colonos alemães ali estabelecidos. Os documentos parecem denunciar um homem que se indispunha facilmente com seus fiéis e com as autoridades locais, como o inspetor da Colônia. Isso levou ao surgimento de conflitos, de maior e menor gravidade, inclusive com seu colega Voges. Ao que tudo indica, Ehlers inflamou-se a favor dos farroupilhas, o que lhe rendeu acusações de discursar em prol dos “rebeldes” e contra as forças legalistas do Império. Ao contrário de seu colega Klingelhöfer, que morreu em combate lutando a favor dos farroupilhas, Ehlers não teria pegado em armas durante a Revolução Farroupilha (1835-1845). Contudo, mesmo com todos os conflitos e xingamentos, e contrariando as determinações do Coronel Hillebrand, imigrante e médico que permanecera fiel ao Império, Ehlers conquistou o cargo de pastor titular, permanecendo na sede da Colônia.

Klingelhöfer, pastor que muito rapidamente assumiu sua vertente política, converteu-se totalmente à causa farroupilha. Não só discursava, como também pegou em armas e morreu em um dos combates. A solução para atuar como pastor foi aceitar a proposta do governo imperial e dedicar-se à comunidade estabelecida ao norte da sede da Colônia, o que hoje seria o município de Campo Bom. Antes de atravessar o rio dos Sinos e distanciar-se da sede administrativa da Colônia, Klingelhöfer disputou o cargo de pastor titular e tentou convencer as autoridades de que seria o religioso com perfil mais adequado para assumir tal posto. Para tanto, usou a documentação comprobatória que havia trazido da Europa para o Brasil. Segundo os documentos apresentados, seria um pastor com sólida formação em teologia. Como atestam os registros dos inúmeros conflitos desencadeados pelos três pastores, Klingelhöfer, resignado, teve que se distanciar de Ehlers e assumir a condução da vida religiosa dos colonos que se estabeleceram muito além da margem direita do rio dos Sinos.

Voges, por sua vez, conflitou-se de forma acentuada com Ehlers. Nos dois períodos citados, 1824 a 1826 e 1831 a 1832, Voges buscou veementemente o cargo de pastor titular na Colônia de São Leopoldo. As acusações mutuamente proferidas podem ser consideradas muito graves; com a mesma intensidade com que tentavam se difamar, Ehlers e Voges disputaram a atenção das autoridades locais. Cada um, à sua maneira, tentou cooptar os que representavam algum tipo de poder, como o inspetor da Colônia, José Thomaz de Lima. O conflito entre os dois pastores ganhou tal dimensão, que o presidente da província encontrou uma solução aparentemente drástica: Voges teria seu salário equiparado ao de Ehlers desde que concordasse em acompanhar os colonos alemães que integrariam a Colônia alemã das Torres, a ser instalada na divisa da província do Rio Grande do Sul com a de Santa Catarina. Resignado, mas não totalmente convencido, Voges aceitou a tarefa e integrou-se à caravana de colonos que chegou à Ponta das Torres no ano de 1826.

A ida e a fixação de Voges no Litoral Norte do Rio Grande do Sul poderiam dar a impressão de que a mobilidade espacial teria estremecido seu sonho maior – o de tornar-se pastor titular e fixar-se em São Leopoldo. Todavia, Voges já havia se aproximado da família Diefenthaler, a qual adentraria ao casar-se com Elisabeth, no ano de 1828. Com a união matrimonial, Voges, mesmo estando a quilômetros de distância, havia encontrado uma solução para garantir espaço e inserção na sociedade que se formava a partir da Colônia de São Leopoldo. O mapa construído a partir de sua trajetória sinaliza os caminhos, as Colônias e as vilas onde realizou batizados de filhos de outros colonos, encontrou amigos, estabeleceu sociedades, batizou e casou parentes e, mais uma vez, tentou fixar moradia em São Leopoldo através dos conflitos de 1831-1832. Com o casamento, as perspectivas de mobilidade social e espacial estavam, pragmaticamente, delineadas.



Megaespaço São Leopoldo – Litoral Norte do Rio Grande do Sul (SL-LNRS)

Os registros de batismos e casamentos que Voges realizou em determinadas localidades do megaespaço SL-LNRS demonstram que manteve contato assíduo com a família de sua esposa. O casal batizou sobrinhos; ele, como pastor, realizou casamentos dos cunhados; alguns de seus filhos vieram do Litoral Norte do Rio Grande do Sul para estudar em São Leopoldo; a filha que veio estudar nesse município casou com um jovem católico da família Diehl, a qual fazia o transporte de mercadorias e pessoas entre a Colônia e a capital da província, Porto Alegre; o filho que herdaria o capital simbólico e o montante maior da herança material casou com uma moça de família próspera da Colônia alemã de São Leopoldo, e depois retornou a Três Forquilhas, no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, onde tornou-se comerciante e chefe do partido político Liberal; ainda, um outro filho casou com uma outra moça de família próspera da Colônia de Taquari, onde se fixou como comerciante. Cristina de Vivó destaca a importância do comércio e dos comerciantes na construção das relações sociais. De acordo com Vivó,

foi necessário identificar os principais comerciantes para analisar com quem tinham se relacionado, como tiveram acesso ao poder econômico, que vínculos estabeleceram com o poder político, por que alguns se beneficiaram mais do que outros, que tipos de atividades desenvolveram, quem foram seus representantes no interior do país (VIVÓ, 2009, p. 265).

Esse arrolamento de compromissos e laços tem o objetivo de demonstrar como as duas famílias pesquisadas – Voges e Diefenthäler – souberam compor alianças com outras famílias as quais se dedicavam a negócios que interessavam às duas parentelas. Navegação fluvial e comércio constituíram-se em grandes negócios, os quais interconectaram regiões muito distantes para o século XIX: o Litoral Norte do Rio Grande do Sul, boa parte da Colônia de São Leopoldo, a Colônia de Taquari e a capital da província, Porto Alegre. Nem mesmo o fato de um dos genros pertencer à Igreja Católica constrangeu o pastor

protestante, o qual permitiu que a filha Catarina contraísse núpcias com o jovem da família Diehl.

A trajetória pessoal e profissional de Voges permite que se considere a hipótese de que o ato de mover-se espacialmente colaborou para que ascendesse socialmente. Ao reduzir a escala de observação, pôde-se constatar que o homem e o pastor, confundidos no mesmo ser, conseguiu articular e colocar em prática múltiplas estratégias que visavam à mobilidade social e à espacial. Em termos de hierarquia, seus esforços foram positivos e produtivos, fazendo com que se projetasse sobre seus pares. Hierarquicamente, reuniu capital simbólico e material para ser reconhecido como um “exponencial”, isto é, como um imigrante que conquistara lugar privilegiado na sociedade receptora. Afora ser reconhecido como pastor, a diversificação econômica a que submeteu seus projetos permitiu contato e diálogo com pessoas de diversos grupos e níveis distintos de capital material. Além de pastor e agricultor, dedicou-se à navegação pelas lagoas do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, ao comércio (abrindo uma venda ao lado da igreja), à compra, venda e manutenção de escravos em suas propriedades, à fabricação de farinhas, açúcar e aguardente em seu moinho, atafona e alambique. Esse leque aberto de investimentos fez com que selasse sociedades com a família Diehl, de São Leopoldo, e com a família Dreher, de Porto Alegre.

A trajetória “excepcional normal” de Voges faz pensar sobre o processo de colonização implementado no Brasil desde o século XIX. Hoje, os estudos que têm a micro-história como ferramenta metodológica reforçam a ideia de que imigrantes e descendentes interagiram, estabeleceram trocas culturais, construíram redes sociais⁶, usaram de múltiplas estraté-

⁶ A produção sobre o conceito de rede é vasta. Para a presente reflexão, os seguintes autores foram consultados e serviram de referência: IMÍZCOZ, José María. Actores sociales y redes de relaciones: reflexiones para una historia global. *Revista da Faculdade de Letras e História*, Porto, III Série, v. 05, p. 115-140,

gias para identificar os códigos culturais da sociedade receptora e consolidar-se como um “exponencial”. Giovanni Levi, ao perseguir os passos de um padre exorcista, investigou como essa liderança pôde circular por uma região que transcendeu sua comunidade local. O autor chegou à conclusão de que a “herança imaterial” se constituiu na maior riqueza do pároco Chiesa, herdada de seu pai, uma espécie de escrivão e juiz da aldeia. O pai, ao longo de sua vida, não se preocupou em deixar bens materiais; ao contrário, sua fortuna era composta das relações que estabeleceu no dia a dia. Foi este bem que deixou ao filho, permitindo que o futuro padre se tornasse um exorcista reconhecido pelas comunidades ao redor de Santena.

A análise realizada por Levi é fundamental para a defesa das ideias apresentadas neste texto, principalmente no que concerne ao peso social da religião e da política. No entanto, não se trata de ficar limitado à herança imaterial; a proposta é de imbricar o imaterial com o material, ou seja, analisar como certas lideranças da Colônia alemã conseguiram unir estes dois aspectos ao longo de suas vidas. Mover-se social e espacialmente colaborou para a conquista de objetivos pragmaticamente estipulados e mais ou menos conquistados. A satisfação quanto à realização dos objetivos dependeu do acerto de alianças, nem sempre prósperas e frutíferas. É certo que nem tudo na história da imigração foi pautado pelo uso de estratégias; é certo que o acaso e os passos mal calculados renderam indisposi-

2004; IMÍZCOZ, José Maria. *Redes familiares y patronazgo: aproximación al entramado social del País Vasco y Navarra en el Antiguo Régimen (siglos XV-XIX)*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2001; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Indivíduos, famílias e comunidades: trajetórias percorridas no tempo e no espaço em Minas Gerais – séculos XVIII e XIX. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (Orgs.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 209-238; VENÂNCIO, Renato Pinto. Redes de compadrio em Vila Rica; um estudo de caso. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (Orgs.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 239-261.

ções e conflitos mil. Todavia, o que estava em jogo era o desejo e a necessidade de mapear e compreender os códigos culturais para, através dessa leitura, reconstruir a vida da forma mais aprazível e segura possível. Mediante tais considerações, arriscar-se-ia dizer que se mover tanto do ponto de vista social quanto do espacial configurou-se gênero de primeira necessidade na vida dos imigrantes e descendentes que se estabeleceram no Brasil a partir do século XIX.

Referências

AMADO, Janaína. *A revolta dos Mucker*. 2. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 2002.

BRAUN, Felipe Kuhn. *História da imigração alemã no Sul do Brasil*. 2. ed. Porto Alegre: Costoli, 2010.

IMÍZCOZ, José María. *Redes familiares y patronazgo: aproximación al entramado social del País Vasco y Navarra en el Antiguo Régimen (siglos XV-XIX)*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2001.

IMÍZCOZ, José Maria. Actores sociais y redes de relaciones: reflexiones para una historia global. *Revista da Faculdade de Letras e História*, Porto, III Série, v. 05, p. 115-140, 2004.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MARTINY, Carina. *Os seus serviços públicos estão de certo modo ligados à prosperidade do município: constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local (São Sebastião do Cai, 1875-1900)*. 2010. Dissertação (Mestrado) – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

MÜGGE, Miquéias Henrique. *Prontos a contribuir: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania (RS – Séc. XIX)*. São Leopoldo: Oikos, 2012. (Coleção Estudos Históricos Latino-americanos – EHILA/UNISINOS).

MÜHLEN, Caroline von. *Da exclusão à inclusão social: trajetórias de ex-prisioneiros de Mecklenburg-Schwerin no Rio Grande de São Pe-*

dro oitocentista. 2010. Dissertação (Mestrado) – São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

NICOLOSO, Fabrício Rigo. “Alemães” de elite em Santa Maria: perfil coletivo, estratégias familiares, relações de compadrio, vínculos de negócios e atuação política (1830-1891). 2013. Dissertação (Mestrado) – Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Indivíduos, famílias e comunidades: trajetórias percorridas no tempo e no espaço em Minas Gerais – séculos XVIII e XIX. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (Orgs.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 209-238.

PORTO, Aurélio. *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Estabelecimento Gráfico Santa Terezinha, 1934.

RELLY, Eduardo. *Floresta, capital social e comunidade: imigração e as picadas teuto-brasileiras (1870-1920)*. 2013. Dissertação (Mestrado) – Lajeado, Centro Universitário UNIVATES.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. v. 1 e v. 2. Porto Alegre: Globo, 1969.

TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes*. São Leopoldo: UNISINOS, 2000.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Redes de compadrio em Vila Rica: um estudo de caso. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (Orgs.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 239-261.

VIVÓ, Cristina Mazzeo de. Os vínculos interfamiliares, políticos e sociais da elite mercantil de Lima no final do período colonial e início da República: estudo de caso, metodologia e fontes. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (Orgs.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 264-295.

WITT, Marcos Antônio. *Política no Litoral Norte do Rio Grande do Sul: a participação de nacionais e de colonos alemães – 1840-1889*. São Leopoldo, 2001. Dissertação (Mestrado) – História da América Latina. Programa de Pós-Graduação em História – UNISINOS.

WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

Mobilidade social e formação de hierarquias em populações imigrantes: um debate a partir dos trabalhos de Oswaldo Truzzi, Núncia Santoro de Constantino e Marcos A. Witt

Vania Herédia

A experiência migratória faz parte da história do Rio Grande do Sul. Desde a sua formação, bem como em períodos posteriores, a ocupação do território dessa Província, teve a presença efetiva de imigrantes que vieram com o intuito de se instalar, a fim de aproveitar as condições oferecidas pelo Império, a partir da Lei de Terras. Menos de dois séculos se passaram, e as experiências que marcaram a presença dos imigrantes no Brasil foram visíveis. Nessas experiências migratórias, encontram-se eixos de convergência que evidenciam simultaneamente questões referentes à ocupação da terra, às formas e aos tipos de deslocamentos, cujas diásporas envolveram a estrutura fundiária, os regimes de trabalho e a presença de diversas etnias.

A riqueza dos estudos apresentados neste evento localiza-se nas diferenças que ocorreram nesses deslocamentos, devido ao período migratório, às diferenças étnicas e aos objetivos primeiros promovidos pela mobilidade dessas populações. Não se pode esquecer que esses fenômenos migratórios estão

associados, como coloca Seyferth (2013, p. 1), à constituição dos Estados-nação no século XIX, “num período de intenso movimento migratório da Europa para as Américas, interpondo-se aos interesses do Estado brasileiro na imigração”.

As comunicações de Oswaldo Truzzi, Núncia Santoro de Constantino e Marcos Witt sobre mobilidade social e espacial têm relevância científica devido ao significado que os estudos migratórios e de mobilidade social adquiriram na historiografia brasileira. As comunicações trazem resultados de estudos desses pesquisadores que, apesar de enfoques teóricos diversos, entrelaçaram o tema pela presença da etnicidade nas diversas experiências migratórias, em espaços sociais que oportunizaram mobilidade espacial no Brasil.

A comunicação de Oswaldo Truzzi mostra as possibilidades de mobilidade decorrentes da diversidade de formas de como ocorreu a inserção dos imigrantes na sociedade brasileira. Elucida essas possibilidades pela descrição de mecanismos de assimilação e pelos arranjos institucionais do Estado de acolhimento; das empresas, do mercado e de ações individuais. Mostra como os mecanismos de assimilação operam nos indivíduos, nos grupos e nas instituições, permitindo visualizar a mobilidade social. Reflete ainda sobre o primado da estratificação étnica e como a mesma promoveu a emergência da classe como elemento de inserção social. Possibilita a discussão dos conceitos de classe muitas vezes necessários nos estudos de mobilidade e utilizados nem sempre de forma adequada, permitindo entender quando ocorre ascensão social, ou seja, mudança de classe.

Na sequência, Núncia Santoro de Constantino, na comunicação intitulada “Redes sociais e etnicidade, hierarquias e mobilidade social: italianos de Porto Alegre (1875-1939)”, mostra a força da etnicidade como meio pelo qual um grupo de imigrantes do Sul da Itália, especificamente da Calábria,

apropriou-se dos espaços econômicos na cidade de Porto Alegre, capital da Província do Estado do Rio Grande do Sul, deixando marcas visíveis de uma cultura transplantada. O estudo permite a visualização da ação desses imigrantes no comércio da capital, o que contribui para o crescimento da mesma, por meio de atividades econômicas, principalmente no setor de comércio e serviços. Os ramos de carnes verdes a varejo, gêneros alimentícios, bares e restaurantes foram os que mais tiveram destaque, apesar de também estarem registradas profissões de cunho artesanal e liberal. A autora realça que, em algumas “formas elitistas de organização”, como é o caso das lojas maçônicas de Porto Alegre, o número de italianos é relevante, apesar de os mesmos não serem provenientes da comunidade que a autora estuda. Entretanto, o estudo destaca a relação entre algumas hierarquias sociais e a mobilidade social, quando ressalta o valor que os italianos atribuem ao trabalho pela ascensão social que o mesmo tem poder de promover, o que possibilita reconhecer o papel das redes sociais como mecanismo de integração e de manutenção da identidade. Esse atributo também ocorreu com os italianos da Região Nordeste do Estado do RS, que, mesmo na condição de camponeses, vinculados às áreas rurais, veem o trabalho como condição de ascensão social, o que fortalece o *ethos* do trabalho associado à imigração. A força do grupo étnico faz com que haja influência do mesmo na possibilidade de ascensão social, o que mostra o papel das redes nas relações entre as hierarquias e a mobilidade social, como ficou expresso na fala de Núncia de Constantino. As relações estabelecidas pela rede podem demonstrar o grau de prestígio das mesmas e promover o grupo.

Na mesma direção, Oswaldo Truzzi aponta que as redes migratórias, por meio de vínculos estabelecidos, têm força nas relações econômicas, políticas e sociais. As redes envolvem relações sociais de parentesco e de amizade entre os conterrâneos, o que influencia as atividades econômicas e beneficia as

relações. Truzzi chama a atenção que os movimentos migratórios sofrem influências das redes quando ocorre interferência direta das mesmas na instalação de atividades econômicas. Nesse sentido, a pesquisa realizada por Fazito (2002) corrobora essa tese, quando diz que o papel das redes auxilia no processo migratório por meio das relações e das conexões que as mesmas oferecem. Essas relações e conexões são parte dos mecanismos que os imigrantes utilizam para se integrar aos novos ambientes, tais como: o primeiro trabalho, a ajuda na moradia, a carta de referência, as indicações, os empréstimos e mesmo a constituição de sociedades comerciais. O estudo de Truzzi evidencia as diversas formas de arranjos institucionais que facilitaram os processos migratórios, entre elas os arranjos institucionais promovidos pelo Estado, pelo mercado, pelas instituições. Além desses, explicita os mecanismos de assimilação individual que promoveram rápida ascensão econômica, por meio de atributos reconhecidos pela sociedade, como detentores de diplomas, casamentos, entre outros. A contribuição dessa pesquisa localiza-se no conceito de assimilação, quando o autor mostra as variações das diversas formas de inserção no tecido social pelas diferentes etnias, destacando a mobilidade ocupacional como processo intergeracional, que envolve a ação desde o ponto de partida e o ponto de chegada.

Voltando à apresentação de Núncia de Constantino, a autora avança na discussão migratória quando diz que as estruturas de parentesco e de amizade entre italianos meridionais geraram sociedades comerciais, mesmo que de pequeno porte, marcadas pela estrutura familiar, “relações de descendência e de colateralidade”, citando Piselli (1981), as quais promoveram um “sistema de troca de favores” pela reciprocidade. Tem presente nesse raciocínio o elemento de etnicidade que marca os italianos meridionais, que estão ligados por uma série de valores culturais e normas que os caracterizam.

Marcos Witt, na sua apresentação “Mobilidade social e formação de hierarquias: diálogos possíveis com os estudos sobre imigração alemã”, mostra a estreita relação que existe entre mobilidade social e espacial por meio da história de duas famílias imigrantes alemãs no Rio Grande do Sul. Usa os registros das Câmaras Legislativas estaduais e municipais para descrever as condições em que se movimentavam os imigrantes da época e questiona o uso dos documentos na produção historiográfica tradicional. Destaca, por meio desse estudo, que houve possibilidade de colonos alemães se sobressaírem no plano socioeconômico mesmo não pertencendo à elite alemã intelectual ou portuguesa, quando conseguiram negociar interesses próprios, o que promoveu mobilidade espacial e, consequentemente, social. Chama a atenção para as estratégias familiares utilizadas pelos imigrantes alemães, por meio do apadrinhamento e do casamento, dos acordos e arranjos familiares, que garantiram a constituição e manutenção das grandes parentelas, como meio de mobilidade social. Ilustra a mobilidade pela associação dos colonos com a Guarda Nacional, que, à medida que eram recrutados, possuíam a dimensão de que ocorreria a mobilidade espacial, indesejada, e que novas estratégias surgiriam para dar conta dessas intenções.

O caso de três pastores que chegaram à Colônia de São Leopoldo, a partir de 1824, reflete a estrutura da hierarquia social, quando os mesmos quiseram ocupar o cargo de primeiro pastor da colônia. Os conflitos que emergem dessas relações trazem à tona a organização da época, as relações com a política estadual e nacional, as tensões e os conflitos das ideias do poder nacional e a busca de soluções políticas, a fim de apaziguar tais relações e saídas sociais, como meios de garantir resultados eficientes na mobilidade social. O estudo comprova o conjunto de compromissos assumidos pelas famílias em destaque, Voges e Diefenthäler, na construção de alianças que en-

volviam atividades tanto na área de navegação fluvial como do comércio de grandes negócios, das duas parentelas.

Constata-se que, nos estudos que lidam com o tema da mobilidade, os recursos metodológicos utilizados foram variados, o que envolveu pesquisa documental, história oral, micro-história. A riqueza desses recursos é que garantiu a construção de uma história contextualizada, mesmo que os autores tenham usado quadros teóricos distintos. O aporte desses estudos mostra os resultados da mobilidade, dos espaços percorridos e da memória construída sobre essas relações, que dão vida a essas histórias, o que remete à importância de novas pesquisas.

Referências

FAZITO, Dimitri. A Análise de Redes Sociais (ARS) e a migração: mito e realidade. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8., 2002, Ouro Preto, Minas Gerais. *Anais...*, Ouro Preto, 2002.

PISELLI, F. *Parentela ed emigrazione: mutamenti e continuità in una comunità calabrese*. Torino: Einaudi, 1981.

SEYFERTH, Giralda. A etnicidade teuto-brasileira na perspectiva transnacional. In: REUNIÓN DE ANTROPOLOGIA DEL MERCOSUR, 10., 2013, Córdoba.

Parte 4

Acervos e fontes para o estudo da mobilidade social e formação de hierarquias

As fontes para o estudo da família no passado

Carlos A. P. Bacellar

Os estudos sobre a família no passado brasileiro têm se multiplicado ao longo das últimas décadas, demonstrando um vigor analítico bastante consistente. Nas mais diversas universidades, pesquisadores se debruçam sobre uma gama diversificada de fontes documentais, qualitativas e quantitativas, em busca dos vestígios de famílias pretéritas. Desse esforço vêm resultando trabalhos instigantes e uma pluralidade de temas, comprovando que a história da família é campo fértil para novas propostas de investigação.

Cabe ressaltar que, num país de dimensões continentais como o Brasil, a proliferação de iniciativas de estudo da família em termos históricos é uma realidade. Nas reuniões bianuais da ANPUH nacional, as diversas edições de Simpósios Temáticos relacionados ao tema, coordenados por Carlos Bacellar e Ana Sílvia Volpi Scott, vêm atraindo uma impressionante e a princípio inesperada diversidade de contribuições. Tem sido uma grande surpresa, por exemplo, a contínua oferta de trabalhos oriundos de universidades do Nordeste e do Norte, por vezes numericamente predominante sobre aqueles provenientes do Sul e Sudeste, regiões tradicionalmente concentradoras da produção historiográfica. Este fenômeno foi particularmente consistente quando da realização dos Encontros Nacionais de História em Fortaleza e, mais recentemente, em Natal.

A multiplicação de estudos em história da família por todo o Brasil levanta a questão bastante óbvia da má circula-

ção dessa produção pelo meio acadêmico. Dissertações e teses defendidas localmente ainda enfrentam notável dificuldade em serem divulgadas para além do âmbito local. Do mesmo modo, artigos publicados regionalmente ainda têm circulação restrita, principalmente quando os periódicos têm baixa classificação no Qualis.

A produção nacional em história da família, e mesmo em áreas correlatas, como a história social da população e demografia histórica, padece, portanto, da falta de um sistema eficiente de rastreamento e indexação da produção mais recente. Ainda mais, o isolamento de muito dos autores tem levado, também, à produção de conhecimento descolado da historiografia internacional, resultando em trabalhos por vezes desatualizados, ancorados quase que exclusivamente em bibliografia nacional.

Esta constatação inicial, de uma produção historiográfica crescente, embora ainda bastante dispersa, permite-nos considerar que os pesquisadores têm tido sucesso em localizar fontes documentais. A despeito dos graves problemas enfrentados pelos arquivos públicos, os documentos teimam em sobreviver. Aos historiadores cabe sua exploração e sua publicização, para que novas gerações se debruçam sobre os mesmos e pressionem os arquivos e as autoridades por sua preservação.

Para se estudar a família em termos históricos as fontes documentais são notoriamente diversas; se são relativamente rarefeitas para os dois primeiros séculos da colonização, são, pelo contrário, abundantes e variadas para os séculos XVIII, XIX e XX. Talvez a grande questão enfrentada pelo historiador da família, ou pelo historiador em geral, seja o acesso às fontes documentais. A ausência de uma política nacional de arquivos consistente tem dificultado, de maneira sensível, o acesso a grandes conjuntos documentais e, pior ainda, tem permitido que muitos desses conjuntos se percam de maneira defi-

nitiva. Eis, portanto, o eixo principal de nossas reflexões: os arquivos, e seus documentos, sob a ótica mais específica da história da família e, por que não, da história social da população.

As fontes para tais estudos são conhecidas desde há muito. Cabe lembrar, nesse sentido, que ainda nos séculos XVIII e XIX os acervos documentais públicos e privados já eram consultados por genealogistas, ávidos por reconstituir, com o máximo de fidedignidade, árvores genealógicas das elites rurais. As mais importantes obras do gênero foram elaboradas por Frei Jaboatão¹, Borges da Fonseca², Pedro Taques³ e Silva Leme⁴, que recorreram principalmente a registros paroquiais de batismo, casamento e óbito, bem como a testamentos e inventários, para construir suas obras monumentais. Embora se saiba, de antemão, que os resultados de tais trabalhos devem ser avaliados com o devido cuidado, principalmente por conta da excessiva liberdade de dedução e do espírito de censura que os

¹ JABOATÃO, Frei Antônio de Santa Maria. Catálogo Genealógico das Principais Famílias que Procedem de Albuquerque e Cavalcantis em Pernambuco e Carumurus na Bahia, (tiradas de memória, manuscritos antigos e fidedignos, autorizados por alguns escritores, em especial o teatro genealógico de D. Livisico de Nazão Zarco e Colona, aliás Manuel de Carvalho Ataíde, e acrescentado o mais moderno, e confirmado tudo, assim moderno como antigo com assentos de batizados, casamentos e enterros que se guardam na Câmara Eclesiástica da Bahia). *Revista do IHGB*, v. 52, n. 1, 1889.

² FONSECA, Antonio José Vitoriano Borges da. *Nobiliarquia pernambucana*. Anaes da Biblioteca Nacional, v. XLVIII, 1926 (1935).

³ LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1980. 3 tomos.

⁴ LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogia paulistana*. São Paulo: Duprat e Cia., 1903/1905. 9 v.

⁵ Resta antológico, por exemplo, o célebre caso da obra genealógica de Brotero, *Memórias e tradições da família Junqueira*, que, publicada originalmente em 1957, foi republicada, em 1959, numa improvisada segunda edição, com vistas a eliminar a prolífica descendência do padre Francisco Antonio Junqueira, que compunha todo o segundo capítulo da genealogia. No lugar do capítulo, Brotero insere um esforço de justificativa, alegando que “surgiram divergências e dúvidas a respeito do estudo genealógico deste Junqueira”. BROTERO, Frederico de Barros. *Memórias e tradições da família Junqueira*. 1. ed., São Paulo, 1957; 2. ed., São Paulo, 1960.

imbuía⁵, constituem-se, hoje, em importantes referências para o estudo da família. Apesar do preconceito com que são consideradas pelo meio acadêmico e mesmo arquivístico, são importantes fontes secundárias para a história e constituem, por si próprias, esforços não negligenciáveis de mapeamento de redes familiares, de alianças patrimoniais e de ocupação do território pelas grandes propriedades fundiárias.

Esta é, portanto, uma primeira linha de orientação para os estudiosos da história da família: buscar as genealogias. A genealogia de Silva Leme, para a capitania de São Paulo, é rica em reconstituir os grupos familiares paulistas dos séculos XVI e XVII, em grande parte elaborada com base em fontes de há muito desaparecidas. Para o período, há elementos bastante consistentes para se analisar a questão da miscigenação entre europeus e indígenas, visto a obra adotar um viés notoriamente valorizador dessa ascendência gentílica. Até o presente, no entanto, nenhum trabalho de história da família brotou desse manancial.

Há também uma vasta profusão de obras genealógicas publicadas ao longo do século XX, e ainda hoje temos um número ponderável de profissionais que se dedicam a construir genealogias, agora não mais restritas às tradicionais elites agrárias, mas também incluindo famílias imigrantes e de classe média. Inúmeros *sites* da internet dedicam-se à disponibilização de tais publicações, e as bibliotecas de maior porte oferecem coleções de periódicos de genealogia, tal como a *Revista Genealógica Latina*, ou o *Anuário Genealógico Brasileiro*, ambas publicações do Instituto Genealógico Brasileiro.

Cabe ressaltar que, no exterior, a pesquisa genealógica tem espaço privilegiado junto aos arquivos públicos. Contando com catálogos específicos que orientam o interessado para as fontes documentais nominativas, essenciais para a recuperação de informações sobre famílias, estes arquivos valorizam o aco-

lhimento de genealogistas e historiadores da família. É uma situação oposta à encontrada nos arquivos públicos brasileiros, onde não há quaisquer preocupações com tal perfil de pesquisadores.

À parte os genealogistas, os arquivos públicos brasileiros são, ou deveriam ser, instituições fundamentais para a pesquisa da história da família. Não obstante, causa surpresa a rarefação de historiadores nos salões de consulta desses arquivos... Nos seis anos e meio em que estive como coordenador do Arquivo Público do Estado de São Paulo, findos em julho de 2013, muito raras foram as ocasiões em que encontrei colegas historiadores a pesquisar. Esse distanciamento entre o historiador e os arquivos está evidentemente baseado em tendências historiográficas, mas também, e eu diria principalmente, na péssima qualidade dos serviços de arquivo. Na maioria dos casos, tais arquivos, especialmente os públicos, oferecem condições precárias no acolhimento dos interessados. Instalações inadequadas, instrumentos de pesquisa – catálogos, inventários, bases de dados – inexistentes ou de má qualidade, documentos deteriorados e sem sofrerem ações de mínima estabilização, funcionários despreparados, eis o panorama. E pior, a notícia de que grandes conjuntos documentais foram perdidos ao longo dos tempos, pela incúria dos homens encarregados de guardá-los⁶.

Este quadro desalentador não impede, contudo, o historiador persistente de desenvolver suas investigações. Por vezes até se depara com condições excepcionais de consulta, que não são regra. As fontes, apesar das vastas perdas ao longo dos séculos, ainda são numerosas para o século XVIII e seguintes.

Os documentos centrais para a história da família foram sugaridos, de maneira bastante premonitória, por Gilberto

⁶ Para o caso paulista, a simples consulta dos antigos genealogistas e cronistas nos faz perceber que citam documentos que hoje não mais são encontrados nos acervos dos arquivos. O tempo, ou mãos hábeis, os levaram...

Freyre, em seu prefácio à 1ª edição de *Casa-Grande e Senzala*. Ali, ressalta a importância de se recorrer aos assentos paroquiais, aos testamentos e inventários, aos processos cíveis e crimes, às correspondências públicas e privadas, aos diários íntimos, aos viajantes, para se adentrar nos interiores das casas-grandes, buscando recuperar a intimidade familiar.⁷

Ao historiador da família cabe, portanto, a tarefa de desbravar as fontes documentais disponíveis que restaram mais ou menos intactas. No âmbito da Iniciação Científica, a tarefa de leitura de fontes manuscritas do passado enfrenta o desafio da paleografia. Muitos alunos desanimam diante dessa barreira. A cada vez menor oferta do ensino de leitura paleográfica é uma questão que deveria merecer a atenção dos cursos de História, e aqui fazem-se urgentes ações de parceria com a área de Filologia, que partilha conosco o interesse pela escrita do passado.

Ultrapassada a barreira da leitura paleográfica, resta ao pesquisador da família desbravar os arquivos. Na maior parte do Brasil, terá o desafio de buscar suas fontes em condições distantes do ideal, com instituições arquivísticas despreparadas, posto que geralmente abandonadas pelo Estado. É recorrente, por exemplo, descobrir-se que, em pleno século XXI, ainda vigoram arcaicas proibições de fotografias digitais nas salas de consulta, menos por temor de danos que provocariam no papel caso usassem *flash* – que é desnecessário, a bem da verdade – do que por temor do esvaziamento das salas de consulta. Pelo contrário, o que se espera dos arquivos públicos, hoje, é o urgente investimento em acervos organizados e digitalizados, garantindo a expansão do processo de difusão via *web*, poupando a ida *in loco* para consultar. Desta forma, o pesquisador/consulente pode carregar consigo as imagens digitais que re-

⁷ FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. 19. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

quisitou ou produziu pessoalmente e analisar os documentos no momento que desejar.

Não é demais ressaltar que os arquivos públicos jamais terão condições de digitalizar a totalidade de seus acervos, reconhecidamente imensos. Há de haver uma política que leve em conta quais conjuntos documentais merecem a digitalização, por já estarem fisicamente organizados, por serem muito consultados ou mesmo por estarem em precário estado de conservação. Digitalizados, deixam de ser diretamente consultados, afastando-os das mãos destruidoras do homem, e podem ser convenientemente preservados para a posteridade. Aqui, cabe uma advertência: documentos digitalizados, tenham a idade que tiverem, não podem jamais ser descartados após digitalizados. Digitalizar é, portanto, um processo que garante uma difusão mais ampla e rápida dos documentos, ao mesmo tempo em que preserva os originais de maiores danos.

Quando a consulta aos documentos primários é inevitável, os arquivos deveriam garantir condições de segurança mínima para esses documentos e seus consulentes. Ambiente de salas de consulta seguros, climatizados, com mobiliário adequado, vigilância e boas instruções de manuseio, indispensáveis para se garantir a integridade dos documentos. E, ao mesmo tempo, disponibilização, ao consulente, de luvas e máscaras, fundamentais para garantir a saúde do homem e do papel que manuseia.

Isto posto, penso ser fundamental apontar para os principais conjuntos documentais disponíveis para os historiadores da família e suas condições de acesso no Brasil atual.

Os acervos eclesiásticos

Os acervos acumulados pela Igreja ao longo de cinco séculos de história são, sem dúvida, de grande importância para

a história da família. Três séries documentais podem ser destacadas:

Registros de batismos, casamentos e óbitos

Certamente as séries mais conhecidas dos arquivos eclesiásticos. Em função do Padroado Régio, esta documentação produzida pela Igreja equivale, na atualidade, ao Registro Civil. Em Portugal, quando da proclamação da República, o Estado confiscou boa parte dos acervos eclesiásticos, especialmente quando diziam respeito a funções que passariam à responsabilidade direta do Estado. Tal medida assegurou, em certa medida, uma melhor condição de guarda e, principalmente, a garantia de acesso livre ao cidadão.

No caso brasileiro, nenhuma medida nessa direção foi adotada. Desta maneira, os acervos eclesiásticos permaneceram em mãos da Igreja, concentrados nos chamados arquivos das cúrias. Lamentavelmente, estas instituições não oferecem, *grosso modo*, as mínimas condições de segurança de guarda da documentação e igualmente não oferecem boas condições de acesso. Com algumas exceções, os espaços de consulta das cúrias são totalmente improvisados. Em muitas, a situação é ainda pior: o acesso é restrito, sujeito a regras e horários inimagináveis, quando não se veta totalmente a consulta.

É praticamente inexistente o acervo de registros paroquiais para o século XVI, devorado pelo tempo e pelo clima tropical. Para o século XVII, restam fragmentos para algumas paróquias, especialmente para a segunda metade do século e em áreas não litorâneas. Somente para o século XVIII estas séries se tornam mais corriqueiras, mas mesmo assim há paróquias importantes onde a documentação do período se perdeu por completo.

Os registros paroquiais começaram a ser explorados, no meio acadêmico, a partir dos primeiros estudos de Demografia Histórica, na década de 1970. A História da Família veio na

esteira desses primeiros trabalhos, centrada principalmente na família escrava e influenciada pelo rápido incremento dos estudos sobre a escravidão a partir da década de 1980.

Processos de habilitação *de genere et moribus*

Estes processos eram estabelecidos para investigar se um candidato à carreira eclesiástica tinha a pureza de sangue necessária. São processos muito ricos para o historiador da família, pois nele podemos conhecer a filiação, a naturalidade dos pais e os nomes e naturalidade dos avós paternos e maternos. Encontramos, também, inquirições de testemunhas, importantes quando relatam detalhes da vida familiar do candidato; as certidões de batismo do habilitando e de seus ascendentes; as certidões de casamento dos pais e avós; eventualmente, as declarações dos ofícios dos pais e avós paternos e maternos e demais ascendentes. O processo era deferido quando a informação genealógica prestada pelo habilitando se confirmava, comprovando que sua família não carregava *sanguine infecto* ou qualquer outro *defeito* que impedisse sua demanda.

Processos de dispensa matrimonial

De acordo com as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, os impedimentos dirimentes de cognação deveriam ser observados quando da proposição de uma união matrimonial. Eis a definição apresentada:

Cognação: é esta de três maneiras, natural, espiritual, e legal. Natural, se os contraentes são parentes por consanguinidade dentro do quarto grau. Espiritual, que se contrai nos sacramentos do batismo, e da confirmação, entre os que batizam e o batizado, e seu pai e mãe; e entre os padrinhos, e o batizado e seu pai e mãe; e da mesma maneira no sacramento da confirmação. Legal, que provém da perfeita adoção, e se contrai este

parentesco entre o perfilhante e o perfilhado e os filhos do mesmo que perfilha, enquanto estão debaixo do mesmo poder ou dura a perfilhação. E bem assim entre a mulher do adotado e adotante e entre a mulher do adotante e adotado⁸.

Ao solicitar a dispensa, o casal de nubentes buscava justificar as razões de desejar contrair matrimônio face à constatação de parentesco próximo, impeditivo. Para os mais ricos, em geral a justificativa era o pequeno número de cônjuges de igual condição disponível na localidade, o que resultava em sempre recair em algum parente a pretensão matrimonial. Era bastante comum primos-irmãos casarem entre si, bem como tios com sobrinhas, estabelecendo um grau de consanguinidade perigoso para as gerações futuras, sujeitas a problemas genéticos. Curiosamente, a quase totalidade das solicitações era atendida por uma Igreja mais preocupada com os pagamentos advindos de cada processo do que com a consanguinidade exagerada.

As dispensas matrimoniais são importantes por permitirem adentrar nas estratégias estabelecidas pelas famílias na transmissão do patrimônio entre as gerações. Cônjuges eram selecionados tendo em vista os bens que possuíam, os dotes que aportavam à união conjugal. Era também importante buscar garantir que o patrimônio fundiário não escapasse do controle familiar, evitando-se que se dispersasse em mãos estranhas.

Casais mais humildes, e mesmo escravos, também podiam solicitar dispensa matrimonial. Isso caso conseguissem arcar com as custas do processo. Nestes casos, a pobreza e o convívio diário com o pretendente ou a necessidade de amparo pelo candidato a marido tendiam a ser a justificativa, igual-

⁸ *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* / Sebastião Monteiro da Vide; estudo introdutório e edição Bruno Feitler, Evergton Sales Souza; István Jancsó, Pedro Puntoni (organizadores). São Paulo: Edusp, 2010. Livro Primeiro, Título LXVII, p. 250.

mente aceita pela Igreja. Mas, de uma maneira geral, as camadas mais populares tendiam a optar pela união consensual, evitando a burocracia e seus custos.

Cabe ressaltar que grande parcela dos acervos nominativos eclesiásticos, justamente os que interessam aos historiadores da família, foram microfilmados ou, mais recentemente, digitalizados pela Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, ou mórmons. Durante muito tempo, o acesso a essas cópias se deu exclusivamente através dos Centros de História da Família, distribuídos por todo o território nacional. Ultimamente, parte substancial dessa coleção tem sido digitalizada e disponibilizada através do *site* do Family Search (<https://familysearch.org>), facilitando enormemente o trabalho de investigação. Lamentavelmente, diversas cúrias impediram o trabalho de reprodução de documentos promovido pelos mórmons, justificando as lacunas na cobertura geográfica oferecida pelo Family Search.

Os acervos cartoriais

Os acervos cartoriais são de difícil consulta, uma vez que os cartórios, além de não estarem preparados para atender pesquisadores, nem sempre têm boa vontade em permitir o acesso. Para o caso de São Paulo, poucos sabem que legislação da década de 1920 obrigou todos os cartórios paulistas a preparar e enviar ao Arquivo Público livros-cópia do registro civil e de imóveis. Cobrindo o intervalo entre 1927 e 1975, num total de aproximadamente 180 mil volumes, constituem-se em precioso e acessível acervo⁹.

⁹ Não temos informação sobre a aplicação dessa legislação de salvaguarda dos acervos cartoriais a outros estados da União. Aparentemente, no entanto, a legislação em pauta se restringiu ao âmbito do Estado de São Paulo.

O registro civil

Criado ainda no Império, através do decreto nº 5.604, de 25 de abril de 1874, passou a vigorar a partir de 1875, mas de maneira bastante rarefeita e não obrigatória. Visava solucionar o impasse provocado pela presença de estrangeiros e imigrantes não católicos, que começavam a ser introduzidos no Brasil e não podiam ser registrados. Foi mais efetivo nas províncias que acolhiam os imigrantes, isto é, São Paulo e as províncias do sul. Tornou-se universal e obrigatório por imposição do decreto nº 9.886, de 7 de março de 1888, em que pese a forte resistência da Igreja e dos setores a ela relacionados.

Embora o registro civil não tenha eliminado os registros paroquiais, tornou-se progressivamente mais confiável para o pesquisador, uma vez que reúne a população de diferentes credos. Tem qualidade informativa melhor estabelecida, mas em contrapartida tem no seu volume – provocado pelo crescimento demográfico acentuado da população no século XX – um formidável obstáculo para a investigação.

Os registros de notas e de imóveis

Hipoteticamente, a documentação cartorial deveria remontar aos princípios da colonização. Na prática, pouco restou para os séculos XVI e XVII e, em alguns municípios, mesmo para o XVIII. Em 1988, por iniciativa da UNESCO e do Arquivo Nacional, publicou-se o *Guia brasileiro de fontes para a História da África, da Escravidão Negra e do Negro na Sociedade Atual*¹⁰; nessa ocasião, buscou-se apontar para a farta documentação existente nos cartórios, até mesmo como maneira de alertar os titulares dos mesmos sobre a importância dos documen-

¹⁰ *Guia brasileiro de fontes para a História da África, da Escravidão Negra e do Negro na Sociedade Atual*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1988. 2 v.

tos que mantinham sob sua responsabilidade. O rol de registros então levantados permite que se tenha uma ideia das possibilidades de investigação: compra e venda de escravos e de imóveis, alforria, permuta de bens, penhor, procurações, reconhecimento de filhos, hipotecas, escrituras de compra e venda diversas, dentre outros.

Todo um universo documental que possibilita ao historiador analisar a família sob os mais diversos olhares. É documentação fundamental para entendermos a inserção das famílias nas redes sociais e mercantis, e a elaboração, sucesso ou fracasso das estratégias de reprodução social

Os acervos do Judiciário

Os acervos do Poder Judiciário Federal e nos Estados são imensos e, em sua grande maioria, não se encontram suficientemente organizados. Um esforço para estabelecer uma política nacional de preservação e acesso aos acervos da Justiça tem sido desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça, com resultados diversos. Um caso bem-sucedido é o Programa Preservação da Memória Institucional da Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro, que, por meio de convênio firmado em 2003 com o Núcleo de Documentação da Universidade Federal Fluminense, vem implementando uma eficiente política de gestão documental de seu acervo, garantindo o acesso do cidadão e do pesquisador.

Em contrapartida, temos casos de acesso dificultado. No Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a recente iniciativa de propor a terceirização por completo da guarda do acervo, e sem previsão de tratamento arquivístico, indica um futuro de maior dificuldade de acesso aos documentos, tornando a consulta sistemática de grandes segmentos de acervo virtualmente impossível.

Processos cíveis e crimes

Sob esta denominação genérica, podemos encontrar todo e qualquer processo que envolvesse conflitos entre partes, desde o crime de morte até as mais simples disputas e conflitos brotados do cotidiano: disputas por divisas de imóveis rurais ou urbanos, acertos de contas de negócios malparados, cobranças de dívidas, violência contra a pessoa – tentativa de assassinato, agressões, ameaças, estupro. Tudo envolvia indivíduos e suas famílias. Ao historiador da família, estes processos abrangem desde o grande proprietário até o miserável escravo: todos podiam vir a ser personagens das tramas corriqueiras, e dos recursos à Justiça. Personagens que nos legaram seus depoimentos, suas versões, passados pelo crivo do escrivão, inevitável intermediador das falas. Nas páginas por vezes extensas dos processos, a família brota de maneira constante, ao se descrever práticas e costumes, descortinados a partir dos inúmeros depoimentos das partes e das testemunhas, que pouco a pouco permitem ao historiador da família o acumular de fragmentos de seu roteiro.

Testamentos e inventários

Compõem o conjunto dos processos do Judiciário, mas mereceram menção à parte devido a seu potencial e diversidade. Extremamente ricos de informações, constituem, no entanto, um recorte na história da vida de indivíduos e de famílias: o recorte do momento da morte de um dado personagem. Talvez resida aqui o grande risco desse tipo de documentação: o fato de recortar a vida de alguém justamente no momento em que essa vida se encerrava. Se imaginarmos a vida de um cafeicultor que tenha vivido 70 anos, seu testamento e inventário retrata somente o desfecho de sua vida conjugal e econômica. São ali retratados os escravos que possuía naquele momento,

sem que saibamos como sua posse evoluiu ao longo de anos de vida produtiva.

Assim, trabalhar a família através dessa documentação exige do historiador o esforço de inserir a fonte no contexto do ciclo de vida do personagem. E aí torna-se importante o cruzamento de fontes, para que possamos suprir uma das maiores lacunas dos testamentos e inventários: a idade do falecido. Por incrível que pareça, nesses processos somente podemos inferir uma aproximação etária através de indícios indiretos, em especial o número de filhos e seus respectivos estados conjugais, e mesmo a presença de netos, que indicariam uma faixa etária aproximada do falecido. Sem tais indícios, ficaríamos sem saber ao menos se o indivíduo que morrera era jovem ou idoso.

De qualquer maneira, os testamentos, por si só, são peças fundamentais para buscar entender o universo mental dos personagens: sua visão de mundo, manifestada por suas últimas vontades. Suas crenças pessoais, suas redes de relacionamento, seus temores sobre o destino de sua alma frente aos possíveis pecados que julgavam haver cometido; bem como o destino que resolviam dar à sua terça, ferramenta sólida que detinham em mãos para aquinhoar quem bem entendessem, possibilitando que o historiador detecte seus interesses, e os de sua família, no que diz respeito ao destino de seus bens.

O inventário, por seu turno, também é bastante importante para rastreamos a fortuna das famílias: posse de terras e escravos, imóveis e móveis, dívidas ativas e passivas. Ali podemos perceber, por trás de rubricas e valores registrados, inevitáveis esforços para burlar a legislação sucessória, para eventualmente favorecer este ou aquele herdeiro. Bens avaliados com rigor, ou subavaliados, para atender às necessidades sucessórias familiares e enfrentar eventuais impostos? Partilhas reais, ou fictícias, apenas para atender aos trâmites legais? Estas são algumas questões que atormentam o historiador, frente

à frente com documentos frios e nem sempre espelhos fiéis à realidade.

Seja como for, os testamentos e inventários permitiram estudos fundamentais para a história da família. Neles, a religiosidade vem, fragmentada, à tona. A prática do dote transparece, desaparecendo ao longo dos séculos. As estratégias sucessórias se tornam mais evidentes, embora vistas apenas em seu ajuste final. Os conflitos intra e interfamiliares também se apresentam, com querelas em torno de inventários se arrastando por anos a fio. Nas páginas desses processos, os desvãos da família podem vir à luz, sob a forma de filhos ilegítimos e naturais, concubinatos, adultérios, confessados nos testamentos e declarados para sossego da alma quando da partilha do patrimônio.

Os acervos do Poder Executivo

Os documentos do Poder Executivo geralmente são encontrados nos respectivos arquivos públicos da mesma esfera. Lamentavelmente, no entanto, parte significativa dessa documentação jamais foi recolhida, permanecendo acumulada, de maneira desordenada, nos órgãos produtores e acumuladores originais. Assim, secretarias, autarquias e fundações dos executivos federal, estaduais e municipais encontram-se atulhados de documentos sem valor corrente, que já deveriam ter sido recolhidos aos arquivos para livre consulta. Não é o caso, no entanto: a ausência de políticas de gestão arquivísticas e, conseqüentemente, a manutenção de arquivos públicos em situação bastante precária têm impedido a guarda e difusão dos acervos, com consideráveis e irreversíveis perdas definitivas.

A relação de documentos do Executivo que possibilitam o estudo da família é exaustiva. Toda ação do Estado interfere na vida do cidadão, e nesse momento informações sobre os

indivíduos e sua família ficam registrados para a posteridade. Hoje, no âmbito da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), a disponibilidade de documentos e informações de caráter pessoal (prontuários médicos e pessoais, por exemplo) nos acervos públicos exige que toda uma regulamentação de acesso seja efetivada, evitando divulgação que prejudique a intimidade do cidadão. Tal regulamentação, no entanto, não poderá impedir o acesso do historiador, desde que a identidade do indivíduo seja devidamente preservada.

Documentos sobre a imigração

A documentação sobre o processo de imigração para o Brasil é vasta e muito consultada para fins jurídicos e históricos. Famílias de descendentes desses imigrantes buscam comprovar sua origem estrangeira, em busca da cidadania europeia, transformando os arquivos públicos em verdadeiros cartórios, emissores de certidões. Ao mesmo tempo, genealogistas buscam essa documentação para fins de identificação familiar, e historiadores nela imergem para analisar os mais variados aspectos da imigração.

Em São Paulo, há até pouco tempo parte do acervo estava alocado na Hospedaria dos Imigrantes, da Secretaria de Estado da Cultura. A transferência dessa documentação para o Arquivo Público do Estado, em 2011, permitiu sua reunificação e o estabelecimento de um programa de digitalização integral do acervo, hoje em grande parte disponível *on-line*. Mais recentemente, as fichas de identificação dos imigrantes posteriores à II Guerra entraram em processo de digitalização, o que facilitará enormemente o acesso aos prontuários individuais, sob a guarda do Arquivo Nacional.

Para o historiador da família, este acervo é extremamente rico, pois permite avaliar a estrutura familiar dos imigrantes desde sua saída da Europa até seu assentamento no Brasil, nos

núcleos coloniais. É possível, também, acompanhar certos aspectos da migração nordestina para o sudeste desde finais do século XIX.

Levantamento recentemente publicado sobre as fontes sobre a imigração para o Brasil aponta a variedade e riqueza do acervo acumulado pelo Poder Executivo paulista em sua atuação¹¹.

Listas de habitantes

As listas nominativas de habitantes, ou maços de população, constituem uma série documental muito conhecida dos historiadores da família. Embora o maior conjunto se refira à Capitania de São Paulo, temos exemplares preservados para Minas Gerais e Pará. Não se sabe ao certo a razão de não existirem tais listas para a grande maioria das capitanias da América portuguesa, uma vez que há registro de correspondência de diversos governadores, e dos vice-reis, tratando de sua confecção e da remessa das informações tabuladas para Lisboa. Uma possibilidade é de que não tenham sido de fato confeccionadas; ou, então, que não tenham sido preservadas ao longo do tempo.

Fato é que encontramos listas abundantes em São Paulo e Pará, duas capitanias em áreas de fronteira, de economia periférica e, por certo, estratégicas para a política pombalina. A preocupação em defender a América portuguesa contra as investidas espanholas resultou num esforço para elaborar tais listas, onde os contingentes populacionais e os recursos econômicos foram levantados e analisados pelos burocratas da Coroa.

As listas nominativas são fontes especialmente ricas para o estudo da estrutura da família e do domicílio, aí incluídas as

¹¹ BASSANEZI, Maria Silvia et al. *Roteiro de fontes sobre a imigração em São Paulo, 1850-1950*. São Paulo: Edunesp, 2008.

famílias cativas. Em Minas Gerais, listas restritas a anos pontuais já permitiram a construção de um banco de dados de extrema relevância (CEDEPLAR). Em São Paulo, a disponibilidade de listas para todas as vilas entre 1765 e 1836 permite uma infinidade de indagações, mas ainda não houve qualquer esforço no sentido de propor a criação de um banco de dados equivalente.

As fontes documentais aqui elencadas constituem os principais conjuntos disponíveis para a história da família. É evidente que outros conjuntos existem, mas de menor volume, ainda que não de menor qualidade. Muitos do que se citou já se encontra disponibilizado no *site* Family Search, hoje o grande repositório de fontes para o historiador da família, embora sua origem se deva a preocupações exclusivamente genealógicas.

Fazer história da família, e também história social da população e demografia histórica, exige consideráveis esforços de levantamento documental. Este talvez seja um problema para a área, uma vez que os prazos de pós-graduação são cada vez mais exíguos, dificultando enormemente o estabelecimento de projetos de alguma envergadura mínima. Uma iniciativa importante é o recurso às bolsas de Iniciação Científica, em que o levantamento de fontes seriais ou qualitativas pode ser previsto para maior exploração em um mestrado subsequente.

Cabe frisar, por fim, que a exploração dessas importantes séries documentais qualitativas e, principalmente, quantitativas não pode prescindir da informática. A história da família exige, no mais das vezes, o cruzamento nominativo, impossível de ser concretizado apenas através de listagens manuais. Nesse sentido, deve-se ressaltar a experiência pioneira do CEDEPLAR, que, através de seu Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica, desenvolveu a base de dados PopLin-Minas 1830, reunindo todas as informações das listas nominativas mineiras. Ou, então, a base de dados NACAOB, desenvolvi-

da na UNISINOS por Dario e Ana Silvia Scott, que vem permitindo notáveis avanços no conhecimento da demografia brasileira do passado através dos registros paroquiais. Com estas bases, pesquisadores podem desenvolver projetos inovadores e multiplicar experiências, ampliando nosso conhecimento da história da família no passado e, obviamente, no presente. Este é nosso grande desafio.

Filho “pardo” de mãe “preta”: cor e mobilidade social no Rio de Janeiro do século XVIII

Renato Pinto Venâncio

Em fins do século XVIII – bem antes da transferência da Corte portuguesa, em 1808 – o Rio de Janeiro tornou-se a cidade mais populosa do Império colonial português. Embora existam dados convincentes a esse respeito, é muito difícil identificar com precisão os processos migratórios cariocas, que contribuíram para a formação da população local. Além de alguns dados oficiais e das impressões de viajantes e cronistas, dispomos apenas de informações fragmentadas da documentação eclesiástica.

A confrontação desses dados com estimativas de população total e informações sobre o tráfico revela uma situação paradoxal: embora o Rio de Janeiro estivesse se transformando no porto de desembarque da maioria dos escravos africanos traficados para o Brasil¹, os registros oficiais locais apre-

¹ Os estudos das estimativas de tráfico apresentam variações. Os números avançados por Miller (1999, p. 59) revelam que, no período de 1750 a 1800, entre 48% e 79% dos escravos provenientes de Angola desembarcaram no Rio de Janeiro. Em relação à última década do século XVIII, Manolo Florentino (1995, p. 74), com base nos dados de David Eltis e Philip Curtin, avançou estimativas entre 42% e 45% de desembarques no porto carioca, frente ao total de cativos traficados para o Brasil. Segundo os últimos autores, somente no século XIX o Rio de Janeiro começou a controlar a maior parte do tráfico de escravos. No entanto, é preciso sublinhar que esses valores variam de acordo com a fonte documental consultada. A partir dos dados do site <http://>

sentam a cidade como de predominância de população “branca” e “parda”².

De fato, muitos escravos estavam apenas transitoriamente na cidade, sendo em pouco tempo vendidos para várias regiões do Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Com certeza este é um argumento importante para compreendermos esse fenômeno, mas não é suficiente. Além dele também devemos levar em conta outros aspectos. A chegada, por exemplo, de um padre português – mais exigente na definição dos critérios étnicos de ancestralidade europeia ou, mais comumente, desconhecedor dos padrões locais de definição étnica – podia acarretar uma brusca alteração da forma do registro das cores da população local.³

A fluidez das caracterizações da “cor” (FARIA, 2000; 2007) também podia refletir as alianças tecidas no momento do compadrio ou surgidas por consanguinidade (GUEDES, 2010; CASTRO, 1995). Dessa forma, um “pardo” que conseguisse ter como compadre um “branco” ou cujo irmão se casasse com uma “branca” podia ter o filho assim considerado.⁴ Tal situação fazia com que a “cor” variasse “no interior de uma mesma família”, atuando como “um signo de lugar social” (GUEDES, 2006, p. 485).

www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces, Klein e Luna (2009, p. 153) indicaram que, entre 1751 e 1771, o Rio de Janeiro e outros portos do Sudeste importaram a maioria dos escravos africanos. Sou grato ao Prof. Douglas Libby pela crítica à cronologia do tráfico apresentada na primeira versão deste texto.

² Na segunda metade do século XVIII, entre 4 mil e 13 mil escravos desembarcaram anualmente no porto carioca. Média bastante elevada frente aos 10 mil desembarques anuais de portugueses, estimados para o período de 1700-1760, **no conjunto do território brasileiro** (GODINHO, 1975, p. 57; SERRÃO, 1982, p. 33). Nuno Gonçalo Monteiro (2009, p. 62) avançou cifras ainda mais modestas, de apenas 2.000 imigrantes portugueses desembarcados entre 1700-1750 **no conjunto do território brasileiro**.

³ Sou grato ao Prof. Carlos de Almeida Prado Bacellar pela lembrança deste aspecto.

O presente texto explora essa situação, tentando identificar como isso abria possibilidade para a mobilidade social de africanos e afrodescendentes, numa sociedade patriarcal e escravista.

Porém, antes de analisarmos essa questão, traçaremos as linhas gerais da evolução populacional carioca.

A cidade branca e parda

Não é tarefa fácil identificar o número preciso de habitantes do Rio colonial. A documentação, além de escassa, apresenta divergências entre uma fonte e outra. Infelizmente, os cariocas não dispõem – ou pelo menos não foram até agora identificadas – de “listas nominativas”, tais como as localizadas em São Paulo e Minas Gerais. Os registros eclesiásticos indicam apenas as ocorrências de nascimentos, casamentos e óbitos; também há “livros de desobriga”, que informam o número de indivíduos maiores de 7 anos passíveis de comunhão e de confissão anuais obrigatórias.

Para avaliar as variações do número total de habitantes da capital carioca colonial, os historiadores têm recorrido à documentação diversificada, principalmente aquela produzida por vice-reis, oficiais da câmara, cronistas e viajantes. Apesar da discrepância dos números apresentados nessa documentação, é possível chegar a algumas conclusões. Na Tabela I, reunimos informações populacionais com o objetivo de mostrar que, da época de transferência da capital colonial (1763) até a vinda da família real (1808), o Rio de Janeiro transformou-se no mais importante centro urbano da América portuguesa.

Tabela I. População das principais cidades da América portuguesa, 1760-1808

Cidade	1760	1779	1789	1796	1799	1804	1808
Rio de Janeiro	32.746		36.932		43.376		50.144
Salvador	39.466		40.398		40.912		43.147
Ouro Preto				c.20.000		8.867	
São Paulo	c.20.000				21.304	24.311	
Recife		c.15.000					c.25.000
Belém		c.9.000					c.11.000
Curitiba	c.7.000				6.478	7.804	
Porto Alegre		c.2.000					c.6.000

Fontes: Johnson, 1973, p. 4; Nascimento, 1986, p. 65; Morse, 1971, p. 23-111; Costa, 1979, p. 243; Ramos, 1979, p. 496; Costa e Gutierrez, 1985, p. 27-53; Marcílio, 1973, p. 127; Notícias, 1782.

Com certeza, porém, os dados disponíveis são aproximações e ganham sentido somente quando abordados em uma perspectiva comparativa. Se aceitarmos o conjunto de estimativas apresentadas na Tabela I, perceberemos que Salvador, até 1789, foi o núcleo urbano mais importante da América portuguesa; dez anos mais tarde, o Rio de Janeiro ultrapassou a antiga capital, talvez refletindo o processo de recuperação econômica de Minas Gerais (BERGAD, 2004, p. 43-76), que vinha sendo registrado desde a década anterior (FRAGOSO, 1999, p. 99-126; ALMEIDA, 1995; LIBBY, 1988).⁵

À época da chegada da família real, o núcleo carioca havia consolidado sua supremacia urbana. Em 1808, os cariocas eram duas vezes mais numerosos do que os recifenses e oito vezes mais do que os porto-alegrenses. Através dos dados da Tabela II, constata-se que, mesmo pelos padrões europeus, o Rio de

⁴ Sou grato ao Prof. João Fragoso pela lembrança desta possibilidade.

⁵ Essa recuperação tem origens complexas e, além das atividades agrícolas, foi impulsionada por “uma variada gama de atividades de transformação” (LIBBY, 1988, p. 14).

Janeiro poderia ser considerada uma “grande cidade”. A capital colonial superava várias congêneres portuguesas e apresentava um perfil muito semelhante ao da cidade do Porto, tanto em números absolutos quanto em índices anuais de crescimento populacional.

Tabela II. População do Rio de Janeiro e das principais cidades portuguesas (estimativas aproximadas)

Cidade	1750	1760	1800	% de variação	Média anual
Rio de Janeiro		32.000	43.000	+ 34,3	+ 0,85
Lisboa	185.000		195.000	+ 5,4	+ 0,10
Porto	30.000		43.000	+ 43,3	+ 0,86
Braga	15.000		16.000	+ 6,6	+ 0,13
Évora	15.000		12.000	- 20,0	- 0,40
Coimbra	14.000		15.000	+ 7,1	+ 0,14

Fontes: Tabela I e Bairoch, 1988, p. 57.

No Novo Mundo, a cidade do Rio de Janeiro também ocupava papel de destaque, sendo, na América Latina, superada apenas pela Cidade do México, Puebla, Lima e Havana (MORSE, 1971, p. 23-111)⁶, e, mais ao norte, por Filadélfia e Nova Iorque (NASH, 1987)⁷. Em relação ao restante do Império ultramarino, a capital carioca, em termos populacionais, ultrapassava em muito as cidades “portuguesas” da África e da Ásia (CURTO, 2000, p. 361 e 368; RUSSELL-WOOD, 1997, p. 200).⁸

⁶ Em 1793, a Cidade do México possuía 113 mil habitantes; Puebla, 57.090, Lima, 53 mil; e Havana, 51 mil.

⁷ Em 1800, Filadélfia possuía 62 mil habitantes, enquanto Nova Iorque contava com 61 mil.

⁸ Em 1814, Luanda possuía 4.497 habitantes; Benguela contava com apenas 2.269; em 1799, Goa possuía 3.192 habitantes.

Atribuir esse forte crescimento apenas à migração europeia é algo pouco verossímil. Como é sabido, a passagem marítima para o Novo Mundo era dispendiosa e a viagem era arriscada (SCOTT, 1999). Além disso, cabe lembrar que a população do reino – constantemente afetada em razão de guerras, epidemias e crises – crescia em ritmo bastante lento (FERRO, 1995).

Uma hipótese bem mais verossímil seria atribuir o crescimento demográfico carioca à imigração forçada de africanos, ou seja, ao tráfico internacional de escravos. Porém, essa hipótese não é confirmada pelas informações demográficas. Conforme é possível perceber na Tabela III, apenas um em cada três cariocas de fins do século XVIII pertencia ao segmento cativo.

Tabela III. População total da cidade do Rio de Janeiro – 1799

População	Nº abs. de habitantes	%
Livre	19.578	45,1
Forra	8.812	20,0
Escrava	14.986	34,0
Total	43.376	100,0

Fontes: Resumo..., 1858, p. 216-217.

Conforme mencionamos, a maior parte dos escravos desembarcados no porto carioca era redistribuída numa vastíssima região, que ia do Rio Grande do Sul ao Mato Grosso. Porém, para manter o intenso tráfico, o núcleo carioca – capital colonial desde 1763 – precisou construir infraestrutura de abastecimento e de construção naval (SANTOS, 1980). Ademais, os melhoramentos urbanos implementados pelos vice-reis e a presença de comerciantes de *grosso trato* estimularam que muitos cativos aí permanecessem – como criados ou trabalhadores manuais – após o desembarque (FRAGOSO, 1992; FRIDMAN, 1999, p. 40).

Por outro lado, tal situação também exigiu a presença de numerosos trabalhadores livres, conforme sugere a Tabela III. Outro dado que chama a atenção é o elevado percentual de escravos na população carioca: um em cada cinco habitantes. Ao se efetuar a soma dessa população com a de condição escrava, constata-se uma cifra de 54,0%. Portanto, apesar dos cativos não serem majoritários na população local, os afrodescendentes eram.

Com efeito, a capital colonial vivenciava, em fins do século XVIII, uma situação paradoxal. Não há como negar o perfil, por assim dizer, “africano” da maior parte de sua população. Contudo, se compararmos os números apresentados com os dados da Tabela IV, constataremos que o Rio de Janeiro registrou, em documentos oficiais, ter mais homens e mulheres “brancos” do que Évora, Coimbra ou Braga.

Tratar-se-ia de uma incorreção do arrolamento populacional? É possível. No entanto, cabe lembrar que o documento em questão foi chancelado pelo vice-rei Conde de Rezende, sendo composto pelo tenente Antonio Duarte Nunes. Esse testemunho não é, portanto, uma vaga impressão de viajantes e cronistas. Mencionamos esse dado não somente para enfatizar a abrangência do levantamento populacional de 1799, como também para sublinhar seu caráter oficial. Segundo a visão do representante metropolitano, na composição total da população carioca, a presença portuguesa teria importância superior à africana.⁹

⁹ Cabe sublinhar que os dados da Tabela IV não devem ser interpretados literalmente. O que se busca com estes dados é identificar a representação que as autoridades portuguesas faziam dos “livres”.

Tabela IV. População livre e forra da cidade do Rio de Janeiro – 1799

População	Nº abs. de habitantes	%
Branca	19.578	68,9
Parda	4.227	14,8
Preta	4.585	16,1
Total:	28.390	100,0

Fontes: Resumo..., 1858, p. 216-217.

Infelizmente, ainda são raros os estudos sobre a migração interna colonial. Muito provavelmente, ela contrabalançava o forte impacto do tráfico internacional de escravos na composição da população carioca. Outra hipótese é a da resignificação da “cor” nesses grupos populacionais. Para explorarmos essa perspectiva, levantamos dados dos registros paroquiais de batismo da segunda metade do século XVIII. Pelo menos uma paróquia urbana carioca conservou séries substanciais: a de São José.

Em nossa pesquisa, selecionamos o grupo das “mães solteiras”. A escolha desse grupo justifica-se pelo fato de esse segmento reunir camadas populares estigmatizadas como “desclassificados sociais” (SOUZA, 1982). Nosso objetivo é o de indicar que mesmo nesse meio ocorria o apagamento das marcas africanas.

Antes de prosseguirmos, vejamos com mais detalhes nossa fonte de pesquisa.

O que as atas dizem

O registro de batismos é um dos poucos documentos que os escravos e pobres coloniais legaram sistematicamente aos historiadores. Essa fonte é de tal maneira preciosa que merece ser analisada detidamente. De maneira geral, considera-se o

século XVI como o período em que o sacramento batismal foi generalizado para o conjunto da cristandade. Certamente, seria um absurdo considerar esse preceito bíblico uma “invenção” da Contrarreforma, mas sua sistematização com certeza se deve à reação católica frente ao avanço protestante. A razão disso decorreria do fato de que, na Idade Média, a administração do sacramento ficava confinada a apenas duas épocas do ano: véspera da Páscoa e do Pentecostes (ARIÈS, 1981, p. 18). Não é necessária muita imaginação para se perceber o efeito dessa prática: dadas as altíssimas taxas de mortalidade infantil então registradas, milhares de crianças não chegavam a receber o sacramento.

Em fins da Idade Média, esse quadro foi alterado. O Concílio de Trento (1545-1563) reafirmou a importância do sacramento, atribuindo-lhe a função não só de incorporar novas almas à sociedade cristã, como também de controlar a população já convertida. Para tanto, os párocos foram incumbidos da elaboração e conservação de livros de registro de batismos. A nova medida teve importantes repercussões. O monopólio das atas nas mãos do clero possibilitava a existência de um registro coletivo, onde ficavam assentados nomes e sobrenomes do conjunto dos paroquianos. A partir das atas, o clero podia conhecer os graus de parentesco comuns à população, impedindo casamentos de menores, uniões entre parentes, etc.

Na Colônia, as decisões tridentinas inicialmente foram seguidas a partir das *Constituições de Funchal*. A partir de 1707, com a realização do primeiro sínodo colonial em Salvador, essas regras foram adaptadas à realidade da América portuguesa. Segundo as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, o batismo deveria ser aplicado uma semana após o nascimento, e a ata seguia o seguinte modelo:

Aos tantos de tal mês, e de tal ano batizei, ou batizou com minha licença o Padre ... nesta, ou em tal Igreja, a ... filho de

... e de sua mulher e pus os Santos Óleos, foram padrinhos ... e ... casados, viúvos ou solteiros fregueses de tal Igreja e moradores em tal parte (Constituições, 1707).

As atas batismais são um verdadeiro “censo” da população colonial, assim como de seus costumes e atitudes frente aos mais diversos aspectos da vida familiar. A dúvida que elas suscitam diz respeito à sua real difusão. Será que os livros de assento efetivamente registravam o conjunto dos nascimentos? Podemos, por exemplo, imaginar as dificuldades enfrentadas por padres de paróquias extensas. Nesses casos, a população podia sinceramente querer batizar o filho, mas muitas vezes a decisão acabava sendo protelada até o momento oportuno em que se pudesse ir à igreja mais próxima. Em outras palavras, os altos índices de mortalidade infantil, associados ao adiamento da cerimônia, aumentavam o risco de a criança falecer sem receber o sacramento batismal.

Tal situação em parte compromete a qualidade dos registros paroquiais das áreas rurais. O mesmo não é válido para as áreas urbanas, nas quais a proximidade das igrejas estimulava a universalização do sacramento batismal. Dada a importância não só religiosa como social das atas, as *Constituições Primeiras* puniam com rigor os clérigos relapsos ou desonestos. Assim, a falsificação ou incúria implicava a expulsão do pároco do seio da cristandade:

E constando que o pároco por si, ou por outrem fez algum termo falso em parte, ou em todo, ou que acrescentou, mudou, ou por outro qualquer modo falsificou os verdadeiros, ou tirou, rasgou, ou acrescentou, mudou, ou por qualquer outro modo falsificou os verdadeiros, ou tirou, rasgou, ou acrescentou alguma folha, ou parte dela, incorra em excomunhão maior *ipso facto* (Constituições, 1707).

O rigor não parava por aí. Os párocos estavam proibidos de dar “certidão alguma” sem licença por escrito do bispo, provisor ou vigário-geral; do contrário, pagavam “pela primeira

vez dez cruzados e pela segunda deveriam ser castigados gravemente de acordo com arbítrio da autoridade diocesana” (Constituições, 1707). Os padres também não podiam nem mesmo levar os livros de assento para fora da igreja, nem mostrá-los a pessoa alguma sem licença superior, pois nesses casos seriam castigados com penas pecuniárias ou prisão.

No dia a dia, o controle das atas era feito através das visitas pastorais que o bispo deveria ordenar. O visitador inspecionava os livros paroquiais de acordo com as leis, investigando se os assentos estavam na “forma que fica dito; e achando que houve falta, ou negligência, castiguem, e procedam como lhes parecer justiça” – medida que estava longe de ser apenas um formalismo da legislação eclesiástica. Em diversos livros paroquiais cariocas, constatamos a rubrica sistemática desses visitadores. Algumas vezes, eles faziam comentários à margem das atas, como no texto transcrito abaixo:

Visitador em Visita ... o R. Pároco observe com estes assentos o que fica provido a folha 62 do Livro dos Batismos dos Cativos, e advirta que deve inquirir as naturalidades e os nomes dos Pais e Avós dos Batizados dos inocentes, para cumprir com o determinado na Pastoral de 18 de setembro de 1742, e declarar nos assentos que fizer, assim também as qualidades dos Padrinhos, e suas condições e isto deve entender-se não só a respeito dos Brancos, mas igualmente dos Pardos e Pretos Libertos, para se evitarem as frequentes confusões que essas faltas ocorrem para o futuro (Constituições, 1707).

Como pode ser percebido, o rigor na confecção dos assentos era cobrado até os últimos detalhes, principalmente no que dizia respeito à “cor”. Cabe ainda lembrar que o batismo contava com um aliado de natureza econômica: ele devia ser gratuito, cabendo aos fiéis concederem esmolas como bem entendessem.

Dentre as informações presentes nas atas, consta a da condição das crianças, tidas como filhas “legítimas”, “naturais” ou “expostas” (ou seja, abandonadas). *Grosso modo*, a Igreja con-

siderava “legítimos” aqueles nascidos dos matrimônios sacramentados, ao mesmo tempo em que considerava a possibilidade de existência de vários tipos de “filhos naturais”. Nesse universo, havia, por exemplo, os que podiam ser publicamente conhecidos e os que deveriam permanecer clandestinos. Um “filho de padre” representava um sério desrespeito aos mandamentos da Igreja, expondo a instituição ao escárnio público. Já a divulgação do nascimento de um “filho adúltero” podia levar o marido traído a cometer crimes, assassinando a esposa e seu amante. Daí o cuidado que os párocos deveriam ter na confecção das atas, evitando o registro de informações que desmoralizassem a Igreja ou incentivassem a violência, como reconheciam as Constituições Primeiras:

E quando o batizado não for havido de legítimo matrimônio, também se declarará no mesmo assento do livro o nome de seus pais, se for cousa notória, e sabida, e não houver escândalo; porém havendo escândalo em se declarar o nome do pai, só se declarará o nome da mãe, se também não houver escândalo, nem perigo de o haver (Constituições, 1707).

Além disso, o registro do nascimento do filho ilegítimo era reconhecido como prova jurídica, regulando sucessões testamentárias, devendo o pároco constatar a efetiva paternidade da criança para evitar problemas futuros. É fundamental reter essa informação, pois a partir dela é possível interpretar o registro paroquial de maneira correta, ou seja, levando em conta que essa fonte quase sempre registrava somente o nome da mãe das crianças nascidas fora do casamento, tanto para evitar a violência patriarcal, quanto para não pôr em risco a transmissão de heranças.

Deixando de ser afro

A paróquia escolhida em nossa amostragem é a de São José. Ela compreendia o núcleo urbano carioca, fazendo fron-

teira com as freguesias de Candelária, Santa Rita e Sacramento. Diferentemente destas, a de São José incluía também área rural ou semirural, pois seu território se estendia até as praias de atual Copacabana e Gávea – servindo como uma boa amostragem espacial da capital colonial e de seu entorno (ABREU, 1987, p. 5).

Em nosso levantamento documental, selecionamos as atas de filhos ilegítimos por registrarem, mais provavelmente, os comportamentos e atitudes das camadas populares. Em cerca de 90% dessas atas, somente as mães das crianças eram mencionadas – os 10% restantes, nas quais o nome do respectivo pai foi mencionado, provavelmente diziam respeito aos casais que haviam selado acordos de *esponsais* (promessas de casamento).

O texto padrão da esmagadora maioria das atas estruturava-se da seguinte maneira:

Aos cinco dias do mês de maio de mil setecentos e sessenta e oito, nessa Matriz de S. José da cidade do Rio de Janeiro, batizei e pus os Santos Óleos a Francisco, **filho natural de Antonia do Rosário, parda forra**, nasceu a cinco de abril, foram padrinhos João Barboza e Protetora Nossa Senhora da Conceição, de que fiz este assento (Grifo nosso).

O recorte cronológico selecionado, referente à paróquia de São José, compreendeu o período entre 1768 e 1783. A partir dessa documentação, levantamos cerca de 1 mil atas.

Tabela V. Mães de filhos ilegítimos da Paróquia de São José, 1768-1783

Mães	N. de filhos batizados	%
Forras	579	57,4
Livres	429	42,6
Total	1.008	100,0

Fonte: Livro paroquial de atas de batismo da Paróquia de São José. *Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro*, s/cód.

Na Tabela V, podemos observar que a maior parcela das mães solteiras era caracterizada como “forra”. Essas “ex-escravas”, por sua vez, distribuíam-se em diferentes categorias étnicas, conforme apresentamos na Tabela VI. As escravas minas, por exemplo, referiam-se ao espaço geográfico da África ocidental denominado Costa da Mina. Nessa região existia um gigantesco mosaico étnico: *diolas, felupos, banhuns, casangas, balantas, brames, pepéis, manjacos, beafadas, nalus, landumas, mandingas, bagas, conianguis, sapes, quissis, kims, sossos, coranos, vais, fulas* – entre outros (SILVA, 2002, p. 204).

Tabela VI. Identificação étnica de mães forras em batizados de filhos ilegítimos da Paróquia de São José, 1768-1783

Cor/Origem	N. abs. de forras	%
Crioulas		
Branca	0	0
Parda	309	53,3
Preta	202	34,8
Africanas		
Mina	20	3,4
Angola	18	3,1
Benguela	9	1,5
Guiné	5	0,8
Conga	1	0,1
Congola	1	0,1
S. ind.	14	2,4
Total	579	100

Fonte: Livros paroquiais de batismo da Paróquia de São José. *Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro*, s/cód.

Ao cair nas malhas do tráfico, os cativos quase sempre deixavam de ser nomeados segundo o modo tradicional. A ex-

periência da escravidão era um laboratório de reconstrução de identidades (REZENDE, 2006). No Rio de Janeiro do século XVIII, por exemplo, o grupo makis recriou uma identidade a partir da denominação a eles atribuída por traficantes e senhores de escravos. Assim, a partir de um variado mosaico cultural, era unificada uma identidade “mina” (CARVALHO, 2000, p. 199-230).

Acreditamos que esses processos de reconstrução de identidades também incorporavam categorias de origem portuguesa. A escrava “maki” que se transforma em “mina” podia acabar sendo incorporada, quando eventualmente libertada do cativo, à população parda. Por sinal, quanto a isso, a interpretação dos dados da Tabela VI é bastante interessante: mais da metade da população forra era identificada como sendo “parda”. Sem dúvida, a miscigenação tinha um papel importante nessa caracterização.¹⁰ No entanto, essa explicação é insuficiente e tende a naturalizar categorias sociais.

Lucrécia Lourença	
12/08/1771	20/07/1773
Aos doze de agosto de mil setecentos e setenta e um, nesta Matriz de São José desta cidade de São Sebastião, batizei e pus os santos óleos a Ana parda filha de Lucrecia preta de nação Angola forra; foram padrinhos Domingos Vaz [...] e Luiza Saraiva, de que fiz este assento (Grifo nosso).	Aos vinte de julho de mil setecentos e setenta e três, nesta Matriz de São José desta cidade de São Sebastião, batizei e pus os santos óleos a Isabel parda filha de Lucrecia preta Angola forra ; foram padrinhos José Ferreira Portugal e [...] Correa de Jesus, de que fiz este assento (Grifo nosso).

Outras formas de mobilidade étnica são constatadas nos registros paroquiais. Embora Lucrécia Lourença fosse caracte-

¹⁰ Sou grato ao Prof. Douglas Libby pela lembrança desse aspecto.

rizada nas atas como “preta” ou de “nação Angola”, suas respectivas filhas foram batizadas e registradas como “pardas” – muito provavelmente frutos de uniões com portugueses. Infelizmente, o acompanhamento da trajetória de vida dessas mulheres é muito difícil de ser realizado, pois a maioria esmagadora das crianças não era acompanhada pela identificação da cor e as respectivas mães não declaravam ou não possuíam sobrenomes – e, quando isso ocorria, havia o risco de homônimos.

Na Tabela VII podemos observar, em relação à amostragem de escravas minas, a raridade das repetições dessas mulheres nos registros paroquiais de batismo. Apesar desse problema, nos raros casos de ex-escravas registradas com sobrenomes, alguma forma de acompanhamento é possível de ser realizada. Em 12 casos, apenas quatro levaram mais de um filho à pia batismal. Em parte, isso decorria da mortalidade durante ou no pós-parto, fenômeno de tal maneira frequente que levou a Igreja a tornar obrigatória a administração da extrema-unção nos momentos anteriores à mulher ter o filho (Constituições Primeiras, Tít. XLVII).

Tabela VII. Identificação étnica de mães forras minas de filhos ilegítimos da Paróquia de São José, 1768-1798

Nome da forra mina	1º Batizado	2º Batizado	3º Batizado
Josepha dos Santos	01/01/1769		
Rosa Pinta	26/05/1771		
Graça Correa	30/08/1772		
Ritta Pinta	18/06/1773		
Francisca Maria de Lima	17/05/1774		
Joaquina Maria de Jesus	18/02/1777		
Marina Catharina Rangel	27/07/1778	17/05/1784	
Vitória Ferreira de Azevedo	15/07/1778		
Rosa Maria de São José	16/08/1779	06/05/1781	11/12/1785

Maria Roza	18/11/1779	20/10/1781	03/11/1787
Catharina Pereira da Costa	08/09/1782		
Iria de Oliveira	04/08/1783	09/05/1790	

Fonte: Livros paroquiais de batismo da Paróquia de São José . *Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro*, s/cód.

É possível, portanto, que algumas forras minas indicadas na referida tabela tenham falecido durante ou após o nascimento do primeiro filho, deixando de ser registradas nas atas batismais. Outro aspecto fundamental a ser lembrado é o da mobilidade da população forra. Para escapar às pressões dos ex-senhores, era comum os libertos e libertas migrarem (FARRIA, 1998, p. 108)¹¹, deixando, assim, de ser registrados na paróquia de origem. Há ainda a possibilidade do falecimento do filho antes da cerimônia do batizado.¹² Também não devem ser descartadas as legalizações de uniões, fazendo com que a forra mina deixasse de ser registrada na amostragem.

Em relação ao grupo que batizou mais de um filho, constatamos que Marina Catharina Rangel, nos dois sacramentos, foi registrada como “preta mina forra”. Situação bem diferente aconteceu com Rosa Maria de São José. Em 1779, ela foi registrada como “forra mina”; dois anos mais tarde, apareceu na ata sem nenhuma indicação; em 1785, ressurgiu como “parda forra solteira”. Evolução semelhante ocorreu com Iria de Oliveira, “preta forra mina” em 1783 e, em 1790, registrada como “crioula forra”. Em outras palavras, na primeira ocorrência foi

¹¹ Essa tendência, contudo, não devia ser muito intensa, pois, conforme vimos, existiam muitos forros na cidade do Rio de Janeiro de fins do século XVIII. Essa tendência a permanecer na região foi constatada em outros estudos (LARA, 1988; WEIMER, 2008).

¹² Um elemento que contribuía para isso era a extensão da Paróquia de São José. O deslocamento até a cidade devia ser algo penoso e, por isso mesmo, adiado por semanas ou meses, facultando a possibilidade da morte da criança antes de ela receber o sacramento batismal.

registrada como africana (“mina”), ao passo que na segunda ata aparece como “brasileira” (“crioula”). Tratar-se-ia de pessoas diferentes?

As atas das demais forras apresentam outras formas de apagamento das marcas africanas. Plácida Pereira, entre 1770 e 1770, batizou três filhos; o primeiro foi caracterizado como pardo, a segunda foi caracterizada como “filha natural”, e a terceira filha aparece novamente como “parda”. Mais importante ainda é sublinhar que a própria Plácida também muda de “cor”, indo de crioula “preta” à condição de “parda” – embora na última ocorrência ela apareça sem sobrenome, sugerindo a possibilidade de ser outra pessoa.

Plácida Pereira		
29/10/1770	24/04/1774	25/08/1775
Aos vinte e nove de outubro de mil setecentos e setenta, nesta Matriz de São José desta cidade de São Sebastião, batizei e pus os santos óleos a Thomas, pardo filho de Plácida Pereira crioula forra ; foram padrinhos Thomas Ignácio Xavier e Ana Maria da Conceição, de que fiz este assento (Grifo nosso).	Aos vinte e quatro de abril de mil setecentos e setenta e quatro, nesta Matriz de São José desta cidade de São Sebastião, batizei solenemente e pus os santos óleos a Pulqueria, filha natural de Plácida Pereira preta forra ; foram padrinhos Cícero Henriques da Cunha e Dona Maria Jerônima Magalhães Coutinho Cardozo, de que fiz este assento (Grifo nosso).	Aos vinte e cinco de agosto de mil setecentos e setenta e cinco, nesta Matriz de São José desta cidade de São Sebastião, batizei solenemente e pus os santos óleos a Eufrazia, filha de Plácida parda natural e batizada nesta Matriz de São José; foram padrinhos Vicente Moreira da Silva e Ignácia Carneira, de que fiz este assento (Grifo nosso).

Essas caracterizações, com certeza, não eram escolhas das próprias libertas, mas sim de uma parcela da elite, ou seja, de párocos e escrivães eclesiásticos. Nesse sentido, é bastante interessante observar que, em um universo de 579 atas submetidas a um levantamento nominativo, 94,9% registraram uma situação semelhante ao caso da segunda filha de Plácida Pereira: não é feita menção alguma à “cor” da criança batizada. Tal situação sugere que a “cor” era uma condição adquirida ao longo da vida. Uma hipótese a ser explorada é a de identificar até que ponto isso facilitou a incorporação progressiva, de uma geração a outra, dos mestiços afrodescendentes à condição de brancos. Apesar dos preconceitos, a miscigenação estimulada pelas peculiaridades da população colonial¹³ embaralhou as identidades étnicas. Contudo, a leitura desse fenômeno variou regionalmente no território colonial, esvaziando interpretações que tendem a reduzir a miscigenação a um mero fenômeno biológico. Enfim, em áreas que apresentavam uma maior diferenciação social, a pressão pela mobilidade social também era mais intensa. Tal situação estimulava, por sua vez, a imprecisão das categorias étnicas.¹⁴ O Rio de Janeiro, com um expres-

¹³ Russell-Wood (1998, p. 224) calculou, em relação aos dois primeiros séculos de colonização, que as mulheres representavam apenas 5% dos imigrantes portugueses. No século XVIII, tal percentual aumentou, mas continuou muitíssimo menor do que o da migração masculina.

¹⁴ Carlos Lima (2003, p. 71-72) formulou hipótese interessante para explicar a maior ou menor sensibilidade das autoridades coloniais frente à mestiçagem. O pesquisador levantou fontes documentais de duas vilas do Paraná, no começo do XIX: uma menor e menos diferenciada socialmente (Guaratuba, do litoral) e outra maior e mais diferenciada (Curitiba, no planalto). A partir da identificação dos processos de estratificação social nas duas vilas, Lima observou que as “possibilidades diferentes de ascensão social – embora dentro de limites modestos – levavam a que se enxergassem mestiços de maneiras diversas. No ambiente mais dinâmico de Curitiba, o espectro de atribuições de cor se ampliava. Na estagnada Guaratuba, por outro lado, a situação era mais simples do ponto de vista social, com uma pobreza plana, pouco diferenciada internamente”, havendo, por isso mesmo, um número menor de categorias étnicas. Também cabe destacar a tese de Machado (2005). Sou grato a essa autora pela referência acima.

sivo segmento de traficantes e comerciantes de grosso trato (FRAGOSO, 1992), criou condições para que isso ocorresse, estimulando o reconhecimento social dos “filhos pardos de mães pretas”, cujos descendentes acabavam sendo assimilados como “brancos” da terra.

Referências

ABREU, Maurício de A. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar/IPLANRIO, 1987.

ALMEIDA, Carla Maria C. Minas Gerais de 1750 a 1850: bases da economia e tentativa de periodização. *Revista do LPH*, v. 5, p. 88-111, 1995.

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial Sorocaba, Séculos XVIII E XIX*. São Paulo: Annablume, 2001.

BAIROCH, Paul et al. *La population des villes européennes: banque de donnés et analyse sommaire des résultats: 800-1850*. Gêneze: Droz, 1988.

BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru: EDUSC, 2004.

CARVALHO SOARES, Mariza de. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudoeste escravista, Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

CONSTITUIÇÕES *Primeiras do Arcebispado da Bahia*. 1707, Livro I, Tít. XX & 70-74.

COSTA, Iraci Del Nero da. *Vila Rica: população(1719-1826)*. São Paulo: IPE/USP, 1979.

COSTA, Iraci Del Nero da; GUTIERREZ, Horácio. *Paraná: mapas de habitantes, 1798-1830*. São Paulo: IPE/USP, 1985.

- CURTO, José C. *Álcool e escravidão*. Lisboa: Ed. Vulgata, 2002.
- FARIA, Sheila de Castro. A riqueza dos libertos: os alforriados no Brasil escravista. In: CHAVES, Claudia Maria; SILVEIRA, Marco Antonio (org.). *Território, conflito e identidade*. Belo Horizonte: Fino traço, 2007, p. 11-24.
- FARIA, Sheila de Castro. Mulheres forras – riqueza e estigma social. *Tempo*, 5, 9, p. 65-92, 2000.
- FERRO, João Pedro. *A população portuguesa no final do Antigo Regime (1750-1815)*. Lisboa: Ed. Presença, 1995.
- FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*. 2. ed. Lisboa: Arcádia, 1975.
- GUEDES, Roberto. Sociedade escravista e mudança de cor: Porto Feliz, São Paulo, século XIX. In: FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; JUCÁ, Antônio Carlos; CAMPOS, Adriana (Orgs.). *Nas Rotas de Império*. Vitória / Lisboa: EDUFES / ICTP, 2006. p. 447-488.
- GUEDES, Roberto. Escravidão e cor nos censos de Porto Feliz (São Paulo, século XIX). *Especiaria* (UESC), v. 10, p. 489-518, 2009.
- GUEDES, Roberto. Mudança e silêncio sobre a cor: São Paulo e São Domingos (séculos XVIII e XIX). *Africana Studia*, v. 14, p. 93-118, 2010 .
- GUEDES, Roberto. Exóticas denominações: manipulações e dissimulações de qualidades de cor no Reino de Angola (Segunda metade do século XVIII). In: ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro; RIBEIRO, Marília de Azambuja; SILVA, Gian Carlo de Melo (Orgs.). *Cultura e sociabilidades no mundo atlântico*. Recife: Editora Universitária, 2012. p. 369-398.
- JOHNSON, M. H. Money and prices in Rio de Janeiro. In: *L’histoire quantitative du Brésil*. Paris: CNRS, 1973. p. 44-72.

- KLEIN, Herbert S.; LUNA, Francisco Vidal. *Slavery in Brazil*. Cambridge: Cambridge Press, 2010.
- LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LIMA, Carlos. Um pai amoroso os espera: sobre mestiçagem e hibridismo nas Américas Ibéricas. In: GEBRAN, Philomena et al. (Orgs.). *Desigualdades*. Rio de Janeiro: LESC, 2003. p. 71-85.
- LIVRO paroquial de atas de batismo da Paróquia de São José. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, s/cód.
- MACHADO, Cacilda da Silma. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social (São José dos Pinhais – PR, passagem do XVIII para o XIX)*. 2005, Tese (Doutorado) – Departamento de História, UFRJ.
- MARCILIO, Maria Luíza. *A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850*. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1973.
- MILLER, Joseph C. A economia política do tráfico angolano de escravos no século XVIII. In: pantoja, Selma; SARAIVA, José Flavio Sombra (orgs.). *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- MORSE, Richard M. (ed.). *The urban development of Latin America, 1750-1920*. Stanford: Center for Latin American Studies, 1971.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. A circulação das elites no império dos Bragança (1640-1808): algumas notas. *Tempo*, v. 14, n. 27, p. 51-67, 2009.
- NASCIMENTO, Ana Amélia Vieira. *Dez freguesias da cidade do Salvador*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986.
- NASH, Gary B. The social evolution of preindustrial american cities, 1700-1820. *Journal of Urban Hhistory*, v. 13, n. 2, p. 115, 1987.
- NOTÍCIAS de todos os governos e população do Brasil (1782). Biblioteca do Palácio da Ajuda, Lisboa, cód. 54-V-12, n. 5.
- OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. Viver e morrer no meio dos seus: nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX. *Revista USP*, v. 28, p. 174-193, 1995/96.

PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.

RAMOS, Donald. Vila Rica: profile of a colonial brazilian urban center. *The Americas*, v. 31, n. 4, p. 492-511, 1979.

RESUMO total da população que existia no ano de 1799, compreendidas as quatro freguesias desta cidade do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. XXI, p. 216-217, 1858.

REZENDE, Rodrigo Castro. *As nossas áfricas: população escrava e identidades africanas nas Minas Setecentistas*. 2006. Dissertação (Mestrado) – FAFICH-UFMG.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Comunidades étnicas. In: BETHENCOURT, Francisco; CHOUDHURIN, Kirkti (orgs.). *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1997. v. III, p. 201-245.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Fluxos de emigração. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.). *História da expansão Portuguesa*. Navarra: Círculo de Leitores, 1998. v. 1, p. 224-237.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. *O Rio de Janeiro e a conjuntura atlântica*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993.

SCOTT, Ana Sílvia Volpi. *Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português (séculos XVIII e XIX)*. Guimarães: NEPS – Universidade do Minho, 1999.

SERRÃO, Joel. *A emigração portuguesa*. 4. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império (1870)*. São Paulo: IPEA, 1986.

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Os nomes da liberdade: ex-escravos na Serra Gaúcha no pós-Abolição*. São Leopoldo: Oikos/UNISINOS, 2008.

Mobilidade social no Grão-Pará e Maranhão: na trajetória de vida e no uso serial das habilitações do Santo Ofício

Antonio Otaviano Vieira Junior
Marília Imbiriba dos Santos

1. O início

As reflexões desse texto ganharam início no artigo publicado em 2011 na Revista de História da Unisinos (VIEIRA JUNIOR, 2011). Nele, de maneira meramente especulativa, procurou-se explorar a possibilidade de utilização das habilitações do Santo Ofício como fonte para a história da população. Mais detidamente discutiram-se as possibilidades e as limitações do uso de uma fonte inquisitorial para a história da família nos domínios portugueses. A discussão se aproximava da prosopografia, ou seja, da tentativa de estudar um grupo social a partir de características comuns que marcam as trajetórias individuais de seus membros (CHARLE, 2006). Ao mesmo tempo, flertava com o uso serial da documentação.

Os primeiros passos foram ensaiados a partir da trajetória de um familiar do Santo Ofício que fez fortuna entre o Ceará e o Rio Grande do Sul: José Pinto Martins. Nome associado às charqueadas do Sul, tinha parte de sua história ainda pouco conhecida. Na sua própria habilitação encontraram-se informações relacionadas a determinadas fases de sua vida –

principalmente até a chegada a Pelotas. Primeiro pairavam dúvidas sobre sua origem, que poderia ser atribuída ao Ceará ou a Portugal. Segundo, eram raros os comentários sobre sua família, quase nenhuma referência aos seus três irmãos, aos seus pais ou a outros membros da família. Sua atividade econômica no Ceará também era pouco referida, incluindo aí seu envolvimento nas charqueadas de Aracati, as estratégias de construção de riqueza adotadas pela família e as tensões locais que o levaram a migrar para o Rio Grande Sul (CROSSETTI, 1999; GUTIERREZ, 1993; PESAVENTO, 1997; MAGALHÃES, 1993). Em resumo, dados como: local de nascimento, locais de residência, idade, casamento, filhos, irmãos, pais e atividades econômicas associadas à família – pelo menos até chegar a Pelotas – eram lacunas existentes.

Aqui um destaque: esses dados eram importantes não apenas para a compreensão da história de um indivíduo; poderiam compor um conjunto privilegiado de informações associadas aos estudos da família, considerando-a em seu perfil demográfico, como unidade econômica doméstica ou como um conjunto de sentimentos (ANDERSON, 1984). E mais, incrementavam análises relacionadas às trajetórias de elite, à mobilidade social, principalmente de grupos portugueses que fizeram fortuna e alcançaram capital político em território americano. Elementos que reforçavam a possibilidade de uma microanálise social, onde é possível estabelecer a relação “entre o individual (e mesmo a excepcionalidade das trajetórias individuais) e as redes de sociabilidade nas quais ele se tece [...]” (LIMA, 2006). E mais, apostar numa documentação farta em informações abre a possibilidade de não partirmos de categorias preestabelecidas e enveredarmos por uma busca concreta a partir da vida do indivíduo; o fazer indutivo (IMIZCOZ, 2004).

No esforço de conhecer urdiduras da trama que possibilitam entrever relações entre indivíduo e sociedade na América Portuguesa, investigou-se a história de vida de José Pinto Martins. E esse empenho foi balizado por uma instigante fonte inquisitorial, sob a guarda da Direção Geral de Arquivos de Portugal/Torre do Tombo: os processos de habilitação de familiares do Santo Ofício, a qual permite conhecer parte importante das estratégias e trajetórias de José e de seus irmãos.

O artigo era apenas especulativo. A trajetória de vida e a ascensão social de José Pinto Martins foram em parte recuperadas. Mas apenas de maneira “manual”, o que significou uma leitura detalhada da habilitação e o seu cruzamento com outras fontes, em especial com o inventário de José e as cartas de patente e mercês que seus irmãos receberam.

Entre os anos 2011 e 2013, a proposta amadureceu, ganhou contornos mais definidos e apoio institucional do CNPq. Aquilo que era apenas uma possibilidade investigativa passou a se efetivar enquanto filão de pesquisa, partindo da proposta onomástica de Ginzburg e Poni, passando pelo levantamento das habilitações do Santo Ofício para o Grão-Pará e Maranhão e desaguando na criação de um Sistema de Gerenciamento de Indivíduos. Procuramos estabelecer mais um viés de análise para trajetórias individuais e mobilidades sociais.

2. Avanços na proposta

Para entendermos melhor os avanços na proposta da pesquisa, é importante caracterizar a habilitação do Santo Ofício e detalhar o conjunto de informações que ela agrega. Para conseguir a nomeação como familiar da Inquisição, o candidato tinha que se submeter e custear o processo de habilitação, no qual sua vida e a de sua família seriam investigadas. Dos bisa-

vôs, avôs até a família da esposa, o candidato e seus familiares eram alvos de uma sistemática e rigorosa investigação, impedida pelo Conselho Geral do Santo Ofício. O objetivo dessa pesquisa era saber se o habilitando tinha na sua linhagem parente com sangue judeu, mouro ou mulato, se tinha parente que fora réu do Santo Ofício, se tinha “mácula” moral no seu passado, se tinha filho ilegítimo, se tinha patrimônio suficiente para viver “decentemente”, se sabia ler e escrever e também se era capaz de guardar segredos do Santo Ofício (Regimento do Santo Ofício dos Reinos de Portugal, 1774, Título IX).

A investigação era feita pelos representantes da Inquisição, que efetivamente se constituía como principal instituição especializada no levantamento e controle das genealogias em Portugal (MELLO, 2000). Durante o processo de habilitação, a Inquisição enviava investigadores a todos os locais de origem e residência da família do candidato. Não era incomum, ao longo da investigação, ser solicitadas aos párocos locais cópias de registros paroquiais de batismo ou casamento para serem anexadas ao processo como comprovação da genealogia dos investigados.

O processo de habilitação era montado, depois de acionar uma competente máquina de averiguação das genealogias e condições sociais dos candidatos, que implicava: envio de investigadores a diferentes locais, coleta de depoimento de testemunhas e documentos paroquiais. Os documentos convergiam para o Conselho Geral do Santo Ofício, em Lisboa, onde os inquisidores compunham o processo, liam os pareceres dos investigadores e acolhiam ou não o candidato como familiar.

Em resumo, no que interessa a esse artigo, a habilitação aglutinava informações que inicialmente estavam nas memórias das diferentes pessoas, em diferentes registros paroquiais e em diferentes paróquias. Todas essas informações e documentos ficavam anexados ao processo de habilitação. Somado a essa

característica, deve-se considerar o fato de que a estrutura das habilitações se manteve praticamente a mesma, desde o Regimento do Santo Ofício de 1640, que inclui pela primeira vez um título específico destinado aos familiares, até o ano final do Tribunal do Santo Ofício em Portugal em 1821 (CALAINHO, 2006).

Como dito anteriormente, o processo de habilitação como familiar do Santo Ofício movimentava parte considerável da engrenagem da Igreja, especificamente a engrenagem inquisitorial, na articulação de seus agentes em diferentes regiões do Império Lusitano. Os tribunais inquisitoriais de Évora, Coimbra, Lisboa (que tinha jurisdição no Brasil) e Goa (responsável pelos territórios portugueses na África Oriental e na Ásia) eram acionados pelo Conselho Geral, que solicitava a cada um dos tribunais uma espécie de “nada consta”, ou seja, informações se o candidato ou algum parente não havia sido réu do Santo Ofício. Além disso, era investigada a vida do habilitando e de sua família nas mais diferentes localidades onde haviam residido (BETHENCOURT, 1994). A composição do processo de habilitação em si trazia um grupo de informações, de diferentes origens, sobre o habilitando e sua família. O que agora passaremos detalhar é justamente o conjunto dessas informações.

O esforço do processo era voltado para a análise da genealogia do candidato; as “máculas” de sangue, principalmente a descendência de cristão-novo, eram impedimentos à habilitação. A necessidade de confirmar o local de nascimento alegado pelo candidato não era em vão, pois muitos fraudavam suas próprias genealogias, escondendo nomes e origens de avôs, bisavôs, sogros e até mesmo de pais judeus, mouros, índios, mulatos... ou que em alguma ocasião haviam sido processados pelo Tribunal (MELLO, 2000). A possibilidade de fraudes e a importância da genealogia para legitimar a candidatura cria-

vam, por parte da Inquisição, um rigoroso procedimento investigativo acerca do habilitando e a história de sua família.

Em relação ao candidato em si, algumas informações eram primordiais; primeiro o nome do candidato, um dado aparentemente fácil, mas que efetivamente se constitui em um enorme problema para quem se aventura pelos estudos das trajetórias individuais em territórios coloniais brasileiros. No Brasil, não eram raros os casos em que um indivíduo ganhava ao longo da vida diferentes nomes, o que era agravado pela ausência de padrão para a constituição dos nomes, pelo uso de alcunhas, pela ausência de registros civis e pelos deslocamentos que marcavam a população colonial.

Depois vinha a residência, que, no caso do Brasil, também poderia ser um grande problema. Citando José Pinto Martins, sua residência era dividida entre duas capitanias, em Recife, capital de Pernambuco, e no Aracati do Ceará. Essa possibilidade de buscar e agregar informações considerando a mobilidade do indivíduo é uma qualidade da habilitação, e que foi apontada por alguns historiadores como um dos limites da utilização de registros paroquiais (batismo, matrimônio e óbito) pela história da família. A naturalidade do habilitando era levantada não apenas pela fala do candidato, mas através da inquirição de testemunhas e da anexação de cópias de registro de batismo e do matrimônio de seus pais. As testemunhas também detalhavam a situação financeira do candidato, incluindo rendimento anual, e principalmente destacavam a atividade econômica que ele exercia. Caso o habilitando tivesse alguma patente militar ou mercê real, também era registrada nos autos do processo de habilitação.

Mas as informações não ficavam circunscritas ao candidato; elas abarcavam membros de sua família. Irmãos, esposa, pais, sogros, avôs e bisavôs tinham seus nomes, suas origens, suas residências e suas ocupações econômicas mencionadas

através da fala das testemunhas do processo de habilitação e, muitas vezes, confirmadas por cópias de registros paroquiais de batismo e casamento. Em última instância, para o historiador, parte considerável da trajetória familiar do habilitando pode ser encontrada no processo de habilitação; e mais amparada numa máquina investigativa que alcançava parcela significativa do Império Português e atenuava os limites investigativos impostos pela constante mobilidade que envolvia esse Império. Além de dados sobre o candidato e seus parentes, as habilitações do Santo Ofício também agregavam informações sobre as próprias testemunhas inquiridas: nome, origem, residência, ocupação, idade e patente militar delas, o que pode auxiliar a análise da composição de redes de sociabilidades e mobilidades atreladas ao candidato e à sua família.

Até aqui estivemos apresentando informações e experiências que já haviam passeado nas linhas do artigo publicado em 2011; ou seja, nenhuma novidade foi mencionada. Mas os obstáculos na elaboração da pesquisa acerca da vida de José Pinto Martins e seus outros três irmãos (João, Bernardo e Antonio Pinto Martins) fortaleceram a nossa empreitada para explorar as habilitações de maneira mais sistemática e menos “artesanal”.

O trabalho passou a ser desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará, mais precisamente junto ao Grupo de Pesquisa População, Família e Migração na Amazônia (RUMA). O primeiro imperativo era definir qual região deveria ser contemplada pela pesquisa. Diante dos escassos trabalhos sobre a presença da Inquisição na Amazônia, que na maioria das vezes se resumiam a documentação gerada pela Visitação do Santo Ofício de 1763-1769, marcava-se a necessidade de ampliação dos estudos acerca da relação entre Amazônia e Inquisição. Isso nos levou à elaboração de um projeto para o

levantamento da documentação que se detivesse na presença inquisitorial no Grão-Pará e Maranhão.

Com financiamento da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Pará (FAPESPA), sob a organização dos pesquisadores Rafael Chambouleyron e Antonio Otaviano, aglutinando outros quatro pesquisadores, foi elaborado um projeto de pesquisa. O título da proposta era a “Presença da Inquisição na Amazônia colonial”, o que por si só já significava o ponto central da empreitada: levantar e sistematizar parte da documentação disposta no Arquivo Nacional da Torre do Tombo que tivesse íntima relação com a Inquisição e a Amazônia. Logo, entre tantos documentos organizados no Fundo Inquisição, escolhemos trabalhar com as denúncias, os processos inquisitoriais e as habilitações de familiares.

As ações iniciais focalizaram as habilitações. Partimos para um mergulho na documentação da Torre do Tombo em busca de familiares que tivessem nascido ou residido no Grão-Pará e Maranhão. Uma atividade aparentemente fácil ganhou contornos de dificuldade, pois a organização do acervo inquisitorial é nominativa e não por região, gerando problemas para isolarmos espacialmente nossos investigados. Foi necessário contar com a colaboração de vários pesquisadores que tinham em seus trabalhos nomes de réus e habilitandos associados à Amazônia.¹ E mais, foi necessária a pesquisa em Portugal, com o intuito de localizar a documentação e confirmar a relação do candidato com a região focalizada. Encontramos inicialmente 82 habilitações que poderiam se relacionar com o Grão-Pará e Maranhão. Após confirmar *in loco*, o número baixou para 59. Por contar com recurso financeiro limitado, conseguimos digi-

¹ Aqui cabe destacar a generosidade dos seguintes pesquisadores: Prof. Dr. José Luis Ruiz-Peinado Alonso, Profa. Dra. Barbara A. Sommer, Prof. Dr. Mark Harris e Profa. Dra. Ana Pereira.

talizar e trazer para Belém 43 processos. Desses processos digitalizados, 32 diziam respeito diretamente a familiares, 01 a notário e 10 a comissários – é preciso destacar que, desses três cargos, somente o de familiar era acessível a leigos.

De posse da documentação, passamos a explorá-la de maneira sumária, o que de imediato nos apresentou duas possibilidades. Uma se baseava na “reconstrução” das trajetórias individuais de habilitandos, em especial familiares do Santo Ofício na Amazônia colonial. Essa possibilidade não era novidade, inclusive se coadunava com a análise feita para os Pinto Martins. O foco seria o mesmo: destacar na história de vida do investigado o processo de mobilidade social, incluindo não apenas a mudança de estamento social, mas também sua inserção em novas redes de sociabilidades. E, nessa perspectiva, o investigado inicial foi Elias Caetano de Matos; é dele que falaremos agora.

3. Um familiar em Belém: Elias Caetano de Matos

Elias chegou à cidade de Belém do Grão-Pará no ano de 1734. Nesse período, a circulação de pessoas que partiam de Portugal para a América portuguesa não era nenhuma novidade – mas um problema para governantes portugueses. Desde 1645 já se esboçavam leis proibitivas que buscavam regular a saída de portugueses rumo ao “Novo Mundo”: nesse ano foi publicado um alvará, no dia 06 de setembro, que proibia a saída do Reino sem passaporte. No dia 16 julho de 1709, uma resolução buscava restringir a saída de lusitanos para a América portuguesa, sob pena de confisco de bens aos infratores. No mesmo ano, no dia 25 de novembro, foi imposta a obrigatoriedade de um passaporte para quem viajasse. Ainda sentindo a ineficácia de tais medidas, a Coroa, no dia 20 de março de 1720, publica uma nova lei para tentar dificultar o êxodo para a

América. No ano de 1732, o Conselho Ultramarino alertou o rei sobre o perigo de se despovoar Portugal se nada fosse feito para impedir o fluxo para o Brasil. No dia 06 de dezembro de 1755, uma nova lei era promulgada visando limitar a migração². O que em síntese devemos destacar desse conjunto de leis é que existia um fluxo contínuo de migrantes portugueses para o Brasil, pelo menos entre os anos de 1645-1755, e esse movimento era considerado um problema pelos administradores do Reino.

Isso coloca nosso amigo Elias num rol de pessoas que não deixava a terra pátria dentro de uma política de povoamento orquestrada pelo Estado ou de maneira compulsória, mas ele poderia se enquadrar num fluxo populacional baseado na iniciativa individual de homens e mulheres (mais homens que mulheres) que buscavam no outro lado do Atlântico uma nova vida, uma forma de fugir dos problemas e limites encontrados nos cotidianos vivenciados em Portugal do século XVIII. Como exemplo, mesmo considerando as imprecisões das informações, entre 1700-1760 foram mais de 600 mil portugueses que foram atraídos pela possibilidade de enriquecimento rápido através da mineração no Brasil. Destes, 96% eram homens e 47% eram solteiros. Marcante foi o fluxo de homens solteiros que partiam de Portugal rumo ao Brasil na primeira metade do século XVIII; nessa onda Elias navegou parcialmente. Chegou a Belém, homem e solteiro, e rapidamente começou a enriquecer. Mas, ao contrário da tônica da época, não buscou os diamantes ou o ouro das Minas e nem mesmo esteve no mundo do açúcar nordestino.

Buscou terras que se movimentavam em torno da exploração do cacau, das drogas do sertão, do cultivo da cana de açúcar, do tabaco, do algodão e de outros gêneros. Um mundo

² *Colleção das Leys, Decretos e Alvarás*. Lisboa, Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, MDCCXC, s/p.

que assistia, desde fins do século XVII, a um confronto relacionado à manipulação da mão de obra indígena (Elias utilizaria essa força de trabalho), a um esforço de ampliar a presença de escravos negros e à criação pela Coroa da Companhia do Comércio do Maranhão (1755) para incrementar o tráfico negreiro e a circulação de produtos. O próprio contingente populacional da região entrava em ebulição com as mortes causadas por surtos de bexiga, pela movimentação de índios beneficiados pela “liberdade geral” e organizados em aldeamentos, pela entrada de africanos e pela contínua chegada de portugueses – como Elias.

Voltando a Portugal, não encontramos nenhum parente próximo de Elias atravessando o Atlântico – teria sido ele o primeiro? Por outro lado, tal informação nos faz pensar que nem todos os homens solteiros portugueses, diante de dificuldades, buscavam terras “brasileiras”. Entretanto, desde muito cedo, sua família se submeteu a processos de migração. Circulavam entre freguesias próximas e até mesmo entre vilas e cidades mais distantes. A migração, mesmo a interna, era uma estratégia de sobrevivência e enriquecimento para a família de Elias – uma possibilidade de sobrevivência e mobilidade social³.

O avô materno de Elias, Antonio da Costa, havia sido batizado, em 1635, na vila de Óbidos, mais especificamente na freguesia de São Pedro. Com a idade de aproximadamente 28 anos, casou com sua avó materna, Leonor Maria, que à época (1663) tinha 23 anos de idade. O avô morou muito tempo em Lisboa, o que pode ser em parte explicado por seu ofício: alfaiate. Ainda em fins do século XVII, a capital do Império Lusitano era um centro de atração para muitos naturais de outras partes de Portugal. E o era pelo fluxo de capital e pela amplitu-

³ Toda a trajetória de Elias de Mattos foi analisada a partir da Habilitação do Santo Ofício de Elias Caetano de Mattos, 1736. DGARQ/TT, maço 01, doc. 03.

de de sua estrutura urbana, que aumentava as chances do emprego de mão de obra especializada.

Mesmo procurando viver em Lisboa, Antonio da Costa não rompeu os laços com Óbidos. Após ter uma filha, que seria a futura mãe de Elias, e ficar viúvo, frequentava com constância a freguesia natal. E o fazia para visitar a casa da irmã, que passou a cuidar da sobrinha. Ou seja, a mãe de Elias, apesar de ter nascido em Lisboa, fora criada por uma tia em Óbidos. E só retornou para a capital portuguesa já mulher, onde posteriormente casou – não podemos afirmar se o retorno foi orquestrado a partir de um acordo nupcial, mas é possível que sim.

Por sua vez, o avô paterno de Elias, Manoel Rodrigues, também era da mesma freguesia e vila do avô materno, o que abre a possibilidade de terem se conhecido em Óbidos. Manoel Rodrigues, ainda em Óbidos, tivera um filho chamado Antonio Rodrigues de Matos, que nascera por volta de 1663 e viria a ser o pai de Elias. Considerando que os avôs travaram amizade ainda em Óbidos, podemos entender por que Antonio Rodrigues partira da vila natal rumo a Lisboa: lá havia um conhecido que o pode ter colocado num grupo de relações que envolvia os mestres de ofício. A partir daí, na capital, Antonio Rodrigues aprendeu o ofício de espingardeiro. Na trajetória paterna, Lisboa aparece como um lugar de oportunidades, uma alternativa aos limites da vila de Óbidos. Foi onde Antonio ganhou um ofício e uma esposa, reconfigurando novas relações sociais, a partir de uma rede de mestres artesãos. Uma rede de sociabilidade que o aceitou através de conhecimento prévio gestado ainda na freguesia de São Pedro em Óbidos e o inseriu num grupo que vivia em ruas específicas da cidade de Lisboa. Isso nos possibilita perceber avós e pais em movimento migratório interno, marcando a história da família. Uma trajetória que se destacava tanto no lado paterno quanto no materno e

que se assentava numa possível sociabilidade que vinha da terra onde nasceram.

Em Lisboa, o pai e a mãe de Elias iriam se conhecer. A mãe de Elias chamava-se Ana Maria e havia nascido em Lisboa por volta de 1711. Era filha de Antonio da Costa, mestre alfaiate que vinha de Óbidos, da freguesia de São Pedro e do lugar de Carvalhal – marcando uma “endogamia oculta” (TRUZZI, 2010).⁴ O pai e o avô paterno de Elias eram do mesmo lugar, freguesia e vila, o que nos induz a acreditar que, em Lisboa, o pai de Elias pode ter ficado sob os cuidados e proteção de um velho conhecido da família, que se tornaria sogro.

Como era artesão, o pai de Elias morava em Lisboa numa rua destinada aos mestres espingardeiros. Desde D. João I (1385-1433), os mestres eram “arruados” em Lisboa, ou seja, cada ofício tinha uma rua específica. E nessas ruas os mestres deveriam morar; caso contrário, estariam passíveis de multas e prisões. A rua dos Espingardeiros era bem próxima à rua dos Alfaiates; a documentação pesquisada classifica a rua dos Alfaiates, como um beco dos Espingardeiros. Assim, a mãe de Elias, após retornar da casa da tia em Óbidos morava com seu pai Antonio da Costa muito perto da morada de outro Antonio, o Rodrigues – que viria a ser o pai de Elias. Isso poderia aumentar a chance das famílias se conhecerem e se entrelaçarem – principalmente se consideramos que tinham a sua origem na mesma freguesia e vila. Estaria o avô materno de Elias investindo num possível genro!?

O pai de Elias tinha atrativos para ser considerado um “bom casamento”; tais atrativos haviam, em parte, sido hipertrofiados pelo futuro sogro. Pensar a sociedade estamentária

⁴ Conceito que destaca a possibilidade de endogamia através do noivo e dos pais da noiva, mesmo esta não pertencendo aparentemente ao mesmo grupo do futuro cônjuge.

portuguesa é colocar a nobreza no topo da pirâmide social (MONTEIRO, 2005) e, ao mesmo tempo, reconhecer as várias faces dessa nobreza (SILVA, 2005). Por outro lado, entre o pico e a base da pirâmide, podemos encontrar uma gama de outros lugares sociais, incluindo aí os oficiais mecânicos.

Desde a Idade Média, dominar um ofício mecânico poderia ser uma forma de inserção e promoção social. A participação dos artesãos no cotidiano administrativo da cidade de Lisboa não se limitava à organização de festas religiosas. Através da Casa dos Vinte e Quatro, os representantes dos ofícios poderiam interferir na criação de impostos, no abastecimento e na limpeza da cidade (MATTA, 2011). Ou seja, embora Antonio Rodrigues (pai de Elias) não fosse um nobre e nem vivesse como tal, vivendo do trabalho manual, sua condição de mestre espingardeiro o colocava num segmento social intermediário.

Sua projeção social era ampliada pelo fato de ter como ofício mecânico a produção de armas, valorizada por carta régia de 1515. Pois entre os ofícios também havia uma hierarquia social, e ganhavam destaque justamente ofícios marciais: “O armeiro-mor, juntamente com bombardeiros e espingardeiros, possuía honra de escudeiro. Juntos, foram considerados, por expressa vontade do rei, de todos oficiais ‘os mais privilegiados e guardados’” (MATTA, 2011, p. 30).

Assim, era vantajoso para um pai casar sua filha com um mestre espingardeiro, quando as portas da nobreza estavam fechadas. O ofício como marcador social e o papel paterno na escolha do cônjuge da filha impeliavam o seu avô materno a valorizar o pai de Elias como um bom casamento. O lugar social do pretendente, o fato do pai da noiva ser alfaiate e de serem vizinhos em Lisboa ampliavam a possibilidade de arranjos matrimoniais entre eles. Mais um ponto pode ter concorrido para esse casamento: as duas famílias tinham origem na mesma freguesia de São Pedro da vila de Óbidos, o que poderia ser indí-

cio de um fortalecimento da rede de sociabilidade que os cercava – e, quem sabe, criada ainda nos tempos em que residiam na vila de Óbidos. Desse emaranhado de relações e possibilidades, considerando os fatores que podiam facilitar o casamento, na cidade de Lisboa, na freguesia de São Nicolau, no ano de 1699 os futuros pais de Elias casaram: ele com 36 anos e ela beirando os 19. Um casamento que, de certa forma, deve ter sido um conforto para o sogro, pois este era viúvo e tivera a filha criada por uma tia em Óbidos.

Aliás, num rápido retrospecto no local de casamento dos parentes masculinos de Elias, reparamos que o avô materno, o paterno, o pai e o próprio Elias não casaram nas freguesias onde foram batizados. Isso indica a regularidade do deslocamento masculino dentro de sua família; o mesmo não se aplicava às mulheres, que, em nenhum caso, casaram fora da vila onde foram batizadas – incluindo aí Quitéria Maria, esposa de Elias.

Ainda seguindo a prática migratória, os pais de Elias não fixaram por muito tempo residência em Lisboa. Seu pai, após aprender uma profissão, casar-se e ter um filho, retornou para o lugar de Carvalhal da freguesia de São Pedro da vila de Óbidos. Então foram alcançados pela morte: apenas dois anos após o retorno, o pai de Elias faleceu. Isso criou mais um drama familiar, e nos reforça a possibilidade de compreender a mobilidade social como um fenômeno marcado também pelas contingências da vida. A mãe de Elias, Ana Maria, embora tivesse raízes familiares em Carvalhal, tanto pelo lado do marido como pelo do pai, não pôde viver viúva e com filho em Óbidos: retornou para Lisboa, onde contava com o apoio de uma irmã que morava próximo do Hospital Real. Até então, Elias apenas acompanhara os pais de um lado para o outro: de Lisboa para Óbidos e de Óbidos para Lisboa. Mas sua realidade mudou após o falecimento da mãe.

Assim, depois de ter uma família que se deslocara com constância dentro de Portugal e, com isso, aprender que viajar pode ser uma forma de tentar recomeçar e melhorar a vida... depois de aprender a profissão de mestre espingardeiro... com a morte primeiro do pai em Óbidos e depois da mãe em Lisboa, Elias Caetano de Mattos resolveu atravessar o Atlântico e ancorar na cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará.

Ao longo de sua trajetória de vida, Elias Caetano estabeleceu relações associadas a ofícios mecânicos. De início, vinha de uma família de mestres artesãos, com o avô alfaiate e o pai espingardeiro. Aliás, talvez considerando o maior prestígio dos mestres de armamentos, nosso personagem abraçou o ofício paterno. Elias também se tornou um mestre espingardeiro. Em 1738, quando iniciaram as diligências da Inquisição sobre a vida de Elias, sua ocupação foi sinteticamente apresentada como “mestre espingardeiro”.

Elias não encontrou sossego em Lisboa. Isso nos faz pensar se não houve paulatinamente na capital do Império, durante o avançar da primeira metade do século XVIII, um aumento da concorrência e a diminuição de demanda de trabalho para mestres de ofício. Soma-se a isso a característica demográfica de regiões como a Estremadura em Portugal, marcada por uma pressão na alta da taxa de masculinidade, que contribuía para criar tensões relacionadas à oferta de mão de obra e mesmo a circunscrição de mercados matrimoniais – não foi por acaso que boa parte dos migrantes masculinos era solteira.

Concomitantemente, o sonho de enriquecimento rápido no outro lado do Atlântico povoava a imaginação de muitos portugueses. O fluxo intenso de lusitanos para as Minas é um indício de que a América se transformara em signo de enriquecimento rápido, uma oportunidade para homens solteiros à procura de aventura. No outro lado do Atlântico se formavam redes de sociabilidade, em especial baseadas nas relações familia-

res, que serviam muitas vezes como ponto de atração e ajuda para aqueles que partiam de Portugal e alcançavam as terras do “Novo Mundo”. Tais pontos podem auxiliar a compreender os motivos que levaram Elias Caetano deixar Lisboa em 1734 e rumar para a América. No entanto, a documentação não deixa claro por que optou por Belém do Grão-Pará.

Elias era um migrante, que partira de Lisboa por vontade própria. Não poderia ser colocado no rol dos homens miseráveis, haja vista que sua família pertencia a um segmento social intermediário: dos mestres de ofício. Não escolhera, como tantos outros portugueses, as terras do açúcar ou as Minas, locais que representavam, no imaginário da época, riqueza rápida e intensa. Nem mesmo na documentação é citado algum parente ou amigo que estivesse em Belém, servindo como ponto de apoio e atração para Elias. O que talvez possamos imaginar é que algumas histórias de enriquecimento na região possam ter servido como “canto da sereia”. E no rol dos conhecidos de Elias figuravam muitos capitães de navio, homens que poderiam instigar a cobiça com a imagem de um “Novo Mundo” pronto para ser explorado.

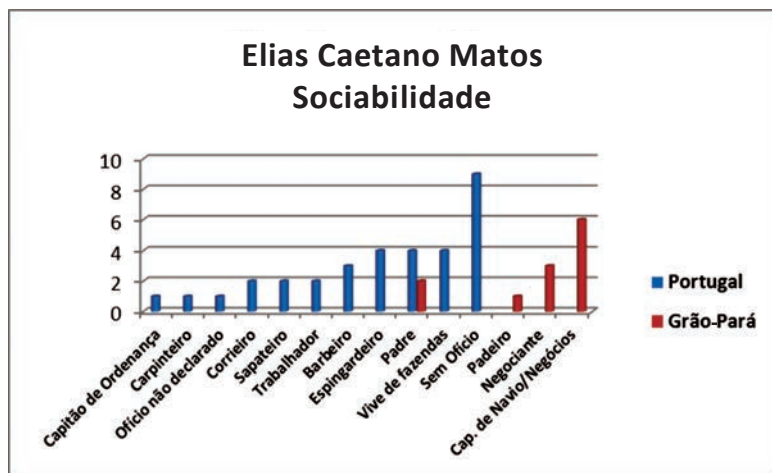
Podemos assistir a um crescimento da população da cidade de Belém. Esse aumento populacional ganhou força na sua relação com a sedimentação de rotas comerciais entre Belém-São Luis-Lisboa, baseadas na exportação de cacau, café, madeira, algodão, açúcar, tabaco... A cidade assistiu a um aumento na circulação de pessoas e de recursos. Lugar propício para pessoas de ofícios especializados, o que pode ter sido mais um ponto de atração para Elias.

Chegando a Belém, Elias iniciou um processo de rápido enriquecimento. Esse processo estava atrelado à sua mudança de *status* social. Assim, no ano de 1737 pedia sua habilitação como familiar do Santo Ofício. Em Belém, em pouco mais de três anos, Elias deixou de lado o ofício de espingar-

deiro e passou a viver de suas roças e do trabalho de seus escravos índios.

Considerando o gráfico da ocupação das testemunhas convocadas pelo Santo Ofício, em Portugal e no Grão-Pará, podemos analisar rapidamente mudanças nas redes de sociabilidades e a mobilidade associada a Elias e à sua família. Se não viajamos: em Portugal o número de testemunhas é bem maior (33 testemunhas). As testemunhas convocadas também eram inquiridas acerca dos bisavôs, avôs e pais de Elias. Como era a primeira geração estabelecida em Belém e estava na cidade há pouco tempo, o número de conhecidos de Elias era menor (12 testemunhas). O gráfico a seguir ilustra bem a base de sociabilidade da família de Elias em Portugal e no Grão-Pará. Esse gráfico está dividido por ocupação das testemunhas da habilitação.

Gráfico I



Fonte: Habilitação do Santo Ofício de Elias Caetano de Mattos, 1736. DGARQ/TT, maço 01, doc. 03.

Em Portugal, basicamente, o grupo maior de informantes estava classificado como sem ocupação. Mas, no geral, os depoentes arrolados eram mestres de ofícios. Os ofícios eram variados e não se resumiam aos espingardeiros, mas efetivamente demonstram que existia uma sociabilidade entre os mestres e que, em última instância, ela não se resumia ao ofício específico. A base de apoio para a investigação da vida de Elias e de sua família em Portugal foram os mestres de ofícios. O perfil muda quando acompanhamos Elias em Belém do Pará.

No Pará, Elias mostra uma intimidade maior com negociantes e com negociantes que eram capitães de navio. Estes últimos eram homens que viviam intensamente o Atlântico como fronteira de dois mundos e na navegação ganhavam força para se aproveitar do comércio. Elias havia se casado com uma esposa cuja família já era natural da terra e monopolizava pequenos cargos administrativos no Maranhão (Tapuitapera) e no Pará (Belém). No entanto, seu círculo de sociabilidade não inclui um número significativo de administradores locais ou membros de uma elite local. Suas testemunhas ainda eram, na sua maioria, homens de fronteiras... pessoas que ainda tinham os pés em Portugal. Isso pode em parte justificar o empenho de Elias para se habilitar como familiar: já tinha fortuna, mas não inserção política.

Por outro lado, o casamento de Elias com Quitéria Maria poderia ser motivo para redimensionar o lugar social de Elias. O nosso familiar só casou em 1748, ou seja, 10 após a habilitação; e mais, não submeteu a genealogia da esposa ao exame do Santo Ofício – como era obrigação dos familiares. Isso pode ser compreendido ao sabermos que a família de Quitéria trazia em sua história a marca de “mourisco” e de gentio da terra. Pelo lado materno, a esposa de Elias tinha o avô e a mãe na fama de “mourisco”. Já no lado paterno, o avô era gentio e “trigueiro e de cores morenas”. Aliás, o avô paterno foi res-

ponsável pela inserção da família em uma rede social diferente. De gentio da terra, foi sapateiro, depois trabalhou nas lavouras, ocupou o cargo de almotacel. O filho morou em Belém e foi nomeado juiz ordinário.

Assim, a partir da análise da habilitação de Elias Caetano de Matos, encontramos um indivíduo que não faz fortuna nem com o açúcar nordestino, nem com a mineração, mas com a lavoura no norte da América lusitana; um mestre de ofício entre a base e o topo dos estamentos sociais de Lisboa; fora das grandes rotas transatlânticas e do controle de grandes cargos ou contratos reais; que enriquece rapidamente em Belém; que busca o atestado de limpeza de sangue, mas ao mesmo tempo casa com uma família de origem de gentio da terra. Também encontramos a história de Quitéria, sua esposa, atrelada a uma família local, formada por índios e “mouriscos”, que faz do ofício mecânico, da lavoura e da nomeação para pequenos cargos administrativos uma forma de ganho social e de combate à “mácula” de sangue.

Mas o potencial da habilitação para a análise da mobilidade social poderia ir além do estudo de trajetórias específicas. Poderia nos remeter à composição de quadros mais gerais, e para isso deveria receber um tratamento serial. Esse esforço significou uma mudança na abordagem da documentação e enveredou para a interface com a Análise de Sistema.

4. Da trajetória para a análise serial

Voltando ao artigo publicado em 2011, havíamos feito uma estimativa de que cada habilitação traria em média informações referentes a 20 indivíduos, sejam eles testemunhas ou parentes do habilitando. Nascia o desafio para cruzar as informações contidas nos 43 processos levantados. Seguindo a estimativa, teríamos 860 indivíduos arrolados no conjunto total

das habilitações trabalhadas. Isso nos limitaria o tratamento “manual” das informações, pelo volume de nomes e pela diversidade de relações travadas entre eles, mas abriria a porta para uma análise serial.

Ainda em 2011, iniciamos o esforço de composição de base de dados pautada nas habilitações. O projeto inicial havia sido pensado para compor a base de dados no *software Access*, apostando na possibilidade de cruzamento de nomes (indivíduos) e atributos (origem, ofício, relações de parentesco...). Com a ajuda de um analista de sistemas, José Aldenor Imbiriba Neto, logo nos primeiros meses de trabalho descobrimos que o *software* da Microsoft não era suficiente para alcançarmos nosso objetivo. No ano seguinte (2012), com o financiamento do CNPq, ampliamos a equipe envolvida no projeto e estabelecemos novas rotas para a sistematização das informações. A saída encontrada foi criar um Sistema de Gerenciamento de Indivíduos, desenvolvido na linguagem Java. O Sistema, que ainda se encontra em fase de desenvolvimento e ampliação, tem como principal característica não se deter no habilitando, mas permitir o cadastramento de todos os indivíduos contidos na habilitação. Isso incluía não apenas os parentes do habilitando, mas também as testemunhas, os padres... Além da própria habilitação, outros eventos também estavam sendo cadastrados: casamento, batismo, testemunho...

Assim, de 43 habilitações, assistimos ao cadastramento de 2.350 indivíduos, distribuídos entre 1.172 testemunhas, 114 padrinhos de batismo, 92 madrinhas de batismo, 59 testemunhas de casamento. Os demais indivíduos estão distribuídos entre habilitandos e seus parentes, esposas de habilitandos e sua família e responsáveis pela condução do processo de habilitação. Foi possível cadastrar 16 esposas de habilitandos, como Quitéria Maria, o que significou mais 16 ramos familiares a ser explorados. Cada indivíduo poderia ter um conjunto de infor-

mações atreladas ao seu ID (número de identificação gerado pelo Sistema). O nome ainda era o fio condutor, mas acrescido de outros meta-dados: situação conjugal, nome da esposa(o), patente, mercês, local de nascimento, local de residência, local de assistência, relação com o familiar, ofício e tipo de evento.

Embora ainda em fase de construção e elaboração, o Sistema nos possibilita uma análise serial das habilitações que amplia percepções das dinâmicas de mobilidade social, atrelada a um conjunto de indivíduos na Amazônia colonial. Merece destaque inicial a arquitetura interna do Sistema, pois possibilita a análise das relações sociais não somente do habilitando. Isso significa na prática uma rotina de investigação que pode ter como foco da análise o sogro de um familiar, uma testemunha de habilitação, um padrinho do batismo da esposa do familiar, o avô do familiar... Mas, desde logo, deixamos claro que o conjunto mais completo de informações é o do habilitando.

A potencialidade de ampliação da análise reside justamente na incorporação de outras fontes de pesquisa, articulando o conjunto de informações das habilitações com documentos variados. Atualmente estamos fazendo isso a partir do Sistema, que está sendo desenvolvido para também incorporar bases de dados formadas a partir de inventários, testamentos, cartas-patente, cartas de sesmarias, requerimentos, registros de batismo, matrimônio e de óbito. Como o gerenciamento é do indivíduo e não da documentação (embora parta da documentação), podemos encontrar um mesmo nome em diferentes situações e etapas de sua vida. Para exemplificar, citamos o caso do familiar chamado Amandio de Oliveira Pantoja, habilitado em 1799. No Sistema estão cadastradas não apenas as informações contidas no seu processo de habilitação, mas também justificção de nobreza, carta-patente, ordem militar, atividades subversivas e ofícios.

Aliás, o cadastramento de informações oriundas de outras fontes serve como ponto de partida para discutirmos um primeiro tópico relacionado à mobilidade social: o sentido da habilitação do Santo Ofício. Fundamentalmente, com base no trabalho do pesquisador português José da Veiga Torres, o esforço de habilitação foi interpretado como um ato de promoção social. O estatuto de “limpeza de sangue” atrelado à nomeação do familiar era importante elemento de mobilidade social, tornando-o membro de grupos de elites que tinham acesso a mercês, cargos administrativos e privilégios reais. A familiatura foi uma forma de promoção social, pontuando a Inquisição portuguesa não apenas como instância repressora, mas também enquanto mecanismo de legitimação e fomento de mobilidades sociais em uma sociedade de Antigo Regime (TORRES, 1994). Nessa sociedade era fundamental o conhecimento acerca da genealogia dos membros da nobreza, o que marcava possibilidades de inserção em grupos mais ou menos privilegiados pelas iniciativas reais – prática que alcançou regiões periféricas do Império Lusitano.

Para testar a validade da explicação de Veiga Torres, tomando como foco a Amazônia colonial e utilizando o Sistema, partimos para um exercício analítico. Pegamos todos os 43 habilitandos e a data da emissão de suas cartas de habilitação. Depois fizemos um levantamento nominativo de documentos associados a uma suposta promoção social dos habilitandos e à sua suposta inserção em redes de privilégios. Separamos, então, as concessões em dois grupos: um grupo de documentos gerados antes da habilitação e outro grupo gerado depois da habilitação. Caso estivesse certa a hipótese da habilitação como “promoção social”, nossos indivíduos teriam um aumento significativo de concessões após a data de habilitação.

Após pesquisa feita na documentação do Projeto Resgate e nos índices eletrônicos da Torre do Tombo, foram cadas-

trados 143 documentos referentes aos familiares, comissários e notário. Divididos entre cartas de sesmarias, ofícios, cartas-patentes, ordens militares... o Sistema os realocou entre pré-habilitação e pós-habilitação. No geral, o que encontramos foram 71 documentos relacionados ao período que antecedia a habilitação e outros 72 que foram gestados após a habilitação. Pegando o grupo de sesmarias, por exemplo, vimos seis familiares recebendo a carta antes da habilitação e três familiares recebendo a pós-habilitação. Nas cartas-patente, a relação foi similar: oito nomeações pré-habilitação contra sete pós-habilitação.

Embora o número de habilitandos e documentos seja pouco representativo, quando pensamos nos 1.708 familiares levantados para a América portuguesa (CALAINHO, 2006), uma questão merece ser levantada: existiria uma relação direta entre a habilitação e a promoção social do habilitado? Será que o familiar galgava inserção em um circuito de favorecimentos e mercês? Pelo menos para o Grão-Pará e Maranhão, até agora a resposta para tais perguntas é: não. Não havia uma lógica linear entre a habilitação e a “promoção social”, o que nos leva a repensar novos sentidos para os pedidos de habilitação e matizá-los considerando as trajetórias individuais dos habilitandos e a diversidade de relações políticas e sociais que cercavam tais trajetórias.

Mais uma vez, os dados sistematizados podem auxiliar a compreensão das generalidades e singularidades que cercavam tais trajetórias. Pensando inicialmente nas habilitações do Grão-Pará e Maranhão, podemos criar um perfil dos candidatos. Primeiramente, a sua maioria é de origem portuguesa, pois, dos 43 habilitandos, 32 haviam nascido em Portugal ou nas Ilhas, 11 no Pará e um no Maranhão. Entretanto, se focalizamos exclusivamente os 32 familiares, 22 haviam nascido em Portugal, um nas Ilhas, três na Galícia, e cinco nasceram no Grão-Pará e

um no Maranhão. Ou seja, a maior parte das habilitações tratava de pessoas que assistiam há pouco no Estado do Grão-Pará e Maranhão. Esse era o caso de Feliciano José Gonçalves, que chegou a Belém no ano de 1769, com 15 anos de idade, e se habilitou no ano de 1789. Passou, nesse pouco tempo, de correio e soldado de cavalaria para rico proprietário de escravos, engenho de açúcar e fábrica de descascar arroz.

Contrastando com Feliciano, havia os nascidos na região, que tinham pais e/ou avós há mais tempo fixados na Amazônia colonial e diretamente associados a uma dinâmica política e econômica interna, como no caso de Amandio de Oliveira Pantoja, que foi habilitado em 1799, mas cuja família reside no Grão-Pará pelo menos desde a década de 1680. Apesar da família de Amandio, por muitos anos e várias gerações, deter terras e controlar patentes militares, além de uma gama variada de propriedades, somente na quarta geração conseguiu e pediu a familiatura. Isso nos faz pensar sobre de que maneira uma genealogia fincada na “terra” dificultava a possibilidade de obtenção da nomeação para familiar do Santo Ofício, ou mesmo, como a origem da família se articulava com a habilitação.

Ainda pensando nos habilitandos, a ocupação que eles exerciam também aponta para uma mobilidade social, mobilidade não apenas relacionada à mudança de estamento social, mas à inserção em novas redes e lastros de sociabilidade. Na sua maioria, entre os 32 habilitandos a familiares, a ocupação dominante é relacionada ao comércio: 18 (56%) habilitandos. Isso não é nenhuma novidade para o conjunto da América portuguesa: 76% dos habilitados estavam associados diretamente a atividades comerciais (CALAINHO, 1992).

Entretanto, quando recuamos para gerações anteriores da família do habilitando, o perfil aponta mudança. Se pegarmos as ocupações declaradas pelos pais dos habilitandos ao posto de familiar, teremos 15 (30%) relacionados ao trato da

terra, oito (16%) a ofícios mecânicos e apenas quatro comerciantes (08%) – foram declaradas 49 ocupações, entre pais e mães, e alguns pais declaravam mais de uma ocupação. Trabalhando com os avós dos familiares, os números ganham mais representatividade. Das 81 ocupações declaradas, 38 (47%) estavam relacionadas à agricultura e quatro (05%) ao comércio. Isso nos aponta um processo de mudança de atividade econômica da família desses habilitandos, que nas primeiras gerações se dedicavam à agricultura e, com a vinda para o Grão-Pará e Maranhão, passou a dedicar-se prioritariamente ao comércio.

Como dito anteriormente, cada habilitação contém um número significativo de testemunhas. Esses depoentes são inquiridos nos lugares onde o candidato a familiar, seus parentes diretos (pais, avôs, bisavôs) e os de sua esposa tivessem vivido. Tais características do documento nos possibilitam o acesso a diversas redes de sociabilidades nas quais o candidato e sua família estavam inseridos, revelando-nos uma relação direta entre diferentes momentos e espaços na trajetória do indivíduo. No Sistema observamos o cadastramento de 4.395 testemunhos, para 1.172 testemunhas cadastradas, pois muitas pessoas testemunhavam mais de uma vez na habilitação ou em mais de uma habilitação. Cada testemunha é cadastrada como indivíduo no Sistema, o que possibilita enveredarmos por diferentes eventos associados ao nome do depoente. Associadas às testemunhas, algumas informações ajudam a pensar o lugar social desse indivíduo: nome, com quem se relaciona, que tipo de relação estabeleceu, idade, onde nasceu, onde morou e onde assiste, ocupação e nome do cônjuge.

Em termos gerais, temos a possibilidade de isolar as testemunhas por ocupação, o que nos coloca diante do número de 1.113 ocupações declaradas. A diferença entre testemunhas e ocupações declaradas reside no fato de que algumas testemu-

nhas não declaravam ofício, e outras declaravam mais de uma ocupação. Desses ofícios declarados, 40% (526) estavam atrelados à agricultura, o que pode ser explicado pela origem das famílias dos habilitandos, prioritariamente dedicadas a essa atividade. E somente 07% (92) estavam relacionadas com o comércio. Intimamente ligada à mudança de *status* social dos habilitandos, podemos perceber a inserção do familiar num grupo ao qual sua família não tinha acesso direto: o grupo de comerciantes.

Utilizando uma abordagem serial das habilitações do Santo Ofício, podemos resumir nossas análises nos seguintes pontos: 1) a utilização das habilitações como instrumento de “promoção social”, inserindo o indivíduo numa rede de privilégios, merece ser questionada; 2) existia uma tendência maior para habilitar os portugueses, quando comparados com os nascidos no Grão-Pará e Maranhão; 3) a maior parte dos habilitados estava envolvida em atividades comerciais; 4) os habilitados na sua maioria vinham de famílias de agricultores.

Considerações finais

As habilitações do Santo Ofício se sedimentam como importante fonte para o estudo da mobilidade social na América portuguesa. Sua importância é associada ao número de indivíduos, à descrição de marcadores sociais e às diferentes relações estabelecidas entre eles. O uso dessa documentação pode estabelecer um elo entre os estudos de trajetórias individuais e a análise serial dos dados. A análise serial pode ir além do habilitando, envolver membros de sua família, da sua esposa e incluir as testemunhas do processo. O potencial da análise ganha força com a criação de um Sistema de Gerenciamento de Indivíduos, que cruza informações entre diferentes habilitações e agrega outras fontes de pesquisa. Os estudos de mobilidade

social, nessa perspectiva, podem ir além de categorias preestabelecidas e não sucumbir às explicações generalizantes, mas encontrar o movimento, a vida e as estratégias de inserção social, as vezes de modo geral e outras individualizado.

Referências

ANDERSON, M. *Elementos para a história da família ocidental: 1500-1914*. Lisboa, Ed. Quercó, 1984. 95p.

BETHENCOURT, F. *História das Inquisições*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1994. 512p.

CALAINHO, D. *Agentes da fé*. Bauru, EDUSC, 2006. 208p.

CHARLE, C. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, F. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2006. p. 41-54, 224p.

CROSSETTI, V. O. Escravismo no Rio Grande do Sul – século XIX. In: QUEVEDO, J. (Org.). *Rio Grande do Sul: 4 séculos de história*. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1999, 398p.

HENRY, L. *Técnicas de análise em demografia histórica*. Lisboa, Gradiva, 1988. 231p.

IMIZCOZ, J. M. Actores, redes, processos: reflexiones para una história más global. *Revista da Faculdade de Letras, História*, Porto, III série, v. V, p. 115-140, 2004.

GINZBURG, C. O inquisidor como antropólogo. In: *A micro-História e outros ensaios*. Lisboa, Difel, 1991, 260p.

GUTIERREZ, E. *Negros, charqueadas & olarias*. Porto Alegre, RS. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS, 250p.

LIMA, H. E. *A micro-história italiana*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2006. 588p.

MAGALHÃES, M. O. *Opulência e cultura na província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas, Ed. UFPE, 1993.

MATTA, G. G. *Tradição e modernidade: práticas corporativas e a reforma dos ofícios em Lisboa no século XVIII*. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense.

MELLO, E. C. *O nome e o sangue*. Rio de Janeiro: TopBooks, 2000. 308p.

MONTEIRO, N. *Elites e poder*. Lisboa, ICS, 2003. 334p.

MONTEIRO, N. O ethos nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. *Almanack Brasileiro*, n. 2, nov. 2005.

NADALIN, S. O. 1994. *A demografia numa perspectiva histórica*. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspub/textosdidaticos/tdv02.pdf>>.

NOBRE, G. *As oficinas de carne do Ceará*. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1977. 187p.

PESAVENTO, S. J. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997. 141p.

REAY, B. *Microhistories: demography, society and culture in rural England, 1800-1930*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. 288p.

RIBEIRO Jr., J. *Colonização e monopólio no Nordeste brasileiro*. São Paulo: HUCITEC, 1976. 210p.

SCOTT, A. S. V. A historiografia do Cambridge Group: contribuições ao estudo da família e do grupo doméstico. In: XVI ENCONTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS – ABEP 2004. *Trabalho mimeografado apresentado na Mesa Redonda: Família, população e formações histórico-sociais: que mundo perdemos?*

SILVA, M.B.N. *Ser nobre na Colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

SIQUEIRA, S. *A Inquisição Portuguesa e a Sociedade Colonial*. São Paulo, Ed. Ática, 1978. 397p.

TORRES, J. V. Da repressão religiosa para a promoção social: a Inquisição como instância legitimadora da promoção social da burguesia. *Revista de Ciências Sociais*, v. 40, p. 109-135, 1994.

TRUZZI, O. 2010. *Pautas matrimoniais na economia cafeeira paulista: São Carlos, 1860-1930*. Disponível em: <www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/.../abep2010_2290.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2012.

VIEIRA Jr., A. O. 2004. *Entre paredes e bacamartes: história da família no Sertão (1780-1850)*. Fortaleza: Fund. Demócrito Rocha; São Paulo, HUCITEC, 306p.

VIEIRA Jr., A. O. Demografia histórica, família e Inquisição: possibilidades metodológicas a partir da habilitação de Familiar. *Revista de História da Unisinos*, v. 15, n. 1, p. 71-79, 2011.

WADSWORTH, J. In the name of the inquisition: The Portuguese Inquisition and Delegated Authority in Colonial Pernambuco, Brazil. *The Americas*, v. 61, n. 1, p. 19-54, 2004.

Mercês e conflitos coloniais nos *memoriales e papéis de serviço* – breve estudo sobre fontes e acervos (Portugal e Espanha)¹

Luciano Figueiredo

O fio da meada

O reconhecimento da existência de uma história em comum partilhada por alguns dos reinos europeus na época moderna quase sempre exige do pesquisador enfrentar acervos dispersos por muitas fronteiras. Pretendo puxar uma linha dessa vasta malha invisível de fios entremeados que formam os arquivos em Portugal, na Espanha e no Brasil.

Uma dessas linhas intangíveis, e que só muito lentamente vai ganhando seus contornos precisos, envolve a documentação tecida pelas mãos de moradores do reino, de súditos que circulavam por diferentes domínios ultramarinos e de funcionários régios atuando na colônia portuguesa na América, que por um período foi também espanhola. Sob a vertigem desses tempos confeccionaram-se processos muito bem instruídos de pedidos de mercês, hábitos, comendas e, ainda, reparações materiais, preparados por vassallos que, de algum modo, prestaram serviço ao reino.

¹ Artigo desenvolvido no âmbito do projeto de bolsa produtividade do CNPq “Tradições intelectuais e lutas políticas na América portuguesa moderna, séculos XVI-XVIII”. O autor contou com o apoio de recursos do Pronex, que financiou parte da viagem de pesquisa para arquivos espanhóis em 2008.

Tais manuscritos espelham uma forma singular, nem sempre bem-sucedida, de ascensão social. Nos limites desse artigo, nossa proposta é indicar o potencial de pesquisa sobre tal tema, projetado, contudo, em um campo específico de atuação dos súditos no Brasil colônia.

Interessa-nos um tipo muito específico dessas *folhas (ou papéis) de serviço*: aquelas que narram e indicam participação em guerras, ataques a quilombos, lutas com índios ou repressão a revoltas. Quase sempre, o registro da atuação nesses episódios servia para projetos de afirmação social pretendida graças ao recebimento de títulos ou ofícios.

Esse conjunto de conflitos é uma parte pequena do vasto elenco de temas presentes nesse tipo de documento que recheia os arquivos portugueses, espanhóis e brasileiros. Afinal, a experiência da conquista e colonização de vastos territórios na época moderna constituiu-se em uma fronteira que abria oportunidades incomparáveis para a promoção social dos súditos².

² Essa documentação vem sendo há muito trabalhada por diferentes gerações de historiadores para se estudar casos de promoção social, desde José Antônio Gonçalves de Mello, com os heróis da Restauração pernambucana (esp. *Antônio Fernandes de Matos: 1671-1701*. Recife: Amigos da D.P.H.A.N., 1957). Um pequeno apanhado dos muitos trabalhos inclui: COSENTINO, Francisco Carlos. Enobrecimento, trajetórias sociais e remuneração de serviços no império português: a carreira de Gaspar de Sousa, governador geral do Estado do Brasil. *Tempo*, v. 13, n. 26, p. 225-253, 2009; SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, especialmente capítulo “A remuneração dos serviços: Luis Diogo Lobo da Silva”; MATTOS, Hebe. Henrique Dias: expansão e limites da justiça distributiva no império português. In: VAINFAS, Ronaldo et al. (org.) *Retratos do império*: trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX. Niterói: EdUFF, 2006. p. 29-45; RAMINELLI, Ronald. Honras e malogros: trajetória da família Camarão, 1630-1730. In: VAINFAS, Ronaldo; MONTEIRO, Rodrigo Bentes (orgs.). *Império de várias faces*: relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna. São Paulo: Alameda, 2009. p. 175-191; STUMPF, Roberta G. O ouro nobilitante: a nobreza na capitania de Minas Gerais. *Anais de História de Além-Mar*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, n. X, p. 185-203, 2009; KRAUSE, Thiago Nascimento. *Em busca da honra*: a remuneração dos serviços da guerra holandesa e os hábitos das Ordens Militares (Bahia e Pernambuco, 1641-1683). 2010 UFF, Niterói Dissertação (Mestrado); SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A coroa e a

Nas palavras de Fernanda Olival, o “Império não vivia só do comércio, vivia também da mercê”.³

El Archivo General de Simancas, España

No campo dos estudos dos variados conflitos que, na América portuguesa, levaram seus protagonistas a preparar *papéis de serviço*, as lutas contra os holandeses têm levado a melhor, seguidas de perto pelas pesquisas sobre o Quilombo de Palmares e sobre as Guerras dos Bárbaros. A atuação em tais episódios motivou pedidos de honrarias destinados à promoção social, e, com isso, poucas chances houve de se refletir sobre as oportunidades de ascensão que ofereceram as situações de motins internos e revoltas formais⁴.

Ainda que um dos mais preciosos acervos com documentação ilustrativa de casos de súditos atuantes em guerras, conflitos e revoltas no Brasil seja, indiscutivelmente, o Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa, há na Espanha um velho castelo que merece reconhecimento.

Poucos têm familiaridade com o majestoso *Archivo General de Simancas* (AGS), cuja criação por ordem de Carlos V si-

remuneração dos vassalos. In: RESENDE, Maria Efigenia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *História de Minas Gerais: As Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. v. 1, p. 191-219; ALMEIDA, Carla de. Uma nobreza da terra com projeto imperial: Maximiliano de Oliveira Leite e seus aparentados. In: FRAGOSO, João et al. *Comerciantes e conquistadores: histórias de elites no Antigo regime nos trópicos, América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

³ OLIVAL, Fernanda. *As ordens militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar Editora, 2001. p. 129.

⁴ Sobre o tema ver FIGUEIREDO, Luciano. Tensões e rebeliões: a nobreza da terra à sombra do Novo Mundo. In: CONGRESSO INTERNACIONAL PEQUENA NOBREZA NOS IMPÉRIOS IBÉRICOS DE ANTIQUO REGIME, 2012, Lisboa. *Actas do Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime*. Edição digital. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical Centro de História de Além-Mar (FCSH/UNL e Univ. Açores), 2012. v. 1, p. 1-9.

tua-se entre 1540 e 1545⁵. Esse arquivo é considerado o primeiro “Arquivo de Estado” (o Arquivo Secreto do Vaticano só seria criado em 1611), uma vez que surgia sob a concepção das monarquias de caráter centralizadoras e nacionais⁶. A instituição ocupa o espaço de uma antiga fortaleza na vila de Simancas – um *pueblito*, como se referem alguns moradores atuais –, próxima 10 km de Valladolid, capital da província de mesmo nome que integra a comunidade autônoma de *Castilla-León*. O arquivo, formado a partir da transferência dos documentos do *Archivo de la Corona de Castilla*, só seria aberto para pesquisa histórica em 1844, quando deixou de ter uma função meramente administrativa.



⁵ Essa exposição está longe de ser uma apresentação completa e abrangente sobre o Arquivo de Simancas. Para isso seria necessária uma familiaridade que uma visita de pesquisa de pouco mais de três semanas em 2008 não permite.

⁶ REIS, Luís. O arquivo e arquivística: evolução histórica. *Biblios: Revista Eletrônica de Bibliotecologia, Archivología y Museología*, ano 7, n. 24, sem indicação de página, 2006.

Pouco se conhece sobre as condições de pesquisa naquela época, mas é difícil crer que o horário de trabalho destinado aos investigadores fosse mais curto que o atual, entre 8:15 e 14:30hs. Por outro lado, decerto as instalações eram menos confortáveis do que a situação que se tem hoje, graças à reforma concluída em janeiro de 2008, com perfeita segurança, qualidade de armazenamento dos originais e salas com refinado mobiliário de pinho colhido nas florestas de Segóvia.

As coleções existentes foram se formando ao longo de mais de três séculos, por diferentes recolhimentos e remessas de documentos. Há oito grupos, ou fundos principais, cada qual dividido por seções: 1. Patronato Real; 2. Secretarías del Consejo de Estado (s. XV-XVII) y Correspondencia Diplomática del s. XVIII; 3. Secretarías de los Consejos de Flandes, Italia y Portugal (s. XVI-XVII); 4. Secretarías y Escribanías del Consejo y de la Cámara de Castilla (s. XV-XVII); [...] 8. Hacienda⁷.

A existência de documentos sobre o Brasil é, de certo modo, imprevisível, ainda que saibamos que nada é previsível quando se começa a vasculhar um arquivo. A política nacional de arquivos espanhóis estabeleceu uma separação entre as unidades de guarda conforme a natureza dos documentos. Assim, grande parte dos registros relativos à expansão colonial e comercial da Espanha se encontram no *Archivo General de Indias* (criado em 1788), na cidade de Sevilha, ao passo que os papéis relacionados à administração central da monarquia e seus conselhos ocupam o arquivo em Simancas. Além desses dois, a Espanha têm outros três arquivos considerados nacionais (*Archivo Histórico Nacional*, *Archivo de la Corona de Aragón* e *Archivo General de la Administración*), e vários regionais e pro-

⁷ PLAZA BORES, Angel de la. *Archivo General de Simancas: guía del investigador...*, p. 91-92.

venciais⁸, sem falar naqueles que não se vinculam diretamente ao Estado espanhol.

O que escapou dessa divisão de trabalho, permitindo que Simancas seja um arquivo muito rico para pesquisadores de certo período e temas da história do Brasil, deve-se, antes de tudo, a um período de 60 anos, entre 1580 e 1640, em que o reino de Portugal e suas colônias estiveram governados pela Espanha sob a União Ibérica⁹. O Conselho de Portugal, criado em 1586 (e suprimido em 1665) e encarregado de mediar as relações entre a Corte de Madri e Portugal, cuja competência cuidava dos assuntos de governo e Estado (nomeações, emissão de decretos, provisão da armada, concessão de hábitos das ordens militares, dentre outros)¹⁰, garantiu o envio de centenas de processos para o poder central em Madri, de onde seguiram para o arquivo no *pueblito* de Simancas.

Além disso, assuntos afetos às “Índias”, designação que envolve os domínios coloniais, eram objeto de atenção por parte de outros órgãos do poder central. O Conselho de Fazenda

⁸ Uma provocativa comparação entre os arquivos espanhóis e brasileiros foi desenvolvida por JARDIM, José Maria. Obstáculos à construção de políticas nacionais de arquivos no Brasil e na Espanha: uma abordagem teórico-metodológica de análise comparada. *Liinc em Revista*, v. 7. n. 1, p. 197-213, 204 p., 2011. <http://www.ibict.br/liinc>.

⁹ Não cabe a esse texto oferecer um visão completa a respeito dos documentos brasileiros em Simancas. Há diversos inventários em que se podem encontrar boas pistas, desde o livro de ALTES, Francisco Manuel, Padre. *Catálogo de Simancas respeitante à História Portuguesa*. Coimbra: Imprensa Universitária, 1933. 168p. Uma das importantes obras que indica os documentos de interesse sobre o Brasil em Simancas é González Martínez, Elda E. *Guía de fontes manuscritas para a história do Brasil conservadas em Espanha*. Madrid: Fundación Mapfre Tavera; Brasília, Ministério da Cultura do Brasil, 2002. (Projeto Resgate de Documentação Histórica do Brasil Colônia Barão do Rio Branco).

¹⁰ Ver, a propósito da documentação sobre o Brasil nesse Conselho, Múgica, María Inés Olaran. El consejo de Portugal en el Archivo General de Simancas: fuente para la historia del Brasil colonial. <http://www.asbrap.org.br/publicac/biblioteca/InesOlaran-ArquivoSimancas.pdf>.

da Espanha obrigatoriamente reunia registros sobre as riquezas provenientes do Brasil, e pelo Conselho de Guerra passavam muitas informações documentais sobre o aprovisionamento das armadas enviadas para a defesa do território americano.

Nos *legajos* (pastas de papéis avulsos) do século XVII há registros de minas de prata descobertas no Brasil, como em Paranaguá nos idos de 1679, de movimentos das esquadras e piratas franceses pela América (ca. 1684) e material sobre o Rio da Prata, fruto de permanente disputa e cobiça entre as potências ibéricas. Isso sem deixar de mencionar os manuscritos relacionados aos tratados de limites do século XVIII, com mapas de grande precisão e qualidade mostrando a situação das terras divididas por Espanha e Portugal, das missões jesuíticas espanholas, do sistema de defesa da Ilha de Santa Catarina.

Apesar de o material sobre o Brasil no Arquivo Geral de Simancas se concentrar na etapa da União das duas coroas, ele cobre o período desde o final do século XVI (ca. 1580) até a primeira metade do século XVIII. Muitos historiadores brasileiros lendários passaram por lá – como Francisco Adolfo de Varnhagen, no século XIX, e Antonio Gonsalves de Mello, que colheu rico material para a história de Pernambuco – e a nova geração, conforme as referências de rodapés de inúmeros trabalhos acadêmicos recentes, vem visitando-o com alguma frequência.

Simancas, para os temas relacionados ao Brasil colônia, exige uma pesquisa de garimpo: possivelmente, todos saíram dali com a sensação de que haviam apenas arranhado a superfície de um fabuloso tesouro.

Os inventários do acervo são de pesquisa penosa, uma vez que o Brasil não tem prioridade em meio aos seus fundos arquivísticos. A situação, porém, melhorou nos últimos anos. A historiadora Roseli Santaella Stella vem explorando em artigos e livros o potencial das fontes sobre o Brasil. Sua tese de

doutorado, *O domínio espanhol no Brasil durante a monarquia dos Filipes*¹¹, oferece uma boa perspectiva para se conhecer o acervo. Convidada pelo Projeto Resgate, que, desde 1994, já organizou e digitalizou documentos sobre as capitanias do Brasil em arquivos espalhados pelo mundo, a pesquisadora está finalizando o levantamento do acervo de Simancas, planejando catalogar, microfilmear e disponibilizar tais documentos para pesquisadores.

* * *

Na perspectiva que destacamos à partida – os papéis de serviço preparados para subsidiar, mediante pedidos de mercês e de comendas, projetos de afirmação social de vassalos que se dedicaram a apoiar a defesa da monarquia – existem algumas zonas de ocorrência de documentos interessantes sobre o Brasil.

Em um dos núcleos principais do Arquivo de Simancas, o das “Secretarias Provinciales”, destaca-se a seção “[Secretarias Provinciales.] Portugal. Decretos, Consultas de pedidos de Comendas, etc...”, repleta de *libros* (“códices”) montados com folhas avulsas dos pedidos de mercês envolvendo moradores do reino de Portugal e domínios ultramarinos.

Esses “livros de consulta” contêm material diversificado que cerca tais pedidos, como os de comendas, os de ofícios (de escrivão, por exemplo), em troca de serviços prestados. Estão aí também consultas encaminhadas por portugueses ao soberano espanhol com uma larga e generosa descrição dos episódios – como nas “folhas de serviços” – em que atuaram os súditos na defesa, expansão e sustentação da monarquia. No “livro de consultas de despachos do ano de [1]583 e [1]584”, en-

¹¹ SANTAELLA STELLA, Roseli. *Brasil durante el gobierno espanhol: 1580-1640*. Madrid. Fundación Histórica Tavera, 2000.

contram-se as batalhas contra mouros, os serviços diversos que se prestavam nas Índias, os conflitos com corsários e, entre os portugueses, a fidelidade diante do levantamento do Prior do Crato contra o domínio dos Felipes de Espanha.

De volta à América portuguesa, há pedidos de todo tipo. Às vezes os registros não trazem maiores detalhes: “Antonio Correa moço da câmara de VM morador da Vila de Olinda em Pernambuco das partes do Brasil”¹² pedia a restituição do ofício de escrivão da fazenda que perdera.

Outros são um pouco mais informativos: “a XXbj [26] de janeiro. Senhor. Duarte de Moraes moço da câmara de V.M. [...] em o ano de xxxiiij [1633] se embarcou para o Brasil em companhia de Manoel Teles Barreto, e na Paraíba se achou na tomada de cinco naus francesas que se queimaram [...]”.¹³

Ou ainda, o de Jorge Lopez Brandão (no original “Brandon”), de 6 de janeiro de 1643, que, “con posto de capitán de infantaria de cavalos com gran valor que havendo el enemigo ocupado La Parahiba donde tenia duzentos [indios de choza?] que ele ofrecio libremente y lo deixo todo por no faltar la fidelidad devida a SM de que se dio por bem servida [...]”. O súdito fiel pede uma compensação: a nomeação para um dos “lugares” na capitania, pela “ação de um tal vassalo”, alega.

Diversos são os modelos de documentos presentes nesses códices, refletindo fases distintas do processo de pedido de mercês. Há alguns poucos que apresentam integralmente o processo, mas prevalecem fragmentos, espalhados pelos pacotes: textos das petições que abrem uma consulta, *memoriales* em que se narram os episódios envolvendo a prestação de serviço e, ainda, as decisões finais do soberano.

¹² AGS, Secretarias Provinciales, livro 1457 (ou leg. 2670), Fl. 59.

¹³ AGS, Secretarias Provinciales, livro 1458 (ou leg. 2671), “Livro de consultas do anno de 1591, de despacho de partes”, s. p.

Alguns livros reúnem uma tipologia documental específica, especialmente interessante para ali se fisgar pistas sobre as lutas no Brasil. O *libro* 1528¹⁴ traz inúmeras decisões a respeito de petições de mercês encaminhadas (não dispõem do memorial) em processos de pessoas envolvidas nas chamadas “guerras do Brasil”, como, por exemplo, nas armadas de Portugal de 1630. Outro, o *libro* 1533¹⁵, intitulado “Livro de registro de Portarias, mercês e ordens”, está recheado de casos de mercês concedidas a figuras que atuavam no Brasil, nas armadas contra os holandeses, seja na Bahia ou em Pernambuco. Todos os grandes personagens das “guerras do Brasil” estão mencionados.

Os pedidos dos vassalos em troca dos valiosos serviços eram dos mais diversos. Solicitava-se provisão em lugares (offícios), nomeações para postos, como de soldados querendo ocupar praça mais vantajosa, ajuda de custo – alguns pedem poucos escudos a título de restituição de pequenas despesas, outros grandes somas a serem pagas em caráter permanente para os descendentes –, hábito de ordens militares e até concessão de direitos comerciais para importar gêneros proibidos.

O material, em seu conjunto segmentado e disperso, ora completo, ora não, ilumina fragmentos de história de vidas que participaram de episódios conflituosos na América portuguesa. Diante das guerras contra os holandeses na Bahia, Pernambuco, Paraíba e Maranhão no século XVII, ou da destruição de quilombos, esses protagonistas não perdiam a oportunidade de aproveitar esse tipo de ação para reivindicar títulos.

* * *

¹⁴ AGS, SP, Portugal, antigo leg. 2741.

¹⁵ AGS, SP, Portugal. leg. 2746.

Além da Secretaria Provincial de Portugal, há outros fundos em Simancas em que se pode encontrar, com alguma sorte e persistência, material afeto ao tema dos conflitos no Brasil.

Um deles é o fundo “Guerra Antigua”¹⁶, um verdadeiro pesadelo para o pesquisador com pouco tempo de trabalho disponível, que exige pesquisa trabalhosíssima uma vez que os documentos listados no inventário não são numerados nas pilhas em que estão armazenados. E, por ironia, é justamente nesse fundo que se concentra um rico grupo de *memoriales*, como vimos, as representações que os súditos faziam ao rei, antes examinadas por uma junta, trazendo muitos dados biográficos para sustentar concessões por algum tipo de situação ligada às guerras.

Na mesma direção está o fundo “Guerra y Marina”, no qual há a seção “Secretaria de Mar”, que cobre o período entre 1588 e 1699, somando 46 livros, com informações do que se passa no Brasil e com descrições de serviços de oficiais.

No *libro* 175 (ano de 1638) há notícias sobre a “guerra do Brasil”, na qual forças luso-espanholas se batiam contra os holandeses que ocupavam o Nordeste. Como sempre, inúmeros soldados e oficiais apelavam ao soberano para serem restituídos por algum prejuízo sofrido: “Juan Rodrigues de Olibera [Oliveira]”, por exemplo que atuou nas “Guerras do Brasil”, em “Penanbuco”[sic], como “ajudante do terço”, deixa o seu registro¹⁷.

Outro fundo significativo para iluminar episódios que aconteciam na América é o intitulado “Estado”. Ali se encontra um extraordinário material com a correspondência dos embaixadores espanhóis em Lisboa, desde a segunda metade do

¹⁶ Agradeço ao colega Nuno Gonçalo Monteiro o alerta para examinar essa documentação.

¹⁷ AGS, Guerra y Marina, livro 175 (ano de 1638), fl. 21.

século XVII e avançando no século XVIII, que traziam até Madri notícias frescas do que se passava nos domínios do Novo Mundo. Havia um bem organizado serviço de espionagem que colhia informações de todas as naus vindas do Brasil que atracavam no porto da capital lisboeta:

El viernes apportó aqui un navio de aviso despachado por el Governador dela Bahia con cartas de 12 de Junio p.p. en que dá quenta como el delas Minas houendo querido poner en execucion las ordenes que se le expidieron pra que se acuñasen em monedas de oro el que produxessen las Minas, y se marcassen las barras existentes con el fin de saver el valor de todo lo que alli se saca, los mineros se opuñeron a esto tumultuosamente, y acudiendo el Governador con las tropas para apaziguar los mataron a um Theniente, um Alferes, y algunos soldados, en cuja vista se há sobre se hido hasta que esta Corte enterada de todo lo ocurrido delivere los mas conveniente.¹⁸

Uma das histórias exemplares que mencionamos em outro trabalho é de Bernardo de Aguirre. Em julho de 1641, chegava a Madri a folha corrida dos serviços prestados pelo alferes Bernardo de Aguirre, que combatera ao longo de vários anos a serviço da coroa no Estado do Brasil, especialmente na Restauração da Bahia aos holandeses. Além de pelejar contra inimigos externos, acrescentava um episódio relevante ao seu processo de pedido de mercês: informou sua decisiva participação junto a uma tropa de 20 soldados então mobilizada pelo governador da Bahia para devastar escravos rebelados em um mocambo. No episódio, segundo sua narrativa, ele não foi mais um. Destacou-se por ter sido “o primeiro que investiu a trincheira, e a saltou, rompendo estacadas e saltando fossos com grande valor e risco de sua pessoa”. Quando seus companhei-

¹⁸ Carta de Lisboa de 22 de outubro de 1720 ao Rei. Ass. D. Miguel Frnz [Fernandez] Durán. AGS, Estado (“correspondencia del marques de Capecelatro. Embaixador de SM en Lisboa”), leg. 7110 (1720).

ros fraquejavam, o destemido Aguirre não esmoreceu, “animando os mais soldados, por cuja causa se rendeu e desbaratou o mocambo, matando-lhe muita gente e prenderam trezentos”.¹⁹

A descrição de seus feitos militares, como fizeram milhares de vassalos em petições espalhadas pelos papéis de Simancas, destinava-se a pedir mercês. Aguirre fracassou pois se descobriu que o alferes possuía antepassados judeus, circunstância que o inabilitava²⁰.

Ainda que o Arquivo Geral de Simancas seja um verdadeiro cipoal para um tipo de pesquisa restrita, ainda mais particular por se tratar de um território que esteve poucas décadas sob a monarquia hispânica, as trajetórias individuais dos súditos do império colonial que lidaram nas guerras e conflitos revelam um extraordinário potencial para subsidiar estudos sobre essa forma singular de busca de ascensão social nas monarquias católicas.

O Arquivo Histórico Ultramarino

Poucas vezes o acervo de um único arquivo é suficiente para atender às muitas perguntas que costumamos fazer. Outro fio a ser esticado quando se busca estudar as trajetórias daqueles que de algum modo combateram no Brasil conecta-se aos papéis do Conselho Ultramarino, instituição que auxiliava a monarquia portuguesa a decidir os destinos dos domínios no além-mar.

¹⁹ Archivo General de Simancas (AGS), Espanha. SP, Portugal, lib. 1533 (leg. 2746), fl. 257v-258.

²⁰ KRAUSE, 2010.



Assim como na monarquia espanhola, entre os portugueses, as mercês eram buscadas por aqueles que serviam ao soberano em qualquer das partes do reino. Elas correspondiam a uma contrapartida prevista nos fundamentos da relação com o rei: “o desempenho de serviços era acompanhado de expectativas de prêmios...”²¹

Essa expectativa nutriu o Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) de inumeráveis “papéis de serviços”, distribuídos entre dezenas de milhares de caixas, nos quais os vassalos informavam em detalhes sobre seu desempenho em toda sorte de ação nas regiões coloniais no oriente, África e Brasil²².

²¹ OLIVAL, 2001, p. 21.

²² Para a documentação do AHU, ver, entre outros, FITZLER, M. A. Hedwig; e ENNES, Ernesto. *A seção ultramarina da Biblioteca Nacional*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1928.

Nos casos referentes à América portuguesa, as oportunidades para se tentar uma troca de serviços por mercês régias não eram muito diferentes do que se viu na documentação de Simancas: guerras contras os índios, repressão a quilombos, ataque a corsários e piratas na costa, mobilização contra invasão de inimigos e, claro, participação na repressão a motins. Nos “avulsos” do Arquivo Histórico Ultramarino, distribuídos entre os maços das capitanias do Brasil, estão ainda inumeráveis “certidões de ofício” de servidores da coroa que pedem pensão e outros tipos de ajuda – pela participação nas lutas contra os corsários, por exemplo²³.

Esses serviços de natureza militar integravam-se na lógica mais ampla da “remuneração de serviços” pelas monarquias do Antigo Regime. Nuno Gonçalo Monteiro e Mafalda Soares da Cunha defendem a “relevância da cultura da remuneração dos serviços como dispositivo central da monarquia para a captação e a garantia da continuidade da produção de serviços e, em particular, dos serviços militares dos seus súditos”.²⁴

* * *

Minas Gerais no século XVIII foi um perfeito laboratório para os historiadores examinarem algumas estratégias de ascensão social empregando a busca de mercês em retribuição à participação em conflitos. Na região eles tinham espectros variados, envolvendo ataques a quilombos, perseguição a contrabandistas, quer em bandos organizados ou não, apoio a expedições de soldados na tarefa belicosa de recolher tributos e

²³ AHU, Bahia, Documentos Avulsos, caixa 7.

²⁴ MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CUNHA, Mafalda Soares da. Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII. In: Id. Id. CARDIM, Pedro (org.). *Optima pars*: elites ibero-americanas do Antigo Regime. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005. p. 191-252, 211p.

ações de indivíduos voltadas para a repressão das revoltas. Súditos mais ambiciosos eram capazes de agregar uma combinação de tipos diversos de pedidos quando se tratava de pleitear distinções de maior peso, como o hábito da ordem de Cristo, por exemplo.

Um dos empregos singulares do uso das mercês existente em Minas Gerais no século XVIII buscava estimular a descoberta de metais preciosos e reduzir o contrabando do quinto. A partir de 1750, honras eram prometidas pela Coroa àqueles que conseguissem recolher 8 arrobas de ouro ou mais nas casas de Fundição²⁵. Antônio Fernandes do Vale, tesoureiro-geral do Erário Régio, levou isso tanto a sério que, em 1788, já morador na cidade de São Paulo, pedia ao rei D. José a mercê do hábito de Cristo e “a devida tença” como prêmio prometido “a quem evitasse o extravio de ouro, fundindo-o e quintando-o devidamente, como fizera o signatário em Vila Rica, quando era morador nos Carijós [em 1766]”²⁶.

Um dos méritos que frequentemente constava dos papéis de serviço daqueles que viveram em Minas Gerais no século XVIII era a participação na repressão a revoltas.

Durante o conflito entre paulistas e emboabas, três moradores desempenharam papel decisivo para impedir o fortalecimento de Manuel Nunes Viana, segundo contaram em um processo aberto alguns anos depois. Agostinho de Azevedo Monteiro, Clemente Pereira de Azevedo Coutinho e Julião Rangel de Sousa teriam impedido que o líder emboaba forças-se o povo a lhe jurar obediência, em um ritual que o próprio

²⁵ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A coroa e a remuneração dos vassallos. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *História das Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2007, e STUMPF, p. 185-203, 2009.

²⁶ AHU, Avulsos da Capitania de São Paulo, caixa 5, doc. 326, anterior a 19/4/1766. Agradeço a Adeldo Gonçalves a indicação desse documento.

“intitulou de homenagem”. Mais que isso, tornaram-se colaboradores de Manoel Borba Gato, da facção paulista, a quem acompanharam para “sossegar o tumulto”.

Sob esse clima, um dos homens, por sua fidelidade ao partido paulista, foi cercado e atacado em sua casa pelos “cabos e milícias regimentadas”. Tentaram prendê-lo e obrigá-lo a mudar de lado. No entanto, ele conseguiu escapar, segundo explica, “rompendo intrepidamente por entre copiosa multidão”, sofrendo, porém, um enorme prejuízo em razão dos roubos e perdas materiais que sofreu.

A situação, envolvendo diversas derrotas para Nunes Viana, em que “padeceram muitos trabalhos, riscos das pessoas e perdas das fazendas”, justificava o pedido de ressarcimento ao soberano. Ao ser consultado a respeito, o Conselho Ultramarino não titubeou em afirmar que se tratava de um direito dos que ali suplicavam, sendo a reintegração dos bens que perderam fundamental para assegurar a “fidelidade dos vassallos” que viviam distantes.²⁷

Anos mais tarde, uma sublevação na vila de N. Sra. da Piedade, em 1715, tornou-se uma oportunidade para jogar alguns moradores no circuito dos pedidos à Coroa em busca de promoção. O povo da localidade pegou em armas e promove um alvoroço em reação à nomeação de um novo oficial de justiça escolhido pelo governador²⁸. Diante do tumulto e descontrole, Francisco Duarte de Meirelles organizou voluntariamente uma tropa com cerca de 182 armas e, com seu pelotão, assu-

²⁷ Adriana ROMEIRO, em seu livro *Paulistas e emboabas no coração das Minas: ideias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. 431p. (Humanitas), menciona pedidos de mercês ao rei por parte daqueles que tentaram apaziguar o conflito (p. 29).

²⁸ Esse caso e o anterior foram apresentados anteriormente em nosso artigo FIGUEIREDO, 2012.

miu o risco de atacar os rebeldes. Sua atitude obrigou o povo a voltar para casa e “os culpados [a] desertarem daquele país”. Em sua petição, sugere que contou “com uma fortuna tal que só a Deus se pode e deve atribuir a obra de uma felicidade tão grande que foi a de estabelecer e pacificar a dita Vila sem se derramar uma só gota de sangue”. Em compensação, gastou uma enorme quantidade de verbas de seu patrimônio, pedindo ajuda para reaver seus gastos.²⁹

As oportunidades de ressarcimento ou busca de promoção social em circunstâncias de rebeliões parecem ter sido especialmente férteis em Minas, mesmo porque a intensidade das revoltas na capitania superou a de qualquer outra região. Roberta Stumpf, em seu estudo no qual aborda o tema, comenta com sagacidade: “a desordem de muitos favorecia o ímpeto nobilitante de poucos”³⁰.

Há muito ainda a se estudar a respeito desses personagens que fizeram da repressão aos distúrbios um caminho para a ascensão social. Como era de se esperar, a revolta de 1720 em Vila Rica, episódio de grande significado no século XVIII, não foi desperdiçado por um sem-número de servidores leais, em busca de compensação.

No caso do coronel Caetano Álvares Rodrigues, português, em sua estratégia de ascensão social, salienta Carla de Almeida, a atuação na contenção de diversas revoltas em Minas aparece na relação de seus feitos para obter o hábito da Ordem de Cristo, dentre muitos outros serviços. Sua fiel dedicação em defender governadores atravessou vários mandatos, desde o governo de D. Brás Baltazar da Silveira, culminando

²⁹ AHU, R.J., D.A.N.I., cx. 14, doc. 25.

³⁰ STUMPF, Roberta Giannubilo. *Cavaleiros do ouro e outras trajetórias nobilitantes: as solicitações de hábitos das Ordens militares nas Minas Setecentistas*. 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 221p.

no apoio ao Conde de Assumar, atacado pelos rebeldes em 1720³¹. Outros usaram o recurso para reafirmar seu poder, como fez o potentado de Vila Rica Henrique Lopes de Araújo, que ofereceu seus escravos para reprimir a revolta e preparou uma enorme folha de serviço fazendo menção a isso.³²

Na ocasião desse protesto, grande impulso social obteve um certo Luis Soares Meireles, que, em Vila Rica, foi o responsável por efetuar a prisão de Felipe dos Santos, recebendo em troca a mercê do hábito de Cristo concedida pelo próprio conde de Assumar³³.

Os documentos do Conselho Ultramarino escondem trajetórias muito representativas, como de João Ferreira Tavares, que começou servindo em 1708 em Minas como simples alferes de infantaria, passou a tenente de cavalos, ajudante de tenente e acabou chegando a mestre de campo general, governando a capitania interinamente em 1732. Sua ascensão foi basicamente sustentada por trabalhos relevantes para a ordem política local, e por isso mereceu todo reconhecimento: desbaratou conjurações de escravos, esteve na repressão aos motins de Vila Rica em 1720 e, mais tarde, seria a figura central na contenção dos furores sertanejos de 1736 à beira do rio São Francisco.³⁴

* * *

³¹ ALMEIDA, 2007, p. 145.

³² GASPAR, Tarcísio de Souza. “Consideração aos merecimentos de Henrique Lopes de Araújo”: notas preliminares sobre a história de um potentado mineiro (1711-1733). In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 2011, São Paulo. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História ANPUH*. São Paulo: ANPUH/SP, 2011. v. 1.

³³ CARVALHO, Feu de. *Ementário da História Mineira*: Filipe dos Santos Freire na Sedição de Vila Rica em 1720. Belo Horizonte: Edições Históricas, 1933. p. 249-251.

³⁴ AHU, doc. 22, fl. 62v.

Ainda que se referindo a duas monarquias distintas, a portuguesa e a espanhola, a aproximação das informações dos *memoriales* do Arquivo de Simancas com as “folhas de serviço” que instruíam os pareceres do Conselho Ultramarino ilustra uma galeria de personagens que não deixaram escapar a oportunidade para receber prêmios oferecidos aos bons vassalos.

Percebe-se, assim, que as formas de mobilidade social na monarquia portuguesa iam muito além dos percursos previsíveis do Antigo Regime – como o casamento, a titulação universitária, dentre outros caminhos mais convencionais.

O universo conflituoso, bélico, politicamente instável das colônias abria um novo espaço de busca de projeção e de mobilidade, plasmado a um enorme volume de expectativas de troca pelos “serviços” prestados à monarquia.

**Acervos e fontes para o estudo
da mobilidade social e formação
de hierarquias: um debate a partir
dos trabalhos de Carlos Bacellar,
Renato Venâncio e Antonio Otaviano
Vieira Junior & Marília I. dos Santos**

Douglas Cole Libby

Como seria de se esperar, os organizadores deste Colóquio, sabiamente, escolheram para participar da mesa que trata de acervos e fontes para o estudo da mobilidade social e da formação de hierarquias quatro pesquisadores bastante conhecidos por seus incansáveis trabalhos junto a dezenas de coleções documentais vinculadas à História do Brasil, tanto dentro quanto fora do país. Figuram entre os melhores exemplos daquilo que vou chamar aqui de neoempiricismo brasileiro. Trata-se de um movimento ou, talvez melhor, de uma tendência que se iniciou em conjunto com a expansão e consolidação dos programas de pós-graduação em História, digamos, a partir da década de 1980, e que estimulou, de forma irrevogável, o levantamento de fontes nunca antes exploradas, a descoberta de ricos acervos em lugares e circunstâncias até então insuspeitos, bem como a reorganização e reforma de arquivos antes mais ou menos adormecidos – instituições estas públicas, da iniciativa privada ou eclesiásticas. Não hesito em afirmar que, nestes últimos anos, a historiografia brasileira vem ocupando uma

posição cada vez mais destacada no palco internacional e que o reconhecimento lá fora resulta mais dos frutos desvelados pelo empiricismo do que de adesões a todo um leque de novas ou retrabalhadas correntes teórico-metodológicas tão em voga nesse mundo pós-moderno. Ao nunca se recusarem a arregaçar as mangas na busca por novas fontes, nossos participantes de mesa já contribuíram e vão continuar a contribuir, cada um à sua maneira, para este avanço do ofício da História, versão brasileira. Certamente não é fortuito que todos acumulam experiência na administração de algumas das mais importantes instituições arquivísticas nacionais. Poder-se-ia concluir, corretamente a meu ver, que tal envolvimento seria uma espécie de fardo obrigatório, inevitavelmente carregado pelos melhores historiadores brasileiros. Todos estes, mesmo os que não se sentiriam nada confortáveis com um rótulo tão *démodé*, empiricistas.

O professor Antônio Otaviano Vieira Júnior nos brinda com um resumo de uma pesquisa já em andamento há bastante tempo e que vem produzindo resultados cada vez mais interessantes e relevantes no que diz respeito às questões de mobilidade social e as hierarquias, tal como manifestadas na Amazônia colonial e vários pontos do litoral da América Portuguesa. Faz tempo que a história de José Pinto Martins e dos irmãos dele me impressiona. Afinal, o movimento ou, melhor, as migrações dos Pinto Martins perpassaram praticamente toda a costa da América Portuguesa nas rotas norte-sul, sul-norte mais facilmente navegáveis, incluindo Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Sul. De um lado, percebe-se que a migração ou a mobilidade física parecia intimamente ligada à ascensão social ou à mobilidade social. De outro lado, vê-se que era perfeitamente possível que as pessoas transitassem por todo um vasto território num período no qual, me parece, o convencional seria imaginar que as migrações se limitassem à penetração

nas regiões auríferas ou diamantíferas. E mais, as perambulações dos Pinto Martins eram de natureza empresarial. Eles amealharam uma grande fortuna justamente em função desta mobilidade.¹ Tudo isso se deu, no entanto, em território “colonial” ou, pior ainda para os fiéis ao chamado pacto colonial, em transações realizadas no âmbito do mercado interno. Ao mesmo tempo, e mais importantemente, este estudo preliminar mostrou que a documentação das Habilitações do Santo Ofício poderia, com certeza, ser uma fonte extremamente valiosa para a História da População e a História da Família.

Para aqueles que, como eu, trabalham com trajetória de vida e com reconstituição familiar, porém, utilizando registros paroquiais, inventários e testamentos, listas nominativas e papéis da Câmara, o estudo desenvolvido sobre Elias Caetano de Matos constitui uma análise das mais finas imagináveis, uma análise que provoca uma boa dose de inveja. Afinal, o que se desvenda acerca da família de Elias e da vida dele é, para mim, algo fora do comum e um exemplo instigante da incrível riqueza dos processos de habilitação. Mais uma vez, são os movimentos e as migrações que mais chamam atenção. Só que, neste caso, são as migrações dos antepassados de Elias, do interior de Portugal para Lisboa, que mais impressionam. A partir dessa complexa movimentação campo-cidade, cidade-campo, é possível sentir o peso das origens rurais na construção de redes de amizade e de compadrio no meio urbano, ao mesmo tempo em que se torna clara a importância da prática de ofícios, uma vez que, pelo menos no período do estudo, havia carência de mão de obra especializada na capital lusa. Ao mesmo tempo,

¹ Um belíssimo contraponto aqui seriam as andanças pelo Atlântico Sul do africano – escravizado e, depois, libertado – Rufino; este personagem fascinante não juntou fortuna alguma, mas deixou uma história das mais ricas imagináveis e que nos ajuda entender um pouco as complexidades do mundo escravista ainda no século XIX (REIS et al., 2010).

como mostra Antônio Otaviano, tais migrações internas se revelaram “uma estratégia de sobrevivência e enriquecimento para a família de Elias”. Ou seja, mais uma vez, as migrações se vinculam à mobilidade social ascendente, mesmo em se tratando de movimentos envolvendo distâncias reduzidas quando comparadas às longas e infindáveis andanças dos chamados “andarilhos da sobrevivência” que seriam uma das principais características da “Colônia em movimento”. De forma bem distinta, o processo de habilitação de Elias Caetano de Matos é recheado de indivíduos e famílias de segmentos intermediários, uma protoclasse média, se quiser, ou seja, uma fronteira historiográfica, pelo menos no que diz respeito ao Brasil pré-republicano. Estou convencido de que está na hora de resgatar essas camadas medianas, por mais interessante que possam ser as elites e os subalternos tão caros a muitas gerações de historiadores. Dito isso, acho que o que há de mais instigante na trajetória ascendente de Elias Caetano de Matos após a sua transferência para Belém do Pará é justamente a sua sedimentação na comunidade local, inclusive, é claro, o casamento com uma moça “da terra”. Percebe-se que a permanência poderia ser uma estratégia de mobilidade social tão efetiva quanto o estabelecimento de múltiplas bases de operação bem espalhadas geograficamente, estratégia empregada por Pinto Martins. É, também, bastante revelador de uma trajetória mais ou menos típica dos habilitados do Santo Ofício na América Portuguesa que a rede social constituída, em Belém, pelo ex-espingardeiro Elias fosse formada, basicamente, por pessoas ligadas aos negócios e à navegação.

Com relação às tribulações enfrentadas pelos pesquisadores da Universidade Federal do Pará ao alcançarem os limites do programa ACCESS, só cabe registrar um misto de surpresa e terror. O encontro da Demografia Histórica com a Micro-História de indivíduos e famílias era inevitável e, a meu

ver, salutar. Os problemas metodológicos que tal encontro iria apresentar eram e são igualmente inevitáveis, mas também salutar, pois conduzem a diálogos entre praticantes de vários ofícios – alguns antigos, outros atualíssimos. Aos poucos, uma série de soluções irá aparecer. Pelo menos é assim que esperamos todos nós que acreditamos na possibilidade, ou melhor, na necessidade de unir análises do tipo reconstituição de vidas ou famílias com a análise seriada e, portanto, tornar-nos capazes de apontarmos para padrões potencialmente válidos para uma sociedade inteira, desde que delimitados no tempo e no espaço. Aguardamos notícias sobre o Sistema de Gerenciamento de Indivíduos desenvolvido no âmbito do projeto coordenado por Prof. Antônio Otaviano, na viva esperança de que ele possa nos oferecer um caminho viável para a execução de um sem-número de pesquisas futuras.

Como exemplo dos resultados alcançados através da interpretação de um grande conjunto de dados relativos a um determinado grupo de indivíduos, o *paper* reúne achados que indicam fortemente que a habilitação como familiar do Santo Ofício não teria sido uma forma de promoção social, ou seja, de mobilidade social. É verdade que, afinal, a amostra é pequena e geograficamente restrita. Mesmo assim, os dados parecem indicar que a habilitação teria constituído mais uma espécie de reconhecimento de uma ascensão social já alcançada, um carimbo social atestando que *fulano* era um homem bom, mas nada nobre. E aí acho que temos um atestado acerca do grande valor dos processos de habilitação de todos os níveis para os estudos da mobilidade social e da formação de hierarquias complexas e com múltiplas instâncias.

Embora os acervos e as fontes sejam bem distintos, há certo paralelo entre o trabalho que acabamos de comentar e o do Prof. Luciano Figueiredo. Ambos lidam com processos que visam a algum benefício para os respectivos suplicantes. Se os

processos de habilitação eram dotados de certa uniformidade por almejavam o mesmo prêmio e serem sujeitos a verificações cuidadosas e profundas, porém padronizadas, pelas autoridades eclesiásticas, as solicitações de mercês variavam consideravelmente no que diz respeito ao escopo da(s) benesse(s) esperada(s), da mesma forma que as justificativas eram as mais diversificadas imagináveis e, portanto, julgadas de acordo com contextos necessariamente diferenciados. Isto, talvez, sugere que a administração eclesiástica tendesse à rotina e à repetição. Já a própria natureza do poder civil (e é claro que reconheço que tal dicotomia nem sempre é válida) fazia com que ele necessariamente se pautasse por uma flexibilidade, permitindo tratos diferentes para circunstâncias, momentos e conjunturas bastante distintas. No caso, poder-se-ia perguntar se a Igreja e o Estado não teriam encarado a mobilidade social e a formação de hierarquias de formas nada coincidentes.

O *paper* em mira agora traz uma série de exemplos de como, no cenário da América Portuguesa dos séculos XVII e XVIII, súditos de todos os tipos se faziam valer de seus valentes feitos em defesa da Coroa para pedir mercês condizentes com a sempre grande importância de tais defesas dos interesses lusos contra um enorme elenco de terríveis inimigos – às vezes estrangeiros, mas majoritariamente outros súditos sem estirpe e com intenções sediciosas ou escravos rebelados e/ou organizados em quilombos. Trata-se de uma abordagem da História Colonial embasada na noção de uma economia das mercês, particularmente bem elaborada por Fernanda Olival há mais de uma década. Esses incontáveis episódios nos quais vassallos leais, mesmo que de baixo escalão, solicitavam alguma recompensa na forma de ajuda ou honras servem como contraponto convincente às correntes historiográficas, na moda há certo tempo, que insistiam em apontar motivos econômicos ou, em uma versão mais sofisticada, forças do mercado para

explicar quase todo o nosso tão complexo passado. Ao mesmo tempo, como argumenta o autor, a solicitação e concessão de mercês constituíam elementos óbvios da mobilidade social no âmbito da colônia e, imagino eu, no Império Português afora. Os argumentos me parecem coerentes e corretos, pois algumas das trajetórias traçadas se caracterizam por um quase enobrecimento de figuras de origens humildes e até questionáveis em termos da rigidez de uma sociedade supostamente obcecada com a chamada pureza do sangue. Por outro lado, pode-se perguntar se, em alguns ou mesmo em muitos casos, os pedidos de mercês não teriam sido elaborados mais no intuito de coroar uma subida na escala social já concretizada e, dessa forma, se assemelhariam às solicitações de habilitações investigadas pelo Prof. Antônio Otaviano.

As fontes utilizadas aqui são encontradas no Archivo General de Simancas, na Espanha, e, com efeito, o texto do Prof. Luciano serve para quase todos nós como uma introdução àquela instituição detentora de uma documentação riquíssima para os estudiosos da História do Brasil. Como observado pelo autor, os acervos do Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa) também são repletos de processos de cunho igual, mas o AHU, além de um velho conhecido da comunidade historiográfica brasileira, tem boa parte de sua documentação relativa à América Portuguesa já disponibilizada em meios eletrônicos.

Bem, de qualquer forma, permanecem algumas questões que talvez pudessem ser esclarecidas em trabalhos futuros. Com as fontes em pauta, é razoavelmente fácil determinar, mesmo que de modo aproximado, onde colocar os solicitantes de mercês na escala da hierarquia social ou é necessário o cruzamento com fontes adicionais? Seria possível desenvolver um trabalho, digamos, mais serializado que nos fornecesse uma estimativa do índice de sucesso/insucesso das solicitações? Ou seja, estou pensando em estudos que enfocassem determinadas regiões e

períodos, no sentido de possibilitar comparações de vários tipos. Uma outra curiosidade que tenho diz respeito à situação em que ficava o solicitante que, depois de se vangloriar de todas as suas aventuras em defesa da ordem ou contra as ameaças estrangeiras, acabava tendo seu pedido negado. Neste caso, a mobilidade social não iria rolar, é claro, mas como teria ficado a reputação desses solicitantes na comunidade local? Os exemplos aqui expostos perpassam o século XVII e chegam, se não me engano, a 1737. Haveria como estimar se houve ou não alguma mudança quantitativa na concessão de mercês ao longo do resto do século?

De autoria do Prof. Renato Pinto Venâncio, o terceiro trabalho examinado aqui também tem como sua principal base empírica fontes eclesiásticas, mais especificamente registros paroquiais de batismo. Antes de entrar na questão central envolvendo cor e mobilidade na cidade do Rio de Janeiro no final do século XVIII, no entanto, o autor faz um levantamento de dados sobre várias cidades de Portugal, da América Portuguesa e das Américas para situar melhor o centro urbano em tela. Nos anos que antecederam a virada para o século XIX, o Rio ultrapassaria Salvador como a maior cidade da Colônia, ao mesmo tempo em que sua população era equiparável à da segunda urbe lusa, o Porto, e ainda se destacava como uma das maiores aglomerações urbanas do Novo Mundo. Apesar da pujança do tráfico negreiro transatlântico na economia do porto do Rio, a proporção de escravos na população total era de apenas em torno de um terço. Ao mesmo tempo, no que diz respeito à cor, um pouco mais de metade dos moradores do Rio eram classificados como africanos ou de ascendência africana. Obviamente, as práticas de alforria e a mestiçagem contribuíram para a “coloração” da capital do Estado do Brasil e, logo em seguida, do Reino Unido. Por outro lado, tanto sua economia dinâmica quanto sua condição de grande centro adminis-

trativo continuariam atraindo ao Rio levas consideráveis de imigrantes europeus – claro que majoritariamente portugueses.

Ocorre-me que talvez igualmente interessante fosse uma comparação com alguns outros centros urbanos do período, com respeito tanto à proporção mancipia da população quanto à divisão entre brancos e segmentos de cor. Minha hipótese é que as cidades como o Rio de Janeiro, com poucas ligações contíguas ou mais imediatas às atividades agropecuárias – voltadas para a exportação ou ao abastecimento dos mercados internos –, tenderiam a ser menos “escravistas”, ou seja, seus plantéis raramente passariam de um terço da população total. Não há espaço aqui e nem a possibilidade de realizar uma pesquisa exaustiva, de modo que vou me ater à comparação com quatro centros urbanos mineiros sujeitos a algum processo de recenseamento no final do século XVIII ou início do XIX. Como se verá, as fontes se prestam com alguma facilidade a cálculos, permitindo determinar a divisão da população por condição legal, enquanto as classificações por cores ou inexistiam ou ficaram pouco confiáveis para a análise demográfica. De qualquer forma, sabe-se que Santa Luzia despontou na segunda metade do século XVIII como o portal comercial para os sertões mineiros, ou seja, tornou-se um dos mais vibrantes centros comerciais de toda a Capitania, ao mesmo tempo em que suas áreas rurais foram descritas como marcadas por uma prosperidade invejável. No ano de 1790, os escravos perfaziam ligeiramente mais da metade (50,6%) da população santa-luziense (COSTA, 1981; SILVA, 2002; CORRÊA, 2005). Um pouco mais tarde, um *Rol de Confessados* revelaria que a população do “distrito” da Vila de São José do Rio das Mortes também era dividida quase igualmente entre livres e escravos (47% e 53% respectivamente). Ao mesmo tempo, os brancos perfaziam pífios 22% da população da Vila, o que sugeria, talvez, sua inserção, digamos, mais orgânica no sistema escravista (LIBBY e

PAIVA, 2000). Àquelas alturas, o Termo de São José encontra-se, junto com uma boa parte da Comarca do Rio das Mortes, na dianteira de uma economia voltada para o abastecimento interno e caracterizada por vínculos estreitos com a praça do Rio de Janeiro e seu setor atacadista e de redistribuição por cabotagem (LIBBY e GRAÇA FILHO, 2009; MALAQUIAS, 2014). Já em 1804, Vila Rica contava com uma proporção de menos de um terço de escravos na população total (COSTA, 1981). Esse início dos Oitocentos, talvez, represente o momento de maior decadência da economia local, economia esta que incluía alguns bolsões rurais de agricultura voltada para o mercado local, mas nada da pujança dos dois centros urbanos que acabamos de examinar. O mesmo pode ser dito da Cidade de Mariana (“distrito” da Sé) em 1809, quando o elemento cativo representava um pouco menos de um terço da população urbana (LEWKOWICZ, 1998). Sem dúvida o enorme Termo de Mariana incluía muitas áreas agrícolas e pecuárias fortemente ligadas ao comércio de abastecimento e também à praça carioca. Como Vila Rica, no entanto, o entorno imediato de Mariana não era marcado por uma agricultura comercial forte (ANDRADE, 2008). É claro que estas comparações precisam se estender a outros centros urbanos, se possível fora de Minas Gerais ou do Sudeste, para que minha hipótese modesta possa ser comprovada ou não. Está lançado o desafio aos estudiosos.

Vamos, então, ao argumento principal, que, muito resumidamente, é que os dados levantados junto aos registros paroquiais de batismo da freguesia de São José tendem a apontar para um processo no qual mães e filhos – no caso, filhos naturais ou ilegítimos – teriam perdido, digamos assim, as feições africanas. Tratar-se-ia ora de um processo de “embranquecimento” parcial, ora de um processo de “empardecimento”, ou, em outro processo nem cogitado aqui, o de “crioulização”. Todos esses processos certamente se revestiam de elementos e

mestiçagens mais culturais que propriamente biológicas. No fundo, e, sobretudo, quando aplicado ao longo prazo – ou seja, incluindo o século XIX, – eu concordo em linhas gerais com o argumento do Prof. Renato. Dito isso, tenho de insistir que minha experiência com os registros paroquiais de Minas e com alguns róis de desobriga e outras fontes já me convenceu de que a vasta maioria dos pardos foram “produzidos” por algum grau de mestiçagem ou eram de ascendência mestiçada – Mestiçagem que quase sempre envolvia pais de origem ou ascendência europeia. Seu exemplo de Ana e Isabel, pardas, filhas da “preta da nação Angola” Lucrecia, é quase certamente exemplo disso. E, quando eu falo do longo prazo, é porque as fontes mineiras estão repletas de famílias pardas e crioulas que, especialmente nos registros paroquiais, mantinham tais designações de cor e origem durante múltiplas gerações, às vezes chegando até a Emancipação e além. Isso decorre de um olhar no atacado. Agora, não vou negar que, quando temos o privilégio de poder nos deter no varejo dos indivíduos e suas famílias, encontramos casos em que as pessoas mudam de cor ou, mais frequentemente, “perdem” a cor, que deixa de ser referenciada. Nosso companheiro de Colóquio, o Prof. Roberto Guedes, é mestre no trabalho de destrinchar as andanças das cores e posições sociais. Tais exemplos muitas vezes envolvem uma mobilidade social ascendente. Mas nem sempre, pois há exemplos de pessoas que empardeciam, depois embranqueciam através da não referência à cor, para depois morrerem, literalmente, crioulas.

Vou concluir por ora com três observações. A primeira tem a ver com essas pessoas que “melhoram” de cor, mas acabaram falecendo como descendentes de africanos. Mariana Dantas vem sugerindo que a rotulação ou designação por cor muitas vezes parece estar ligada às circunstâncias (DANTAS, 2012). Uma mulher casada, no mais das vezes, vai seguir a condição e a cor do marido ou a ausência das mesmas. Porém,

certas das supostas brancas, na hora de realizar algum negócio em nome próprio no cartório, de repente se revelaram crioulas ou pardas e, às vezes, forras também. O que dizer da mobilidade social nestes casos? A segunda observação é que fiquei feliz de ver que o Prof. Renato Venâncio não aderiu à noção de que os pardos eram filhos de mães africanas ou que até a terceira geração as referências à ascendência africana simplesmente teriam desaparecido. Agora, ao pensar na origem guanabarenses destas noções, parece-me que precisamos pensar seriamente na possibilidade de que na América Portuguesa houvesse múltiplos léxicos regionais no que se refere às representações identitárias, seja de cor/origem, de condição, de etnia ou até mesmo de raça. A terceira e última observação, Renato, é que eu ando cada vez mais convencido de que nunca vamos conseguir alcançar um consenso acerca do significado das ditas representações identitárias, nem encontrar ligações sistemáticas delas com a mobilidade social. Afinal, as designações de cor aparecem ou não na documentação de múltiplas funções de forma absolutamente aleatória, e querer deslindar padrões minimamente regulares me parece simplesmente impossível.

A contribuição do Prof. Carlos Bacellar demonstra o seu profundo conhecimento das instituições arquivísticas nacionais, bem como a sua preocupação com a precariedade dos acervos detidos pela vasta maioria delas. Embora as considerações sejam tecidas pelo prisma da História da Família, ou melhor, dos estudiosos da mesma, o diagnóstico é válido para todos aqueles que pretendem levantar dados junto a fontes primárias no Brasil. Na verdade, não cabem comentários meus acerca deste diagnóstico, pois cairiam na redundância.

A indignação que as avaliações do autor provocam talvez possa servir como motivo para fazer um apelo à comunidade brasileira de historiadores. Por que as nossas organizações profissionais – ABEP, ABPHE, entre tantas outras, e, sobretudo,

do, a ANPUH – não formam um comitê encarregado de elaborar sugestões viáveis visando a soluções para os incontáveis problemas dos nossos arquivos e apresentá-las regularmente, ou seja, insistentemente às diversas autoridades responsáveis? É possível continuar tendo que lidar com uma Igreja Católica organizada em moldes feudais, o que implica decisões sobre acesso aos acervos eclesiásticos tomadas a bel-prazer pelo responsável de plantão? É admissível que o governo federal, a maioria dos estaduais e quase todos os municipais continuem relegando as questões relativas ao patrimônio documental ao fim da linha das prioridades? Podemos nos calar diante da falta de recolhimento pelos “sistemas” arquivísticos de todos os níveis públicos da vasta maioria do material produzido ao longo do século XX, muito especialmente após a Revolução de 1930? É aceitável que o Poder Judiciário – que opera, até onde se sabe, com cheque em branco – quase que universalmente ignore seu dever no que diz respeito à guarda e preservação das centenas de milhões de documentos por ele produzidos ao longo dos séculos? Bem, a lista poderia continuar, mas creio que os leitores já entenderam.

Após a sua avaliação do estado dos nossos arquivos, o Prof. Bacellar elabora uma espécie de manual sobre os tipos de instituições detentoras de documentação histórica nas quais o estudioso poderá encontrar fontes relevantes para a História da Família e ainda elenca qual a natureza das informações normalmente contidas naquelas fontes. Mais uma vez, quaisquer comentários meus nada acrescentariam ao resumo excelente do autor.

Penso, não obstante, que há uma pequena série de fontes não mencionadas no *paper* em tela que podem auxiliar os estudiosos da família, embora não tenham a família como foco. Incluídas entre elas estão certas produções dos antigos Senados da Câmara ou, mais tarde, as Câmaras Municipais que, além de nos informar indiretamente sobre famílias, são seria-

das e, portanto, passíveis de análises quantitativas. Na segunda metade do século XVIII e adentrando um pouco o século XIX, as Câmaras elaboravam as listas de quem pagava o Subsídio Literário. São listas interessantes porque arrolam muitas mulheres e, portanto, podem desvelar qual era a atividade econômica de não poucas que, de outra forma, somente aparecem como mães solteiras nos registros paroquiais. No meu entender, hoje, resgatar a família encabeçada pela “mãe solteira” ou da mulher envolvida em uma união oculta constitui uma tarefa das mais urgentes – e mais difíceis – da História da Família e da Demografia Social. Também, acho interessantes os arrolamentos – geralmente elaborados nas décadas de 1830, 1840 e 1850 – dos membros da Guarda Nacional ou dos votantes e eleitores. Às vezes eles trazem detalhes importantes, como ocupação, estado civil, idade e cor/origem, além de mostrar a hierarquia das patentes. Ainda entre os papéis das Câmaras e a partir de 1810, mais ou menos, e continuando até a década de 1850, temos as listas de pagantes das sizas, um imposto sobre transações de compra e venda. Como já discutido, pelo menos em Minas, este é um período no qual as alforrias passadas em cartório diminuíram sensivelmente, ao ponto de levantar suspeitas de que o número de libertações de escravos teria caído muito diante do inexorável aumento dos preços de escravos detectável a partir do ano de 1825 (LIBBY e GRAÇA FILHO, 2009). As sizas, por outro lado, registram uma grande quantidade de alforrias e podem nos ajudar a seguir a trajetória de famílias que conseguiam se livrar do jugo da escravidão através da compra da liberdade de seus membros.

Entre as fontes eclesiásticas, também considero as dispensas matrimoniais riquíssimas e, às vezes, até surpreendentes. Não sei se é em função dos rumos das minhas pesquisas em São José do Rio das Mortes, que se concentram muito nas famílias de cor e dos estratos médios, mas encontrei uma pe-

quena série de dispensas matrimoniais nas quais um clérigo local usou o argumento da pobreza dos noivos e o potencial de dotes diminutos para justificar as dispensas. Tenho a impressão de que nem sempre a questão do pagamento das taxas explica a liberalidade da Igreja na concessão das dispensas. Ao mesmo tempo, outras dispensas acabaram atestando a união consensual, porém oculta, de um casal misto que teve nada menos que oito filhos. Talvez o mais fascinante neste caso específico seja o fato de que oito dos netos e das netas do casal casaram entre si; daí a necessidade das dispensas e a revelação da união, a qual não dever ter sido tão oculta assim. De qualquer forma, percebe-se que a Igreja ou o clero local possuíam uma memória bem afinada e capaz de alcançar fatos de passados longínquos e “segretos”. Eu também lembraria a documentação das visitas eclesíásticas como ótimas fontes para estudar as famílias surgidas na esteira das uniões consensuais não abençoadas pela Igreja. As informações disponíveis podem ser bastante extensas e de uma riqueza singular, pois, geralmente, envolviam vários personagens da comunidade local, arrolados como denunciante ou testemunhas.

Bem, como se vê, apesar de eventuais obstáculos institucionais e metodológicos, a História da Família no Brasil vai muito bem, obrigado. Por isso que os organizadores do Colóquio Internacional Mobilidade Social e Formação de Hierarquias: Subsídios para a História da População merecem nossos parabéns sinceros.

Referências

ANDRADE, F. E. *Entre a roça e o engenho: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Viçosa: Editora UFV, 2008. 255p.

CORRÊA, C. P. “Porque sou um chefe de família e senhor da minha casa”: proprietários de escravos e famílias cativas em Santa Luzia, Minas Gerais, século XIX. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 198p.

COSTA, I. del N. *Populações mineiras: sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX*. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981, 335 p.

DANTAS, M. L. de R. The Generational Variation of Social Categories in the Baptismal Records of 18th-Century Sabará and the Implications for Black Social Mobility. Paper apresentado no XI Congresso Internacional da Brazilian Studies Association, Urbana, IL, University of Illinois, 2012. 26p.

LEWKOWICZ, I. Espaço urbano, família e domicílio (Mariana no início do século XIX). In: *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana, Imprensa Universitária da UFOP, 1998. p. 84-97.

LIBBY, D. C.; PAIVA, C. A. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d’El Rey em 1797. *Revista Brasileira de Estudos da População*, v. 17, n. 1/2 p. 17-46, 2000.

LIBBY, D. C.; GRAÇA FILHO, A. de A. Notarized and Baptismal Manumissions in the Parish of São José do Rio das Mortes, Minas Gerais (c. 1750-1850). *The Americas*, v. 68, n. 2, p. 211-240, 2009.

MALAQUIAS, C. de O. *Remediados senhores: pequenos escravistas na freguesia de São José do Rio das Mortes, c. 1790-1844*, 2014. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 293p.

REIS, J. J. et al. *O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro (c. 1822 – c. 1853)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, 481p.

SILVA, L. V. da. Redescobrimdo as cidades mineiras oitocentistas. In: PAIVA, C. A.; LIBBY, D. C. (orgs.). *20 anos do seminário sobre a economia mineira*. 2002. v. 2, p. 151-172.

Sobre os autores e as autoras

Ana Paula Wagner é Licenciada e Bacharel em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (1999), Mestre (2002) e Doutora (2009) em História pela Universidade Federal do Paraná. Realizou estágio de pós-doutorado (2010-2012) junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPR. É Professora do Departamento de História da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Campus Irati/Paraná). Atualmente é Diretora do Centro de Documentação e Memória da UNICENTRO, Campus de Irati. Trabalha com temas relativos à História da África, particularmente Moçambique do século XVIII, e Império Português.

Ana Silvia Volpi Scott possui Graduação em História pela Universidade de São Paulo (1981), Mestrado em História Social pela Universidade de São Paulo (1987) e Doutorado em História e Civilização pelo *Istituto Universitario Europeo*, de Florença-Itália (1998). Vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS, atualmente está na Coordenação do mesmo Programa. Bolsista Produtividade em Pesquisa CNPq. É Secretária-Geral da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP – gestão 2012-2014). Foi Coordenadora-Adjunta do Comitê Assessor da área de Ciências Humanas e Sociais da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul. Coordenou o Grupo de Trabalho População e História da ABEP (2009-2010). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Colônia, atuando principalmente nos seguintes temas: família, demografia histórica, população, metodologia e emigração/imigração portuguesa para o Brasil. Foi contemplada com o Prêmio de Histó-

ria Alberto Sampaio (Portugal) pela tese de doutorado “Família, formas de união e reprodução no noroeste português” (1999).

Andrea Reguera é Doutora em História e Civilizações pela *Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales* (Paris, França) e Professora e licenciada em História pela *Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires*. É Professora Titular de História Americana no Departamento de História da dita instituição. É investigadora independente do *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas* (CONICET) e Diretora do *Centro de Estudios Sociales de América Latina* (CESAL). Entre os trabalhos publicados, destacam-se *Patrón de Estancias. Ramón Santamarina: una biografía de fortuna y poder en la pampa* (Buenos Aires: Eudeba, 2006), e as seguintes compilações: *Los rostros de la modernidad. Vías de transición al capitalismo Europa y América Latina, ss. XIX-XX* (Rosario: Prohistoria Ediciones, 2006), *Las Escalas de la Historia Comparada. Dinámicas sociales, poderes políticos y sistemas jurídicos* (Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 2008), com M. Bonaudo y B. Zeberio, *Descubriendo la nación en América. Identidades, imaginarios, estereotipos sociales y formas de asociacionismo de los españoles en el Cono Sur (Argentina, Brasil, Chile y Uruguay, siglos XIX-XX)* (Buenos Aires: Biblos, 2010), com Elda E. González, *Imágenes en plural. Miradas, relatos y representaciones sobre la problemática del viaje y los viajeros* (Rosario: Prohistoria Ediciones, 2010), com Sandra Fernández, *Da Região à Nação. Relações de escala para uma história comparada. Brasil-Argentina (séculos XIX e XX)* (São Leopoldo: Editora Unisinos, 2011 e a versão em espanhol – Tandil: Edicionesdel CESAL, 2012), com Marluza Marques Harres, *Colección “La identidad bonaerense”. Estancias con historia. Historia de las estancias* (Tandil, Ediciones del CESAL, 2013/14); além de numerosos capítulos e artigos em livros e periódicos especializados, tanto nacionais quanto internacionais.

Antonio Otaviano Vieira Junior possui graduação em História pela Universidade Federal do Ceará (1994), mestrado em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997), doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (2002) e pós-doutorado em História na Universidade de Lisboa (2006). Bolsista de Produtividade do CNPQ (2009). Foi diretor do Centro de Memória da Amazônia/UFPA (2006-2013). Atualmente participa do Grupo de Pesquisa Demografia & História, em colaboração com a Universidade Federal do Paraná, é professor associado na Faculdade de História da Universidade Federal do Pará e é líder do Grupo de Pesquisa População, Família e Migração na Amazônia. Tem experiência na área de História da População, com ênfase em História da América Portuguesa, atuando principalmente nos seguintes temas: história, demografia, família, inquisição e Sertão.

Ariane Carvalho é Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFRRJ. Possui licenciatura em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – I.M. Nova Iguaçu (2011). Tem experiência na área de História, com ênfase em História da África, atuando principalmente nos seguintes temas: militares, hierarquia, cor, império português e escravidão.

Cacilda da Silva Machado possui graduação em História pela Universidade Federal do Paraná (1989), mestrado em História pela Universidade Federal do Paraná (1994) e doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005). É professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro desde 2012, e antes foi professora da Universidade Federal do Paraná (com lotação na UFRJ entre 1998 e 2011). Tem larga experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil (colônia e império), atuando principalmente nos seguintes temas: escravidão, parentesco, população, família e

imigração e Demografia Histórica. Foi coordenadora do Grupo de Trabalho História e População da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP) entre 2008 e 2010. Desde junho de 2012 é professora colaboradora efetiva do quadro docente do PPGHIS-UFRJ. Participa do Grupo de Pesquisa Demografia e História (mantido pelo CNPq) e do Projeto “Os Registros Paroquiais do Norte e do Noroeste Fluminense como Fonte para a História Social (Séculos XVIII-XIX)”, financiado pela FAPERJ e que reúne pesquisadores da UFF, UFRJ e UFRRJ.

Carlos de Almeida Prado Bacellar é professor do Departamento de História da Universidade de São Paulo. É pesquisador do CNPq/Bolsa de Produtividade, com o projeto “História da Família e Regimes Demográficos em uma Vila Colonial Paulista: Itu, 1684-1890”. Desenvolve projetos na área da Demografia Histórica, História Social da População e História da Família. Foi coordenador do Arquivo Público do Estado de São Paulo e supervisor do Museu Republicano “Convenção de Itu”. Autor de *Os Senhores da Terra* (1997) e *Viver e Sobreviver em uma Vila Colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX* (2001), e coautor de *Na Estrada do Anhanguera: Uma Visão Regional da História Paulista* (1999), *Atlas da Imigração Internacional em São Paulo, 1850-1950* (2008) e *História de São Paulo Colonial* (2009).

Douglas Cole Libby possui Graduação em História pela University of Maine at Orono, Mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais e Doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo. Realizou estudos pós-doutorais na Stanford University. Atualmente é Professor Associado da UFMG. Tem experiência nas áreas de História e de Arquivologia, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: História de Minas, sociedade escravista, demografia escrava, História da Família

e o mundo da produção. De 2010 a 2014 coordenou o projeto PRONEX “Família e Demografia em Minas Gerais, Séculos XVIII, XIX e XX”. Além de livros e capítulos de livros, já publicou em revistas como *Estudos Econômicos*, *Revista Brasileira de Estudos de População*, *Revista Brasileira de História*, *The Americas*, *Journal of Latin American Studies*, *Luso-Brazilian Review*, entre outros.

Eliane Cristina Deckmann Fleck é Professora Titular da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 2 e Coordenadora do Convênio de Cooperação Acadêmica entre Grupos de Estudos de História do Brasil e Portugal (GEHBP), firmado entre a Universidad de Buenos Aires e a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Possui Graduação em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos (1984), Mestrado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos (História Iberoamericana, 1991) e Doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS (História Iberoamericana, 1999, com a Tese: *Sentir, adoecer e morrer – sensibilidade e devoção no discurso missionário jesuítico do século XVII*). Professora-Pesquisadora do programa de Pós-Graduação em História da Unisinos e integrante dos Grupos de Pesquisa-CNPq Jesuítas nas Américas, *Imagens da Morte: A Morte e o Morrer no Mundo Ibero-Americano*, *História: Religiosidade e Cultura e Interculturalidade na América Latina*, bem como do Núcleo de Pesquisas em História Religiosa e das Religiões da UEM-PR. Desenvolve investigações que enfocam a História da América, a História Latino-Americana e a História do Brasil – do século XVI ao XX –, estabelecendo um diálogo com a História das Religiões e das Religiosidades, a História das Ciências e da Medicina e a História da Saúde e das Doenças.

Gabriel Santos Berute é licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2003) e possui mestrado e doutorado em História nesta mesma instituição (2006/2011). Realizou estágio de doutoramento na Universidade Técnica de Lisboa/ISEG – Setor de História (2010). Desde o segundo semestre de 2012 realiza estágio de pós-doutoramento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PDJ-CNPq). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Colônia e Império, atuando principalmente nos seguintes temas: Tráfico de escravos, Escravidão, Comércio & Comerciantes, Imigração açoriana.

João Luís Ribeiro Fragoso tem graduação em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1979), mestrado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1982) e doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (1990). Atualmente é professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de História Econômica, com ênfase em História do Brasil Colônia, atuando principalmente nos seguintes temas: colônia, império português, escravidão, história econômica das elites. Publicou diversos trabalhos, entre os quais: *Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)* (1992), *Barões do Café e sistema agrário escravista: Paraíba do Sul/Rio de Janeiro (1830-1888)* (2013). Atualmente coordena o projeto “A Monarquia e Seus Idiomas: corte, governos ultramarinos, negociantes, régulos e escravos no mundo português (sécs. XVI-XIX)” (CAPES).

Luciano Raposo de Almeida Figueiredo, graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1982), Mestre e Doutor em História Social pela Universi-

dade de São Paulo (1989 e 1996, respectivamente). Entre 1996 e 1997 ganhou bolsa da Fundação Lampadia para investigar na *John Carter Brown Library* (*Brown University*, Providence, EUA), quando se dedicou a estudos comparativos entre as rebeliões na América britânica e no Brasil. Alguns anos depois recebeu bolsa *Full bright* para trabalhar no *Boston College* (MA, EUA). Fez estágio de Pós-Doutorado na Universidade de São Paulo em 2005, mais uma vez sob a supervisão do professor Fernando Novais, quando estudou as relações entre as revoltas coloniais e as revoltas da Catalunha e de Nápoles no século XVII. Atualmente é professor associado 4 da Universidade Federal Fluminense. Entre 2002 e 2010 foi pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, condição que retomou em 2013. A ênfase de sua experiência na área de História concentra-se na época do Brasil Colônia, tratando principalmente dos seguintes temas: Minas Gerais, revoltas, mulher e família, bebidas alcoólicas. Nos últimos anos, concentrou seus estudos na história das lutas políticas na época moderna, na Europa e na América. Foi editor da *Revista Acervo* (Arquivo Nacional), fundador e editor da *Revista Nossa História* e da *Revista de História da Biblioteca Nacional*, publicações voltadas para a popularização da disciplina. A experiência com este tipo de trabalho e a coordenação de inúmeros projetos desde 2003 ampliaram seu interesse nos temas relacionados à divulgação científica e História. Atualmente é editor da *Revista Tempo*, do Departamento e Programa de Pós-Graduação de História da UFF e do site *Impressões Rebeldes* (www.historia.uff.br/impressoesrebeldes).

Luís Augusto Ebling Farinatti é professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Possui doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

ro (UFRJ), mestrado em História do Brasil pela PUCRS e graduações em História e em Direito pela UFSM. Desenvolve pesquisas sobre a História do Brasil do século XIX, atuando principalmente nos seguintes temas: história agrária, hierarquias sociais, história da família, fronteira e construção do Estado no Brasil. Autor do livro *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)* (Editora da UFSM, 2010) e de vários artigos e capítulos de livro na área de História do século XIX.

Márcia Amantino possui graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (1992), mestrado (1996) e doutorado (2001) em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e pós-doutoramento pela Universidade Federal de Minas Gerais (2009-2010) e pela Universidade de Évora, Portugal (2012). É professora do Programa de Pós-Graduação da Universidade Salgado de Oliveira. Lidera o Grupo de Pesquisa do CNPq intitulado “Sociedades escravistas nas Américas”. É membro pesquisador do Grupo de Pesquisa CNPq “Escravidão, mestiçagem e trânsito de culturas e globalização – séculos XV a XIX” e do Centro de Estudos da Presença Africana no Mundo Moderno, ambos liderados pelo Prof. Eduardo França Paiva (UFMG). É membro pesquisador também do Grupo de Pesquisa do CNPq “Jesuítas nas Américas”, liderado pela Prof^a. Maria Cristina Bohn Martins (UNISINOS) e do Grupo de Pesquisa “Escravidão e mestiçagens: escravidão, comércio e trânsitos culturais nos sertões da Bahia e de Minas Gerais, século XVIII”, liderado por Isnara Pereira Ivo (UNESB). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Colônia. Atua principalmente nos seguintes temas: Companhia de Jesus, cultura, escravidão negra e indígena, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Pesquisadora APQ1 FAPERJ.

Marcos Antônio Witt possui graduação em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1998), mestrado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2001) e doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2008). Atualmente é Professor no Programa de Pós-Graduação em História e no Curso de Especialização em História do Rio Grande do Sul, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Atua como coordenador do Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros NETB, vinculado ao PPG-História – UNISINOS. Coordena o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, da área de História, desde 2012. Exerceu a docência no Ensino Fundamental e Médio nas redes pública e privada (2001-2011). Elaborou e organizou cursos para a formação continuada de professores da Educação Básica. É associado ao Instituto Histórico de São Leopoldo e à Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Império, atuando principalmente nos seguintes temas: museu; organização social; política; imigração; colonização; imigração alemã; imigração e escravidão; redes; estratégias; Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

Marília Imbiriba dos Santos é graduada em História (2009) e realizou estudos de mestrado no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST UFPA). Membro do grupo de pesquisa População, Família e Migração na Amazônia (CNPq/UFPA). Suas áreas de interesse são: Família, Casamento, Migração, História do Brasil, História da Amazônia, Amazônia Colonial, História da População, Demografia Histórica, Inquisição e Familiares do Santo Ofício.

Núncia Santoro de Constantino, graduada em História na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1973), doutorou-se em História Social na Universidade de São

Paulo (1990). Foi professora titular na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e pesquisadora CNPq. Atuava na área de História, com ênfase em História do Brasil República, dedicando-se principalmente aos seguintes temas: imigração italiana, imigração urbana, memória e etnicidade. Sob o ponto de vista teórico-metodológico, desenvolveu estudos sobre a historiografia italiana e sobre a historiografia da imigração, metodologia da História Oral, relatos de viajantes como fonte à historiografia. Por serviços prestados à cultura italiana, foi agraciada com o título de Cavaliere pela Repubblica Italiana (2006); foi membro do Instituto Histórico de São Leopoldo e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Oswaldo Mário Serra Truzzi é professor associado da Universidade Federal de São Carlos, atua nos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Engenharia de Produção. Possui Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (1993) e Mestrado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas – SP (1985). Mais recentemente, realizou estágios de pós-doutorado junto à Universidade de Chicago. Atua principalmente nas áreas de Sociologia das Migrações e História Social da Imigração, tendo publicado vários livros e artigos no Brasil e no exterior. Coordenou, entre 2006 e 2009, o Grupo de Trabalho Migrações Internacionais da ANPOCS. Dirige desde 2000 a Editora da Universidade Federal de São Carlos. É pesquisador do CNPq.

Renato Pinto Venâncio possui graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica – RJ (1982), mestrado pela Universidade de São Paulo (1988), doutorado pela Universidade de Paris IV – Sorbonne (1993) e pós-doutorado pela Universidade de São Paulo (2005). É professor na Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG, assim como Pesquisador do CNPq. Entre 2004-2008 foi Consultor Científico da Funda-

ção de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Entre 2005 e 2008 dirigiu o Arquivo Público Mineiro, também atuando como Editor da *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Entre 2007-2008 foi Consultor Científico da UNESCO, no Comitê Nacional Memória do Mundo. Entre 2006-2008 foi membro da Seção Brasileira da Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental – COLLUSO-Conarq/Arquivo Nacional. Foi, ainda, responsável pela coordenação da implantação do Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro (SIA-APM) <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>. Atualmente desenvolve pesquisa a respeito da legislação arquivística, financiada pelo CNPq-Bolsa Produtividade, e coordena a Comissão de Implantação da Diretoria de Arquivos Institucionais da UFMG.

Roberto Guedes Ferreira possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1996), mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (1999), doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005) e pós-doutorado pelo Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa (2009). Atualmente é Professor Adjunto IV da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil. Atua principalmente nos seguintes temas: economia; sociedade; escravidão. Com Antonio Carlos Jucá de Sampaio (PPGHIS/UFRJ), coordena o Grupo de Pesquisa *Antigo Regime nos Trópicos: Centro de Estudos sobre a Dinâmica Imperial no Mundo Português, sécs. XVI-XIX* (ART).

Vania Herédia é bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1984), graduada em Filosofia pela Universidade de Caxias do Sul (1973). Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1978) e doutora em His-

tória das Américas pela Universidade de Gênova, sede descentralizada em Turim/Itália (1992). Pós-doutora em História Econômica pela Universidade de Padova (2002) e pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2013. Professora titular da Universidade de Caxias do Sul, atua na graduação e na pós-graduação. Tem experiência de pesquisa nas seguintes temáticas: migrações contemporâneas, migrações internas, migrações históricas, envelhecimento populacional e políticas públicas, trabalho e políticas sociais, história regional e história de empresas. Foi coordenadora da pesquisa da Universidade de Caxias do Sul no período de 2002-2006. Membro do Instituto Histórico de São Leopoldo. Presidente do Departamento de Gerontologia da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia/RS.

O “Colóquio Internacional Mobilidade social e formação de hierarquias: subsídios para a história da população”, bem como a presente publicação, são expressão dos esforços da nova história demográfica para superar seus atuais desafios. Eles traduzem os resultados (alguns ainda parciais) da criação e manutenção de grupos de pesquisa multi e interdisciplinares. Mais especificamente, o leitor encontrará aqui trabalhos produzidos por pesquisadores que coordenam ou participam de grupos de pesquisas sediados em Belém, em Belo Horizonte, no Rio de Janeiro, em São Leopoldo, em Lisboa (Portugal) e em Córdoba (Argentina), compostos por profissionais e estudantes de várias instituições e campos de interesse.